PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

Metalfrio Solutions S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF n.º 04.821.041/0001-08
Avenida Abrahão Gonçalves Braga, 412
04186-220 – Vila Livieiro
São Paulo, SP
20.730.000 Ações Ordinárias
Valor da Distribuição: R$393.870.000,00
Código ISIN das Ações: BRFRIOACNOR2

Preço por Ação: R$19,00

A Metalfrio Solutions S.A. ("Companhia" ou "Metalfrio") e seu acionista Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações ("Acionista Vendedor") estão ofertando 20.730.000 ações ordinárias ("Ações" ou "Ações Ordinárias") de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, por meio de distribuição pública primária de 12.800.000 ações ordinárias, a serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária") e de distribuição pública secundária de 7.930.000 ações ordinárias de titularidade do Acionista Vendedor ("Oferta Secundária" e quando em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), em mercado de balcão não-organizado, a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco UBS Pactual S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. ("Merrill Lynch" e quando em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores da Oferta"), sujeita a registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e conforme os procedimentos previstos na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400") e com esforços de venda das Ações nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definido na *Rule 144 A* do U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*"), em operações isentas de registro em conformidade com o *Securities Act* e seus regulamentos, nos demais países (exceto nos Estados Unidos da América e no Brasil), com base no *Regulation S* editado pela *Securities and Exchange Commission* ("SEC") e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em todos os casos por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), Banco Central do Brasil ("Bacen") e CVM, e sob as isenções de registro previstas no *Securities Act*. Não foi e nem será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC, nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

A quantidade total de Ações poderá ser aumentada em até 3.109.500 ações ordinárias, equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia aos Coordenadores da Oferta, a ser exercida pela Merrill Lynch a seu exclusivo critério, após consulta ao Coordenador Líder, para a subscrição das Ações Suplementares, a serem emitidas pela Companhia, a qual será destinada exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado pelos Coordenadores da Oferta no decorrer da Oferta e serão subscritas nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Opção de Lote Suplementar"). A Opção de Lote Suplementar poderá ser exercida pela Merrill Lynch no prazo de até 30 dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início. O Preço por Ação foi fixado após a efetivação dos pedidos de reserva e a finalização do Procedimento de *Bookbuilding*, conduzido pelos Coordenadores da Oferta.

	Preço (R$)	Comissões[1]	Recursos Líquidos[2]
Por Ação.....	R$19,00	0,76	18,24
Oferta Primária	243.200.000,00	9.728.000,00	233.472.000,00
Oferta Secundária.....	150.670.000,00	6.026.800,00	144.643.200,00
Total.....	**393.870.000,00**	**15.754.800,00**	**378.115.200,00**

(1) Sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta.

A realização da Oferta Primária foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de março de 2007, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de S. Paulo, em 23 de março de 2007. A Oferta Secundária será realizada pelo Acionista Vendedor em conformidade com o seu regulamento. O Preço por Ação foi aprovado pelos órgão competente da Companhia em reunião realizada em 11 de abril de 2007.

As Ações serão negociadas no Novo Mercado da BOVESPA sob o código "FRIO3".

Registros da Oferta na CVM: Distribuição Primária: CVM/SRE/REM/2007/016, em 12 de abril de 2007 e Distribuição Secundária CVM/SRE/SEC/2007/012, em 12 de abril de 2007.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as Ações a serem distribuídas."

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Ações. Ao decidir por adquirir as Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações. **Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 45 a 54 deste Prospecto para ciência de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação à aquisição das Ações.**

"A(O) presente oferta pública/programa foi elaborada(o) de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 4890254, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública/programa, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública/programa".

COORDENADORES

COORDENADOR LÍDER

COORDENADORES CONTRATADOS

A data deste Prospecto Definitivo é 11 de abril de 2007.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

- Definições 2
- Considerações sobre Estimativas e Perspectivas sobre o Futuro 11
- Apresentação das Informações Financeiras 12
- Informações Cadastrais da Companhia 14
- Sumário da Companhia 15
- Resumo das Demonstrações Financeiras 21
- Sumário da Oferta 25
- Informações Relativas à Oferta 30
- Identificação de Administradores, Consultores e Auditores 42
- Fatores de Risco 45
- Destinação dos Recursos 55

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

- Capitalização 58
- Diluição 59
- Informações Financeiras Selecionadas 62
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais .. 66
- Visão Geral do Setor 96
- Atividades da Companhia 101
- Administração 126
- Principais Acionistas e Acionista Vendedor 133
- Operações com Partes Relacionadas 134
- Responsabilidade Sócio-ambiental 136
- Informações sobre o Mercado e os Títulos e Valores Mobiliários Emitidos 138
- Descrição do Capital Social 140
- Dividendos e Política de Dividendos 142
- Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa 146

3. ANEXOS

- Declarações de Veracidade das Informações do Prospecto 167
- Estatuto Social 173
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de março de 2007, aprovando a Oferta 196
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de abril de 2007, aprovando o Preço por Ação 199
- Informações Anuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, somente as informações não constantes do Prospecto 201

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstrações Financeiras da Metalfrio Solutions Ltda. (atual Metalfrio Solutions S.A.) e de suas controladas, controladora e consolidado, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e respectivo parecer dos auditores independentes e Relatório da Administração para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 221

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. INTRODUÇÃO

- Definições
- Considerações sobre Estimativas e Perspectivas sobre o Futuro
- Apresentação das Informações Financeiras
- Informações Cadastrais da Companhia
- Sumário da Companhia
- Resumo das Demonstrações Financeiras
- Sumário da Oferta
- Informações Relativas à Oferta
- Identificação de Administradores, Consultores e Auditores
- Fatores de Risco
- Destinação dos Recursos

DEFINIÇÕES

Os termos indicados abaixo terão o significado e eles atribuídos para fins do presente Prospecto.

Acionista Vendedor	Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações.
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
Ações	Ações ordinárias de emissão da Companhia, objeto da presente Oferta.
Ações Suplementares	Quantidade de Ações equivalentes a até 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas a serem emitidas pela Companhia, em decorrência do exercício da Opção de Lote Suplementar e outorgada pela Companhia à Merrill Lynch, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.
AEI	Artesia Equity Investments é uma companhia indiretamente controlada por um Trust, que tem como beneficiários MRC e seus familiares.
Agentes de Colocação Internacional	UBS Securities LLC. e a Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANCE	Asociación de Normalización y Certificación.
Anúncio de Encerramento	O Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e na Folha de São Paulo pelos Coordenadores da Oferta, pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, nos termos da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	O Anúncio de Início de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e na Folha de S. Paulo pelos Coordenadores da Oferta, pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, nos termos da Instrução CVM 400.
Aviso ao Mercado	O Aviso ao Mercado publicado pelos Coordenadores da Oferta, pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, nos termos da Instrução CVM 400, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e na Folha de S. Paulo.
Banco Central	Banco Central do Brasil.
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
CAGR	Taxa Composta de Crescimento Anual.
Caravell USA	Caravell USA Inc., Coldmotion Inc. e RPS Inc., companhias que realizam a distribuição de produtos de refrigeração comercial do grupo de diversas marcas nos Estados Unidos, incluindo produtos do Grupo Caravell/Derby.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
CEI	Cambria Equity Investments LLC.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação, regulada pelo Banco Central e CVM.
CFC	Clorofluorcarbono, gás que destrói a camada de ozônio.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código Civil	Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Companhia	Metalfrio Solutions S.A. (anteriormente denominada Metalfrio Solutions Ltda.).
Constituição Federal	Constituição Federal da República Federativa do Brasil.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Ações Ordinárias com Garantia Firme de Liquidação de Emissão da Metalfrio S.A. celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, o Coordenador Líder, a Merrill Lynch e a CBLC, esta na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Metalfrio Solutions S.A. celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, a Merrill Lynch e a Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, relativo às atividades de estabilização de preço das ações de emissão da Companhia.
Controladas	Metalfrio Solutions A/S, Metalfrio Turquia, Life Cycle, Metalfrio USA e Metalfrio Rússia.
Controle Difuso	Significa o Poder de Controle exercido por acionista detentor de menos de 50% do capital social da Companhia, assim como por Grupo de Acionistas que não seja signatário de acordo de voto e que não esteja sob controle comum e nem atue representando um interesse comum.
Coordenadores da Oferta	Banco UBS Pactual S.A e Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.

Coordenador Líder	Banco UBS Pactual S.A.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira das Ações (excluídas as Ações do Lote Suplementar), previsto para o último dia do Período de Colocação.
DKK$	Coroa Dinamarquesa, moeda da Dinamarca.
Dólar norte-americano, Dólar ou US$	Moeda dos Estados Unidos da América.
EBITDA	O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medir a nossa performance. O EBITDA é igual ao lucro líquido antes dos impostos de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós. Nossa Companhia divulga seu EBITDA, pois o utiliza como métrica de desempenho e o considera uma medida útil por ser frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na avaliação de empresas em nosso mercado. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

EBITDA Ajustado	O EBITDA Ajustado tem por base o EBITDA ajustado pelos incentivos fiscais de ICMS – subvenção para investimentos e pelo resultado não operacional. Nossa administração considera apropriado o ajuste do EBITDA para tal incentivo fiscal uma vez que reconhecemos na nossa demonstração de resultados o valor integral da despesa com ICMS, sendo a redução do passivo de ICMS a pagar, decorrente do incentivo fiscal, contabilizada diretamente contra o nosso patrimônio líquido na conta Reserva de capital – subvenção para investimentos. Da mesma forma como o EBITDA, o EBITDA Ajustado também não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA Ajustado numa maneira diferente de nós. Nossa Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, pois o utiliza como métrica de desempenho e o considera uma medida útil por ser frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na avaliação de empresas em nosso mercado. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA Ajustado também funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA Ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.
ETR	Erwin Theodor Herman Louise Russel.
Euro	Moeda da União Européia.
Freedonia Group	Freedonia Group, Inc., empresa especializada em análises de mercado.
Fundo Artésia Série Azul	Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
Grupo Caravell/Derby	Caravell A/S, antiga detentora das marcas Caravell, Derby, Gram e Esta.

IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IFRS	*International Financial Reporting Standards.*
IEC	*International Electrical Code*.
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, divulgado pela Fundação Getulio Vargas.
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getulio Vargas.
Índice BOVESPA	Um dos indicadores de desempenho do mercado de ações no Brasil. O índice é o valor atual de uma carteira teórica de ações negociadas na BOVESPA constituída a partir de uma aplicação hipotética, que reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total das ações que o compõe.
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE.
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
Instrução CVM 325	Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta, Coordenadores Contratados e Corretoras Consorciadas.
Investidores Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A nos Estados Unidos e nos demais países de acordo com o Regulamento S, sendo que tais investidores deverão adquirir e/ou subscrever as Ações nos termos da Resolução CMN 2.689, e da Instrução CVM 325.
Investidores Institucionais	As pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BOVESPA, cujas ordens específicas de investimento excedam o limite de R$300.000,00 (trezentos mil reais), fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e os Investidores Estrangeiros.

Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, bem como clubes de investimento que decidirem participar da Oferta de Varejo e que não sejam considerados Investidores Institucionais.
IO Fund	Fundo de Investimento para o Leste Europeu e Europa Central (*Investment Fund for Central and Eastern Europe – IO*) estabelecido pelo governo da Dinamarca para apoiar investimentos de companhias dinamarquesas nestas regiões.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
IRAM	Instituto Argentino de Normatização e Certificação.
ISO	*International Standardization Organization*.
IRPJ	Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Life Cycle	Life Cycle Assistência Técnica Ltda., subsidiária da Metalfrio Solutions S.A., que oferece manutenção e assistência técnica aos produtos comercializados tanto pela Metalfrio quanto por terceiros.
Merrill Lynch	Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.
MRC	Marcio da Rocha Camargo.
Metalfrio	Metalfrio Solutions S.A. (anteriormente denominada Metalfrio Solutions Ltda).
Metalfrio Dinamarca	Metalfrio Solutions A/S – subsidiária integral da Metalfrio, com operações em Aalestrup, na Dinamarca.
Metalfrio USA	Metalfrio Inc., localizada no estado do Texas, EUA.
Metalfrio Rússia	HoldCo A/S e as subsidiárias OOO Caravell-Derby, OOO Sales e OOO Estate.
Metalfrio Turquia	Líder Metalfrio Solutions Sogutma Sanayi Vê Ticaret Anonim Sirketi – subsidiária da Metalfrio com operações em Manisa, na Turquia.
Mercado para a Distribuição Primária e Secundária	Mercado de Balcão Não Organizado, no Brasil.
MFL	Marcelo Faria de Lima.
MFR	Maurice Ferdinand Bernard Marina Russel.

Novo Mercado	Segmento especial de listagem da BOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa.
NSF	*National Sanitary Foundation*.
Oferta	Oferta Primária e Oferta Secundária, em conjunto.
Oferta de Varejo	Oferta de Ações Ordinárias realizada junto a Investidores Não Institucionais de, no mínimo, 10% (dez por cento) das Ações, excluídas as Ações Suplementares.
Oferta Institucional	Oferta de Ações Ordinárias realizada junto a Investidores Institucionais.
Oferta Primária	Oferta pública de 12.800.000 ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, a ser realizada no Brasil nos termos da Instrução CVM 400 e, ainda, com esforços de colocação nos Estados Unidos, para investidores institucionais qualificados, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, em operações isentas de registro de acordo com o *Securities Act*, e nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no Regulamento S, em ambos os casos, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.
Oferta Secundária	Oferta pública de 7.930.000 ações ordinárias emitidas pela Companhia de titularidade do Acionista Vendedor, a ser realizada no Brasil nos termos da Instrução CVM 400 e, ainda, com esforços de colocação nos Estados Unidos, para investidores institucionais qualificados, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, em operações isentas de registro segundo o *Securities Act*, e nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no Regulamento S, em ambos os casos por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.
Opção de Lote Suplementar	Opção outorgada pela Companhia à Merrill Lynch para subscrição das Ações Suplementares a serem destinadas exclusivamente para atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, a ser exercida pela Merrill Lynch, no todo ou em partes, no prazo de até 30 dias a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.
Oxygen Trade	Oxygen Trade & Marketing Ltda., do grupo Sense – Envirosell – IPDM.
Período de Colocação	Prazo para a colocação das Ações, que será de até três dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início.
OzLíder	Grupo industrial com sede na Turquia, com atividade principal na fabricação de acessórios de banheiro e outros, em metal e plástico.

Partes Vinculadas	Investidores Não-Institucionais que sejam (i) administradores ou controladores da Companhia, (ii) administradores ou controladores das Instituições Participantes da Oferta ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) os respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) acima, e que sejam Investidores Não Institucionais.
PIB	Produto Interno Bruto do Brasil.
PIS	Programa de Integração Social.
Plug-In	Equipamento com sistema de refrigeração integrado (não remoto), não fixo, que utiliza energia fornecida pela rede pública de distribuição, através de ligação direta na fonte de energia (tomada) e que dispensa a necessidade de casa de máquinas.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, as normas e instruções da CVM e os normativos do IBRACON.
Prazo de Distribuição	Prazo máximo de até seis meses, contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início, para subscrição e/ou aquisição das Ações objeto da Oferta.
Preço por Ação	R$19,00 por Ação. O Preço de emissão e/ou aquisição por Ação, foi fixado após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, conduzido junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, em conformidade com os artigos 23, parágrafo 1.º e 44 da Instrução CVM 400, tendo como parâmetro as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto aos Investidores Institucionais.
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento a ser conduzido pelos Coordenadores da Oferta para coleta de intenções de investimento de Investidores Institucionais interessados em adquirir Ações.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.
Regra 144A	*Rule 144A* do *Securities Act*.
Regulamento S	*Regulation S* do *Securities Act*.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BOVESPA.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000.
Reubly	Companhia de refrigerados comerciais do tipo *Plug-In* atuante no mercado brasileiro até 2004.

RUB	Rubro russo, moeda da Rússia.
SEC	*Securities and Exchange Commission.*
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, conforme alterado.
Sistema CKD	Sistema de montagem de equipamentos por meio do agrupamento de componentes pré-fabricados.
Taxa DI	Taxa média dos depósitos interfinanceiros DI de um dia, *over* extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou na falta deste, em um outro jornal de grande circulação.
Taxa Libor	*London Interbank Offered Rate* (taxa interbancária do mercado de Londres).
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo CMN.
UL	*Underwriters Laboratories Inc.*
TR	Taxa Referencial, divulgada pelo Banco Central.
TRL	Lira turca, moeda da Turquia.
UBS Pactual	Banco UBS Pactual S.A.
Vale do Rio Verde	Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente na Seção "Sumário da Companhia", "Fatores de Risco", "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais", "Visão Geral do Setor" e "Atividades da Companhia". As estimativas e perspectivas para o futuro têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou podem afetar os nossos negócios. Muitos fatores importantes, além dos fatores discutidos neste Prospecto, podem impactar adversamente os nossos resultados tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. Tais fatores incluem, entre outros, os seguintes:

- a conjuntura econômica, de negócios e política no País e em todos os países nos quais atuamos, incluindo Europa Ocidental e Oriental, América do Norte e América do Sul;
- eventos de força maior;
- inflação, valorização e desvalorização do Real e das demais moedas dos países em que atuamos;
- nossa capacidade de implementar nossa estratégia e plano de investimentos, bem como nossa estratégia de *marketing*;
- a capacidade de acompanhar e aplicar em nossos produtos as evoluções tecnológicas nascentes;
- alteração na regulamentação tributária, inclusive encargos setoriais, no País e em todos os países em que atuamos;
- o aumento da concorrência em nosso setor;
- flutuações nos níveis de consumo de bebidas refrigeradas e alimentos congelados;
- preço das nossas principais matérias-primas;
- nossa capacidade de integrar com eficiência as aquisições recentes;
- imposições de eventuais barreiras comerciais ou de restrições ao comércio exterior; e
- outros fatores de risco apresentados na Seção "Fatores de Risco".

As palavras "acredita", "pode", "poderá", "visa", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e outras palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações atinentes a resultados e projeções, estratégia, planos de financiamentos, posição concorrencial, ambiente do setor, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência, dentre outros. Tais estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que nem nós, nem o Acionista Vendedor, nem os Coordenadores da Oferta assumem a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto Preliminar podem não vir a se concretizar e não devem ser consideradas como garantia de nossos resultados futuros. Tendo em vista estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto Preliminar.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras incluídas neste Prospecto devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras, controladora e consolidado, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e respectivas notas explicativas, incluídas no presente Prospecto, as quais foram elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas brasileiras de auditoria. O termo "Práticas Contábeis Adotadas no Brasil" refere-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelas normas da CVM e pelas normas e pronunciamentos do IBRACON.

Neste Prospecto, os termos "dólar", "dólares" e o símbolo "US$" referem-se à moeda oficial dos Estados Unidos. Os termos "real", "reais" e o símbolo "R$" referem-se à moeda oficial do Brasil. Todas as referências a "euro" ou "euros" referem-se à moeda oficial dos estados membros da União Européia que participam da União Européia Monetária. Todas as referências a "Coroa Dinamarquesa" ou "DKK$" referem-se à moeda oficial da Dinamarca, todas as referências a "Rubros" ou "RUB$" referem-se à moeda oficial da Rússia e todas as referências a "Lira" ou "TRL" referem-se à moeda oficial da Turquia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 incluem (i) ativos, passivos nesta data e o resultado da Metalfrio Dinamarca para o período de 1 de dezembro a 31 de dezembro de 2006; (ii) ativos, passivos nesta data e o resultado da Metalfrio Rússia (indiretamente por meio da consolidação da Metalfrio Dinamarca) para o período de 1 de dezembro a 31 de dezembro de 2006; (iii) ativos, passivos nesta data e o resultado da Metalfrio USA para o período de 11 de dezembro a 31 de dezembro de 2006; (iv) ativos, passivos nesta data e o resultado da Life Cycle para o período de 1 de dezembro a 31 de dezembro de 2006; e (v) ativos, passivos nesta data da Metalfrio Turquia tendo em vista que esta se encontrava em fase pré-operacional em 2006. Veja "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais" para uma descrição de nossa recente reestruturação.

EVENTOS SUBSEQÜENTES

Informamos a ocorrência dos seguintes eventos subseqüentes a 31 de dezembro de 2006:

- Em 5 de janeiro de 2007, os quotistas da Companhia aprovaram, por unanimidade, a distribuição de dividendos no valor de R$25.491 mil, realizada em 23 de março de 2007;
- Em 19 de janeiro de 2007, a Companhia foi transformada em uma sociedade anônima, passando a ser denominada Metalfrio Solutions S.A. conforme deliberação de seus sócios, por unanimidade, em Assembléia Geral Extraordinária;
- Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia quitou o contrato de retenção com o Sr. Luiz Eduardo Moreira Caio, no valor de R$1,7 milhões;
- Em 21 de janeiro de 2007 foi aprovada a cisão da Serra do Acaraí com objetivo de transferir a totalidade das ações por ela detida no capital social da Companhia para a Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda., Thema Participações Ltda., Fairfax Participações S.A. e Dereck Participações Ltda;
- Em 7 de fevereiro de 2007, o Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações subscreveu e integralizou 122.000 novas ações ordinárias da Companhia, pelo valor de R$12,2 milhões, a um preço de R$100,00 por ação, ou R$1,54 por ação, ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007;
- Em 8 de fevereiro de 2007, foi aprovado, em Assembléia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações da Companhia, à razão de 1 para 65 ações; e
- Em 28 de fevereiro de 2007 Sr. Serkan Güleç, membro da família controladora do grupo OzLider, contribuiu na Companhia as ações representativas de 25% do capital da Metalfrio Turquia (que passou a ser nossa subsidiária integral), para fins de integralização de 3,5% de nossas ações ordinárias.

PARTICIPAÇÃO DE MERCADO E DEMAIS INFORMAÇÕES

Fazemos declarações neste Prospecto sobre várias estimativas, incluindo estimativas de mercado, o detalhamento histórico e futuro, entre diversos tipos de produtos, de nossas vendas no nosso setor, nossa situação em relação aos nossos concorrentes e nossa "penetração ou presença de mercado" no setor de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* e nossa "participação de mercado" (conforme definidas abaixo). Tais informações, incluindo aquelas relativas à indústria e mercado de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* apresentadas neste Prospecto foram obtidas nos relatórios das consultorias independentes, e informações disponibilizadas pela Freedonia, uma companhia independente especializada em análise de mercado, e Oxygen Trade, que é parte do Sense – Envirosell – Grupo IPDM. Também incluímos dados de relatórios preparados pelo IBGE e pelo Banco Central. Embora não tenhamos nenhuma razão para acreditar que estas informações estão equivocadas em qualquer aspecto material, não verificamos independentemente estas informações.

Neste Prospecto, nos referimos a dados de penetração ou presença de mercado retirados de pesquisas conduzidas pela Oxygen Trade. A penetração ou presença de mercado foi calculada com base na presença de nossos refrigeradores comerciais nas localidades pesquisadas pela Oxygen Trade. Uma penetração de mercado de 100% significaria que todas as localidades pesquisadas pela Oxygen Trade teriam, no mínimo, um refrigerador comercial produzido por nós, não obstante a eventual existência de refrigeradores de outras empresas.

Nos referimos ainda a dados de participação de mercado, que são calculados com base no número de refrigeradores comerciais de cada marca encontrados nos pontos de vendas pesquisados pela Oxygen Trade com relação ao número total de refrigerados encontrados nestes pontos.

Também nos referimos à nossa capacidade de produção neste Prospecto. Calculamos nossa capacidade total de produção com base na nossa capacidade nominal de produção em três turnos para toda a nossa linha de produtos e unidades industriais. Atualmente não operamos três turnos em todas as nossas unidades industriais. E nas unidades industriais em que operamos três turnos, o fazemos somente em certos períodos do ano, tendo em vista a sazonalidade do nosso negócio. Dessa forma, nossa atual produção pode diferir significativamente da nossa capacidade total instalada.

ARREDONDAMENTOS

Determinados números incluídos neste Prospecto foram arredondados. Portanto, alguns dos totais constantes das tabelas aqui apresentadas podem não representar uma soma exata.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

IDENTIFICAÇÃO	Somos uma sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.821.041/0001-08, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.339.436.
REGISTRO NA CVM	A Companhia encontra-se registrada na CVM sob o nº 20613.
SEDE	Avenida Abrahão Gonçalves Braga, 412 04186-220 – Vila Livieiro São Paulo, SP
PRAZO DE DURAÇÃO	A Companhia tem prazo de duração indeterminado.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	Luiz Eduardo Moreira Caio.
ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	O atendimento aos nossos acionistas é feito pelo telefone (11) 6333-9002, pelo fax (11) 6333-9196 e pelo e-mail: ri@metalfrio.com.br. O atendimento aos acionista também poderá ser feito pelo Banco Itaú S.A. por meio do telefone (11) 5029-1919, pelo fax (11) 5029-1917 e pelo e-mail rosana.souza@itau.com.br.
AUDITORES INDEPENDENTES	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	Solicitamos a listagem de nossas ações na BOVESPA e nossas ações serão negociadas na BOVESPA sob o código "FRIO3".
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	As informações referentes a nós serão divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de S. Paulo.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este sumário contém um resumo das nossas atividades e de nossas informações financeiras e operacionais. O presente sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar uma decisão de investimento, o investidor deve ler este Prospecto como um todo, para uma melhor compreensão das nossas atividades e da presente Oferta, especialmente as informações contidas nas seções "Fatores de Risco" e "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais", e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, também incluídas no presente Prospecto.

A COMPANHIA

Somos uma multinacional de origem brasileira e um dos maiores fabricantes mundiais de equipamentos de refrigeração comercial do tipo *Plug-In*, sendo líder deste setor (que inclui refrigeradores e *freezers*) no Brasil e na América Latina. Desde 1960, comercializamos refrigeradores e conservadores verticais e horizontais e hoje, no mercado brasileiro, estamos presentes em 90,5% dos estabelecimentos comerciais que possuem refrigeração comercial do tipo *Plug-In* e detemos uma participação de mercado de 38,4%, em termos de unidades instaladas, de acordo com a pesquisa da Oxygen Trade. Nossa marca Metalfrio foi considerada a mais reconhecida no Brasil para refrigeração comercial do tipo *Plug-In*, pela pesquisa *Top of Mind* realizada pela Indicator Pesquisa de Mercado/ GFK Group, em 2004.

O nosso portfólio de produtos é composto de 234 modelos de refrigeradores e *freezers* verticais e horizontais do tipo *Plug-In*, que possuem diversas aplicações, tais como refrigeração de cervejas, refrigerantes, sorvetes e alimentos congelados e resfriados em geral. Tendo em vista suas múltiplas funções – refrigeração, exposição e divulgação - nossos produtos são utilizados como pontos de venda refrigerados em supermercados, restaurantes, lojas de conveniência, bares e outros locais onde haja venda de produtos resfriados ou congelados ao público, constituindo, portanto, parte da estratégia de marketing de nossos clientes. Por essa razão, a maior parte dos nossos produtos possui *design* diferenciado e customizado para divulgação visual da logomarca de nossos clientes.

Por meio de distribuição direta ou através de distribuidores e representantes comerciais, localizados em 77 países nos cinco continentes, fornecemos nossos produtos para clientes que estão entre os maiores fabricantes mundiais de bebidas e comidas resfriadas ou congeladas. Operamos cinco unidades industriais, sendo duas localizadas no Brasil, uma na Dinamarca, uma na Turquia e uma na Rússia, além de um centro de distribuição próprio nos Estados Unidos da América.

Após a aquisição de nosso controle por nossos atuais acionistas e alteração da nossa composição societária em janeiro de 2004, passamos por um processo de reposicionamento estratégico, focado no aumento de rentabilidade e na expansão e globalização de nossas atividades. Como resultado, em 2006 vendemos 281,7 mil unidades, contra 206,7 mil vendidas em 2005, e 175,6 mil em 2004, um aumento de 60,1%. Em 2006, nossa receita líquida dos produtos vendidos atingiu R$295,9 milhões, registrando um crescimento anual composto, ou CAGR, de 37,6% em relação a 2004, e nosso EBITDA Ajustado e nosso lucro líquido alcançaram R$24,9 milhões e R$17,0 milhões em 2006, registrando um CAGR de 84,8% e 171,9% em relação à 2004, respectivamente.

Recentemente iniciamos um processo de crescimento e internacionalização de nossa Companhia por meio: (i) da aquisição no segundo semestre de 2006 de ativos do Grupo Caravell/Derby na Dinamarca, incluindo suas atividades na Rússia; e (ii) do início em janeiro de 2007 das operações de nossa unidade industrial na Turquia. Os resultados das nossas operações internacionais passaram a ser consolidados em nossas demonstrações financeiras a partir da data da reestruturação societária que consolidou as participações na Metalfrio ou do início das respectivas operações. Nossas operações internacionais representavam 1,1% da nossa receita bruta do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, e 35,4% de nossos ativos em 31 de dezembro de 2006. Em 2007, os resultados de nossas Controladas serão integralmente consolidadas durante todo o exercício social. Desta forma, esperamos que a participação das Controladas em nossos negócios seja substancialmente maior em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006.

O quadro a seguir apresenta as nossas informações financeiras e operacionais consolidadas nos períodos abaixo indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			
	2004	**2005**	**2006**	**CAGR[1] (%)**
	(em milhões de R$, exceto as unidades vendidas)			
Unidades Vendidas (mil)	175,6	206,7	281,7	26,7
Receita Líquida	156,2	215,0	295,9	37,6
EBITDA[2]	7,2	7,3	21,0	70,8
EBITDA Ajustado[3]	7,3	8,8	24,9	84,8
Lucro Líquido	2,3	11,2	17,0	171,9
Capacidade Produtiva no Final do Período (mil)[4]	440,0	440,0	1.170,0	63,1

(1) CAGR (*Compound Annual Growth Rate*) ou Taxa de Crescimento Anual Composto entre 2004 e 2006.
(2) Para a definição de EBITDA, veja a seção "Definições" neste Prospecto. A reconciliação do lucro líquido com o EBITDA está apresentada na seção "Resumo das Demonstrações Financeiras".
(3) Para a definição de EBITDA Ajustado, veja a seção "Definições" neste Prospecto. A reconciliação do lucro líquido com o EBITDA Ajustado está apresentada na seção "Resumo das Demonstrações Financeiras".
(4) Considerando-se os três turnos de produção de todas as linhas de produto.

REALIZAÇÕES RECENTES

Com o intuito de atender a demanda de nossos clientes e de nos beneficiarmos da tendência mundial de consolidação da indústria de alimentos e bebidas (que engloba nossos principais clientes), iniciamos em 2004 um processo de expansão e internacionalização através de aquisições de concorrentes, exportações de produtos e investimentos industriais. Como conseqüência destas iniciativas, a nossa capacidade de produção aumentou em aproximadamente 166% de 01 de janeiro de 2004 para 31 de dezembro de 2006. As seguintes ações podem ser destacadas:

- em julho de 2004, compra dos ativos operacionais da Reubly, uma empresa tradicional do nosso ramo no Brasil, com uma penetração de 16,0% e *participação de mercado* de 6,8%, em termos de unidades instalada, segundo pesquisa da Oxygen Trade realizada em 2007;
- em fevereiro de 2006, formalização de uma *joint-venture* com o grupo turco OzLider para a instalação de uma unidade industrial na cidade de Manisa, na Turquia, com o objetivo de atender a demanda do mercado europeu, nos beneficiando (i) dos custos competitivos de mão-de-obra, componentes, matéria-prima e frete, (ii) da ausência de barreiras comerciais da Turquia para certos países europeus, (iii) do acesso a grande número de fornecedores presentes na região e (iv) da proximidade ao mercado do Leste Europeu. Em 28 de fevereiro de 2007, a *joint-venture* passou a ser nossa subsidiária integral e o Sr. Serkan Güleç, membro da família controladora do grupo OzLider, se tornou acionista minoritário da Companhia;
- em julho de 2006, aquisição de ativos anteriormente pertencentes ao Grupo Caravell e Derby, membros de um dos grupos mais tradicionais do nosso setor no mundo, com forte presença na Europa e alto reconhecimento nos EUA, incluindo (i) os ativos de duas unidades industriais localizadas em Aalestrup e Løgstrup, na Dinamarca; (ii) as marcas de renome internacional "Caravell", "Derby", "Gram" e "Esta"; e (iii) uma participação de 80% no capital da Metalfrio Rússia, que detém os ativos relacionados às atividades desenvolvidas na nossa unidade industrial em Kaliningrado, na Rússia, em parceria com o IO Fund. A aquisição destes ativos trouxe tecnologia de ponta e *design* presentes nos produtos daquele grupo, estrutura de distribuição e de serviços de suporte e pós-venda nas regiões da Europa, Rússia, Leste Europeu, América do Norte e outros;
- no último trimestre de 2006, transferência de todos os equipamentos da unidade industrial de Løgstrup, na Dinamarca, para a unidade industrial localizada em Kaliningrado, na Rússia, com o objetivo de atendermos o mercado do leste europeu nos beneficiando da redução de custos e do aumento de competitividade. Iniciamos na unidade industrial russa a produção de *freezers* horizontais. Anteriormente essa unidade montava refrigeradores e conservadores horizontais pré-fabricados pelo Sistema CKD. Essa unidade industrial em Kaliningrado, na Rússia, goza de localização privilegiada em relação ao mercado do Leste Europeu, além de custos competitivos de mão-de-obra, componentes, matéria-prima, frete e incentivos fiscais;

- no último trimestre de 2006, transferência dos equipamentos da linha de produção de *freezers* verticais de nossa unidade industrial de Aalestrup, na Dinamarca, para nossa unidade industrial em Manisa, na Turquia. Mantemos apenas a linha de *freezers* horizontais, nossa linha com maior grau de automatização, operando em Aalestrup;
- em outubro de 2006, abertura de uma nova unidade industrial no estado do Mato Grosso do Sul gerando um aumento de 110 mil unidades/ano na nossa capacidade produtiva no Brasil; e
- em dezembro de 2006, aquisição dos ativos das empresas Coldmotion, RPS e Caravell USA, importantes distribuidores dos produtos do Grupo Caravell/Derby e da Metalfrio nos EUA. Acreditamos que esse movimento nos possibilitará obter maior penetração no mercado norte-americano. Os ativos adquiridos incluem, um centro de distribuição com capacidade de armazenamento de aproximadamente 22 mil refrigeradores, localizado no estado do Texas, nos Estados Unidos. Além disso, esta aquisição nos agrega relacionamentos com clientes e estrutura de distribuição e de serviços de suporte e pós-venda para nossos produtos nos Estados Unidos.

Adicionalmente, iniciamos recentemente o processo de avaliação de oportunidades para aquisição de concorrentes e/ou de montagem de estrutura local de produção em outros mercados da América Latina, tendo em vista nosso atual volume de exportações para países latino americanos, notadamente para Argentina e México. Acreditamos que por meio de produção local nestes países nos beneficiaríamos de aumentos de margens, redução nos custos de frete, eliminação de tarifas e custos competitivos de mão de obra, além de nos aproveitamos de certos tratados internacionais como o NAFTA e o pacto Andino. O recente aumento de nossas exportações de *freezers* verticais de baixa temperatura com o padrão "véu de noiva" (fina camada de gelo que envolve garrafas de vidro geladas armazenadas em *freezers*) para a América Latina também nos faz acreditar no potencial de introdução deste produto na região, o que daria suporte adicional à nossa estratégia de presença local em novos mercados com manufatura e estrutura de serviços de suporte e pós venda.

VANTAGENS COMPETITIVAS

Acreditamos possuir as seguintes vantagens competitivas:

Posição de liderança na América Latina. Com atuação no mercado há mais de 40 anos, somos o líder do setor de refrigeração comercial *Plug-In* no Brasil e na América Latina, sendo um dos mais tradicionais fabricantes de refrigeradores comerciais no mercado brasileiro, com penetração de 90,5% e *participação de mercado* de 38,4%, em termos de unidades instaladas, segundo a Oxygen Trade. Construímos uma marca com alto nível de percepção de valor e um portfólio de clientes fiéis, através da qualidade, durabilidade e competitividade de nossos produtos e da atenção devotada aos serviços de suporte e pós-venda dentro do conceito *"life cycle"* criado por nós em 2005, que oferece manutenção e assistência técnica completa.

Presença global e ganhos de escala. Acreditamos que nossa compreensão da dinâmica da indústria global do setor de refrigeração e dos mercados de nossos clientes, aliada à localização estratégica das fábricas, proporcionam um importante diferencial no atendimento às necessidades de nossos clientes dentro do nosso princípio de "atendimento local para clientes globais". Nossa expansão para novos países é determinada pela identificação de oportunidades estratégicas e pela demanda de nossos maiores clientes, grandes empresas multinacionais por serviços locais oferecidos por fornecedores multinacionais. A nossa relação de confiança com nossos clientes de maneira recorrente nos dá a oportunidade de expandir nossas operações internacionais para os diferentes países em que operam. Além disso, com a dimensão de nossas operações, a centralização de decisões administrativas em nossa matriz brasileira e o relacionamento construído com nossos principais fornecedores, esperamos nos beneficiar de ganhos de escala, que podem ser traduzidos em redução de custos administrativos, de componentes e de matérias-primas.

Desenvolvimento tecnológico e alta qualidade de produtos e serviços. Acreditamos ser reconhecidos pela inovação tecnológica e qualidade de nossos produtos. Possuímos certificação de qualidade no Brasil e no exterior por reconhecidas instituições independentes, tais como ISO, IEC, UL, ANCE, NSF, ABNT e IRAM. Além disso, buscamos introduzir tecnologias inovadoras em nossos produtos. Abaixo listamos alguns exemplos:

(i) os *freezers* super gelados para cervejas, que possuem controle inteligente de temperatura de acordo com condições ambientais externas e quantidade armazenada de garrafas, mantendo a cerveja no limiar do congelamento, proporcionando aos produtos o efeito "véu de noiva", lançados em 2000;

(ii) a tecnologia "*thermal flow control*", ou TFC, que permite que a temperatura dos refrigeradores se ajuste automaticamente a diferentes condições climáticas lançada em 2006, e sobre a qual detemos direito de uso exclusivo até 2010, exceto na Índia;

(iii) a tecnologia patenteada *"self close"* de fechamento automático de portas deslizantes em refrigeradores horizontais, lançada em 2006;

(iv) a linha de refrigeradores horizontais do tipo "*wave*" para sorvetes e congelados, com design exclusivos em linhas curvas, proporcionando maior área de exposição de produtos através de tampas mais amplas e com uma melhor acessibilidade aos produtos; e

(v) a Caravell foi uma das primeiras empresas no mundo a produzir refrigeradores totalmente livres de cloro flúor carbono, ou CFC, gás que destrói a camada de ozônio, e a Metalfrio foi pioneira nesta tecnologia no Brasil, em 1995.

Acreditamos que a qualidade e a durabilidade dos nossos produtos, aliadas ao seu *design* avançado, ao acabamento sofisticado e à introdução de modernos conceitos de apresentação, tornam os nossos produtos um importante instrumento de marketing de nossos clientes. O alto nível de desenvolvimento tecnológico dos nossos produtos também busca garantir aos nossos clientes economia de energia, menor incidência de falhas técnicas e maior segurança para os produtos expostos.

Baixo custo de produção e localização estratégica. Acreditamos que as nossas unidades industriais estejam estrategicamente localizadas em países com: (i) alto potencial de crescimento e exportação dos nossos produtos, como por exemplo na Rússia e Turquia; (ii) custos competitivos de mão-de-obra, componentes e matérias-primas; e (iii) fornecedores qualificados. Além disso, grande parte das nossas unidades se aproveitam de posicionamento logístico eficiente, junto a redes de escoamento de produção e próximas aos nossos principais mercados consumidores da América Latina e Europa. Algumas de nossas unidades se beneficiam de reduzidas barreiras tarifárias para exportação e incentivos fiscais. Nossa presença em diversos mercados reduz ainda, a nossa exposição a eventuais instabilidades e sazonalidades e potenciais eventos de um único mercado local, permitindo que nos beneficiemos da troca de experiências e das diferentes capacitações técnicas de nossos funcionários espalhados pelo mundo no desenvolvimento de alternativas inovadoras para diferentes ambientes, condições de temperatura e umidade.

Posição estratégica para nos beneficiarmos de setores de crescimento acelerado. Acreditamos que a combinação da nossa liderança na América Latina, presença em diversos mercados, alta qualidade de produtos e serviços de suporte e pós-venda, e capacidade de produção estrategicamente instalada, nos posiciona de forma única para aproveitarmos as oportunidades resultantes do crescimento dos mercados de cerveja, refrigerante, sorvete, alimentos congelados e resfriados em geral. Isto porque, além de possuirmos boa penetração em mercados maduros, tais como Europa Ocidental e Estados Unidos da América, gozamos de excelente reputação e presença em mercados com alto potencial de crescimento de consumo daqueles produtos, tais como Brasil, Turquia e Rússia.

Gestão com histórico comprovado de crescimento e geração de valor. Nossos administradores implantaram a partir de 2004, quando houve a mudança de controle da Companhia, uma cultura de geração de valor que se caracteriza por (i) uma ampliação das margens de rentabilidade com incentivos apropriados para os funcionários, (ii) um foco em redução de custos, aumento da eficiência da cadeia de valor e inovação de produtos, (iii) uma aceleração do crescimento e internacionalização do grupo, e (iv) aplicação das melhores práticas de governança corporativa tais como as descritas no Novo Mercado. Para alcançar estes resultados, contamos com um quadro de Diretores com ampla experiência na indústria de refrigerados comerciais do tipo *Plug-In*. Estes fatores combinados têm nos permitido melhorar o desempenho operacional da Companhia, que se reflete no crescimento acelerado da receita líquida e de nossos indicadores de rentabilidade. Entre 2004 e 2006, a nossa receita líquida registrou um CAGR médio de 37,6% a.a., enquanto nosso EBITDA Ajustado registrou um CAGR médio de 84,8% a.a. no mesmo período, e em 2006 tivemos retorno sobre o patrimônio líquido médio de 24,0%. Estes fatores combinados com nossa gestão de caixa nos levaram a uma sólida posição financeira, com uma baixa relação dívida líquida/EBITDA Ajustado de 0,8 em 31 de dezembro de 2006 (dívida líquida é o resultado da soma de empréstimos e financiamentos do circulante e do não-circulante subtraída das disponibilidades e aplicações financeiras).

ESTRATÉGIA

Nossa estratégia para maximizar valor para os nossos acionistas é baseada nos seguintes princípios:

Foco no conceito de pontos de vendas refrigerados. Pretendemos continuar a conceber e posicionar nossos produtos como instrumentos de marketing para nossos clientes. Nos principais mercados onde atuamos, a temperatura dos produtos de nossos clientes compõe elemento fundamental no desempenho de sua venda, não somente pela sua conservação, mas também pelo seu impacto para estimular compras pelo consumidor final. Além disso, o espaço publicitário dos pontos de vendas refrigerados compõe relevante elemento de atração visual para os consumidores, criando não somente um diferencial competitivo para nossos clientes, mas também aumentando as vendas de seus produtos para consumidores finais através da geração de compras de impulso. O nosso modelo de negócios permite a produção em escala de refrigerados comerciais do tipo *Plug-In*, com possibilidade de personalização de acordo com os interesses de nossos clientes. Pretendemos continuar a concentrar nossos esforços no desenvolvimento de produtos diferenciados para atender às necessidades específicas da estratégia de marketing de nossos clientes, como por exemplo, a expansão de venda de unidades "*véu de noiva*" para mercados selecionados da América Latina e outros países de clima e hábitos semelhantes.

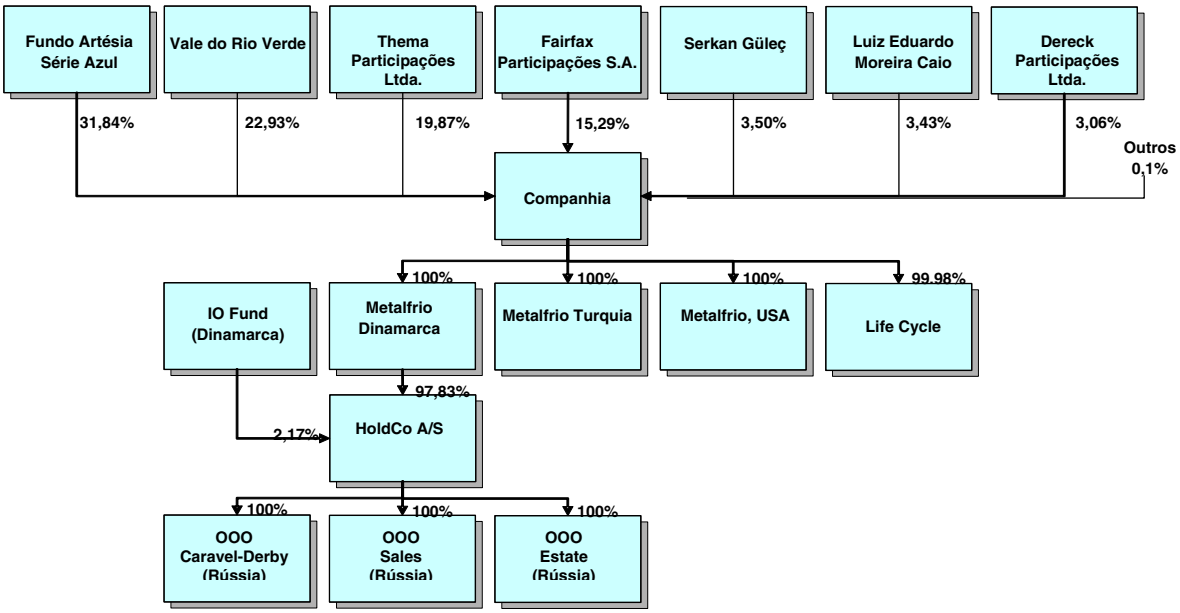
Reafirmar nossa posição de liderança na América Latina, e aumentar nossa presença no mercado global, por meio de crescimento orgânico e aquisições, atuando como consolidador de mercado. Pretendemos reafirmar nossa posição de liderança na América Latina por meio da oferta de produtos de qualidade diferenciada, do estreitamento de nossos relacionamentos com clientes e da fidelização de nossos clientes através do conceito "*life cycle*" de serviços de suporte e pós-venda. Planejamos, ainda, expandir nossa presença em mercados com alto potencial de crescimento, como o Leste Europeu, através de nossa unidade industrial em Kaliningrado, na Rússia. Também planejamos expandir nossas atividades e consolidar nossa posição no mercado norte-americano através da nossa unidade de distribuição no Texas, nos Estados Unidos, além de fortalecer nossa presença em mercados maduros da Europa Ocidental e o Oriente Médio a partir das nossas unidades industriais na Dinamarca e Turquia. Acreditamos que com nossas expansões nos beneficiaremos da demanda de fornecimento global de nossos principais clientes. Permaneceremos, ainda, constantemente monitorando o setor em que atuamos com o objetivo de detectar novas oportunidades de aquisições estratégicas de concorrentes, notadamente em novos mercados da América Latina, na Ásia e América do Norte, onde a indústria de refrigeração ainda se encontra em processo de consolidação. O crescimento de nosso volume de exportações dentro da América Latina, notadamente no México e Argentina, nos motivou a iniciar um processo de análise de potenciais alvos para a aquisição nestes mercados. Estamos atualmente em processo de análise de investimos e acreditamos que após a Oferta, podemos vir a adquirir alvos estratégicos localizados nos mercados para os quais já exportamos na América Latina, investindo até 10% do recursos obtidos na Oferta Primária.

Aproveitar oportunidades de ganho de escala geradas pela nossa recente expansão. Acreditamos que a nossa recente expansão tornou economicamente interessante a verticalização da produção de certos componentes e gerará um substancial ganho de escala global com oportunidades de redução de custos. O nosso novo patamar de escala de produção gerou maior poder de barganha nas negociações de componentes e matérias primas com fornecedores globais, reduzindo os custos de aquisição de tais produtos. Além disso, nos próximos anos, pretendemos maximizar todas as oportunidades de ganhos escala advindas de nossa recente expansão e, ainda, concentrar nossos esforços de planejamento, nossos sistemas e nossas demais áreas administrativas de suporte no Brasil.

Expandir para novos mercados nosso conceito de venda direta desenvolvida no Brasil. A venda de produtos para nossos clientes globais presentes na América Latina é feita através de relacionamento direto com o cliente, que gera margens mais atraentes do que aquelas obtidas pelas vendas através de distribuidores e nos permite desenvolver relacionamentos mais próximos com nossos clientes. As operações recentemente adquiridas na Europa se utiliza de canais indiretos de vendas focados em relacionamentos construídos através de distribuidores e representantes. Além de manter os canais de distribuição atuais no mercado europeu, pretendemos utilizar a nossa abordagem de vendas e marketing utilizada no mercado latino-americano para aumentar as vendas diretas a clientes nos novos mercados. Também estamos trabalhando para incrementar nossas vendas diretas nestes mercados para clientes globais que são atualmente atendidos diretamente do Brasil.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O organograma abaixo apresenta a nossa estrutura acionária na data deste Prospecto:



A Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda. é 99,99% detida por MFL. A Thema Participações Ltda. é 99,99% detida por ETR. A Fairfax Participações S.A. é 96,06% detida pelo Fundo Artesia Exclusive de Investimentos em Participações e 3,94% detida por MRC. O Fundo Artesia Exclusive de Investimentos em Participações é administrado pelo Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e gerido pela Artesia Gestão de Recursos S.A. A totalidade das quotas do Fundo Artesia Exclusive de Investimentos em Participações é detida por CEI. A totalidade do capital social da CEI é detida indiretamente por um trust, que tem como beneficiários MRC e seus familiares. A totalidade das ações da Artésia Gestão de Recursos S.A. é detida por MRC e MFL, em igual proporção. O Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com endereço na Avenida Presidente Wilson, 231, 11º andar, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, e é gerido pela Artésia Gestão de Recursos S.A. A totalidade das quotas do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações são direta ou indiretamente detidas por MFL, ERT, AEI e MFR, à proporção de 37,5%, 32,5%, 25% e 5%, respectivamente. A totalidade do capital social da AEI é detida indiretamente por um trust, que tem como beneficiários MRC e seus familiares.

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O resumo das demonstrações financeiras consolidadas é derivado das nossas demonstrações financeiras, controladora e consolidado, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, conforme parecer dos auditores independentes incluídos neste Prospecto.

Nossas demonstrações financeiras, controladora e consolidado, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006 estão incluídas neste Prospecto.

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 incluem (i) ativos, passivos nesta data e o resultado da Metalfrio Dinamarca para o período de 1 de dezembro a 31 de dezembro de 2006; (ii) ativos, passivos nesta data e o resultado da Metalfrio Rússia (indiretamente por meio da consolidação da Metalfrio Dinamarca) para o período de 1 de dezembro a 31 de dezembro de 2006; (iii) ativos, passivos nesta data e o resultado da Metalfrio USA para o período de 11 de dezembro a 31 de dezembro de 2006; e (iv) ativos, passivos nesta data e o resultado da Life Cycle para o período de 1 de dezembro a 31 de dezembro de 2006 e (v) ativos, passivos nesta data da Metalfrio Turquia tendo em vista que esta se encontrava em fase pré-operacional em 2006. Veja "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais" para uma descrição de nossa recente reestruturação.

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras, incluídas neste Prospecto, e com a seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais".

Informamos a ocorrência dos seguintes eventos subseqüentes a 31 de dezembro de 2006:

- Em 5 de janeiro de 2007, os quotistas da Companhia aprovaram, por unanimidade, a distribuição de dividendos no valor de R$25.491 mil, realizada em 23 de março de 2007;

- Em 19 de janeiro de 2007, a Companhia foi transformada em uma sociedade anônima, passando a ser denominada Metalfrio Solutions S.A. conforme deliberação de seus sócios, por unanimidade, em Assembléia Geral Extraordinária;

- Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia quitou o contrato de retenção com o Sr. Luiz Eduardo Moreira Caio, no valor de R$1,7 milhões;

- Em 21 de janeiro de 2007 foi aprovada a cisão da Serra do Acaraí com objetivo de transferir a totalidade das ações por ela detida no capital social da Companhia para a Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda., Thema Participações Ltda., Fairfax Participações S.A. e Dereck Participações Ltda;

- Em 7 de fevereiro de 2007, o Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações subscreveu e integralizou 122.000 novas ações ordinárias da Companhia, pelo valor de R$12,2 milhões, a um preço de R$100,00 por ação, ou R$1,54 por ação, ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007;

- Em 8 de fevereiro de 2007, foi aprovado, em Assembléia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações da Companhia, à razão de 1 para 65 ações; e

- Em 28 de fevereiro de 2007 Sr. Serkan Güleç, membro da família controladora do grupo OzLider, contribuiu na Companhia as ações representativas de 25% do capital da Metalfrio Turquia (que passou a ser nossa subsidiária integral), para fins de integralização de 3,5% de nossas ações ordinárias.

Demonstrações Financeiras Consolidadas de relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006

Demonstrações de Resultado Consolidadas

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de							
	2004	% da Receita Líquida	2005	% da Receita Líquida	2006	% da Receita Líquida	Var % 2005/ 2004	Var % 2006/ 2005
	(em milhares de reais, exceto percentuais)							
Receita Bruta	**220.312**	**141,1**	**297.978**	**138,6**	**421.151**	**142,3**	**35,3**	**41,3**
Vendas de produtos e serviços no mercado nacional	182.646	117,0	234.788	109,2	383.924	129,8	28,5	63,5
Vendas no mercado externo	37.666	24,1	63.190	29,4	37.227	12,6	67,8	(41,1)
Deduções de Receitas:								
Impostos incidentes sobre vendas	(56.946)	(36,5)	(74.285)	(34,6)	(119.838)	(40,5)	30,4	61,3
Devoluções e abatimentos	(7.193)	(4,6)	(8.694)	(4,0)	(5.456)	(1,8)	20,9	(37,2)
Receita Líquida de Produtos e Serviços Vendidos	**156.173**	**100,0**	**214.999**	**100,0**	**295.857**	**100,0**	**37,7**	**37,6**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(123.639)	(79,2)	(180.363)	(83,9)	(244.907)	(82,8)	45,9	35,8
Lucro Bruto	**32.534**	**20,8**	**34.636**	**16,1**	**50.950**	**17,2**	**6,5**	**47,1**
Receitas (despesas) Operacionais:								
Despesas com vendas	(20.435)	(13,1)	(22.685)	(10,6)	(24.948)	(8,4)	11,0	10,0
Despesas administrativas e gerais	(6.162)	(3,9)	(5.633)	(2,6)	(7.035)	(2,4)	(8,6)	24,9
Honorários – Administração	(819)	(0,5)	(858)	(0,4)	(946)	(0,3)	(4,8)	10,26
Outras receitas (despesas) operacionais	(68)	(0,0)	(355)	(0,2)	134	0,0	422,1	(137,7)
Total das Receitas (Despesas) Operacionais	**(27.484)**	**(17,6)**	**(29.531)**	**(13,7)**	**(32.795)**	**(11,1)**	**7,4**	**11,1**
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	**5.050**	**3,2**	**5.105**	**2,4**	**18.155**	**6,1**	**1,1**	**255,6**
Resultado Financeiro Líquido	(2.274)	(1,5)	11.796	5,5	7.968	2,7	(618,7)	(32,5)
Lucro Operacional	**2.776**	**1,8**	**16.901**	**7,9**	**26.123**	**8,8**	**508,8**	**54,6**
Resultado Não Operacional	(110)	(0,1)	(824)	(0,4)	(2.159)	(0,7)	649,1	162,0
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**2.666**	**1,7**	**16.077**	**7,5**	**23.964**	**8,1**	**503,0**	**49,1**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(328)	(0,2)	(4.867)	(2,3)	(6.978)	(2,4)	1.383,8	43,4
Lucro Líquido antes da Participação dos Minoritários	**2.338**	**1,5**	**11.210**	**5,2**	**16.986**	**5,7**	**379,5**	**51,5**
Participação dos Minoritários	0	0,0	0	0,0	3	0,0	n/s	n/s
Lucro Líquido do Exercício	**2.338**	**1,5**	**11.210**	**5,2**	**16.989**	**5,7**	**379,5**	**51,5**

Balanço Patrimonial Consolidado

	Em 31 de dezembro de							
	2004	% do Total	2005	% do Total	2006	% do Total	Var % 2005/ 2004	Var % 2006/ 2005
	(em milhares de reais, exceto percentuais)							
Ativo								
Circulante								
Disponibilidades e aplicações financeiras	18.683	24,9	48.774	36,6	72.897	28,7	161,1	49,5
Contas a receber de clientes	27.809	37,1	34.421	25,8	78.306	30,8	23,8	127,5
Estoques	12.978	17,3	18.209	13,7	42.088	16,6	40,3	131,1
Impostos a recuperar	1.962	2,6	5.865	4,4	4.692	1,8	198,9	(20)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.336	1,8	553	0,4	1.088	0,4	(58,6)	96,7
Partes relacionadas	0	0,0	969	0,7	0	0,0	n/a	(100,0)
Outras contas a receber	350	0,5	333	0,2	3.677	1,4	(4,9)	1.004,2
Total do ativo circulante	**63.118**	**84,2**	**109.124**	**81,9**	**202.748**	**79,8**	**72,9**	**85,8**
Não Circulante								
Realizável a Longo Prazo								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56	0,1	36	0,0	785	0,3	(35,7)	2.080,6
Impostos a recuperar	168	0,2	169	0,1	293	0,1	0,6	73,4
Imobilizado, líquido	10.367	13,8	21.103	15,8	37.650	14,8	103,6	78,4
Intangível	687	0,9	598	0,4	7.454	2,9	(13,0)	1.146,5
Diferido	530	0,7	2.236	1,7	5.091	2,0	321,8	127,7
Total do ativo não circulante	**11.808**	**15,8**	**24.142**	**18,1**	**51.273**	**20,2**	**104,5**	**112,4**
Total do ativo	**74.926**	**100,0**	**133.266**	**100,0**	**254.021**	**100,0**	**77,9**	**90,6**
Passivos								
Circulante								
Fornecedores	21.358	28,5	26.515	19,9	60.716	23,9	24,1	128,9
Empréstimos e financiamentos	2.631	3,5	13.339	10,0	31.905	12,6	407,0	139,2
Obrigações tributárias	2.400	3,2	3.677	2,8	10.724	4,2	53,2	191,7
Salários e encargos sociais a recolher	1.436	1,9	1.561	1,2	5.315	2,1	8,7	240,5
Provisões diversas	4.717	6,3	2.669	2,0	4.440	1,7	(43,4)	66,4
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0,0	1.449	1,1	2.193	0,9	n/a	51,3
Partes relacionadas	72	0,1	0	0,0	1.497	0,6	(100,0)	n/a
Outras contas a pagar	762	1,0	1.338	1,0	6.418	2,5	75,6	379,7
Total do passivo circulante	**33.376**	**44,5**	**50.548**	**37,9**	**123.208**	**48,5**	**51,5**	**143,7**
Não Circulante								
Exigível a Longo Prazo								
Empréstimos e financiamentos	11.269	15,0	29.551	22,2	61.850	24,3	162,2	109,3
Obrigações tributárias	5.370	7,2	5.247	3,9	1.470	0,6	(2,3)	(72,0)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0,0	3.450	2,6	2.745	1,1	n/a	(20,4)
Provisão	156	0,2	79	0,1	371	0,1	(49,4)	369,6
Partes relacionadas	0	0,0	1.398	1,0	0	0,0	n/s	(100,0)
Outras contas a pagar	0	0,0	0	0,0	4.045	1,6	n/s	n/s
Total passivo não circulante	**16.795**	**22,4**	**39.725**	**29,8**	**70.481**	**27,7**	**136,5**	**77,4**
Participação de Minoritários	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**1.001**	**0,4**	**n/s**	**n/s**
Capital social	24.781	33,1	24.781	18,6	24.781	9,8	0,0	0,0
Reserva de capital	0	0,0	612	0,5	2.361	0,9	n/s	285,8
Reserva de reavaliação	0	0,0	8.066	6,1	6.698	2,6	n/s	(17,0)
Lucros (prejuízos) acumulados	(26)	(0,0)	9.534	7,2	25.491	10,0	n/s	167,4
Total do patrimônio líquido	**24.755**	**33,0**	**42.993**	**32,3**	**59.331**	**23,4**	**73,7**	**38,0**
Total do Passivo e Patrimônio líquido	**74.926**	**100,0**	**133.266**	**100,0**	**254.021**	**100,0**	**77,9**	**90,6**

Reconciliação do Lucro líquido para o EBITDA e EBITDA Ajustado

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2004	**2005**	**2006**
	(em milhares de reais)		
Lucro Líquido	2.338	11.210	16.989
Depreciação e Amortização	2.248	3.055	5.006
Resultado Financeiro Líquido	2.274	(11.796)	(7.968)
Imposto de Renda e Contribuição Social	328	4.867	6.978
EBITDA[1]	**7.188**	**7.336**	**21.005**
Resultado Não Operacional	110	824	2.159
Ajustes de Benefícios Fiscais	0	612	1.748
EBITDA Ajustado[2]	**7.298**	**8.772**	**24.912**
Margem EBITDA[3] (%)	4,6	3,4	7,1
Margem EBITDA Ajustado[4] (%)	**4,7**	**4,1**	**8,4**

(1) Para a definição de EBITDA, veja a seção "Definições" neste Prospecto.
(2) Para a definição de EBITDA Ajustado, veja a seção "Definições" neste Prospecto. A reconciliação do lucro líquido com o EBITDA Ajustado está apresentada na seção "Resumo das Demonstrações Financeiras".
(3) Margem EBITDA corresponde ao EBITDA dividido pela receita líquida.
(4) Margem EBITDA Ajustado corresponde ao EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida.

SUMÁRIO DA OFERTA

Companhia	Metalfrio Solutions S.A.
Acionista Vendedor	Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações.
Coordenador Líder	Banco UBS Pactual S.A.
Coordenadores da Oferta	Banco UBS Pactual S.A. e Banco Merrill Lynch de Investmentos S.A.
Coordenadores Contratados	Banco Santander Banespa S.A., Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, BB Banco de Investimento S.A. e Banco Fator S.A.
Agentes de Colocação Internacional	UBS Securities LLC e Merrill Lynch, Pierce Fenner & Smith Incorporated.
Oferta	Distribuição pública de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, pelas Instituições Participantes da Oferta, nos termos da Instrução CVM 400, e com esforços de colocação da Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional e determinadas instituições por eles contratadas, nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Regra 144A, em operações isentas de registro, em conformidade com o disposto no *Securities Act*, e, nos demais países, de acordo com o Regulamento S.
Oferta Primária	Distribuição pública de 12.800.000 Ações, sem considerar as Ações Suplementares, a serem emitidas pela Companhia, com exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e dentro do limite de capital autorizado previsto no seu Estatuto Social.
Oferta Secundária	Distribuição pública de 7.930.000 Ações de titularidade do Acionista Vendedor.
Ações Suplementares	Quantidade suplementar de até 3.109.500 Ações, a serem emitidas pela Companhia, que poderão ser acrescidas à Oferta, equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta, conforme Opção de Lote Suplementar outorgado pela Companhia à Merrill Lynch, nos termos do artigo 24, *caput*, da Instrução CVM 400, destinadas exclusivamente a de atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser contatado no âmbito da Oferta. A Opção de Lote Suplementar poderá ser exercida pela Merrill Lynch, a seu exclusivo critério, após consulta ao Coordenador Líder, no prazo de até 30 dias, a contar da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive.

Preço por Ação	R$19,00. O Preço por Ação foi fixado após a apuração do resultado do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento, em consonância com o disposto no artigo 170, §1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 44 da Instrução CVM 400, sendo certo que a escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada pois (i) não promoverá a diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, e (ii) as Ações serão distribuídas por meio de distribuição pública primária e secundária, em que o valor de mercado das Ações a serem vendidas será determinado com a realização do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão sua ordem de compra no contexto da Oferta.
Valor Total da Oferta	R$393.870.000,00.
Capital Social	Nosso capital social atualmente encontra-se divido em 24.909.430 ações ordinárias. Após a Oferta, nosso capital social será dividido em 37.709.430 ações ordinárias, sem considerar as Ações Suplementares. Para maiores informações sobre o nosso capital social após a realização da Oferta, vide seção "Informações Relativas à Oferta".
Direitos e Vantagens das Ações	As Ações garantem aos seus titulares os direitos, vantagens e restrições estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo nosso Estatuto Social e pelo Regulamento do Novo Mercado. Para maiores informações, vide seção "Descrição do Capital Social – Direito das Ações Ordinárias".
Dividendos	As Ações conferem aos seus titulares o pagamento de dividendo obrigatório de pelo menos 25% do lucro líquido da Companhia apurado no respectivo exercício social e ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Para maiores informações, vide seção "Dividendos e Política de Dividendos – Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio".
Direito de Venda Conjunta (*Tag-Along*)	Em caso de alienação do nosso Poder de Controle, os titulares das nossas Ações têm o direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações, que deverá ser efetivada pelo adquirente do Poder de Controle, de forma a assegurar tratamento igualitário ao dispensado ao acionista alienante.

Poder de Controle Difuso

Controle Difuso significa o Poder de Controle exercido por acionista detentor de menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social. Significa, ainda, o Poder de Controle quando exercido por grupo de acionistas detentor de percentual superior a 50% do capital social em que cada acionista detenha individualmente menos de 50% do capital social e desde que estes acionistas não sejam signatários de acordo de votos, não estejam sob controle comum e nem atuem representando um interesse comum. Imediatamente após a Oferta, nenhum dos atuais acionistas da Companhia, deterão, individualmente ou em conjunto, mais de 50% das ações.

Restrições à Venda de Ações (*Lock-up*)

Nós, nossos administradores e Vale do Rio Verde, Fairfax Participações S/A e Thema Participações Ltda. que atualmente, em conjunto, detêm o controle da Companhia, celebraremos Acordo de Não Disposição, por meio do qual nos obrigaremos a não alienar as ações de nossa emissão e de sua titularidade e derivativos lastreados em tais ações, por um período de 180 dias contados da publicação do Anúncio de Início, sujeito a determinadas condições.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, nossos administradores e nosso atuais acionistas controladores, não poderão vender ou ofertar à venda ações de nossa emissão e de sua titularidade, ou derivativos lastreados em tais ações no período de seis meses subseqüentes à oferta pública inicial de ações. Após este período de seis meses, nossos administradores e nossos acionistas controladores não poderão, por seis meses adicionais, vender ou ofertar mais do que 40% de ações ou derivativos lastreados em ações de nossa emissão e de sua titularidade.

Público Alvo

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações objeto da Oferta por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a Oferta de Varejo, direcionada a Investidores Não-Institucionais, e a Oferta Institucional, direcionada a Investidores Institucionais.

Investidores Não-Institucionais

Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, bem como clubes de investimento (registrados na BOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor) que decidiram participar da Oferta de Varejo, por meio da efetivação de Pedidos de Reserva no Período de Reserva e no Período de Reserva para Partes Vinculadas.

Investidores Institucionais

Investidores pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujos valores de investimento excedam o limite máximo de R$300.000,00 estabelecido para a Oferta de Varejo, fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na Bovespa, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução 2.689 e da Instrução CVM 325.

Período de Reserva	Foi concedido aos Investidores Não-Institucionais o prazo de nove dias úteis, iniciado em 02 de abril de 2007 e encerrado em 10 de abril de 2007, inclusive, para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva.
Período de Colocação	Prazo de até 3 dias úteis, contado da data de publicação do Anúncio de Início.
Prazo de Distribuição	Prazo máximo de 6 meses, contados da data de publicação do Anúncio de Início, para realização da distribuição das Ações objeto da Oferta.
Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira da Oferta que ocorrerá no terceiro dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação do Lote Suplementar	Data de liquidação física e financeira da Opção de Lote Suplementar que ocorrerá no terceiro dia útil seguinte à data de exercício da referida Opção.
Regime de Colocação	As Ações serão colocadas no Brasil pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta. Caso a totalidade das Ações não seja colocada até o último dia do Período de Colocação, os Coordenadores da Oferta, deverão adquirir e/ou subscrever, integralizar e/ou pagar, conforme o caso, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (a) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição; e (b) o número de Ações efetivamente colocado e liquidado, observado o limite e a proporção da garantia firme de liquidação prestada por cada Coordenador da Oferta. Tal garantia é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de Bookbuilding, deferido o registro da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Distribuição, disponibilizado o Prospecto Definitivo e publicado o Anúncio de Início.
Negociação no Novo Mercado	Em 21 de março de 2007, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado com a Bovespa, cuja eficácia somente terá início na data da publicação do Anúncio de Início. As Ações serão listadas no segmento do Novo Mercado da Bovespa, onde serão negociadas sob o código FRIO3.
Estabilização do Preço das Ações	A Merrill Lynch, por intermédio da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia, no prazo de até 30 dias a contar da data da publicação do Anúncio de Início, inclusive, por meio de operações de compra e venda de ações ordinárias da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi submetido à análise prévia e aprovação da BOVESPA e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400.

Destinação dos Recursos	Os recursos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária serão utilizados da forma descrita na seção "Destinação dos Recursos". A Companhia não receberá quaisquer recursos provenientes da Oferta Secundária.
Fatores de Risco	Para ciência dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Ações, vide seção "Fatores de Risco".
Inadequação da Oferta	Não há inadequação específica da Oferta a determinado grupo ou categoria de investidor. No entanto, a presente Oferta não é adequada a investidores avessos ao risco inerente ao investimento em ações. Como todo e qualquer investimento em ações, a aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto para ciência dos fatores de risco que devem ser considerados em relação à subscrição e/ou aquisição das Ações.
Aprovações Societárias	O aumento de capital, a realização da Oferta Primária, com exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas, e a determinação da quantidade de Ações objeto da Oferta Primária foram aprovados em Reunião de nosso Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2007. A Oferta Secundária foi realizada pelo Acionista Vendedor em conformidade com o seu regulamento. O Preço por Ação foi aprovado pelo nosso Conselho de Administração em 11 de abril de 2007.
Informações Adicionais	Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta" deste Prospecto. O registro da Oferta foi solicitado por nós, pelo Acionista Vendedor e pelo Coordenador Líder em 14 de fevereiro de 2007, estando a presente Oferta sujeita à prévia aprovação da CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Relativas à Oferta" deste Prospecto.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

A composição do nosso capital social atualmente e após a conclusão da Oferta é a seguinte:

	Subscrito/Integralizado[1] [2] Composição em 31 de dezembro de 2006		Subscrito/Integralizado[2] Composição após a Oferta	
Espécie de Ações	**Quantidade**	**Valor (R$ mil)[3]**	**Quantidade[4]**	**Valor (R$ mil)[5]**
Ações Ordinárias	24.909.430	24.781	37.709.430	370.499
Total	**24.909.430**	**24.781**	**37.709.430**	**370.499**

(1) Todas as Ações emitidas foram integralizadas.
(2) Ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007.
(3) As Ações não têm valor nominal e, portanto, o valor atribuído às nossas Ações acima corresponde ao valor do nosso capital social.
(4) Considerando a colocação total da quantidade de Ações objeto da Oferta e as Ações Suplementares.
(5) Calculado com base no Preço por Ação de R$19,00. Considerando-se (a) a distribuição de dividendos no valor de R$25,5 milhões deliberada em reunião de quotistas de 5 de janeiro de 2007 (quando a Companhia era uma sociedade empresária limitada) e realizada em 23 de março de 2007, assim como (b) o aumento de capital deliberado em assembléia geral de acionistas em 7 de fevereiro de 2007, no valor de R$12,2 milhões, a um preço de R$100,00 por ação, ou R$1,54 por ação, ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007, e (c) o aumento de capital realizado em 28 de fevereiro de 2007 através do qual Serkan Güleç, membro da família controladora do grupo OzLider, contribuiu na Companhia as ações representativas de 25% do capital da Metalfrio Turquia (que passou a ser nossa subsidiária integral), para fins de integralização de 871.780 ações ordinárias.

Nosso capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias. A tabela seguinte contém informações sobre a quantidade de ações ordinárias de nossa emissão, na data deste Prospecto Preliminar e após a conclusão da Oferta.

	Na data deste Prospecto		Após a Oferta Pública[2]	
Acionistas	**Ações[1]**	**(%)**	**Ações**	**(%)**
Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações	7.930.000	31,8%	0	0,0%
Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda.	5.711.355	22,9%	5.711.355	15,2%
Thema Participações Ltda.	4.949.880	19,9%	4.949.880	13,1%
Fairfax Participações S.A.	3.807.570	15,3%	3.807.570	10,1%
Luiz Eduardo Moreira Caio	853.385	3,4%	853.385	2,3%
Serkan Güleç	871.780	3,5%	871.780	2,3%
Dereck Participações Ltda.	761.540	3,0%	761.540	2,0%
MFL	8.905	0,0%	8.905	0,0%
ETR	7.800	0,0%	7.800	0,0%
MRC	6.045	0,0%	6.045	0,0%
MFR	1.170	0,0%	1.170	0,0%
Outros	0	0,0%	20.730.000	55,0%
Total	**24.909.430**	**100,0%**	**37.709.430**	**100,0%**

(1) Ajustadas para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65.
(2) Sem considerar Ações Suplementares.

A Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda. é 99,99% detida por MFL, presidente do nosso Conselho de Administração.

A Thema Participações Ltda. é 99,99% detida por ETR, membro do nosso Conselho de Administração.

A Fairfax Participações S.A. é 96,06% detida pelo Fundo Artesia Exclusive de Investimentos em Participações e 3,94% detida por MRC. O Fundo Artesia Exclusive de Investimentos em Participações é administrado pelo Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e gerido pela Artesia Gestão de Recursos S.A. A totalidade das quotas do Fundo Artesia Exclusive de Investimentos em Participações é detida por CEI. A totalidade do capital social da CEI é detida indiretamente por um trust, que tem como beneficiários MRC e seus familiares. A totalidade das ações da Artésia Gestão de Recursos S.A. é detida por MRC e MFL, em igual proporção.

O Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com endereço na Avenida Presidente Wilson, 231, 11º andar, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, e é gerido pela Artésia Gestão de Recursos S.A. A totalidade das quotas do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações são direta ou indiretamente detidas por MFL, ERT, AEI e MFR, à proporção de 37,5%, 32,5%, 25% e 5%, respectivamente. A totalidade do capital social da AEI é detida indiretamente por um trust, que tem como beneficiários MRC e seus familiares.

Descrição da Oferta

A Oferta compreenderá a distribuição pública primária de 12.800.000 Ações a serem emitidas pela Companhia (a "Oferta Primária") e a distribuição pública secundária de 7.930.000 Ações de titularidade do Acionista Vendedor (a "Oferta Secundária"), que serão coordenadas pelo Banco UBS Pactual S.A. (o "Coordenador Líder") e pelo Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. (a "Merrill Lynch" e, conjuntamente com o Coordenador Líder os "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, na qualidade de Coordenadores Contratados (os "Coordenadores Contratados") e corretoras consorciadas (as "Corretoras Consorciadas" e, conjuntamente com os Coordenadores Contratados, as "Instituições Participantes da Oferta").

A Oferta compreenderá a distribuição pública de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta e, simultaneamente, esforços de colocação de Ações nos Estados Unidos da América, a serem realizados pelo UBS Securities LLC e pela Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated (os "Agentes de Colocação Internacional"), exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, editada ao amparo do *Securities Act*, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act*, e investidores nos demais países, exceto os Estados Unidos da América e o Brasil, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act* (os "Investidores Estrangeiros"), que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento previstos na Resolução CMN 2.689 e na Instrução CVM 325.

A quantidade total de Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 3.109.500 Ações a serem emitidas pela Companhia, equivalente a até 15% (vinte por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta (as "Ações Suplementares"), conforme opção de distribuição de Ações Suplementares outorgada pela Companhia à Merrill Lynch, nos termos do artigo 24, *caput*, da Instrução CVM 400, que poderá ser exercida pela Merrill Lynch, a seu exclusivo critério, após consulta ao Coordenador Líder, nas mesmas condições e preço inicialmente ofertados, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive (a "Opção de Lote Suplementar").

Quantidade, Valor, Classe e Espécie das Ações Objeto da Oferta

Quantidade, Valor, Classe e Espécie dos Valores Mobiliários

Na hipótese de não haver subscrição e/ou aquisição de Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade de Ações Ordinárias	Preço por Ação (R$)	Montante (R$)	Recursos líquidos de Comissões (R$)[1]
Companhia	12.800.000	19,00	243.200.000,00	233.472.000,00
Acionista Vendedor	7.930.000	19,00	150.670.000,00	144.643.200,00
Total	**20.730.000**		**393.870.000,00**	**378.115.200,00**

[1] Sem dedução das despesas incorridas na Oferta.

Na hipótese de haver subscrição/aquisição da totalidade de Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade de Ações Ordinárias	Preço por Ação (R$)	Montante (R$)	Recursos líquidos de Comissões (R$)[1]
Companhia.....	3.109.500	19,00	59.080.500,00	56.717.280,00
Total.....	**3.109.500**	**–**	**59.080.500,00**	**56.717.280,00**

[1] Sem dedução das despesas incorridas na Oferta.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações Objeto da Oferta

As Ações garantem aos seus titulares todos os direitos assegurados às ações de nossa emissão, nos termos previstos no nosso Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme descrito no presente Prospecto, dentre os quais incluem-se os seguintes:

(a) direito de voto nas nossas assembléias gerais, sendo que a cada Ação corresponderá a um voto;

(b) direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) direito de alienar as Ações, nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along*);

(d) direito de alienar as Ações em oferta pública a ser efetivada pelo acionista controlador, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações de nossa emissão no Novo Mercado, pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente quanto ao poder de decisão da companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores; e

(e) direito ao recebimento integral de dividendos e demais distribuições pertinentes às Ações que vierem a ser declarados por nós a partir da Data de Liquidação e todos os demais benefícios conferidos aos titulares das Ações.

Cotação e Admissão à Negociação das Ações na BOVESPA

Anteriormente à presente Oferta, nossas ações não eram negociadas na Bovespa. Em 21 de março de 2007, celebramos Contrato de Participação no Novo Mercado com a Bovespa, o qual entrará em vigor na data da publicação do Anúncio de Início, e de acordo com o qual nossas ações serão admitidas à negociação no Novo Mercado. As ações de nossa emissão passarão a ser negociadas no Novo Mercado no dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início, sob o código FRIO3.

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações objeto da Oferta por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a Oferta de Varejo, direcionada a Investidores Não-Institucionais, e a Oferta Institucional, direcionada a Investidores Institucionais.

A Oferta de Varejo será realizada pelas Instituições Participantes da Oferta junto a investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BOVESPA, residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais (os "Investidores Não-Institucionais"), e que venham a realizar solicitação de reserva para aquisição e/ou subscrição de Ações no âmbito da Oferta, mediante o preenchimento de formulário específico (o "Pedido de Reserva").

A Oferta Institucional será realizada pelos Coordenadores da Oferta e pelos Coordenadores Contratados junto a investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BOVESPA, cujas ordens específicas de investimento excederem o limite de R$300.000,00 (trezentos mil reais), fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na Bovespa, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e Investidores Estrangeiros (os "Investidores Institucionais").

Preço de Distribuição por Ação

O preço de emissão e/ou venda por Ação objeto da Oferta (o "Preço por Ação") foi fixado em R$19,00 (i) após a efetivação dos Pedidos de Reserva; e (ii) a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado junto a Investidores Institucionais, no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional (o "Procedimento de *Bookbuilding*"), em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, III, da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400, tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as Ações, considerando as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de preço de mercado para a determinação do Preço por Ação é devidamente justificada, tendo em vista que tal preço não promoverá a diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas ordens de subscrição e/ou aquisição de Ações no contexto da Oferta. Os investidores da Oferta do Varejo não participaram da fixação do Preço por Ação.

Quantidade de Ações Ofertadas

Serão ofertadas, inicialmente, 20.730.000 Ações no âmbito da Oferta, sendo 12.800.000 Ações a serem emitidas pela Companhia e 7.930.000 Ações de titularidade do Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Suplementares, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Montante da Oferta

O montante da Oferta é de R$393.870.000,00, calculado com base no Preço por Ação de R$19,00.

Procedimento da Distribuição na Oferta

Oferta de Varejo

Foi concedido aos Investidores Não-Institucionais um prazo de nove dias, iniciado em 02 de abril de 2007, inclusive, e encerrado em 10 de abril de 2007, inclusive (o "Período de Reserva"), para que os Investidores Não-Institucionais realizassem Pedido de Reserva. Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações (sem considerar as Ações Suplementares), não será permitida a colocação, pelas Instituições Participantes da Oferta, de Ações aos Investidores Não Institucionais que sejam (i) administradores ou controladores da Companhia; (ii) administradores ou controladores das Instituições Participantes da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; ou (iii) outra pessoa vinculada à Oferta, bem como os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos sub-itens (i), (ii) ou (iii) acima (as "Partes Vinculadas"), sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados.

Os Investidores Não-Institucionais realizaram os seus Pedidos de Reserva junto às dependências das Instituições Participantes da Oferta, nas condições descritas abaixo. O montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo 20% (vinte por cento) da totalidade das Ações objeto da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, será destinado prioritariamente à colocação junto a Investidores Não-Institucionais, nas condições a seguir:

(a) ressalvado o disposto no item (b) abaixo, os Investidores Não-Institucionais interessados puderam realizar Pedidos de Reserva, celebrados em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (h), (i) e (j) abaixo, dentro do Período de Reserva, sem a necessidade de depósito do valor do investimento pretendido. Cada Investidor Não-Institucional pôde efetuar um único Pedido de Reserva junto a apenas uma Instituição Participante da Oferta, observados o limite mínimo de investimento de R$3.000,00 e o limite máximo de R$300.000,00 por Investidor Não-Institucional. Os Investidores Não-Institucionais puderam estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400 e, nesse caso, os Pedidos de Reserva cujo preço máximo estipulado pelo Investidor Não-Institucional foi inferior ao Preço por Ação foram automaticamente cancelados pela respectiva Instituição Participante da Oferta;

(b) qualquer Pedido de Reserva efetuado por Investidor Não-Institucional que seja Parte Vinculada, será cancelado pela Instituição Participante da Oferta que tiver recebido o respectivo Pedido de Reserva, na eventualidade de haver excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações objeto da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Os Investidores Não-Institucionais tiveram de indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade de Parte Vinculada, sob pena de terem seus Pedidos de Reserva cancelados;

(c) após a concessão do registro da Oferta, cada Instituição Participante da Oferta, conforme o caso, deverá informar a quantidade de Ações objeto da Oferta a ser subscrita e/ou adquirida e o correspondente valor do investimento ao Investidor Não-Institucional que com ela tenha realizado Pedido de Reserva, até as 16:00 horas do dia seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio, conforme previsto nos itens (h) e (i) abaixo;

(d) cada Investidor Não-Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado no item (c) acima à Instituição Participante da Oferta junto à qual tenha realizado seu Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Participante da Oferta junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(e) após as 16:00 horas da Data de Liquidação, a CBLC, em nome de cada uma das Instituições Participantes da Oferta, entregará a cada Investidor Não-Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nos itens (h), (i) e (j) abaixo, respectivamente, e a possibilidade de rateio prevista no item (g) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações;

(f) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais seja igual ou inferior ao montante de 10% (dez por cento) do total das Ações objeto da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não-Institucionais integralmente atendidos em suas reservas, e as eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não-Institucionais serão destinadas a Investidores Institucionais;

(g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva de Ações realizados por Investidores Não-Institucionais seja superior ao montante de 10% (dez por cento) do total das Ações objeto da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, será realizado o rateio de tais Ações entre todos os Investidores Não-Institucionais. O critério de rateio para os Investidores Não-Institucionais será o seguinte: (i) até o limite de R$3.000,00 (três mil reais), inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas aos Investidores Não-Institucionais, entre todos os Investidores Não-Institucionais, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e ao valor total das Ações destinadas aos Investidores Não-Institucionais; e (ii) uma vez atendido o critério descrito no sub-item (i), as Ações destinadas aos Investidores Não-Institucionais remanescentes serão rateadas proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, entre todos os Investidores Não-Institucionais, desconsiderando-se, entretanto, em ambos os casos, as frações de Ações. Opcionalmente, os Coordenadores da Oferta, de comum acordo com a Companhia e com o Acionista Vendedor, poderão aumentar, até o limite de 20% (vinte por cento) do total das Ações objeto da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, a quantidade de Ações ofertadas aos Investidores Não-Institucionais para que os Pedidos de Reserva excedentes dos Investidores Não-Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio indicado nos sub-itens (i) e (ii) acima;

(h) na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, respectivamente, nos termos do artigo 20 e do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Não-Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva até as 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subseqüente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou a modificação da Oferta. Nesta hipótese, o Investidor Não-Institucional deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o seu Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva, o qual será automaticamente cancelado pela referida Instituição Participante da Oferta. Caso o Investidor Não-Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva no prazo mencionado acima, deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;

(i) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do prospecto preliminar da Oferta (o "Prospecto Preliminar") e as informações constantes do Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não-Institucionais, ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, o Investidor Não-Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva, sem qualquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva;

(j) na hipótese de não haver a conclusão da Oferta, ou na hipótese de resilição do Contrato de Distribuição, ou, ainda, em qualquer outra hipótese de devolução de Pedido de Reserva em função de expressa disposição legal, os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada Instituição Participante da Oferta comunicará aos Investidores Não-Institucionais que com ela tenham realizado Pedido de Reserva o cancelamento da Oferta, o que ocorrerá, inclusive, por meio de publicação de aviso ao mercado; e

(k) caso o Investidor Não-Institucional já tenha efetuado o pagamento e venha a desistir do Pedido de Reserva, nos termos dos itens (h), (i) e (j) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ("CPMF"), no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do pedido de cancelamento do Pedido de Reserva.

Oferta Institucional

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não-Institucionais, nos termos acima, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, não sendo admitidas para estes investidores reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento.

Caso o número de Ações objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento *Bookbuidling*, conforme definido abaixo, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não-Institucionais, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e da Companhia, melhor atendam o objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas, ao longo do tempo, da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Prazo de Colocação e Aquisição

O prazo para a distribuição das Ações objeto da Oferta terá início na data de publicação do Anúncio de Início e se encerrará na data de publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Metalfrio Solutions S.A. (o "Anúncio de Encerramento"), limitado ao prazo máximo de até 6 (seis) meses, contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início (o "Prazo de Distribuição").

Os Coordenadores da Oferta terão o prazo de até 3 dias úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação de Ações (o "Período de Colocação"). A liquidação física e financeira da Oferta está prevista para ser realizada no último dia do Período de Colocação (a "Data de Liquidação").

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400.

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a publicação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Aprovações Societárias

A Oferta foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 22 de março de 2007. O aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, e a fixação do Preço por Ação, conforme definido abaixo, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de abril de 2007. A Oferta Secundária será realizada pelo Acionista Vendedor em conformidade com o seu regulamento.

Os anúncios relativos à divulgação da Oferta, quais sejam: (i) Aviso ao Mercado; (ii) Anúncio de Início; e (iii) Anúncio de Encerramento, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na Folha de S. Paulo pelos Coordenadores da Oferta, pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, nos termos da Instrução CVM 400.

Cronograma da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data prevista[1]
1.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem o logotipo das Corretoras Consorciadas).	26 de março de 2007
	Disponibilização do Prospecto Preliminar.	26 de março de 2007
	Início das apresentações de *Roadshow*.	26 de março de 2007
	Início do Procedimento de *Bookbuilding*.	26 de março de 2007
2.	Publicação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Corretoras Consorciadas).	02 de abril de 2007
	Início do Período de Reserva.	02 de abril de 2007
3.	Encerramento do Período de Reserva.	10 de abril de 2007
4.	Encerramento das apresentações de *Roadshow.*	11 de abril de 2007
	Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding.*	11 de abril de 2007
	Fixação do Preço por Ação.	11 de abril de 2007
	Assinatura do Contrato de Distribuição e demais contratos relacionados à Oferta.	11 de abril de 2007
5.	Registro da Oferta.	12 de abril de 2007
	Publicação do Anúncio de Início.	12 de abril de 2007
	Disponibilização do Prospecto Definitivo.	12 de abril de 2007
	Início do prazo para exercício da Opção de Lote Suplementar.	12 de abril de 2007
6.	Início da negociação das Ações no Novo Mercado da BOVESPA.	13 de abril de 2007
7.	Data de Liquidação.	17 de abril de 2007
8.	Fim do prazo de exercício da Opção de Lote Suplementar.	14 de maio de 2007
9.	Data máxima para liquidação das Ações Suplementares.	17 de maio de 2007
10.	Data máxima para publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta.	18 de maio de 2007

(1) As datas previstas para eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões ou prorrogações a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta.

Contrato de Distribuição

O Contrato de Distribuição foi celebrado entre a Companhia, os Coordenadores da Oferta, o Acionista Vendedor e a CBLC em 11 de abril de 2007. De acordo com os termos do Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir em regime de garantia firme de subscrição e/ou aquisição a totalidade das Ações da Oferta. O Contrato de Distribuição contempla os demais termos e condições da Oferta descritos nesta seção.

Também foi celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional, o Contrato de Distribuição Internacional, segundo o qual os Agentes de Colocação Internacional (i) realizarão, esforços de colocação de Ações, no exterior, junto a Investidores Institucionais, a serem adquiridas por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, em conformidade com o disposto nas isenções de registro previstas no *Securities Act*.

O Contrato de Distribuição e o Placement Facilitation Agreement estabelecerão que as obrigações do Coordenador Líder, dos Agentes de Colocação Internacional e do Acionista Vendedor estão sujeitas a determinadas condições, como (i) a entrega de opiniões legais por seus assessores jurídicos; (ii) a assinatura de contratos de *lock-up* pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos administradores da Companhia; e (iii) a emissão de *comfort letter* pelos auditores independentes da Companhia relativa às demonstrações financeiras consolidadas e determinadas informações contábeis da Companhia contidas neste Prospecto. De acordo com o Contrato de Distribuição e o *Placement Facilitation Agreement*, obrigamo-nos a indenizar o Coordenador Líder e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências. As Ações serão ofertadas pelas Instituições Participantes da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional pelo Preço por Ação a ser definido após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding. O *Placement Facilitation Agreement* possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, caso descumpridas, poderão dar ensejo a potenciais procedimentos judiciais.

Cópia do Contrato de Distribuição poderá ser obtida junto ao Coordenador Líder e à CVM, nos endereços indicados no item "Informações Complementares" abaixo a partir da data de publicação do Anúncio de Início.

Regime de Distribuição

De acordo com o Contrato de Distribuição, celebrado entre nós, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e a CBLC, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, inicialmente, em regime de garantia firme de liquidação, sem presunção de solidariedade, a totalidade das ações objeto da Oferta, de acordo com as quantidades de ações indicadas na tabela abaixo, sem considerar as Ações Suplementares:

Coordenador	Quantidade	Percentual (%)
Coordenador Líder	10.365.000	50,0
Merrill Lynch	10.365.000	50,0

Reserva de Capital

A totalidade dos recursos da Oferta Primária será destinada à conta de capital social.

Custos de Distribuição

Os custos de distribuição da Oferta serão divididos entre a Companhia e o Acionista Vendedor, na proporção das Ações ofertadas por cada um. A taxa de registro da Oferta na CVM relativa à distribuição primária será arcado pela Companhia e a taxa relativa à distribuição secundária será arcado pelo Acionista Vendedor.

Abaixo segue descrição dos custos estimados da Oferta:

Comissões e Despesas	Valor (R$)	Valor por Ação (R$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta
Comissão de Coordenação	2.954.025,00	0,14	0,75
Comissão de Garantia Firme	2.954.025,00	0,14	0,75
Comissão de Colocação	8.862.075,00	0,43	2,25
Comissão de Incentivo	984.675,00	0,05	0,25
Total de Comissões	15.754.800,00	0,76	4,00
Taxas de Registro na CVM[1]	165.740,00	0,01	0,04
Despesas com Advogados[1]	2.303.500,00	0,11	0,58
Despesas com auditoria externa[1]	540.000,00	0,03	0,14
Outras Despesas[1][2]	713.650,00	0,03	0,18
Total[1]	**19.477.690,00**	**0,94**	**4,95**

(1) Despesas Estimadas.
(2) Custos estimados com Road Show e emolumentos da CBLC.

Restrições à Negociação

O acordo de não disposição (lock up) firmado por nós, pela Vale do Rio Verde, Fairfax Participações S/A e Thema Participações Ltda. que atualmente, em conjunto, detêm o controle da Companhia e pelos nossos administradores com os Coordenadores da Oferta, nos obriga a não alienar ações de nossa emissão e de sua titularidade e derivativos lastreados nas ações de nossa emissão, por um período de 180 dias após a publicação do Anúncio de Início.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, nossos administradores e o Acionista Controlador de Forma Difusa não poderão vender ou ofertar à venda ações de nossa emissão e de sua titularidade, ou derivativos lastreados em tais ações no peródo de seis meses subseqüentes à oferta pública inicial de ações. Após este período de seis meses, nossos administradores e nossos acionistas controladores não poderão, por seis meses adicionais, vender ou ofertar mais do que 40% de ações ou derivativos lastreados em ações de nossa emissão e de sua titularidade.

Estabilização do Preço das Ações

A Merrill Lynch, por intermédio da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, poderá, a seu exclusivo critério, em comum acordo com o Coordenador Líder, realizar atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia, no prazo de até 30 dias a contar da data da publicação do Anúncio de Início, inclusive, por meio de operações de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da Bovespa e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400.

Não existe obrigação por parte da Merrill Lynch ou da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados no sub-item "Informações Adicionais" abaixo.

Operações com Derivativos

UBS AG e/ou suas afiliadas poderão celebrar operações com derivativos com as Ações, atuando por conta e ordem de seus clientes. UBS AG e/ou suas afiliadas poderão também subscrever ou adquirir Ações no âmbito da Oferta como forma de *hedge* para tais operações. Tais operações poderão afetar a demanda, o preço ou outros termos da Oferta.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto, poderão requerer que a CVM autorize a modificar ou revogar a Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e/ou pelo Acionista Vendedor. Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão consideradas ineficazes.

A revogação da Oferta ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio dos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico, veículos também usados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 (o "Anúncio de Revogação" e o "Anúncio de Retificação").

Com a publicação do Anúncio de Revogação, a Oferta e todos os atos de aceitação anteriores ou posteriores ao Anúncio de Revogação tornar-se-ão ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de três dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, sendo permitida a dedução do valor relativo à CPMF.

Após a publicação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão ordens no Procedimento de Bookbuilding e Pedidos de Reserva daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 (cinco) dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de Bookbuilding ou Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Suspensão e Cancelamento da Oferta Pública

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta, caso: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do seu registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta, quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento que sejam sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, com a dedução do valor relativo à CPMF.

Inadequação da Oferta

Não há inadequação específica da Oferta a determinado grupo ou categoria de investidor. No entanto, a presente Oferta não é adequada a investidores avessos ao risco inerente ao investimento em ações. Como todo e qualquer investimento em ações, a aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto para ciência dos fatores de risco que devem ser considerados em relação à subscrição e/ou aquisição das Ações.

Relacionamento entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta

Exceção feita à Oferta, os Coordenadores da Oferta ou sociedades de seus respectivos conglomerados econômicos não mantêm relações comerciais relevantes com a Companhia, mas, no futuro, poderão prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços a serem utilizados pela Companhia ou por sociedades do grupo da Companhia pelos quais pretendem ser remunerados.

O Sr. Flávio Coutinho Muniz é funcionário do Banco UBS Pactual S.A. e irmão do Sr. Luiz Octávio Coutinho Muniz, membro do conselho de administração da Companhia.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenadores da Oferta

Exceção feita à Oferta, os Coordenadores da Oferta ou sociedades de seus respectivos conglomerados econômicos não mantêm relações comerciais relevantes com o Acionista Vendedor, mas, no futuro, poderão prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços a serem utilizados pelo Acionista Vendedor ou por sociedades do grupo da Companhia pelos quais pretendem ser remunerados.

Relacionamento entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores Contratados

Exceção feita à Oferta e aos relacionamentos descritos abaixo, os Coordenadores Contratados ou sociedades de seus respectivos conglomerados econômicos não mantêm relações comerciais relevantes com a Companhia e o Acionista Vendedor, mas, no futuro, poderão prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços a serem utilizados pela Companhia e o Acionista Vendedor ou por sociedades do grupo da Companhia ou do Acionista Vendedor pelos quais pretendem ser remunerados.

O BB Banco de Investimento S.A. e seu controlador, o Banco do Brasil S.A., mantêm relações comerciais conosco e, no futuro, poderão nos prestar, conforme o caso, serviços de banco de investimento e outros serviços, pelos quais receberam e pretendem receber comissões. Além disso, o Banco do Brasil S.A. nos presta diversos serviços bancários, tais como: conta corrente, operações de *trade finance*, empréstimos e financiamentos, pagamento de fornecedores, salários, tributos e outros carnês, cobrança, operações de câmbio, seguros e depósitos a prazo.

Realizamos e podemos realizar no fututo, operações de empréstimos e financiamentos de *hedge* cambial com o Banco Santander Banespa S.A.

Realizamos e podemos realizar no futuro, operações de *hedge* cambial com o Deutsche Bank S.A.

Informações Adicionais

A instituição financeira depositária contratada para prestação de serviços de escrituração das Ações é o Banco Itaú S.A.

Em 14 de fevereiro de 2007, solicitamos o nosso registro de companhia aberta junto à CVM, que foi concedido pela CVM em 10 de abril de 2007, sob o código 20.613.

Nos termos da Instrução CVM 400, a Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder apresentaram o pedido de registro da Oferta na CVM, em 14 de fevereiro de 2007, o qual foi concedido pela CVM em 12 de abril de 2007.

Este Prospecto está disponível nos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores: (i) CVM, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo – SP (www.cvm.gov.br); (ii) Companhia, com sede na Avenida Abrahão Gonçalves Braga, nº 412, São Paulo, SP (www.metalfrio.com.br/ri/frio_prospecto_definitivo.pdf); (iv) Coordenadores da Oferta, (http://www.ubs.com/1/p/ubslatinamerica/capital_markets.html), (www.merrilllynch-brasil.com.br), www.deutsche-bank.com.br/ofertas/index.htm; www.superbroker.com.br/operacional/opa_pdf.asp?tipo=prosp&empresa=metalfrio; www.13.bb.com.br/appbb/portal/voce/ep/inv2/Ofertas.jsp; e www.bancofator.com.br/documentos/prospectos/definitivo_metalfrio.pdf e (v) Corretoras Consorciadas, na página da rede mundial de computadores da CBLC (www.cblc.com.br).

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

1. COMPANHIA

Metalfrio Solutions S.A.
Avenida Abrahão Gonçalves Braga, n.º 412
04186-220 – Vila Livieiro
São Paulo, São Paulo
Luiz Eduardo Moreira Caio
Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Tel: (11) 6333-9002
Fax: (11) 6333-9196
www.metalfrio.com.br

A Declaração de Veracidade das Informações do Prospecto emitida pela Companhia encontra-se anexa a este Prospecto.

2. ACIONISTA VENDEDOR

Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações
Administrador: Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
José Carlos Xavier de Oliveira
Tel: (21) 3974-4535
Fax: (21) 3974-4501

A Declaração de Veracidade das Informações do Prospecto emitida pelo Acionista Vendedor encontra-se anexa a este Prospecto.

3. COORDENADORES DA OFERTA

Banco UBS Pactual S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 9º andar
São Paulo, São Paulo
Evandro Pereira
Tel: (11) 3383-2057
Fax: (11) 3383-2001
www.ubs.com/ubspactual

A Declaração de Veracidade das Informações do Prospecto emitida pelo Coordenador Líder encontra-se anexa a este Prospecto.

Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 18º andar
São Paulo, São Paulo
Enrico Carbone
Tel: (11) 2188-4000
Fax: (11) 2188-4009
www.merrilllynch-brasil.com.br

Coordenadores Contratados

BB Banco de Investimentos S.A.
Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
Tel: (21) 3808-3556
www.bb.com.br

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Rua Alexandre Dumas, nº 2.200
São Paulo, São Paulo
Tel: (11) 5189-5065
www.deutsche-bank.com.br

Banco Santander Banespa S.A.
Rua Amador Bueno, nº 474, 3º andar, bloco C
São Paulo, São Paulo
Tel: (11) 5538-7437
www.superbroker.com.br

Banco Fator S.A.
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1017, 11º andar
São Paulo, São Paulo
Tel: (11) 3049-9100
www.bancofator.com.br

4. CONSULTORES LEGAIS

4.1. Consultor da Companhia e Acionista Vendedor para Direito Brasileiro

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447
São Paulo, São Paulo
Luiz Octavio Duarte Lopes
Tel: (11) 3147-7600
Fax: (11) 3147-7770
www.mattosfilho.com.br

4.2. Consultor da Companhia e Acionista Vendedor para Direito dos Estados Unidos da América

Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP
One Liberty Plaza
Nova Iorque – NY – 10006
Nicolas Grabar
Tel: (1 212) 225-2000
Fax: (1 212) 225-3999
www.cgsh.com

4.3. Consultor dos Coordenadores da Oferta para Direito Brasileiro

Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados
Rua Funchal, nº 263, 11º andar
São Paulo, São Paulo
Joaquim Oliveira
Tel: (11) 3089-6508
Fax: (11) 3089-6565
www.scbf.com.br

4.4. Consultor dos Coordenadores da Oferta para Direito dos Estados Unidos da América

Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP
Four Times Square
Nova Iorque – NY – 10036
Jonathan Bisgaier
Tel: (1 212) 735-2753
Fax: (1 212) 777-2753
www.skadden.com

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Rua Alexandre Dumas, nº 1.981, 1º andar
São Paulo, São Paulo
Eduardo J. Costa Martins
Tel: (11) 5186-1273
Fax: (11) 5181-1049
www.deloitte.com.br

FATORES DE RISCO

O investimento em ações pode envolver um alto grau de risco. Antes de tomar uma decisão acerca da aquisição das Ações, os potenciais investidores devem considerar cuidadosa e atentamente todas as informações contidas neste Prospecto e, em especial, os riscos mencionados abaixo. Os nossos negócios, condições financeiras, liquidez, os resultados das operações e/ou perspectivas podem ser adversa e materialmente afetados por quaisquer desses riscos. O preço de mercado de nossas Ações pode cair devido a quaisquer destes riscos, sendo que há possibilidade de perda de parte ou de todo o seu investimento. Para os fins da presente seção, a indicação de que um risco pode ter ou terá um "efeito adverso para nós" significa que o risco pode ter ou terá um efeito adverso nos nossos negócios, condições financeiras, liquidez, resultados das operações, perspectivas e/ou valor de nossas Ações. Outros riscos que não são atualmente de conhecimento nosso, ou que atualmente são considerados irrelevantes, poderão ter um efeito adverso para nós.

RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS

Estamos sujeitos a riscos substanciais relacionados as nossas operações fora do Brasil.

Atuamos e pretendemos expandir nossa atuação fora do Brasil. Como decorrência, estamos sujeitos a riscos relacionados aos países em que atuamos ou viermos a atuar, em especial aos países emergentes como Turquia, Rússia e os países da América Latina. No ano findo em 31 de dezembro de 2006, 1,1% de nossa receita bruta consolidada foi proveniente de subsidiárias fora do Brasil, contra 98,9% proveniente de nossas operações brasileiras, e esperamos que no futuro o percentual de nossa receita proveniente destes ou de outros países aumente substancialmente. Como resultado, podemos ser adversamente afetados pela instabilidade política e econômica daqueles países, bem como pela diferente legislação e medidas macroeconômicas, incluindo: (i) desvalorizações e outras mudanças cambiais; (ii) inflação; (iii) políticas de controle de câmbio; (iv) instabilidade social; (v) instabilidade de preços; (vi) desabastecimento de energia; (vii) flutuações das taxas de juros; (viii) liquidez de capital doméstico; (ix) política fiscal; (x) políticas alfandegárias; e (xi) outros fatores políticos, diplomáticos sociais e econômicos que afetem os países em que possuímos ou viermos a possuir subsidiárias. Se um ou mais dos acontecimentos acima descritos ocorrer, poderemos ser afetados adversamente.

Os governos de países emergentes exerceram e continuam a exercer influência significativa sobre a economia desses países. Essa influência, bem como a sua conjuntura econômica e política, poderá vir a causar um efeito adverso sobre nós.

Os governos de países emergentes em que atuamos (Brasil, países da América Latina, Rússia e Turquia) historicamente intervêm em suas economias e ocasionalmente realizam modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas por estes governos para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, freqüentemente resultaram em aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Podemos sofrer um efeito adverso por modificações nas políticas ou normas dos governos dos países onde atuamos que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- política monetária;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais;
- inflação;
- instabilidade social;
- instabilidade dos preços;

- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- impactos da legislação ambiental;
- barreiras comerciais e restrições ao comércio exterior;
- política fiscal; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer nos países emergentes ou que os afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças promovidas por governos com relação às políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica nos países emergentes e o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários desses países e dos valores mobiliários emitidos por companhias desses países, incluindo a nossa Companhia.

Ainda, o desempenho das economias emergentes no passado sofreu impactos em virtude do cenário político daqueles países. As crises políticas, no passado, afetaram a confiança de investidores e do público em geral, bem como tem tido efeitos adversos no desenvolvimento da economia.

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nas economias emergentes, pode afetar negativamente nossos negócios.

As economias emergentes e as companhias situadas em países emergentes são, em diferentes intensidades, impactadas pelas condições econômicas e de mercado de outros países emergentes, bem como pelas reações dos investidores com relação a essas condições. A oferta de crédito a empresas de países emergentes é influenciada pelas condições econômicas e de mercado destes países.

Acontecimentos ou condições de outros países emergentes já afetaram significativamente, por exemplo, a disponibilidade de crédito na economia brasileira e resultaram em consideráveis saídas de recursos e queda no volume de investimentos estrangeiros. Como temos atividades no Brasil, Turquia, Rússia e América Latina não há como garantir que futuros acontecimentos em países emergentes, bem como as medidas a serem adotadas pelos governos desses países, não afetarão a oferta de crédito no mercado local e internacional de modo adverso a nós.

Estamos sujeitos a flutuações monetárias e outros riscos de nossas operações fora do Brasil.

Possuímos unidades industriais e distribuímos nossos produtos em outros países que geram receitas em moedas locais. A nossa operação está sujeita a impactos nas economias desses países, a instabilidade política e restrições ao comércio exterior que podem resultar na desvalorização das moedas locais em relação ao Real, ao Euro e ao Dólar. A desvalorização destas moedas ou um aumento no valor relativo do Real contra estas moedas poderá acarretar um efeito adverso para nós.

A expansão e a atual operação das nossas subsidiárias internacionais envolvem desafios especiais que podemos não conseguir superar. Nossa falha em cumprir estes desafios pode nos afetar adversamente.

Possuímos subsidiárias internacionais e pretendemos continuar a expandir nossas operações internacionais. Enfrentamos certos riscos relacionados aos negócios em mercados internacionais, dentre os quais se destacam:

- ficar sujeito a regulamentações extensivas e supervisões, tarifas e outras barreiras comerciais;
- redução de proteção à propriedade intelectual;
- dificuldades de implementação de controles e procedimentos para elaboração de relatórios e demonstrativos financeiros;

- contratação de pessoal e administração das nossas operações estrangeiras;
- potenciais conseqüências tributárias adversas; e
- sujeitar-se a restrições a remessas de divisas ao exterior, incluindo remessa de dividendos.

Adicionalmente, precisaremos nos adequar e cumprir as leis e regulamentações dos governos estrangeiros e autoridades regulatórias de cada país em que conduzimos nossos negócios.

Não podemos garantir que teremos sucesso em comercializar nossos produtos em mercados internacionais. Podemos também enfrentar dificuldades em administrar nossas operações internacionais em decorrência de, entre outras coisas, condições competitivas adversas, administração de riscos estrangeiros, surgimento de um mercado doméstico, diferenças culturais e lingüísticas, e instabilidade política e econômica. Qualquer um desses fatores poderá ter um efeito adverso para nós.

A inflação e as medidas governamentais para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil.

O Brasil experimentou, no passado, taxas de inflação bastante elevadas, que foram reduzidas com a implementação do Plano Real, em 1994. A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal, que podem afetar a economia como um todo, inclusive nós e nossos clientes. Se o Brasil experimentar crescimento material das taxas de inflação no futuro, nossos custos podem aumentar e nossas margens podem diminuir caso não consigamos repassar este aumento de custo aos nossos clientes. Adicionalmente, se a confiança dos investidores cair em conseqüência de altas taxas de inflação, o preço de nossas ações também pode cair, e nossa capacidade de acessar mercados financeiros estrangeiros pode ser afetada.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar, eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e poder aquisitivo da população, gerando efeitos adversos para nós.

O Banco Central estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro em geral, de acordo com a expansão ou redução da economia brasileira, nível da inflação e outras políticas. Em 2002 e 2003, as taxas básicas de juros oscilaram de 18% a 26,5%. A taxa básica de juros permaneceu em alta até junho de 2003, quando o Banco Central iniciou a trajetória de decréscimo da taxa básica de juros. Posteriormente, ao longo do ano de 2004 e nos primeiros meses de 2005, a taxa de juros básica voltou a sofrer majoração por decisão do Banco Central. Contudo, em 2006 a taxa de juros básica voltou a sofrer uma redução, sendo que, na data deste Prospecto, a taxa básica de juros era de 12,75%.

As nossas dívidas e o nosso setor de atuação estão sujeitas à variação das taxas de juros praticadas no mercado. Na hipótese de elevação das taxas de juros, os custos e pagamentos do serviço da nossa dívida serão aumentados. Neste caso, poderemos sofrer um efeito adverso.

Em 31 de dezembro de 2006, 8,35% do nosso saldo de empréstimos e financiamentos era denominado em Reais, atrelado a taxas do mercado financeiro brasileiro ou a índices de inflação, tais como TJLP, CDI e TR. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo de empréstimos e financiamentos era de R$93,8 milhões, sendo que desse total a quase totalidade está sujeita a taxas de juros variáveis. Portanto, uma elevação das taxas de juros e índices de inflação poderá resultar num efeito adverso para nós, na medida em que pode aumentar os custos de nossa dívida. Veja "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Avaliação sobre Riscos de Mercado".

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o Dólar e outras moedas. Por exemplo, o real desvalorizou 18,7% em 2001 e 52,3% em 2002 frente ao Dólar. Embora o real tenha valorizado 8,1%, 13,7% e 9,4% em relação ao Dólar em 2004, 2005 e 2006 respectivamente, não se pode garantir que o real não sofrerá depreciação ou não será desvalorizado em relação ao Dólar novamente. Em 31 de dezembro de 2006, a taxa de câmbio entre o real e o Dólar era de R$2,1380 por US$1,0.

As desvalorizações do real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e de forma particular os nossos resultados. Em 31 de dezembro de 2006, o nosso saldo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira representavam 91,5 % do total de nosso saldo de empréstimos e financiamentos, e nossas exportações representavam 8,8% de nossa receita bruta total no ano de 2006.

O impacto de uma potencial falta de eletricidade e o conseqüente racionamento da eletricidade no Brasil, como ocorrido em 2001 e 2002, poderá ter um efeito adverso para nós.

A energia hidrelétrica é a maior fonte de eletricidade no Brasil. Nos anos anteriores a 2001, a ocorrência de chuvas em volumes substancialmente menores que as médias históricas e a falta de expansão da capacidade instalada no setor de geração de energia elétrica resultaram na redução acentuada dos níveis dos reservatórios nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. De forma a evitar a interrupção no suprimento de energia elétrica no Brasil, em 15 de maio de 2001, o Governo Federal implantou um programa de redução do consumo de energia, que ficou conhecido como Programa de Racionamento. O Programa de Racionamento estabeleceu índices de redução de consumo de energia para consumidores industriais, comerciais e residenciais e durou de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

Todos os nossos produtos dependem da eletricidade para funcionar. Adicionalmente, o nível de consumo dos produtos refrigerados vendidos pelos nossos cliente, tais como cerveja, refrigerantes, sorvetes e outros, pode diminuir durante períodos de racionamento de eletricidade e causar uma redução no nosso volume de vendas de refrigeradores comerciais. Dessa forma, se o Brasil passar por mais um período de potencial ou efetiva escassez de eletricidade, o Governo Federal poderá implementar políticas e medidas que poderão ter efeito adverso para nós.

RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA E AO SETOR

A variação dos preços internacionais das commodities que utilizamos em nosso processo produtivo pode nos afetar adversamente.

Algumas das matérias-primas adquiridas para nosso processo produtivo (aço, cobre e alumínio) são *commodities,* muitas delas com seu preço atrelado ao dólar, e, assim, estão sujeitas à flutuações de preços nos mercados internacionais, ainda que de forma indireta. Dos nossos custos totais com insumos, 26% são representados pelas compras de *commodities*. Atualmente, não possuímos nenhum mecanismo de defesa contra a exposição da oscilação dos preços de tais insumos. Caso os preços de tais produtos venham a sofrer um aumento substancial no futuro, podemos não ser capazes de repassar tais aumentos de custos para nossos clientes a preços competitivos e um aumento de preços como resultado de um repasse pode reduzir nosso volume de vendas, o que pode nos afetar adversamente.

A consolidação no setor em que atuamos pode nos afetar adversamente.

O aumento da concorrência, através do estabelecimento de novas empresas ou a consolidação de empresas já atuantes no nosso mercado de atuação e do aumento do *market share* das nossas concorrentes pode nos afetar adversamente.

Ademais, o mercado dos nossos produtos é caracterizado pela mudança de tecnologia e pelo desenvolvimento das indústrias. Nossa habilidade de aderir ou superar a consolidação do setor com sucesso dependerá, em parte, de nossa habilidade de aumentar e desenvolver nossos produtos existentes, de continuar a trazer produtos inovadores, de adaptar nossos produtos às necessidades e padrões dos clientes existentes e potenciais, de continuar a melhorar a eficiência operacional, diminuir nossos custos e crescermos mais que nossos concorrentes, seja pela aquisição de novas empresas, seja pelo crescimento orgânico de nosso *market share*. Além disso, competidores podem desenvolver tecnologias ou produtos que tornem os nossos produtos obsoletos ou menos comerciáveis, ou, ainda, operar de forma mais eficiente do que nós. Se não formos capazes de nos adaptar ao movimento de consolição do setor podemos ser afetados adversamente.

Estamos sujeitos a riscos associados ao desenvolvimento de produtos e tecnologias, que podem atrasar a introdução de novos produtos no mercado e resultar em despesas significativas.

Procuramos aperfeiçoar e melhorar a performance, utilidade e atributos físicos de nossos produtos existentes, bem como desenvolver novos produtos. Como resultado, nosso negócio é sujeito a riscos associados com o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, incluindo imprevistos técnicos e outros problemas. A ocorrência de qualquer desses fatores poderia causar atraso no desenvolvimento, ou abandono da nova tecnologia ou produto. Não podemos garantir que conseguiremos desenvolver tecnologias superiores às atuais, ou que conseguiremos lançar novos produtos com sucesso. Adicionalmente, não podemos garantir que novas tecnologias ou produtos, se desenvolvidos: (i) irão atingir os nossos preços atuais ou objetivos de performance, (ii) cumprirão o cronograma de lançamento estipulado, e (iii) serão tão eficientes quanto produtos desenvolvidos com outras tecnologias. A incapacidade de completar o desenvolvimento de um produto com sucesso, ou a decisão de não o completar, particularmente em instâncias em que já incorremos em gastos significativos, poderá nos afetar adversamente.

Podemos ser adversamente afetados se formos incapazes de oferecer nossos produtos, reter nossos atuais clientes ou atrair novos clientes.

O sucesso de nosso negócio depende, em parte, de nossa habilidade para manter e expandir os produtos existentes e nossa base de clientes. Além disso, a nossa estratégia de globalização depende de nossa capacidade em atender grandes clientes globalmente. Nosso sucesso também depende da nossa capacidade de praticar preços competitivos e serviços em um preço de mercado. Não podemos garantir que seremos capazes de continuar a expandir nossas linhas de produtos, ou que seremos capazes de manter nossos atuais clientes, servir nossos clientes globalmente, bem como atrair novos clientes. Também não podemos garantir que não iremos perder clientes para concorrentes com preços menores, com produtos e serviços equivalentes ou percebidos como superiores. Se falharmos em expandir nossa linha de produtos, ou perder um número substancial de nossos atuais clientes, ou formos incapazes de atrair novos clientes, poderemos ser afetados adversamente.

Parte importante da nossa receita operacional bruta é derivada de um número limitado de clientes, sendo que a perda ou redução desse número de clientes podem nos afetar adversamente.

Em 2006, nossos 10 maiores clientes responderam por 51,5% de nosso faturamento bruto. Os cinco maiores clientes combinados corresponderam a 31,4% em 2004, 30,6% em 2005 e 41,3% em 2006.

A perda de qualquer grande cliente, a redução no volume de suas compras ou a deterioração em sua capacidade financeira pode nos afetar adversamente.

Estamos expostos a riscos por responsabilidade civil relacionados à recalls de nossos produtos ou prejuízos oriundos das garantias estendidas a nossos produtos, e podemos não ser capazes de manter um seguro adequado para cobrir referidas responsabilidades ou prejuízos.

Nosso negócio nos expõe a potenciais riscos por responsabilidade civil e prejuízos decorrentes dos nossos produtos. Adicionalmente a despesas por danos, acordos ou custos de defesa, existe a possibilidade de propaganda negativa, como resultado das potenciais ações por responsabilidade civil. Além disso, podemos necessitar fazer um *recall* de nossos produtos que não estejam adequados com as especificações previamente aprovadas, o que poderia resultar em uma publicidade negativa, assim como custos relacionados ao *recall* e perda de receita. Adicionalmente, se nossos produtos contiverem algum defeito de fabricação dentro do prazo de garantia de nossos produtos (que varia de produto a produto entre 12 e 24 meses), poderemos incorrer em prejuízos significativos para repará-los, conforme exige a nossa garantia de fabricação.

Não podemos garantir que nossa cobertura de seguro será suficiente para nos proteger de perdas decorrentes de responsabilidade civil, recalls e outras reclamações. Nossas provisões para garantias decorrentes de defeitos de fabricação dentro do prazo de garantia poderão não ser suficientes para cobrir todas as despesas incorridas nestas reclamações. Não podemos garantir que perdas decorrentes de responsabilidade civil ou de produtos defeituosos ou reclamações dentro da garantia acima de nossas expectativas não terão um efeito adverso sobre nós.

Dependemos de um número limitado de fornecedores e a perda de algum deles pode ocasionar um efeito adverso relevante nos nossos negócios.

Alguns de nossos componentes são adquiridos de um ou poucos fornecedores. Dependemos também de determinados fornecedores para fornecer a matéria-prima e componentes necessários para nossos produtos. Embora a maioria dos componentes utilizados por nós esteja disponível em diferentes fornecedores, podemos enfrentar escassez de fornecimento devido a diversos fatores, incluindo aumento da demanda de certo componente e a capacidade limitada de algum fornecedor. A perda de um de nossos principais fornecedores poderia resultar, no curto prazo, em atrasos na produção, e nos forçar a procurar novos fornecedores, o que acarretaria no aumento do preço de venda dos nossos produtos e na redução do nosso volume de vendas. Tais fatores podem ocasionar um efeito adverso sobre nós.

Estamos sujeitos a controle e ampla legislação ambiental, que pode implicar aumento de nossos custos.

Nossas instalações e produtos estão sujeitos às leis federais, estaduais e municipais dos diversos países em que atuamos, assim como aos regulamentos e autorizações exigidos no que diz respeito à proteção do meio-ambiente e saúde da população. Nossas atividades nos expõem à constante fiscalização por órgãos governamentais de proteção ao meio ambiente acerca do cumprimento da regulamentação ambiental aplicável. Assim, qualquer alteração na regulamentação ambiental aplicável à nós ou em nossa interpretação poderá acarretar aumento dos custos envolvidos no atendimento à referida regulamentação, nos afetando adversamente. Tendo em vista que as leis de proteção ambiental estão se tornando cada vez mais rigorosas, nossos dispêndios e custos relacionados ao cumprimento de nossas obrigações ambientais poderão aumentar no futuro, o que poderá nos afetar adversamente. Da mesma forma, para o desempenho normal de nossas atividades, precisamos obter autorizações, licenças e alvarás junto a órgãos ambientais. A não obtenção ou a falha em renovar qualquer destas autorizações, licenças e alvarás poderão nos afetar adversamente.

Nossas aquisições passadas e futuras estão acompanhadas de riscos variados e podemos não alcançar nossas metas financeiras e estratégicas.

Para atingir nossos objetivos temos adquirido outras companhias e ativos e, no futuro, poderemos procurar adquirir ou investir em outras companhias, negócios ou tecnologias. Podemos encontrar nessas aquisições tanto já realizadas como futuras os seguintes riscos: (i) a aquisição poderá não contribuir para a nossa estratégia comercial, ou poderemos pagar mais do que seu valor real; (ii) podemos enfrentar dificuldades para integrar as operações das companhias adquiridas às nossas operações; (iii) o relacionamento com os atuais e novos funcionários poderá ser conturbado; (iv) poderemos perder membros da alta administração das companhias adquiridas, (v) o processo de diligência legal pode não identificar problemas, tais como demandas judiciais trabalhistas ou irregularidades nos cursos oferecidos; (vi) podemos enfrentar contingências no que diz respeito à responsabilidade por propriedade intelectual, divulgações de demonstrações financeiras, práticas contábeis ou controles internos; (vii) a aquisição pode nos trazer processos movidos contra a empresa adquirida; (viii) o processo de aquisição pode sofrer contratempos, e a atenção de nossa administração pode ser desviada para questões ligadas à transição ou à integração das companhias adquiridas; (ix) efeitos de curto-prazo adversos ou resultados operacionais desfavoráveis; (x) podemos contrair dívidas para realizar as aquisições, o que poderá limitar nossa capacidade financeira no futuro; (xi) fiscais e ambientais; e (xii) as aquisições podem vir a gerar ágio contábil e a sua amortização terá como efeito a redução do lucro no período e, em conseqüência, a redução do valor dos dividendos distribuídos. Esses fatores poderiam causar um efeito adverso sobre nós, especialmente no caso de aquisição de companhias de maior porte ou de número maior de aquisições. À medida que incorporarmos outra companhia e emitirmos ações a serem entregues aos acionistas da companhia incorporada, os nossos acionistas poderão ter suas participações diluídas de maneira material, e o lucro por ação poderá diminuir.

Além disso, não podemos garantir que seremos capazes de identificar oportunidades para futuras aquisições e que teremos sucesso na negociação de aquisições identificadas por nós.

Podemos ser afetados adversamente caso os atuais incentivos fiscais concedidos a nós deixarem de existir ou forem suspensos.

Em 2006, quando da implantação da nossa unidade em Mato Grosso do Sul, tivemos nosso projeto apoiado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, dada à dimensão do investimento realizado e, sobretudo, devido ao seu alto potencial de irradiação de renda e de emprego.

Em função disto, fomos contemplados por um conjunto de incentivos amparados nas legislações do Estado de Mato Grosso do Sul e do Município de Três Lagoas. Os principais são o abatimento de 90% no ICMS por um prazo de 15 anos, até março de 2020, e a isenção de IPTU e ISS, por um prazo de 10 anos, com vencimento em março de 2015.

Adicionalmente, nossa unidade industrial em Kaliningrado (Rússia) possui isenção total de imposto de renda pelo período de 6 anos até 2012, com mais 6 anos de desconto de 50% na alíquota de imposto de renda até 2018, sujeita a nossa obrigação de realizar certos investimentos mínimos.

No caso destes incentivos fiscais serem revogados (sem o nosso consentimento) ou não estarem mais disponíveis no futuro, poderemos ser afetados adversamente.

Os interesses dos nossos empregados e administradores podem ficar excessivamente vinculados à cotação das ações de nossa emissão, uma vez que sua remuneração baseia-se também em opções de compra de ações de nossa emissão.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2007, nossos acionistas aprovaram um plano de opção de compra de ações para os membros da nossa administração. Nos termos do Plano de Opção, que é gerido pelo nosso Conselho de Administração, nós podemos conceder opção para a compra de nossas ações aos nossos conselheiros, diretores, empregados, consultores, ou qualquer outro prestador de serviços da Companhia ou de qualquer uma de suas subsidiárias.

As opções são outorgadas sem custo para os beneficiários e não podem ser transferidas, exceto em circunstâncias determinadas. As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção somente poderão ser exercidas, total ou parcialmente, após o prazo de seis meses contados da data da outorga das opções, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração. As opções são concedidas pelo preço estabelecido pelo Conselho de Administração no contrato de opção de ações, não podendo ser inferior a 80% do preço médio ponderado por volume das ações da Companhia observado nos últimos 20 pregões na BOVESPA imediatamente anteriores à data da outorga da opção, caso a outorga seja realizada após a realização da Oferta. As opções concedidas antes da Oferta poderão ser outorgadas a um preço de exercício não inferior ao valor contábil por ação da Companhia. O número total de ações ordinárias relativo ao qual opções podem ser concedidas, nos termos do Plano de Opção, não excederá a 1.250.000 ações ordinárias, equivalentes a aproximadamente 5% do número total de ações ordinárias emitidas pela Companhia antes da Oferta. Mediante o exercício de uma opção adquirida e o pagamento do preço de exercício, o participante receberá uma ação ordinária de nosso capital social. Exceto em algumas circunstâncias, as opções deixam de poder ser exercidas depois da data de término do vínculo do participante com a Companhia.

Até o presente momento, nós outorgamos 856.200 opções, todas com um período de três anos de carência para o seu exercício a partir de 23 de março de 2007, prazo para exercício de 60 dias após carência e lock–up de seis meses após o exercício. O preço de exercício destas opções é de R$1,90 por ação, corrigido pelo IGP-M, e nenhum administrador exerceu qualquer opção de compra de ações da Companhia.

O exercício da totalidade destas opções geraria uma diluição em relação à quantidade de ações da Companhia antes da Oferta de aproximadamente 3,3% e 2,2% após a Oferta. Considerando-se o número de opções já outorgadas, 856.200, e o preço de emissão dessas ações, de R$1,90, conforme descrito acima; o exercício da totalidade das opções já outorgadas representaria, antes da conclusão da Oferta, um aumento imediato no valor patrimonial por ação inexpressivo e, após a conclusão da Oferta, uma diluição imediata de R$11,75 por ação para os investidores que adquirirem nossas Ações no contexto da Oferta, considerando-se o Preço por Ação de R$19,00.

O fato de nossos empregados e administradores poderem receber, como parte de sua remuneração, opções de compra de nossas ações a um preço de exercício inferior ao preço de mercado de nossas ações pode levar tais pessoas a ficarem com seus interesses excessivamente vinculados à cotação de nossas ações.

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

Um mercado ativo e líquido para nossas Ações poderá não se desenvolver, limitando a nossa possibilidade de venda das Ações.

Não existe, atualmente, um mercado ativo ou líquido para as nossas Ações. Não podemos prever em que medida o interesse de investidores pela Companhia ocasionará o desenvolvimento de um mercado para a negociação das Ações na BOVESPA, e o quão líquido poderá vir a ser este mercado. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

Em 31 de dezembro de 2006, a capitalização total das 350 empresas listadas na BOVESPA era equivalente a aproximadamente R$1.545 milhões, e o volume de negociação diário em 2006 foi de R$2.435 milhões. As 10 maiores empresas listadas na BOVESPA representavam 51,3% da capitalização total de todas as empresas listadas. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de Ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das Ações.

Após a Oferta não teremos, um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante, o que poderá nos deixar susceptíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante.

Após a Oferta não teremos, um acionista ou grupo controlador titular da maioria absoluta do capital votante. Não há uma prática estabelecida no Brasil de companhia aberta sem acionista ou grupo controlador titular da maioria do capital votante. Entretanto, pode ser que se formem alianças ou acordos entre os novos acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle. Caso surja um grupo de controle e este passe a deter o poder decisório da Companhia, a Companhia poderá sofrer mudanças repentinas e inesperadas das suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, pode ser que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle, e a conflitos daí decorrentes.

A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quorum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Caso a Companhia passe a não ter acionista controlador titular da maioria absoluta do capital votante, a Companhia e os acionistas minoritários poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados por outros acionistas e, em conseqüência, podemos ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados.

Uma vez que nenhum acionista ou grupo de acionista deterá mais de 50% das ações da Companhia após a Oferta, a nossa administração poderá ser indicada por acionista ou grupo de acionista minoritários e não havendo, assim, garantia de perpetuação da nossa administração.

Qualquer mudança repentina ou inesperada em nossa equipe de administradores, em nossa política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor nas nossas Ações.

Poderemos precisar obter recursos adicionais e poderemos optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de ações. Qualquer recurso adicional obtido por meio do aumento de capital social poderá diluir a participação do investidor.

O investimento nas Ações ocasionará ao investidor imediata diluição no valor patrimonial de seu investimento.

Espera-se que o Preço por Ação supere o valor patrimonial por ação, de modo que o investidor pagará um preço mais alto por ação do que o montante do total dos nossos ativos tangíveis, menos o total dos passivos, dividido pelo número total de nossas ações. Dessa forma, considerando-se o preço de emissão de R$19,00 por Ação Ordinária, os investidores que adquirirem as Ações Ordinárias no contexto da Oferta sofrerão uma diluição imediata de R$11,63 por ação emitida por nós. Essa diluição representa a diferença entre o preço por Ação Ordinária pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por ação de nossa emissão imediatamente após a conclusão da Oferta. Para maiores informações vide a Seção "*Diluição*" deste Prospecto.

A venda substancial das Ações após a Oferta pode diminuir o valor de mercado das Ações.

Nós, nossos administradores e o Acionista Vendedor concordamos que durante prazo determinado, ficaremos sujeitos a determinadas restrições (veja item "*Restrições à Negociação de Ações (Lock-up)*" na seção "*Informações Relativas à Oferta*" deste Prospecto) que nos impedem de emitir ou transferir nossas ações. Findo tal prazo, as ações de nossa titularidade, dos administradores ou do Acionista Vendedor, anteriormente sujeitas às restrições mencionadas acima, poderão ser livremente negociadas. Se decidirmos emitir novas ações, ou caso os administradores ou o Acionista Vendedor decidam vender ações de nossa emissão e de nossa titularidade, ou se o mercado notar que os administradores ou o Acionista Vendedor pretendem vendê-las, o valor de mercado das Ações pode cair significativamente.

Estamos realizando uma oferta pública de distribuição de Ações, o que poderá deixar nossa Companhia exposto a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

Nossa Oferta compreende, simultaneamente, a distribuição pública primária e secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, incluindo esforços de venda das Ações nos Estados Unidos, para investidores institucionais qualificados definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, e nos demais países (que não os Estados Unidos e Brasil), para non-U.S. persons com base na Regulamento S, em ambos os casos, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325 regulamentados pela legislação brasileira, esforços esses que serão realizados pelos Agentes de Colocação Internacional. Os esforços de colocação de Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção destes investidores estrangeiros por conta de incorreções ou omissões relevantes no *Preliminary Confidential Offering Memorandum* datado da data deste Prospecto, quanto do *Confidential Offering Memorandum* a ser datado da data do Prospecto Definitivo, inclusive no que tange aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores em relação a estas questões.

Adicionalmente, a Companhia é parte do *Placement Facilitation Agreement*, que regula os esforços de colocação de Ações no exterior. O *Placement Facilitation Agreement* apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para indenizá-los no caso de que eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções ou omissões relevantes no *Preliminary Confidential Offering Memorandum* ou no *Confidential Offering Memorandum*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a estas questões, eles poderão ter direito de regresso contra a Companhia por conta desta cláusula de indenização.

Finalmente, informamos que o *Placement Facilitation Agreement* possui declarações específicas em relação à observência de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique provado que nenhuma improbidade foi cometida. A eventual condenação da Companhia em um processo no exterior em relação incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Confidential Offering Memorandum* ou no *Confidential Offering Memorandum*, se envolver valores elevados, poderá ter um impacto significativo e adverso para a Companhia.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$19,00, receberemos recursos líquidos da Oferta Primária, no montante aproximado equivalente a R$231,2 milhões, ou aproximadamente R$287,9 milhões caso a Opção de Ações Suplementares seja exercida na sua totalidade, após dedução das comissões de distribuição e das despesas da Oferta a serem pagas por nós, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar.

A tabela abaixo demonstra a destinação que pretendemos dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária em percentuais aproximados:

Destinação	**Percentual**
Potenciais aquisições	45%
Dispêndios de Capital	35%
Capital de Giro	20%

Em relação às potenciais aquisições, pretendemos adquirir companhias atuantes em nosso setor com o objetivo de aumento de capacidade produtiva, ampliação de nossa presença e/ou competitividade no mercado em que atuamos. O crescimento de nosso volume de exportações dentro da América Latina, notadamente no México e Argentina, nos motivou a iniciar um processo de análise de potenciais alvos para a aquisição nestes mercados. Estamos atualmente em processo de análise de investimos e acreditamos que após a Oferta, podemos vir a adquirir alvos estratégicos localizados nos mercados para os quais já exportamos na América Latina, investindo até 10% do recursos obtidos na Oferta Primária. As potenciais aquisições não tem por objetivo a diversificação ou expansão das nossas atividades para novos segmentos ou negócios.

Em relação aos dispêndios de capital, pretendemos investir na expansão de nossas unidades industriais localizadas em Três Lagoas, no Brasil, Kaliningrado, na Rússia, e Manisa, na Turquia. Além disso, pretendemos investir na produção interna (verticalização) de certos componentes com vistas a aumento de competitividade e modernização das nossas unidades industriais.

A destinação dos recursos desta Oferta será influenciada pelas condições futuras do mercado em que operamos, da demanda de nossos produtos pelos nossos clientes, pelas oportunidades de investimento que identificarmos, pela nossa capacidade de negociar aquisições em condições que acreditemos atrativas, além de outros fatores que não podemos identificar nesta data.

Não receberemos nenhum recurso proveniente da venda das Ações Ordinárias pelo Acionista Vendedor no âmbito da Oferta Secundária.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

- Capitalização
- Diluição
- Informações Financeiras Selecionadas
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais
- Visão Geral do Setor
- Atividades da Companhia
- Administração
- Principais Acionistas e Acionista Vendedor
- Operações com Partes Relacionadas
- Responsabilidade Sócio-ambiental
- Informações sobre o Mercado e os Títulos e Valores Mobiliários Emitidos
- Descrição do Capital Social
- Dividendos e Política de Dividendos
- Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir descreve nosso saldo consolidado de empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo, o nosso patrimônio líquido e a nossa capitalização total, em 31 de dezembro de 2006.

As informações descritas abaixo foram extraídas de nossas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2006. O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as informações das seções "Apresentação das Informações Financeiras e Operacionais", "Informações Financeiras Selecionadas", "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operacional" e nossas demonstrações financeiras anexas a este Prospecto. Excetuando-se o descrito abaixo, não houve mudanças relevantes em nossa capitalização desde 28 de fevereiro de 2006.

	Em 31 de dezembro de 2006	**% do Total**	**Ajustado antes da Oferta [2]**	**% do Total**	**Ajustado após a Oferta [3]**	**% do Total**
	(em milhões de R$)		(em milhões de R$)		(em milhões de R$)	
Empréstimos e Financiamentos de curto prazo	31,9	20,8%	31,9	22,7%	31,9	8,6%
Empréstimos e Financiamentos de longo prazo	61,9	40,4%	61,9	44,0%	61,9	16,6%
Total de empréstimos e financiamentos	**93,8**	**61,2%**	**93,8**	**66,7%**	**93,8**	**25,2%**
Capital Social	24,8	16,2%	37,7	26,8%	280,9	75,6%
Reserva de Capital	2,4	1,5%	2,4	1,7%	2,4	0,6%
Reserva de Reavaliação	6,7	4,4%	6,7	4,8%	6,7	1,8%
Lucros Acumulados	25,5	16,7%	0,0	0,0%	(12,0)[4]	-3,2%
Patrimônio Líquido	**59,3**	**38,8%**	**46,8**	**33,3%**	**278,0**	**74,8%**
Capitalização Total[1]	**153,1**	**100%**	**140,5**	**100%**	**371,7**	**100,0%**

(1) A capitalização total é a soma do total de empréstimos e financiamentos e do patrimônio líquido.

(2) Considerando-se (a) a distribuição de dividendos no valor de R$25,5 milhões deliberada em reunião de quotistas de 5 de janeiro de 2007 (quando a Companhia era uma sociedade empresária limitada) e realizada em 23 de março de 2007, assim como (b) o aumento de capital deliberado em assembléia geral de acionistas em 7 de fevereiro de 2007, no valor de R$12,2 milhões, a um preço de R$100,00 por ação, ou R$1,54 por ação, ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007, e (c) o aumento de capital realizado em 28 de fevereiro de 2007 através do qual Serkan Güleç, membro da família controladora do grupo OzLider, contribuiu na Companhia as ações representativas de 25% do capital da Metalfrio Turquia (que passou a ser nossa subsidiária integral), para fins de integralização de 871.780 ações ordinárias.

(3) Calculado com base no Preço por Ação de R$19,00.

(4) Ajustado para refletir as comissões de distribuição e demais despesas estimadas referentes à Oferta Primária.

DILUIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2006, nosso patrimônio líquido era de R$59,3 milhões. Subsequentemente à 31 de dezembro de 2006, (i) a Companhia distribuiu dividendos no valor de R$25,5 milhões, conforme deliberado na reunião de quotistas realizada em 5 de janeiro de 2007 realizado em 23 de março de 2007, quando a Companhia ainda era uma sociedade empresária limitada, (ii) procedeu a aumento de capital, conforme deliberado na assembléia geral de acionistas realizada em 7 de fevereiro de 2007, no valor de R$12,2 milhões, já integralizado, e (iii) procedeu a aumento de capital no valor de R$717.750, conforme deliberado na assembléia geral de acionistas realizada em 28 de fevereiro de 2007 através do qual Serkan Güleç, membro da família controladora do grupo OzLider, contribuiu na Companhia as ações representativas de 25% do capital da Metalfrio Turquia (que passou a ser nossa subsidiária integral), para fins de integralização de 871.780 ações ordinárias.

O valor patrimonial por ação, em 31 de dezembro de 2006, ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007, era de, aproximadamente, R$3,68 por ação (à época quotas). O valor patrimonial de R$3,68 por ação foi determinado pela divisão do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2006 pelo número total de ações emitidas por nós. em 31 de dezembro de 2006, e ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 65/1, realizada em 8 de fevereiro de 2007

O valor patrimonial por ação, em 31 de dezembro de 2006, ajustado para refletir (i) o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007, (ii) os dividendos distribuídos no valor de R$25,5 milhões em 23 de março de 2007, (iii) o aumento de capital no valor de R$12,2 milhões, realizado em 7 de fevereiro de 2007, e (iv) o aumento de capital no valor de R$717.750, realizado em 28 de fevereiro de 2007, era de, aproximadamente, R$1,88 por ação (à época quotas). O valor patrimonial de R$1,88 por ação foi determinado pelo resultado (a) do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2006, (b) subtraído dos dividendos declarados em 5 de janeiro de 2005, e (c) acrescido dos aumentos de capital ocorridos em 7 e 28 de fevereiro, dividido pelo número total de ações emitidas por nós em 28 de fevereiro de 2007, e ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 65/1, realizada em 8 de fevereiro de 2007

Após efetuar a emissão, no âmbito da Oferta Primária, de 12.800.000 Ações Ordinárias, assumindo que a Opção de Lote Suplementar não seja exercida pelo Coordenador Líder da Oferta, considerando-se o preço de emissão de R$19,00 por Ação Ordinária, o valor do patrimônio líquido (ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 08 de fevereiro de 2007, e a distribuição de dividendos realizada em 23 de março de 2007, assim como os aumentos de capital realizados em 7 e 28 de fevereiro de 2007) estimado será de, aproximadamente, R$277.95 milhões, representando aproximadamente R$7,37 por ação de nossa emissão, após dedução das comissões de distribuição e das despesas da Oferta a serem pagas por nós. Este valor representa um aumento imediato no valor patrimonial (ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 08 de fevereiro de 2007, e a distribuição de dividendos realizada em 23 de março de 2007, assim como os aumentos de capital realizados em 7 e 28 de fevereiro de 2007) de aproximadamente R$5,49 por ação e uma diluição imediata de R$11,63 por ação emitida por nós para os investidores que adquirirem as Ações Ordinárias no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o preço por Ação Ordinária pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por ação de nossa emissão imediatamente após a conclusão da Oferta.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de nossa emissão, calculado com base no Preço por Ação de R$19,00:

	R$
Preço Referencial de Emissão por Ação	19,00
Valor Patrimonial Ajustado por Ação em 31 de dezembro de 2006[1]	1,88
Aumento do Valor Patrimonial por Ação Atribuído aos acionistas existentes antes da Oferta	5,49
Valor Patrimonial por Ação após a Oferta	7,37
Diluição do Valor Patrimonial por Ação para os novos investidores	11,63
Diluição Percentual dos novos investidores	61,2%

[1] Ajustado para refletir (i) o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007, (ii) os dividendos declarados no valor de R$25,5 milhões em 5 de janeiro 2007, (iii) o aumento de capital deliberado em assembléia geral de acionistas em 7 de fevereiro de 2007, no valor de R$12,2 milhões, a um preço de R$100,00 por ação, ou R$1,54 por ação, ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007 e (iv) o aumento de capital no valor de R$717.750, realizado em 28 de fevereiro de 2007.

O preço de emissão das Ações Ordinárias não guarda relação com o valor patrimonial e será fixado com base no valor de mercado das ações de nossa emissão, auferido após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do preço de emissão das Ações e das condições da presente oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta".

Os valores pagos por administradores ou controladores da Companhia quando da aquisição de ações ordinárias da Companhia nos últimos cinco exercícios sociais foram os seguintes:

Em 01 de janeiro de 2002, a BSH, então quotista da Metalfrio, subscreveu 150.680 quotas novas quotas da Companhia, a um preço de R$100,00 por quota, ou R$1,54 por quota, ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007.

Em 19 de dezembro de 2003, a BSH, então quotista da Metalfrio, subscreveu 42.110 novas quotas da Companhia, a um preço de R$100,00 por quota, ou R$1,54 por quota, ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007.

Em 20 de dezembro de 2004, a Serra do Acaraí, então quotista da Metalfrio, subscreveu 55.000 novas quotas da Metalfrio, a um preço de R$100,00 por quota, ou R$1,54 por quota, ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007.

Em 7 de fevereiro de 2007, o Acionista Vendedor subscreveu 122.000 novas ações da Companhia, a um preço de R$100,00 por ação, ou R$1,54 por ação, ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007.

Em 28 de fevereiro de 2007, após o desdobramento de nossas ações, Serkan Güleç, membro da família controladora do grupo OzLider e membro do nosso Conselho de Administração, subscreveu 871.780 novas ações da Companhia, por meio da conferência de ações representativas de 25% do capital da Metalfrio Turquia anteriormente detidas indiretamente por sua família, com base em laudo de avaliação. A relação de troca acordada para este aumento de capital levaria a um preço de R$0,82 por ação.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2007, nossos acionistas aprovaram um plano de opção de compra de ações para os membros da nossa administração. Nos termos do Plano de Opção, que é gerido pelo nosso Conselho de Administração, nós podemos conceder opção para a compra de nossas ações aos nossos conselheiros, diretores, empregados, consultores, ou qualquer outro prestador de serviços da Companhia ou de qualquer uma de suas subsidiárias.

As opções são outorgadas sem custo para os beneficiários e não podem ser transferidas, exceto em circunstâncias determinadas. As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção somente poderão ser exercidas, total ou parcialmente, após o prazo de seis meses contados da data da outorga das opções, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração. As opções são concedidas pelo preço estabelecido pelo Conselho de Administração no contrato de opção de ações, não podendo ser inferior a 80% do preço médio ponderado por volume das ações da Companhia observado nos últimos 20 pregões na BOVESPA imediatamente anteriores à data da outorga da opção, caso a outorga seja realizada após a realização da Oferta. As opções concedidas antes da Oferta poderão ser outorgadas a um preço de exercício não inferior ao valor contábil por ação da Companhia. O número total de ações ordinárias relativo ao qual opções podem ser concedidas, nos termos do Plano de Opção, não excederá a 1.250.000 ações ordinárias, equivalentes a aproximadamente 5% do número total de ações ordinárias emitidas pela Companhia antes da Oferta. Mediante o exercício de uma opção adquirida e o pagamento do preço de exercício, o participante receberá uma ação ordinária de nosso capital social. Exceto em algumas circunstâncias, as opções deixam de poder ser exercidas depois da data de término do vínculo do participante com a Companhia.

Até o presente momento, nós outorgamos 856.200 opções, todas com um período de três anos de carência para o seu exercício a partir de 23 de março de 2007, prazo para exercício de 60 dias após carência e *lock-up* de seis meses após o exercício. O preço de exercício destas opções é de R$1,90 por ação, corrigido pelo IGP-M, e nenhum administrador exerceu qualquer opção de compra de ações da Companhia.

O exercício da totalidade destas opções geraria uma diluição em relação à quantidade de ações da Companhia antes da Oferta de aproximadamente 3,3% e 2,2% após a Oferta. Considerando-se o número de opções já outorgadas, 856.200, e o preço de emissão dessas ações, de R$1,90, conforme descrito acima; o exercício da totalidade das opções já outorgadas representaria, antes da conclusão da Oferta, um aumento imediato no valor patrimonial por ação inexpressivo e, após a conclusão da Oferta, uma diluição imediata de R$11,75 por ação para os investidores que adquirirem nossas Ações no contexto da Oferta, considerando-se o Preço por Ação de R$19,00.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As informações financeiras selecionadas são derivadas das nossas demonstrações financeiras, controladora e consolidado, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, conforme parecer dos auditores independentes incluídos neste Prospecto.

Nossas demonstrações financeiras, controladora e consolidado, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, de 2005 e de 2006 estão incluídas neste Prospecto.

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 incluem (i) ativos, passivos nesta data e o resultado da Metalfrio Dinamarca para o período de 1 de dezembro a 31 de dezembro de 2006; (ii) ativos, passivos nesta data e o resultado da Metalfrio Rússia (indiretamente por meio da consolidação da Metalfrio Dinamarca) para o período de 1 de dezembro a 31 de dezembro de 2006; (iii) ativos, passivos nesta data e o resultado da Metalfrio USA para o período de 11 de dezembro a 31 de dezembro de 2006; e (iv) ativos, passivos nesta data e o resultado da Life Cycle para o período de 1 de dezembro a 31 de dezembro de 2006 e (v) ativos, passivos nesta data da Metalfrio Turquia tendo em vista que esta se encontrava em fase pré-operacional em 2006. Veja "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais" para uma descrição de nossa recente reestruturação.

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras, incluídas neste Prospecto, e com a seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais".

Informamos a ocorrência dos seguintes eventos subseqüentes a 31 de dezembro de 2006:

- Em 5 de janeiro de 2007, os quotistas da Companhia aprovaram, por unanimidade, a distribuição de dividendos no valor de R$25.491 mil, realizada em 23 de março de 2007;
- Em 19 de janeiro de 2007, a Companhia foi transformada em uma sociedade anônima, passando a ser denominada Metalfrio Solutions S.A. conforme deliberação de seus sócios, por unanimidade, em Assembléia Geral Extraordinária;
- Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia quitou o contrato de retenção com o Sr. Luiz Eduardo Moreira Caio, no valor de R$1,7 milhões;
- Em 21 de janeiro de 2007 foi aprovada a cisão da Serra do Acaraí com objetivo de transferir a totalidade das ações por ela detida no capital social da Companhia para a Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda., Thema Participações Ltda., Fairfax Participações S.A. e Dereck Participações Ltda;
- Em 7 de fevereiro de 2007, o Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações subscreveu e integralizou 122.000 novas ações ordinárias da Companhia, pelo valor de R$12,2 milhões, a um preço de R$100,00 por ação, ou R$1,54 por ação, ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007;
- Em 8 de fevereiro de 2007, foi aprovado, em Assembléia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações da Companhia, à razão de 1 para 65 ações; e
- Em 28 de fevereiro de 2007 Sr. Serkan Güleç, membro da família controladora do grupo OzLider, contribuiu na Companhia as ações representativas de 25% do capital da Metalfrio Turquia (que passou a ser nossa subsidiária integral), para fins de integralização em troca de 3,5% de nossas ações ordinárias.

Demonstrações Financeiras Consolidadas relativos aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006

Demonstrações de Resultado Consolidadas

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de							
	2004	% da Receita Líquida	2005	% da Receita Líquida	2006	% da Receita Líquida	Var % 2005/ 2004	Var % 2006/ 2005
	(em milhares de reais, exceto percentuais)							
Receita Bruta	**220.312**	**141,1**	**297.978**	**138,6**	**421.151**	**142,3**	**35,3**	**41,3**
Vendas de produtos e serviços no mercado nacional	182.646	117,0	234.788	109,2	383.924	129,8	28,5	63,5
Vendas no mercado externo	37.666	24,1	63.190	29,4	37.227	12,6	67,8	(41,1)
Deduções de Receitas:								
Impostos incidentes sobre vendas	(56.946)	(36,5)	(74.285)	(34,6)	(119.838)	(40,5)	30,4	61,3
Devoluções e abatimentos	(7.193)	(4,6)	(8.694)	(4,0)	(5.456)	(1,8)	20,9	(37,2)
Receita Líquida de Produtos e Serviços	**156.173**	**100,0**	**214.999**	**100,0**	**295.857**	**100,0**	**37,7**	**37,6**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(123.639)	(79,2)	(180.363)	(83,9)	(244.907)	(82,8)	45,9	35,8
Lucro Bruto	**32.534**	**20,8**	**34.636**	**16,1**	**50.950**	**17,2**	**6,5**	**47,1**
Receitas (despesas) Operacionais:								
Despesas com vendas	(20.435)	(13,1)	(22.685)	(10,6)	(24.948)	(8,4)	11,0	10,0
Despesas administrativas e gerais	(6.162)	(3,9)	(5.633)	(2,6)	(7.035)	(2,4)	(8,6)	24,9
Honorários - Administração	(819)	(0,5)	(858)	(0,4)	(946)	(0,3)	(4,8)	10,26
Outras receitas (despesas) operacionais	(68)	(0,0)	(355)	(0,2)	134	0,0	422,1	(137,7)
Total das Receitas (Despesas) Operacionais	**(27.484)**	**(17,6)**	**(29.531)**	**(13,7)**	**(32.795)**	**(11,1)**	**7,4**	**11,1**
Lucro Operacional Antes Do Resultado Financeiro	**5.050**	**3,2**	**5.105**	**2,4**	**18.155**	**6,1**	**1,1**	**255,6**
Resultado Financeiro Líquido	(2.274)	(1,5)	11.796	5,5	7.968	2,7	(618,7)	(32,5)
Lucro Operacional	**2.776**	**1,8**	**16.901**	**7,9**	**26.123**	**8,8**	**508,8**	**54,6**
Resultado Não Operacional	(110)	(0,1)	(824)	(0,4)	(2.159)	(0,7)	649,1	162,0
Lucro Antes Do Imposto De Renda E Da Contribuição Social	**2.666**	**1,7**	**16.077**	**7,5**	**23.964**	**8,1**	**503,0**	**49,1**
Imposto De Renda E Contribuição Social	(328)	(0,2)	(4.867)	(2,3)	(6.978)	(2,4)	1.383,8	43,4
Lucro Líquido antes da Participação dos Minoritários	**2.338**	**1,5**	**11.210**	**5,2**	**16.986**	**5,7**	**379,5**	**51,5**
Participação dos Minoritários	0	0,0	0	0,0	3	0,0	n/s	n/s
Lucro Líquido Do Exercício	**2.338**	**1,5**	**11.210**	**5,2**	**16.989**	**5,7**	**379,5**	**51,5**

Balanço Patrimonial Consolidado

	Em 31 de dezembro de							
	2004	% do Total	2005	% do Total	2006	% do Total	Var % 2005/ 2004	Var % 2006/ 2005
	(em milhares de reais, exceto percentuais)							
Ativo								
Circulante								
Disponibilidades e aplicações financeiras	18.683	24,9	48.774	36,6	72.897	28,7	161,1	49,5
Contas a receber de clientes	27.809	37,1	34.421	25,8	78.306	30,8	23,8	127,5
Estoques	12.978	17,3	18.209	13,7	42.088	16,6	40,3	131,1
Impostos a recuperar	1.962	2,6	5.865	4,4	4.692	1,8	198,9	(20)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.336	1,8	553	0,4	1.088	0,4	(58,6)	96,7
Partes relacionadas	0	0,0	969	0,7	0	0,0	n/a	(100,0)
Outras contas a receber	350	0,5	333	0,2	3.677	1,4	(4,9)	1.004,2
Total do ativo circulante	**63.118**	**84,2**	**109.124**	**81,9**	**202.748**	**79,8**	**72,9**	**85,8**
Não Circulante								
Realizável a Longo Prazo								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56	0,1	36	0,0	785	0,3	(35,7)	2.080,6
Impostos a recuperar	168	0,2	169	0,1	293	0,1	0,6	73,4
Imobilizado, líquido	10.367	13,8	21.103	15,8	37.650	14,8	103,6	78,4
Intangível	687	0,9	598	0,4	7.454	2,9	(13,0)	1.146,5
Diferido	530	0,7	2.236	1,7	5.091	2,0	321,8	127,7
Total do ativo não circulante	**11.808**	**15,8**	**24.142**	**18,1**	**51.273**	**20,2**	**104,5**	**112,4**
Total do ativo	**74.926**	**100,0**	**133.266**	**100,0**	**254.021**	**100,0**	**77,9**	**90,6**
Passivos								
Circulante								
Fornecedores	21.358	28,5	26.515	19,9	60.716	23,9	24,1	128,9
Empréstimos e financiamentos	2.631	3,5	13.339	10,0	31.905	12,6	407,0	139,2
Obrigações tributárias	2.400	3,2	3.677	2,8	10.724	4,2	53,2	191,7
Salários e encargos sociais a recolher	1.436	1,9	1.561	1,2	5.315	2,1	8,7	240,5
Provisões diversas	4.717	6,3	2.669	2,0	4.440	1,7	(43,4)	66,4
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0,0	1.449	1,1	2.193	0,9	n/s	51,3
Partes relacionadas	72	0,1	0	0,0	1.497	0,6	(100,0)	n/s
Outras contas a pagar	762	1,0	1.338	1,0	6.418	2,5	75,6	379,7
Total do circulante	**33.376**	**44,5**	**50.548**	**37,9**	**123.208**	**48,5**	**51,5**	**143,7**
Não Circulante								
Exigível a Longo Prazo								
Empréstimos e financiamentos	11.269	15,0	29.551	22,2	61.850	24,3	162,2	109,3
Obrigações tributárias	5.370	7,2	5.247	3,9	1.470	0,6	(2,3)	(72,0)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0,0	3.450	2,6	2.745	1,1	n/a	(20,4)
Provisão	156	0,2	79	0,1	371	0,1	(49,4)	369,6
Partes relacionadas	0	0,0	1.398	1,0	0	0,0	n/s	(100,0)
Outras contas a pagar	0	0,0	0	0,0	4.045	1,6	n/s	n/s
Total passivo não circulante	**16.795**	**22,4**	**39.725**	**29,8**	**70.481**	**27,7**	**136,5**	**77,4**
Participação de Minoritários	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**1.001**	**0,4**	**n/s**	**n/s**
Capital social	24.781	33,1	24.781	18,6	24.781	9,8	0,0	0,0
Reserva de capital	0	0,0	612	0,5	2.361	0,9	n/s	285,8
Reserva de reavaliação	0	0,0	8.066	6,1	6.698	2,6	n/s	(17,0)
Lucros (prejuízos) acumulados	(26)	(0,0)	9.534	7,2	25.491	10,0	n/s	167,4
Total do patrimônio líquido	**24.755**	**33,0**	**42.993**	**32,3**	**59.331**	**23,4**	**73,7**	**38,0**
Total do Passivo e Patrimônio líquido	**74.926**	**100,0**	**133.266**	**100,0**	**254.021**	**100,0**	**77,9**	**90,6**

Reconciliação do Lucro líquido para o EBITDA e EBITDA Ajustado

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2004	**2005**	**2006**
		(em milhares de reais)	
Lucro Líquido	2.338	11.210	16.989
Depreciação e Amortização	2.248	3.055	5.006
Resultado Financeiro Líquido	2.274	(11.796)	(7.968)
Imposto de Renda e Contribuição Social	328	4.867	6.978
EBITDA[1]	**7.188**	**7.336**	**21.005**
Resultado Não Operacional	110	824	2.159
Ajustes de Benefícios Fiscais	0	612	1.748
EBITDA Ajustado[2]	**7.298**	**8.772**	**24.912**
Margem EBITDA[3] (%)	4,6	3,4	7,1
Margem EBITDA Ajustado[4] (%)	**4,7**	**4,1**	**8,4**

(1) Para a definição de EBITDA, veja a seção "Definições" neste Prospecto. A reconciliação do lucro líquido com o EBITDA está apresentada na seção "Resumo das Demonstrações Financeiras".

(2) Para a definição de EBITDA Ajustado, veja a seção "Definições" neste Prospecto.

(3) Margem EBTIDA corresponde ao EBTIDA dividido pela receita líquida.

(4) Margem EBTIDA Ajustado corresponde ao EBTIDA Ajustado dividido pela receita líquida.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E O RESULTADO OPERACIONAL

A discussão a seguir é baseada em, e deve ser lida em conjunto com, as demonstrações financeiras consolidadas da Metalfrio relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. A discussão a seguir também deve ser lida em conjunto com as seções "Apresentação das Demonstrações Financeiras", "Resumo das Demonstrações Financeiras", "Informações Financeiras Selecionadas" e com outras informações financeiras apresentadas nesse Prospecto.

VISÃO GERAL

Somos uma multinacional de origem brasileira e um dos maiores fabricantes mundiais de equipamentos de refrigeração comercial do tipo *Plug-In*, sendo líder deste setor (que inclui refrigeradores e *freezers*) no Brasil e na América Latina. Desde 1960, comercializamos refrigeradores e conservadores verticais e horizontais e hoje, no mercado brasileiro, estamos presentes em 90,5% dos estabelecimentos comerciais que possuem refrigeração comercial do tipo *Plug-In* e detemos uma participação no mercado de refrigeração comercial do tipo *Plug-In* de 38,4%, em termos de unidades instaladas, de acordo com a pesquisa da Oxygen Trade. Nossa marca Metalfrio foi considerada a mais reconhecida no Brasil para refrigeração comercial do tipo *Plug-In*, pela pesquisa *Top of Mind* realizada pela Indicator Pesquisa de Mercado/ GFK Group, em 2004.

O nosso portfólio de produtos é composto de 234 modelos de refrigeração comercial verticais e horizontais do tipo *Plug-In*, que possuem diversas aplicações, tais como refrigeração de cervejas, refrigerantes, sorvetes e alimentos congelados e resfriados em geral. Tendo em vista suas múltiplas funções – refrigeração, exposição e divulgação - nossos produtos são utilizados como pontos de venda refrigerados em supermercados, restaurantes, lojas de conveniência, bares e outros locais onde haja venda de produtos resfriados ou congelados ao público, constituindo, portanto, importante parte da estratégia de marketing de nossos clientes. Por essa razão, a maior parte dos nossos produtos possui *design* diferenciado e customizado para divulgação visual da logomarca de nossos clientes.

Por meio de distribuição direta ou através de distribuidores e representantes comerciais, localizados em 77 países nos cinco continentes, fornecemos nossos produtos para clientes que estão entre os maiores fabricantes mundiais de bebidas e comidas resfriadas ou congeladas. Operamos cinco unidades industriais, sendo duas localizadas no Brasil, uma na Dinamarca, uma na Turquia e uma na Rússia, além de um centro de distribuição próprio nos Estados Unidos da América.

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em dezembro de 2006, foi realizada a reestruturação societária da Metalfrio, visando à consolidação, na Metalfrio, da participação societária detida na Life Cycle e na Metalfrio Dinamarca.

Para fins de consolidação da Life Cycle, foi capitalizado o AFAC anteriormente detido pela Metalfrio contra a Life Cycle, no valor aproximado de R$5,6 milhões, mediante a emissão de quotas da Life Cycle que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Metalfrio, que passou a deter 99,9% do capital social de referida sociedade.

Até o final de novembro de 2006, a totalidade das ações da Metalfrio Dinamarca (Metalfrio Solutions A/S) era detida por uma sociedade controlada pela Serra do Acarai (antiga quotista controladora da Metalfrio), a qual, por sua vez, havia obtido os recursos para adquirir as ações da Metalfrio Dinamarca por meio de um empréstimo firmado com a própria Metalfrio no valor de US$11 milhões. Assim, em 01 de dezembro de 2006, foi celebrado um instrumento particular de dação em pagamento, por meio do qual a totalidade do crédito da Metalfrio contra a sociedade controlada pela Serra do Acarai foi quitada mediante a transferência, à Metalfrio, da totalidade das ações de emissão da Metalfrio Dinamarca.

Em 19 de janeiro de 2007, foi aprovada a transformação da Metalfrio em sociedade por ações, sob a denominação social de Metafrio Solutions S.A.

Em 07 fevereiro de 2007, o Acionista Vendedor subscreveu 122.000 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, o que correspondeu a um aumento de capital no valor de R$12,2 milhões, já integralizado.

Em 08 de fevereiro de 2007, foi aprovado o desdobramento das ações da Companhia, de forma de cada uma ação ordinária da Companhia passou a equivaler a 65 ações ordinárias.

Em 28 de fevereiro de 2007 Sr. Serkan Güleç, membro da família controladora do grupo OzLider, contribuiu na Companhia as ações representativas de 25% do capital da Metalfrio Turquia (que passou a ser nossa subsidiária integral), para fins de integralização de 3,5% de nossas ações ordinárias.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia, controladora e consolidado, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas brasileiras de auditoria, estão incluídas neste Prospecto.

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 incluem (i) ativos, passivos nesta data e o resultado da Metalfrio Dinamarca para o período de 1 de dezembro a 31 de dezembro de 2006; (ii) ativos, passivos nesta data e o resultado da Metalfrio Rússia (indiretamente por meio da consolidação da Metalfrio Dinamarca) para o período de 1 de dezembro a 31 de dezembro de 2006; (iii) ativos, passivos nesta data e o resultado da Metalfrio USA para o período de 11 de dezembro a 31 de dezembro de 2006; e (iv) ativos, passivos nesta data e o resultado da Life Cycle para o período de 1 de dezembro a 31 de dezembro de 2006 e (v) ativos, passivos nesta data da Metalfrio Turquia tendo em vista que esta se encontrava em fase pré-operacional em 2006.

Estas operações representaram, em 31 de dezembro de 2006, 1,1% e 35,4% da nossa receita bruta e ativos, respectivamente. Em 2007, os resultados de nossas subsidiárias serão totalmente consolidados durante o ano fiscal, e esperamos que a participação de nossas subsidiárias na nossa receita e no nosso resultado operacional seja substancialmente melhor que em 2006.

CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA E DOS DEMAIS PAÍSES NOS QUAIS A COMPANHIA ATUA

Em 2004 e 2005 desenvolvíamos nossas operações de produção exclusivamente no Brasil, onde o governo exerce forte influência sobre a economia através de mudanças nas políticas e regulamentações. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar outras regulamentações e políticas podem incluir, entre outras, modificações nas taxas de juros, alterações nas políticas fiscais, controle de preços, desvalorização da moeda, controle de capitais, limite às importações e bloqueio de contas. Essas medidas abalam a confiança e a renda do consumidor, negócios e investimentos estrangeiros, sendo que todos esses fatores podem afetar nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais em qualquer exercício fiscal.

Nos últimos 10 anos a economia brasileira vem se tornando cada vez mais estável, como resultado de contínua implementação de políticas macroeconômicas do governo anterior, com foco na responsabilidade fiscal e interferência cada vez menor na atuação do setor privado.

Os principais indicadores da economia brasileira refletiram significativas melhoras a partir de 2004. Entre 31 de dezembro de 2003 e 2004, o real sofreu apreciação de 8,1% frente ao dólar. O Brasil atingiu superávit fiscal primário de 4,6% do PIB em 31 de dezembro de 2004, ficando acima da meta estabelecida pelo FMI de 4,3% do PIB, além de ter tido saldo em conta corrente positivo de US$34,0 bilhões no mesmo ano. A taxa média de desemprego caiu de 10,9% em 31 de dezembro de 2003 para 9,6% em 31 de dezembro de 2004 nas principais regiões metropolitanas do país, de acordo com estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE, resultando em um aumento na demanda por bens e serviços. A média de inflação, medida pelo IPCA, foi de 7,6% e a média da taxa de juros TJLP foi de 9,75%.

Entre 31 de dezembro de 2004 e 2005, o real sofreu apreciação frente ao dólar de 11,8%, e ainda que tenha havido apreciação, o Brasil teve saldo na balança comercial positivo de US$44,8 bilhões, seu maior superávit já registrado. A medida de desemprego decresceu de 9,6% em 31 de dezembro de 2004 para 8,3% em 31 de dezembro de 2005 nas principais regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com estimativas do IBGE. A média de inflação, medida pelo IPCA, caiu para 5,7% e a média da taxa de juros TJLP foi de 9,75%, com crescimento do PIB de 2,3% em 2005.

No ano de 2006, o real manteve sua tendência e teve apreciação frente ao dólar de 8,7% entre 31 de dezembro de 2005 e 2006. Mesmo com a apreciação, o Brasil alcançou saldo em conta corrente positivo de US$6,3 bilhões. A medida de desemprego cresceu de 8,3% em 31 de dezembro de 2005 para 10,0% em 31 de dezembro de 2006 nas principais regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com estimativas do IBGE. A média de inflação, medida pelo IPCA, diminuiu para 3,1% ao longo do ano e a média da taxa de juros TJLP também cedeu para 6,85%, e o crescimento do PIB foi de 2,9%.

A tabela a seguir apresenta a evolução dos principais indicadores econômicos do Brasil no período de 2004 a 2006:

	Em 31 de dezembro de		
	2004	**2005**	**2006**
Crescimento real do PIB	4,90%	2,30%	2,90%
Inflação (IGP-M)[1]	12,41%	1,21%	3,83%
Inflação (IPCA)[2]	7,60%	5,69%	3,14%
CDI[3]	17,76%	17,99%	13,71%
TJLP[4]	9,75%	9,75%	6,85%
Valorização (desvalorização) do real frente ao dólar	8,13%	11,82%	8,66%
Taxa de câmbio (fechamento) R$ por US$1,00	R$2,654	R$2,341	R$2,138
Taxa media de câmbio — R$ por US$1,00	R$2,926	R$2,435	R$2,176

Fonte: BNDES, Banco Central e Fundação Getúlio Vargas.

(1) A Inflação (IGP-M) é o índice geral de preços do mercado medido pela Fundação Getúlio Vargas.

(2) A Inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE.

(3) A taxa CDI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil.

(4) A taxa TJLP é a taxa de juros de longo prazo base para empréstimos do BNDES.

O aumento ou diminuição do PIB brasileiro afeta diretamente o consumo de cervejas, refrigerantes, sorvetes e alimentos congelados e resfriados em geral, acarretando um aumento ou diminuição, conforme o caso, da demanda por nossos equipamentos de refrigerados comerciais do tipo *Plug-In* por nossos clientes e, consequentemente, nossas vendas.

Uma desvalorização do real frente a moedas estrangeiras (especialmente o dólar) afeta negativamente nossas despesas financeiras, uma vez que 91,6% de nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2006, era denominado em moeda estrangeira, principalmente o dólar. Além disso, no ano de 2006, 8,8% de nossa receita bruta resultou de nossas exportações e 25,9% de nossos custos estavam relacionados a materiais *commodities* denominadas em moedas estrangeiras. Uma desvalorização do real frente a tais moedas resulta no aumento de nossos custos em reais, afetando negativamente nossos resultados. No ano de 2006, além das exportações para mercados fora do Brasil, como Argentina, Uruguai e outros países da América Latina, assumimos operações de produção na Dinamarca e Rússia e ingressamos em uma *Joint Venture* para produção na Turquia. Uma deterioração das condições econômicas desses países não somente afeta nossas receitas de exportação, mas implica também no aumento de nossos custos de produção, afetando negativamente, portanto, nossos resultados operacionais.

A tabela a seguir apresenta a evolução dos principais indicadores econômicos da Turquia no período de 2004 a 2006:

	Em 31 de dezembro de		
	2004	**2005**	**2006**
Crescimento real do PIB	8,90%	7,40%	5,20%
Inflação	8,60%	8,20%	9,60%
Taxa de Juros Básico da Economia	21,42%	14,73%	16,0%
Valorização (desvalorização) do TRL frente ao dólar	(4,48%)	0,56%	4,90%
Taxa de câmbio (fechamento) TRL por US$1,00	1,34	1,35	1,42
Taxa media de câmbio — TRL por US$1,00	1,43	1,35	1,44

Fonte: The Economist Intelligence Unit e Bloomberg.

A tabela a seguir apresenta a evolução dos principais indicadores econômicos da Rússia no período de 2004 a 2006:

	Em 31 de dezembro de		
	2004	**2005**	**2006**
Crescimento real do PIB	7,20%	6,40%	6,60%
Inflação	10,90%	12,70%	9,70%
Taxa de Juros Básico da Economia	13,00%	12,00%	11,00%
Valorização (desvalorização) do RUB$ frente ao dólar	(5,21%)	3,68%	(8,41%)
Taxa de câmbio (fechamento) RUB$ por US$1,00	27,72	28,74	26,33
Taxa media de câmbio — RUB$ por US$1,00	28,81	28,28	27,17

Fonte: The Economist Intelligence Unit, Bloomberg e Russian Central Bank.

A tabela a seguir apresenta a evolução dos principais indicadores econômicos da Europa Ocidental no período de 2004 a 2006:

	Em 31 de dezembro de		
	2004	**2005**	**2006**
Crescimento real do PIB	2,3	1,7	2,7
Inflação[1]	2,1	2,2	2,2
Valorização (desvalorização) do Euro frente ao dólar	7,1%	-14,4%	10,2%
Taxa de câmbio (fechamento) Euro por US$1,00	0,738	0,844	0,758
Taxa media de câmbio — Euro por US$1,00[5]	0,804	0,804	0,796

Fonte: The Economist Intelligence Unit e Bloomberg.

DISCUSSÃO SOBRE AS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste Prospecto Preliminar foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. As principais práticas contábeis aqui descritas são aquelas que têm relevância para retratar nossa condição financeira e os nossos resultados, nos aspectos em que sua determinação é mais difícil, subjetiva e complexa, exigindo estimativas sobre questões que ensejam incertezas. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos, a divulgação de contingências ativas e passivas, a provisão para devedores duvidosos, a provisão para perdas nos estoques, a vida útil dos ativos permanentes, a provisão para garantias, o registro das receitas e despesas dos exercícios e as projeções para determinação da realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Com o intuito de descrever a forma como nossa administração realiza as determinações sobre essas estimativas, incluindo variáveis e premissas subjacentes a tais estimativas, ressaltamos as seguintes práticas contábeis que utilizamos:

- Reconhecimento das receitas: as receitas são reconhecidas no momento da transferência de propriedade dos produtos.
- Provisão para garantias: a provisão para garantias estimada para fazer frente a obrigação assumida de garantia é calculada com base na quantidade de produtos em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre esses produtos. Também leva-se em consideração a freqüência histórica recente de atendimentos por produto e o custo médio por atendimento de assistência técnica.
- Provisão para devedores duvidosos: constituída com base em análise individual de cada conta a receber com atraso superior a 90 dias e em montante considerado suficiente para fazer face às perdas na realização das contas a receber.
- Estoques: avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de realização. A Companhia adota o procedimento de provisionar os itens de baixo giro e obsoletos, constituindo a provisão para perdas nos estoques em conta redutora dos mesmos.
- Depreciação: a depreciação é calculada pelo método linear considerando-se a vida útil estimada dos bens, inclusive para aqueles contemplados na reavaliação.
- Amortização: amortizamos os ativos diferidos e ativos intangíveis de vida útil definida em 5 anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados.
- Provisões para contingências: atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência com base na opinião dos nossos assessores jurídicos.
- Imposto de renda e contribuição social diferidos: O ativo e o passivo fiscal diferido reconhecidos por nós são decorrentes da aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes ao final de cada ano, sobre as exclusões e adições temporárias utilizadas na determinação das suas respectivas bases tributáveis ou sobre a reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado. Ajustamos anualmente o ativo fiscal diferido e reduzimos o seu valor de realização, conforme requerido, baseado nas projeções futuras de lucro tributável e na expectativa de realização das diferenças temporárias. Na elaboração das análises utilizadas para sua revisão, somos requeridos a preparar estimativas e premissas significativas, relacionadas à determinação do lucro tributável futuro. Para a determinação do lucro tributável futuro, estimamos as receitas e despesas tributáveis futuras, as quais estão sujeitas a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, práticas da indústria, taxas de juros, alterações nas estratégias de nossos negócios e alterações no tipo e preço dos produtos e serviços que oferece e requisita ao mercado. A utilização de premissas e estimativas diferentes poderia impactar as nossas demonstrações financeiras, controladora e consolidado.

PRINCIPAIS LINHAS DO NOSSO RESULTADO

Receita bruta

Nossa receita bruta é composta da venda de *freezers* e refrigeradores para fins comerciais, verticais e horizontais de diversos modelos, tamanhos e configurações, principalmente para o mercado doméstico e exportação nos mercados da América Latina, América do Norte, Europa e Ásia e das taxas de assistência técnica cobradas pela Life Cycle. Em decorrência de nossas operações na Rússia, na Turquia e na Dinamarca, nossas vendas nestes países serão classificadas como receita de produtos e serviços no mercado doméstico.

Subdividimos nossos produtos em refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In*: (i) horizontais, principalmente para sorvetes e alimentos congelados, (ii) verticais, principalmente destinados à indústria de bebidas, (iii) especiais, que compreendem horizontais em tamanhos especiais para venda de impulso, verticais de duas portas, caves e outros, e (iv) outras receitas que compreendem as vendas de peças para reposição, prestações de serviços e assistência técnica prestada pela *LifeCycle*.

Os resultados de operações de *hedge* relacionadas às nossas exportações do Brasil, são registrados em nossa receita bruta no momento em que ocorre cada venda efetiva, sendo as variações desses *hedges* após esta data lançadas como despesas ou receitas financeiras.

Os principais fatores que impactam nossas receitas são:

Planejamento de Investimento das Empresas de Bebidas, Sorvetes e de Alimentos Processados. O planejamento de expansão e renovação da base instalada de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* nos pontos de venda são os principais motivadores das compras dos nossos equipamentos e geradores de nossas receitas. Por meio deste planejamento e renovação, as companhias de bebidas, sorvetes e de alimentos processados buscam (i) o aumento da exposição no ponto de venda, (ii) a melhor conservação dos seus produtos, (iii) o alinhamento do design dos equipamentos com sua estratégia de marketing, e/ou (iv) o incremento de sua capacidade instalada para atender a demanda adicional por seus produtos.

Sazonalidade. As compras de nossos equipamentos pelos nossos clientes, companhias de bebidas, sorvetes e alimentos congelados, tendem a ser mais intensas nos meses anteriores e durante a estação do verão, quando o próprio consumo e a necessidade de conservação dos produtos de nossos clientes são maiores. Entretanto, a política e o cronograma de investimento em expansão ou renovação da base instalada de *freezers* e refrigeradores de nossos clientes podem variar sensivelmente, contrariando esta tendência.

Precificação dos Equipamentos. As especificações de tamanhos e funções de nossos equipamentos variam consideravelmente. Em função disso os preços também podem variar consideravelmente entre um equipamento e outro. Além disso, pela característica industrial, o preço unitário de um mesmo modelo de equipamento pode variar em função do tamanho do pedido de compra.

Impostos Incidentes sobre Vendas

Nossas vendas estão sujeitas a tributos sobre vendas que podem variar sensivelmente de país para país e entre exportação e mercado doméstico:

(i) Nas fábricas de São Paulo e de Mato Grosso do Sul – Brasil – estamos sujeitos, para vendas no mercado doméstico, a alíquota de 1,65% de PIS, 7,6% de COFINS, 15% de IPI e 18%, 17%, 12% ou 7% de ICMS dependendo da região de venda no Brasil (18% para vendas dentro do estado de São Paulo e 17% dentro do Mato Grosso do Sul, 12% para vendas a estados da região sul e sudeste, exceto Espírito Santo e 7% para as demais regiões). A alíquota total nas vendas para mercado externo é de 0%. Gozamos de incentivos fiscais de ICMS na nossa unidade industrial de Três Lagoas, MS. Para maiores informações sobre este incentivo, veja nesta seção "Incentivos Fiscais".

(ii) Na fábrica da Dinamarca estamos sujeitos a uma alíquota de 25% de imposto de valor agregado, sendo 0% a alíquota de imposto de valor agregado para mercado externo.

(iii) Na fábrica da Rússia estamos sujeitos a uma alíquota de 18% de imposto de valor agregado para vendas no mercado doméstico e 0% de alíquota para vendas no mercado externo.

(iv) Na fábrica da Turquia estamos sujeitos a uma alíquota de 18% de imposto de valor agregado para vendas no mercado interno, e 0% de alíquota para vendas no mercado externo.

(v) O centro de distribuição dos Estados Unidos está sujeito à alíquota de até 8,25% de imposto sobre vendas para vendas dentro do estado do Texas.

Devoluções

Em alguns casos temos devoluções dos produtos vendidos. Os motivos para as devoluções variam, podendo ser, por exemplo, por erro no endereço de entrega, por erro nos tipos dos produtos enviados ou por danificação no transporte. No ano de 2006, as devoluções representaram 1,3% da Receita Bruta.

Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados são reconhecidos quando vendemos o correspondente produto ou prestamos determinado serviço e compreendem os: (i) custos de materiais, que incluem componentes de metal como aço, cobre e alumínio, compressor e partes elétricas, vidro, espuma e materiais plásticos, (ii) custos industriais, que incluem utilidades, depreciações e mão-de-obra direta e indireta de fabricação, e (iii) custos relacionados aos serviços prestados.

Lucro Bruto

Nosso lucro bruto é calculado pela soma da receita líquida dos produtos vendidos e serviços prestados menos os custos dos produtos vendidos e serviços prestados. E é impactado também pela política de precificação e pelo mix de vendas. Nossa margem bruta é um importante indicador de nossa eficiência operacional e, portanto, temos uma cultura de constante redução de custos por meio de negociação com fornecedores e centralização de compras com determinados parceiros para conquistar alto volume e obter redução dos preços. Além disso, buscamos eficiência contínua nas operações e ganho de escala para nos beneficiarmos de menores custos unitários.

Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

Nossas despesas de vendas consistem principalmente em comissões de vendas para representantes comerciais, despesas de frete, despesas com garantias, além de verba de propaganda por mídia impressa e de veiculação específica, verba para feiras e eventos, treinamentos de vendedores, incentivos a vendedores nos pontos de venda, despesa com provisão para devedores duvidosos, dentre outros. Acreditamos que o bom relacionamento com clientes-chave, a qualidade de nossos produtos e preços competitivos diminuem nossas despesas de comissão e de verba de propaganda para a manutenção das vendas.

As despesas gerais e administrativas consistem em despesas com os nossos funcionários administrativos, despesas de escritório, viagens, dentre outros. Adotamos como nossa política a manutenção do maior controle possível sobre essas despesas de forma a manter uma equipe competente, qualificada e enxuta.

A remuneração de nossa administração consiste em salário e benefícios, incluindo a remuneração de bônus para os nossa alta administração.

Depreciação e Amortização

Depreciamos nossos ativos fixos de forma linear baseado na vida útil estimada dos bens, inclusive para aqueles contemplados na reavaliação.

Amortizamos nossos ativos diferidos e ativos intangíveis de vida útil definida em 5 anos a partir da data em que os benefícios começam a ser gerados.

Parte substancial da depreciação e da amortização está alocada em nosso custo de produção.

Resultados Financeiros Líquidos

Os resultados financeiros líquidos incluem receitas de juros sobre aplicações financeiras e receitas de variação cambial, e incluem também despesas financeiras de dívidas com bancos e terceiros, além de resultados de variação cambial, CPMF e resultados financeiros positivos ou negativos de *hedges* de exportação, referente à parcela de resultado posterior ao momento em que ocorre cada venda efetiva.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nossa Companhia e nossas subsidiárias operam todas sob o regime de imposto de renda por lucro real, entretanto as alíquotas podem variar significativamente de um país para o outro. No Brasil, estamos sujeitos à alíquota de 25% de imposto de renda e 9% adicionais de contribuição social sobre o lucro líquido ajustado conforme a legislação fiscal. Na Dinamarca, estamos sujeitos à alíquota de Imposto de Renda de 28% , na Turquia, a alíquota de imposto de renda é de 20% , na Rússia, a alíquota de imposto de renda nominal é de 24% , entretanto, lá gozamos de incentivo fiscal por operar em Kaliningrado (ver seção de Incentivos Fiscais abaixo), e nos Estados Unidos estamos sujeitos a uma alíquota de imposto de renda média de 34%, incidindo tais alíquotas sobre o lucro tributável, de acordo com as legislações vigentes em cada uma dessas jurisdições.

Incentivos Fiscais

Incentivo Fiscal para a Fábrica de Três Lagoas – Mato Grosso do Sul.

Em março de 2005, foi firmado com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul o acordo de nº 625/2006, que concede incentivos fiscais de ICMS para instalação da fábrica na cidade de Três Lagoas. Esse incentivo permite à Companhia reduzir 90% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente naquele Estado, na forma disposta na Lei Complementar n° 93. Durante o período de investimento na construção da fábrica, por se tratar de incentivo destinado a futuros investimentos, os valores de ICMS incentivados são contabilizados a crédito de reserva específica no patrimônio líquido, à débito da rubrica "ICMS a recolher" no passivo. A Companhia tem o compromisso junto ao Estado do Mato Grosso do Sul, de investir naquele Estado parte do incentivo obtido nas operações realizadas, por este motivo esses valores estão classificados no patrimônio líquido como Reserva de Capital – Subvenção para Investimentos. O benefício é válido até maio de 2020.

Adicionalmente, o referido acordo nos garante o benefício do (i) diferimento do pagamento de ICMS incidente na importação de máquinas e equipamentos, destinados e vinculados ao processo industrial, para o momento em que ocorrer a alienação ou a saída interestadual da própria máquina; (ii) diferimento do pagamento do ICMS relativo à diferença entre a alíquota interna vigente e a alíquota interestadual de máquinas e equipamentos destinados e vinculados ao processo industrial, para o momento em que ocorrer a alienação ou a saída interestadual da própria máquina; e (iii) diferimento do pagamento do ICMS incidente na importação de insumos até o momento em que ocorrer a saída do produto em função de sua industrialização.

Incentivo Fiscal para a Fábrica de Kaliningrado – Rússia.

Nossa fábrica da cidade de Kaliningrado – Rússia – está localizada em Zona Econômica Especial (ZEE), e, portanto, com base na Lei Federal n. 16, se beneficia de incentivos fiscais compreendendo imposto de exportação e imposto sobre venda. Além disso, com base no código de Tributação, artigo 288.1 e 385.1, também goza de incentivo fiscal de imposto de renda e imposto sobre propriedade.

Conforme a Lei Federal n. 16, empresas localizadas em Kaliningrado estão isentas de qualquer imposto de vendas ou importação até Abril de 2016, desde que, pelo menos 30% do valor da mercadoria tenha sido adicionado em processo realizado na ZEE e desde que a empresa esteja em conformidade com a política de investimento de RUB$ 150 milhões (aproximadamente US$5,7 milhões, considerado a paridade em 31 de dezembro de 2006) nos 3 primeiros anos de operações na ZEE.

Conforme os artigos 288.1 e 385.1 do código de Tributação, as empresas localizadas na ZEE, fazem jus ao benefício de pagar 0% de imposto de renda nos primeiros 6 anos de operação a contar de Abril de 2006 e nos 6 anos seguintes passam a gozar de 50% do benefício, passando a pagar 12% de imposto de renda. O mesmo vale para o imposto sobre propriedade que tem alíquota cheia de 2%.

EBITDA

O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medir a nossa performance. O EBITDA é igual ao lucro líquido antes dos impostos de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA numa maneira diferente de nós.

Nossa Companhia divulga seu EBITDA, pois o utiliza como métrica de desempenho e o considera uma medida útil por ser frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na avaliação de empresas em nosso mercado.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado tem por base o EBITDA ajustado de incentivos fiscais de ICMS – subvenção para investimentos e do resultado não operacional.

Nossa administração considera apropriado o ajuste do EBITDA para tal incentivo fiscal uma vez que reconhecemos na nossa demonstração de resultados o valor integral da despesa com ICMS, sendo a redução do passivo de ICMS a pagar, decorrente do incentivo fiscal, contabilizada diretamente contra o nosso patrimônio líquido na conta Reserva de Capital – subvenção para investimentos.

Da mesma forma como o EBITDA, o EBITDA Ajustado também não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA Ajustado numa maneira diferente de nós. Nossa Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, pois o utiliza como métrica de desempenho e o considera uma medida útil por ser frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na avaliação de empresas em nosso mercado. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, e a depreciação e amortização, o EBITDA Ajustado também funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA Ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Abaixo apresentamos a reconciliação do nosso lucro líquido com o nosso EBITDA e nosso EBITDA Ajustado para os exercícios apontados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2004	**2005**	**2006**
	(em milhares de reais)		
Lucro Líquido	2.338	11.210	16.989
Depreciação e Amortização	2.248	3.055	5.006
Resultado Financeiro Líquido	2.274	(11.796)	(7.968)
Imposto de Renda e Contribuição Social	328	4.867	6.978
EBITDA	**7.188**	**7.336**	**21.005**
Resultado Não Operacional	110	824	2.159
Ajustes de Benefícios Fiscais	–	612	1.749
EBITDA Ajustado	**7.298**	**8.772**	**24.913**
Margem EBITDA[1] (%)	4,6	3,4	7,1
Margem EBITDA Ajustado[2] (%)	**4,7**	**4,1**	**8,4**

(1) Margem EBTIDA corresponde ao EBTIDA dividido pela receita líquida.
(2) Margem EBTIDA Ajustado corresponde ao EBTIDA Ajustado dividido pela receita líquida.

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA METALFRIO

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de							
	2004	**% da Receita Líquida**	**2005**	**% da Receita Líquida**	**2006**	**% da Receita Líquida**	**Var % 2005/ 2004**	**Var % 2006/ 2005**
	(em milhares de reais, exceto percentuais)							
Receita Bruta	**220.312**	**141,1**	**297.978**	**138,6**	**421.151**	**142,3**	**35,3**	**41,3**
Vendas de produtos e serviços no mercado nacional	182.646	117,0	234.788	109,2	383.924	129,8	28,5	63,5
Vendas no mercado externo	37.666	24,1	63.190	29,4	37.227	12,6	67,8	(41,1)
Deduções de Receitas:								
Impostos incidentes sobre vendas	(56.946)	(36,5)	(74.285)	(34,6)	(119.838)	(40,5)	30,4	61,3
Devoluções e abatimentos	(7.193)	(4,6)	(8.694)	(4,0)	(5.456)	(1,8)	20,9	(37,2)
Receita Líquida de Produtos e Serviços	**156.173**	**100,0**	**214.999**	**100,0**	**295.857**	**100,0**	**37,7**	**37,6**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(123.639)	(79,2)	(180.363)	(83,9)	(244.907)	(82,8)	45,9	35,8
Lucro Bruto	**32.534**	**20,8**	**34.636**	**16,1**	**50.950**	**17,2**	**6,5**	**47,1**
Receitas (despesas) Operacionais:								
Despesas com vendas	(20.435)	(13,1)	(22.685)	(10,6)	(24.948)	(8,4)	11,0	10,0
Despesas administrativas e gerais	(6.162)	(3,9)	(5.633)	(2,6)	(7.035)	(2,4)	(8,6)	24,9
Honorários – Administração	(819)	(0,5)	(858)	(0,4)	(946)	(0,3)	(4,8)	10,3
Outras receitas (despesas) operacionais	(68)	(0,0)	(355)	(0,2)	134	0,0	422,1	(137,7)
Total das Receitas (Despesas) Operacionais	**(27.484)**	**(17,6)**	**(29.531)**	**(13,7)**	**(32.795)**	**(11,1)**	**7,4**	**11,1**
Lucro Operacional Antes Do Resultado Financeiro	**5.050**	**3,2**	**5.105**	**2,4**	**18.155**	**6,1**	**1,1**	**255,6**
Resultado Financeiro Líquido	(2.274)	(1,5)	11.796	5,5	7.968	2,7	(618,7)	(32,5)
Lucro Operacional	**2.776**	**1,8**	**16.901**	**7,9**	**26.123**	**8,8**	**508,8**	**54,6**
Resultado Não Operacional	(110)	(0,1)	(824)	(0,4)	(2.159)	(0,7)	649,1	162,0
Lucro Antes Do Imposto De Renda E Da Contribuição Social	**2.666**	**1,7**	**16.077**	**7,5**	**23.964**	**8,1**	**503,0**	**49,1**
Imposto De Renda E Contribuição Social	(328)	(0,2)	(4.867)	(2,3)	(6.978)	(2,4)	1.383,8	43,4
Lucro Líquido antes da Participação dos Minoritários	**2.338**	**1,5**	**11.210**	**5,2**	**16.986**	**5,7**	**379,5**	**51,5**
Participação dos Minoritários	0	0,0	0	0,0	3	0,0	n/s	n/s
Lucro Líquido Do Exercício	**2.338**	**1,5**	**11.210**	**5,2**	**16.989**	**5,7**	**379,5**	**51,5**

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 COMPARADO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

Os resultados de nossas operações durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, caracterizaram-se por um aumento de 37,6% na receita líquida de produtos e serviços e por um aumento de 51,5% do lucro líquido. O principal determinante para o crescimento do resultado verificado no período foi o aumento do lucro operacional antes de resultado financeiro de R$5,1 milhões em 2005 para R$18,2 milhões em 2006, um aumento de 255,6%, com melhora da margem operacional antes de resultado financeiro (a margem operacional antes de resultado financeiro corresponde ao Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro dividido pela Receita Líquida) de 2,4% em 2005 para 6,1% em 2006.

Receita Bruta

Nossa receita bruta aumentou 41,3%, passando de R$298,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$421,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Nossas vendas de produtos e serviços no mercado nacional, que compreende as vendas no mercado brasileiro e as vendas das subsidiárias no exterior realizadas nos respectivos países, cresceu 63,5%, passando de R$234,8 milhões no exercício encerrado em 2005 para R$383,9 milhões no mesmo período em 2006. Nossa receita de vendas no mercado externo, que compreende as exportações feitas a partir do Brasil, diminuiu 41,1%, passando de R$63,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$37,2 milhões no mesmo período em 2006.

O crescimento das vendas no mercado nacional e queda nas exportações são explicados pela alta demanda do mercado interno e pelo cenário de valorização do Real, que valorizou 8,7% frente ao Dólar Norte Americano em 2006, orientando o foco para a consolidação do mercado brasileiro. Com isso, houve crescimento das vendas de produtos e serviços no mercado brasileiro, que aumentou de R$234,8 milhões em 2005 para R$378,0 milhões em 2006, crescimento de 61,0%, além da contribuição de R$5,9 milhões da consolidação de um mês das atividades da Metalfrio Dinamarca e da Life Cycle.

Impostos Incidentes sobre Vendas

Os impostos incidentes sobre as vendas aumentaram de R$74,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$119,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, um aumento de 61,3%, em linha com o aumento das vendas de produtos e serviços no mercado nacional, que foi de 63,5%. Proporcionalmente às vendas de produtos e serviços no mercado nacional, o imposto incidente sobre a venda representava 31,6% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, passando a representar 31,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, uma pequena queda em função das diferentes alíquotas de ICMS nas vendas para o mercado brasileiro e da influência da consolidação de um mês de vendas na Dinamarca e Rússia com menores alíquotas de impostos sobre vendas que o Brasil.

Devoluções e abatimentos

As devoluções e abatimentos diminuíram 37,2%, para R$5,5 milhões, ou 1,3% da receita bruta, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, contra R$8,7 milhões, ou 2,9% da receita bruta, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, em função, principalmente, de menor volume de devoluções de equipamentos.

Receita Líquida de Produtos Vendidos

Tendo em vista o exposto acima, nossa receita líquida aumentou 37,6%, passando de R$215,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$295,9 milhões no mesmo período de 2006.

A tabela a seguir apresenta a abertura de nossas receitas líquidas entre as linhas de produto para os períodos indicados:

	Vendas Líquidas			Volumes de Venda			Preços Médios		
	2005	2006	Variação	2005	2006	Variação	2005	2006	Variação
	(em milhões de reais)		(%)	(em milhares de unidades)		(%)	(em reais por unidade)		(%)
Horizontais....	91,9	106,5	15,8	125,5	149,8	19,4	732	711	(2,9)
Verticais.....	87,3	149,5	71,3	70,3	120,1	70,9	1.242	1.245	0,3
Especiais	25,2	24,4	(3,1)	11,0	11,9	8,0	2.290	2.055	(10,3)
Outras Receitas	10,6	15,5	46,2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	**215,0**	**295,9**	**37,6**	**206,7**	**281,7**	**36,3**	**988[1]**	**995[1]**	**0,7**

[1] Excluídas Outras Receitas

A receita líquida com a venda dos modelos horizontais aumentou 15,8% de R$91,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$106,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, incluindo as receitas de R$4,9 milhões vindas da consolidação de um mês de operação da Metalfrio Dinamarca e Metalfrio Rússia. Considerando apenas a venda de horizontais da operação do Brasil, percebemos que esta aumentou de R$91,9 milhões em 2005 para R$101,6 milhões em 2006, um aumento de 10,9%, impulsionado principalmente pelo aumento do volume de venda no mercado doméstico dos modelos horizontais de 420 e 550 litros para fabricantes de sorvetes.

A receita líquida com a venda dos modelos verticais aumentou 71,3% de R$87,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$149,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, contribuindo com R$62,2 milhões para o aumento das receitas. O crescimento da receita de equipamentos verticais é explicado pelo aumento das unidades vendidas no mercado interno. Os produtos de maior venda foram os refrigeradores "véu de noiva" de 500 litros e os verticais de 400 e 430 litros.

O número de unidades vendidas de produtos especiais, como caves e verticais de duas portas, aumentou 1,7%, de 11,7 mil em 2005 para 11,9 mil em 2006. Entretanto, a composição da receita com maior participação de produtos de menor valor agregado contribuiu para a queda na receita líquida de especiais em 3,1%, de R$25,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$24,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. Ainda assim, os produtos especiais de maior relevância continuam a ser os verticais de duas portas com 990 litros.

As outras receitas, que compreendem vendas de equipamentos e peças para reposição, além de serviços de manutenção prestados pela Life Cycle, aumentaram 46,2% em 2006, de R$10,6 milhões em 2005 para R$15,5 milhões em 2006. O faturamento com venda de partes de reposição foi de R$14,3 milhões, crescimento de 37,8% em comparação com 2005, mostrando o reconhecimento de qualidade das peças de reposição da Companhia junto aos postos autorizados.

Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

O custo total dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 aumentou 35,8% de R$244,9 milhões, representando 82,8% da receita líquida de 2006, contra R$180,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, representando 83,9% da receita líquida de 2005. O aumento foi sobretudo resultado do crescimento em unidades vendidas. A diminuição dos custos em relação a receita líquida é explicada pelo maior volume de vendas de produtos com melhor margem.

Lucro bruto

Como resultado do exposto anteriormente, o lucro bruto aumentou 47,1%, passando de R$34,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$51,0 milhões no mesmo período de 2006. Nossa margem sobre a receita líquida aumentou de 16,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para 17,2% no mesmo período de 2006. O aumento na margem bruta é explicado pelo maior volume de vendas de produtos de melhor margem em relação à média dos produtos de 2005.

Receitas (Despesas) Operacionais

As receitas (despesas) operacionais aumentaram 11,1%, passando de R$29,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$32,8 milhões no mesmo período em 2006. Como percentual da receita líquida, tais despesas caíram de 13,7% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para 11,1% no mesmo período em 2006, conforme descrito abaixo.

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossas receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2005	**2006**	**Variação**
	(em milhares de reais)		(%)
Despesas com Vendas	22.685	24.948	10,0
Despesas e Administrativas Gerais	5.633	7.035	24,9
Honorários – Administração	858	946	10,3
Outras receitas (despesas) operacionais	355	(134)	N/A
Total Receitas (Despesas) Operacionais	**29.531**	**32.795**	**11,1**

As despesas de vendas aumentaram 10,0%, passando de R$22,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$24,9 milhões no mesmo período em 2006. Entretanto, proporcionalmente às vendas líquidas, houve redução de 10,6% em 2005 para 8,4% em 2006. Os destaques da redução proporcional das despesas de vendas foram as despesas de comissão que diminuíram 6,2%, ou R$0,3 mil, sendo de R$4,5 milhões em 2006 e R$4,8 milhões em 2005, mesmo com o aumento das vendas. E as despesas de frete que diminuíram 11,6%, ou R$1,1 milhões, sendo de R$8,4 milhões em 2006 e R$9,5 milhões em 2005. A melhora nas despesas de comissão é atribuída ao maior volume de vendas diretas a grandes clientes sem intermediações que acarretariam pagamento de comissão. O melhor desempenho dos gastos com frete é conseqüência de maior volume de vendas para clientes com os quais é praticado entrega FOB. As despesas com garantias foram de R$1,6 milhão em 2005 e de R$1,9 milhão em 2006, representando um acréscimo de 15,8%.

As despesas gerais e administrativas aumentaram 24,9%, passando de R$5,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$7,0 milhões no mesmo período em 2006. Entretanto, em relação às vendas líquidas, as despesas gerais e administrativas diminuíram de 2,8% em 2005 para 2,4% em 2006. Os principais aumentos foram em despesas de viagens e estadias que somaram R$1,6 milhão em 2006, contra R$0,8 milhão em 2005, em decorrência de nossas aquisições internacionais e das atividades de integração de nossas subsidiárias no exterior, e prestação de serviços de terceiros que aumentou de R$1,4 milhão em 2005 para R$1,7 milhão em 2006.

Além disso, os honorários da administração aumentaram 10,3%, de R$0,8 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$0,9 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, representando 0,3% da receita líquida de vendas de produtos e serviços em 2006 em comparação com 0,4% da receita líquida de vendas de produtos e serviços em 2005. O aumento deu-se sobretudo como resultado dos ajustes dos salários e do aumento dos bônus da nossa alta administração.

As outras receitas (despesas) operacionais de R$0,4 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, tornaram-se outras receitas operacionais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 em R$0,1 milhão. Tal mudança foi sobretudo resultado da reversão da provisão da provisão para devedores duvidosos de 0,3 milhões da Metalfrio Denmark.

Resultado Financeiro Líquido

Nosso resultado financeiro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 foi 32,2% menor que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, passando de R$11,8 milhões em 2005 para R$8,0 milhões em 2006. O principal motivo na redução do resultado financeiro líquido foi o aumento de 54,2% das despesas financeiras consolidadas, de R$7,2 milhões em 2005 para R$11,1 milhões em 2006, devido, principalmente, ao aumento do saldo médio de empréstimos e financiamentos, de R$28,4 milhões em 2005 para R$68,3 milhões em 2006. Ao mesmo tempo, as receitas financeiras tiveram pequena alteração, caindo de R$19,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$19,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. As receitas financeiras de 2006 foram compostas principalmente por R$6,2 milhões de disponibilidades e aplicações financeiras, que terminaram o ano em R$72,9 milhões, contra R$48,8 milhões em 2005, e R$9,7 milhões de ganhos com contratos de *hedge* de exportação após o momento em que ocorreu cada venda efetivamente enquanto que em 2005 foram R$15,9 milhões.

Resultado Não Operacional

Nosso resultado não operacional variou 162,0% para negativo em R$2,2 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2006, de resultado não operacional negativo de R$0,8 milhão no período encerrado em 31 de dezembro de 2005. Proporcionalmente às receitas líquidas o resultado não operacional aumentou de 0,7% para 0,4% das receitas líquidas, devido à amortização integral do ágio da Life Cycle de R$2,8 milhões, parcialmente compensado pelo resultado positivo de R$0,6 milhão pelo recebimento de doação do terreno da unidade industrial de Três Lagoas pela prefeitura.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram de R$7,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 contra R$4,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, um aumento de 42,8%.

A alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 29,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, enquanto que em 2005 foi de 30,3%. A taxa efetiva foi afetada, principalmente, pela distribuição de juros sobre capital próprio de R$2,4 milhões, contra R$1.6 milhões em 2005, reduzindo o pagamento de imposto de renda em R$0,8 milhão, e pela amortização de ágio na aquisição de empresas do grupo Metalfrio, não dedutível para efeito de imposto de renda, aumentando o pagamento de imposto de renda em R$1,0 milhão e constituição de imposto de renda diferido da subsidiária Life Cycle no montante de R$1,0 milhão.

Lucro Líquido

Como resultado do exposto acima, nosso lucro líquido aumentou 51,5%, passando de R$11,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$17,0 milhões no exercício de 2006, com aumento percentual na margem líquida, de 5,2% em 2005 para 5,7% em 2006.

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 COMPARADO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Os resultados de nossas operações durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, caracterizaram-se por um aumento de 37,7% na receita líquida de produtos e serviços e por um aumento de 379,5% do lucro líquido. O principal determinante do crescimento do resultado foi o aumento de R$14,1 milhões no resultado financeiro líquido que contribuiu para o aumento de 508,8% do lucro operacional.

Receita Bruta

Nossa receita bruta aumentou 35,3%, passando de R$220,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R$298,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Nossa receita de vendas de produtos e serviços no mercado nacional aumentou 28,5%, passando de R$182,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R$234,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Nossa receita de vendas no mercado externo aumentou 67,8%, passando de R$37,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R$63,2 milhões no mesmo período em 2005.

O aumento da nossa receita bruta foi impulsionado pelo esforço de ganhar mercado na América Latina exportando para clientes globais, além de outros clientes de escopo local, principalmente em países como Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru. O aumento do volume no mercado externo foi parcialmente compensado pela valorização do Real frente ao Dólar de 11,8%. No mercado doméstico também conseguimos um aumento de vendas expressivo com o sucesso de vendas de refrigeradores comerciais horizontal de 100 litros e de 500 litros do tipo "véu de noiva".

Impostos Incidentes sobre Vendas

Os impostos incidentes sobre as vendas aumentaram de R$56,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R$74,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, um aumento de 30,4%, inferior ao aumento da receita bruta que foi de 35,3%, devido ao aumento da parcela de venda para exportação na qual não incidem impostos sobre as vendas. Proporcionalmente às vendas de produtos e serviços no mercado nacional, os impostos incidentes sobre as vendas representaram 31,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 passando a representar 31,6% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, uma pequena variação em função das diferentes alíquotas de ICMS nas vendas para o mercado interno.

Devoluções e abatimentos

As devoluções e abatimentos cresceram 20,9%, somando R$7,2 milhões, ou 3,3% da receita bruta, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, contra R$8,7 milhões, ou 2,9% da receita bruta, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Tal crescimento deu-se principalmente por conta do aumento na receita bruta.

Receita Líquida dos Produtos Vendidos

Tendo em vista o exposto acima, nossa receita líquida aumentou 37,7%, passando de R$156,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R$215,0 milhões no exercício encerrado em 2005.

A tabela a seguir apresenta a abertura de nossas receitas líquidas entre as linhas de produto para os períodos indicados:

	Vendas Líquidas			**Volumes de Venda**			**Preços Médios**		
	2004	**2005**	**Variação**	**2004**	**2005**	**Variação**	**2004**	**2005**	**Variação**
	(em milhões de reais)		(%)	(em milhares de unidades)		(%)	(em reais por unidade)		(%)
Horizontais	79,2	91,9	16,1	125,4	125,5	0,1	631	732	16,0
Verticais	55,0	87,3	58,6	44,1	69,6	59,2	1.247	1.242	(0,4)
Especiais	12,1	25,2	108,3	6,1	11,7	91,8	1984	2.290	15,5
Outras Receitas	9,8	10,6	8,2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	**156,2**	**215,0**	**37,7**	**175,6**	**206,7**	**18,1**	**834**[1]	**988**[1]	**18,6**

[1] Excluídas Outras Receitas

A receita líquida com a venda dos modelos horizontais aumentou 16,1%, de R$79,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R$91,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, sendo a maior parte deste aumento de receitas explicado pelo aumento do preço médio resultante da mudança do mix dos produtos em direção às linhas de maior valor agregado como os horizontais de 200, 300 e 400 litros para sorvetes tanto no mercado interno quanto externo.

A receita líquida com a venda dos modelos verticais aumentou 58,6% de R$55,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R$87,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, um aumento de R$32,3 milhões que constituíram a maior contribuição para o aumento global das receitas líquidas de R$58,8 milhões. Sendo a maior parte deste aumento de receitas explicado pelo aumento de 57,8% no volume de vendas, resultante da aproximação comercial com importantes clientes, tais como fabricantes de cervejas e refrigerantes, contribuindo para o sucesso de vendas do modelo vertical de 430 litros e do refrigerador "véu de noiva" de 500 litros.

A receita líquida com a venda dos modelos especiais aumentou 108,3%, de R$12,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R$25,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, sendo a maior parte deste aumento de receitas explicado pelo aumento do volume de vendas de 91,8%, impulsionado pelas exportações de verticais de duas portas.

Além disso, acompanhando um pouco das nossas vendas, incrementamos também nossa receita com peças de reposição e serviços de assistência técnica. As receitas desses outros produtos e serviços aumentaram 8,2%, de R$9,8 milhões em 2004 para R$10,6 milhões em 2005.

Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

O custo total dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 aumentou 45,9% para R$180,4 milhões, representando 83,9% da receita líquida de 2005, contra custo de R$123,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, representando 79,2% da receita líquida de 2004. O aumento dos custos em relação à receita líquida foi conseqüência principal do aumento do preço de diversas *commodities* tais como aço, cobre e resinas plásticas, o que afetou também o custo de outros componentes. Tais aumentos não foram repassados automática e imediatamente aos clientes, uma vez que muitas das vendas já haviam sido programadas e acordadas com os clientes, havendo um atraso no repasse do aumento dos custos.

Lucro bruto

Como resultado do exposto acima, o lucro bruto aumentou 6,5%, passando de R$32,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R$34,6 milhões no exercício encerrado em 2005. Nossa margem bruta sobre a receita líquida, entretanto, diminuiu de 20,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para 16,1% no exercício encerrado em 2005.

Receitas (Despesas) Operacionais

As receitas (despesas) operacionais aumentaram 7,4%, passando de R$27,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R$29,5 milhões no exercício encerrado em 2005. Como percentual da receita líquida dos produtos vendidos, tais despesas passaram de 17,6% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para 13,7% no exercício encerrado em 2005 conforme demonstrado abaixo.

A tabela a seguir apresenta os componentes de nossas receitas (despesas) operacionais para os períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2004	**2005**	**Variação**
	(em milhares de reais)		**(%)**
Despesas com Vendas	20.435	22.685	11,0
Despesas Gerais e Administrativas	6.162	5.633	(8,6)
Honorários – Administração	819	858	4,8
Outras receitas (despesas) operacionais	68	355	422,1
Total despesas operacionais	**27.484**	**29.531**	**7,4**

As despesas de vendas aumentaram 11,0%, passando de R$20,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R$22,7 milhões no mesmo período de 2005, entretanto, como percentual das receitas líquidas, houve redução de 13,1% em 2004 para 10,6% em 2005. Como destaque, apontamos o aumento de apenas 9,1% nas despesas de comissões, de R$4,4 milhões em 2004 para R$4,8 milhões em 2005, que apresentou redução proporcionalmente às receitas líquidas, de 2,8% em 2004 para 2,1% em 2005, reflexo do aumento das vendas diretas a clientes chave feitas pela Companhia. As despesas de frete aumentaram 37,3%, de R$6,9 milhões em 2004 para R$9,5 milhões em 2005, mantendo-se praticamente estável proporcionalmente às receitas líquidas, em 4,7% da receita líquida em 2004 e 4,4% em 2005. As despesas com garantias foram de R$1,8 milhão em 2004 e de R$1,6 milhão em 2005, representando um decréscimo de 11,1%.

As despesas gerais e administrativas diminuíram 8,2%, passando de R$6,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, para R$5,6 milhões no exercício encerrado em 2005. Esta redução foi conseqüência da política de contenção de custos administrativos instituída na Companhia após 2004, cuja principal conseqüência foi a redução de R$0,6 milhão com serviços de terceiros em 2005, que caiu de R$1,7 milhão no exercício de 2004 para R$1,1 milhão no exercício de 2005, representando um decréscimo de 35,3%.

Os honorários da administração mantiveram-se praticamente estáveis, sendo R$0,8 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 e R$0,8 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

Outras despesas operacionais aumentaram de R$0,1 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R$0,4 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, um aumento de 422,1%. Tal aumento foi principalmente conseqüência do aumento dos custos com frete devido ao aumento do envio de peças de reposição para distribuidores relacionados ao início do conceito "*life cycle*" de prestação de serviços de suporte e pós-venda.

Resultado Financeiro Líquido

Nosso resultado financeiro líquido cresceu R$14,1 milhões, passando de R$2,3 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R$11,8 milhões positivos no mesmo período em 2005, devido, principalmente, ao saldo médio de disponibilidades e aplicações financeiras ter sido superior ao saldo médio de empréstimos e financiamentos ao longo do ano, que assegurou receitas de juros com aplicações financeiras de R$4,2 milhões, e aos ganhos na realização de contratos de *hedge* de R$15,9 milhões.

Resultado Não Operacional

Nosso resultado não operacional cresceu 649,1%, para R$0,8 milhão no período encerrado em 31 de dezembro de 2005, comparado com R$0,1 milhão em 2004. O aumento foi conseqüência principalmente das despesas relacionadas ao contrato de retenção com nosso diretor presidente.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram 1.383,8%, chegando a R$4,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 contra R$0,3 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004.

A alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social de 2004 ficou em 12,3% por conta da reversão de R$0,6 milhão de provisão constituída em 2003. Em 2005 pagamos juros sobre o capital próprio no valor de R$1,6 milhão (contra R$0,00 em 2004) o que diminuiu a base de cálculo destes impostos para fins fiscais, resultando numa alíquota efetiva de 30,3%.

Lucro Líquido

Como resultado do exposto acima, nosso lucro líquido aumentou 379,5%, passando de R$2,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 para R$11,2 milhões no exercício encerrado em 2005. A margem de lucro líquido sobre a receita líquida passou de 1,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, para 5,2% no exercício encerrado em 2005.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS DA METALFRIO

	Em 31 de dezembro de							
	2004	% do Total	2005	% do Total	2006	% do Total	Var % 2005/2004	Var % 2006/2005
	(em milhares de reais, exceto percentuais)							
Ativo								
Circulante								
Disponibilidades e aplicações financeiras	18.683	24,9	48.774	36,6	72.897	28,7	161,1	49,5
Contas a receber de clientes	27.809	37,1	34.421	25,8	78.306	30,8	23,8	127,5
Estoques	12.978	17,3	18.209	13,7	42.088	16,6	40,3	131,1
Impostos a recuperar	1.962	2,6	5.865	4,4	4.692	1,8	198,9	(20)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.336	1,8	553	0,4	1.088	0,4	(58,6)	96,7
Partes relacionadas	0	0,0	969	0,7	0	0,0	n/a	(100,0)
Outras contas a receber	350	0,5	333	0,2	3.677	1,4	(4,9)	1.004,2
Total do ativo circulante	**63.118**	**84,2**	**109.124**	**81,9**	**202.748**	**79,8**	**72,9**	**85,8**
Não Circulante								
Realizável a Longo Prazo								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56	0,1	36	0,0	785	0,3	(35,7)	2.080,6
Impostos a recuperar	168	0,2	169	0,1	293	0,1	0,6	73,4
Imobilizado, líquido	10.367	13,8	21.103	15,8	37.650	14,8	103,6	78,4
Intangível	687	0,9	598	0,4	7.454	2,9	(13,0)	1.146,5
Diferido	530	0,7	2.236	1,7	5.091	2,0	321,8	127,7
Total do ativo não circulante	**11.808**	**15,8**	**24.142**	**18,1**	**51.273**	**20,2**	**104,5**	**112,4**
Total do ativo	**74.926**	**100,0**	**133.266**	**100,0**	**254.021**	**100,0**	**77,9**	**90,6**
Passivos								
Circulante								
Fornecedores	21.358	28,5	26.515	19,9	60.716	23,9	24,1	128,9
Empréstimos e financiamentos	2.631	3,5	13.339	10,0	31.905	12,6	407,0	139,2
Obrigações tributárias	2.400	3,2	3.677	2,8	10.724	4,2	53,2	191,7
Salários e encargos sociais a recolher	1.436	1,9	1.561	1,2	5.315	2,1	8,7	240,5
Provisões diversas	4.717	6,3	2.669	2,0	4.440	1,7	(43,4)	66,4
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0,0	1.449	1,1	2.193	0,9	n/s	51,3
Partes relacionadas	72	0,1	0	0,0	1.497	0,6	(100,0)	n/s
Outras contas a pagar	762	1,0	1.338	1,0	6.418	2,5	75,6	379,7
Total do circulante	**33.376**	**44,5**	**50.548**	**37,9**	**123.208**	**48,5**	**51,5**	**143,7**
Não Circulante								
Exigível a Longo Prazo								
Empréstimos e financiamentos	11.269	15,0	29.551	22,2	61.850	24,3	162,2	109,3
Obrigações tributárias	5.370	7,2	5.247	3,9	1.470	0,6	(2,3)	(72,0)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0,0	3.450	2,6	2.745	1,1	n/a	(20,4)
Provisão	156	0,2	79	0,1	371	0,1	(49,4)	369,6
Partes relacionadas	0	0,0	1.398	1,0	0	0,0	n/s	(100,0)
Outras contas a pagar	0	0,0	0	0,0	4.045	1,6	n/s	n/s
Total passivo não circulante	**16.795**	**22,4**	**39.725**	**29,8**	**70.481**	**27,7**	**136,5**	**77,4**
Participação de Minoritários	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**1.001**	**0,4**	**n/s**	**n/s**
Capital social	24.781	33,1	24.781	18,6	24.781	9,8	0,0	0,0
Reserva de capital	0	0,0	612	0,5	2.361	0,9	n/s	285,8
Reserva de reavaliação	0	0,0	8.066	6,1	6.698	2,6	n/s	(17,0)
Lucros (prejuízos) acumulados	(26)	(0,0)	9.534	7,2	25.491	10,0	n/s	167,4
Total do patrimônio líquido	**24.755**	**33,0**	**42.993**	**32,3**	**59.331**	**23,4**	**73,7**	**38,0**
Total do Passivo e Patrimônio líquido	**74.926**	**100,0**	**133.266**	**100,0**	**254.021**	**100,0**	**77,9**	**90,6**

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2005

Ativo Circulante

Nosso ativo circulante cresceu 85,8%, passando de R$109,1 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$202,7 milhões em 31 de dezembro de 2006.

As principais variações foram:

(i) aumento de R$24,1 milhões, ou 49,5% em disponibilidades e aplicações financeiras, que passaram de R$48,8 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$72,9 milhões em 31 de dezembro de 2006, principalmente devido à geração interna de caixa da Companhia e às captações realizadas no período.

(ii) aumento de contas a receber, líquidas de PDD, em R$43,9 milhões ou 127,5%, que passaram de R$34,4 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$78,3 milhões em 31 de dezembro de 2006, devido ao aumento do faturamento da companhia e às contas a receber nas operações do exterior, Dinamarca, Rússia e Estados Unidos adquiridas no final de 2006. As contas a receber das operações no exterior somavam, em 31 de dezembro de 2006, R$21,5 milhões, enquanto as contas a receber das vendas da controladora somavam R$56,8 milhões em 31 de dezembro de 2006, representando uma melhora no prazo médio de recebimento de 26 dias no final de 2005 para 25 dias no final de 2006.

(iii) aumento de R$23,9 milhões em estoques ou 131,1%, de R$18,2 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$42,1 milhões em 31 de dezembro de 2006. O aumento no nível de estoque no final de 2006 foi conseqüência, principalmente, do volume de estoques nas operações do exterior (Dinamarca, Rússia e Estados Unidos) adquiridas no final de 2006, de R$22,5 milhões. Já o nível de estoque da controladora aumentou em 7,5%, de R$18,2 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$19,6 milhões em 31 de dezembro de 2006, apesar do alto aumento das vendas da controladora que cresceram 39% em 2006 comparado com 2005.

Realizável a Longo Prazo

Nosso realizável a longo prazo aumentou em R$0,9 milhão, passando de R$0,2 milhão em 31 de dezembro de 2005 para R$1,1 milhão em 31 de dezembro de 2006, principalmente em função do aumento de imposto de renda e contribuição social diferidos gerado em função do prejuízo acumulado da subsidiária Life Cycle e de outras provisões temporárias com realização no longo prazo.

Imobilizado

O saldo contábil do nosso ativo imobilizado aumentou 78,4%, passando de R$21,1 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$37,7 milhões em 31 de dezembro de 2006. Este aumento está relacionado às consolidações em 31 de dezembro de 2006 dos ativos imobilizados líquidos da Metalfrio Dinamarca, no montante de R$1,3 milhão, da Metalfrio Turquia, no montante de R$2,3 milhões, da Metalfrio USA no montante de R$0,4 milhão e da Life Cycle no montante de R$0,1 milhão aos ativos imobilizados líquidos da controladora no montante de R$27,7 milhões. Em 2006, além dos efeitos decorrentes da consolidação de ativos anteriormente mencionados, a Companhia realizou adições ao seu ativo imobilizado de R$11,2 milhões, relacionados principalmente à construção da unidade industrial de Mato Grosso do Sul, e incorreu em depreciação de R$5,0 milhões.

Intangível

O saldo contábil de ativo intangível aumentou de R$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2005 para R$7,5 milhões em 31 de dezembro de 2006 substancialmente em função da aquisição das marcas Caravell e Derby na Dinamarca, aquisição da carteira de clientes da Caravell USA, além do gasto com softwares operacionais e ERP.

Diferido

O ativo diferido aumentou R$2,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, comparado com o final do ano de 2005, indo de R$2,2 milhões para R$5,1 milhões. Os ativos diferidos foram constituídos em função de despesas pré-operacionais e desenvolvimento de projetos nas unidades industriais de Três Lagoas, que se tornou operacional em Outubro de 2006, e de Manisa, que se tornou operacional em Janeiro de 2007, datas a partir das quais os respectivos ativos diferidos passaram a ser amortizados pelo prazo de cinco anos.

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante aumentou 143,7%, passando de R$50,5 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$123,2 milhões em 31 de dezembro de 2006.

As principais variações foram:

(i) aumento de R$34,2 milhões em fornecedores, que passaram de R$26,5 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$60,7 milhões em 31 de dezembro de 2006. Parte do aumento em fornecedores é decorrente das operações no exterior (Dinamarca, Rússia e Estados Unidos), com saldo de R$15,8 milhões em 31 de dezembro de 2006. Já o saldo de fornecedores da controladora aumentou de R$26,5 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$44,9 milhões em 31 de dezembro de 2006, em função do aumento no nível de produção,

(ii) aumento de R$18,6 milhões em empréstimos e financiamentos, que passaram de R$13,4 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$31,9 milhões em 31 de dezembro de 2006 compostos principalmente por contratos de adiantamento de câmbio, cujos recursos foram usados para capital de giro e aplicados no próprio caixa da Companhia, e

(iii) aumento de R$7,0 milhões nas obrigações tributárias, principalmente devido à reclassificação de obrigações de longo prazo para curto prazo no montante de R$3,3 milhões e ao IPI a recolher do mês de dezembro de 2006 que foi superior em R$1,7 milhões ao de dezembro de 2005.

Exigível a Longo Prazo

O saldo do nosso exigível a longo prazo aumentou 77,4%, passando de R$39,7 milhões em 31 de dezembro de 2005, para R$70,5 milhões em 31 de dezembro de 2006.

As principais variações decorreram (i) do aumento de R$32,3 milhões em empréstimos e financiamentos, passando de R$29,6 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$61,9 milhões em 31 de dezembro de 2006, compostos predominantemente por contratos de pré-pagamento de exportação atrelados a receitas de exportação, e empréstimos de capital de giro, e (ii) da transferência de R$1,4 milhão com partes relacionadas para o curto prazo.

Participação de Minoritários

Em 31 de dezembro de 2006, em nosso balanço consolidado, apresentamos R$1,0 milhão referente a participação de nossos sócios minoritários na Hold Co A.S. (IO Fund) e na Metalfrio Turquia (OzLider Blastik e Serkan Gulaç).

Patrimônio Líquido

Nosso patrimônio líquido aumentou 38,0%, passando de R$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$59,3 milhões em 31 de dezembro de 2006, conseqüência da combinação do lucro líquido do exercício de 2006 de R$17,0 milhões, do pagamento de juros sobre capital próprio de R$2,4 milhões e de incentivo fiscal (subvenção para investimentos) no exercício de R$1,7 milhões.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2006 nosso endividamento correspondia a R$93,8 milhões, composto por empréstimos e financiamentos de curto prazo no montante de R$31,9 milhões, empréstimos e financiamentos de longo prazo no montante de R$61,9 milhões. Do endividamento total, 91,6%, ou R$85,8 milhões, eram denominados em moedas estrangeiras, sendo R$84,6 milhões eram em Dólar e R$1,2 milhão era em Coroa Dinamarquesa.

Nosso saldo de disponibilidades e aplicações financeiras representavam 2,3 vezes o saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2006.

Em 31 dezembro de 2005, nosso endividamento correspondia a R$42,9 milhões composto de empréstimos e financiamentos a custo prazo no valor de R$13,4 milhões, e empréstimos e financiamentos a longo prazo no valor de R$29,6 milhões. Do total do endividamento, 93,9%, ou R$40,3 milhões denominados em Dólares.

Nosso saldo de disponibilidades e aplicações financeiras representavam 3,7 vezes o saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2005.

Em 31 de dezembro de 2006, o endividamento era composto principalmente por:

- contratos de pré-pagamento de exportações;
- empréstimos de capital de giro;
- adiantamento de contrato de câmbio ("ACC");
- empréstimos em moeda estrangeira ("Resolução 2.770");
- notas de crédito a exportação ("NCE"):
- FINEP;
- Cédula de crédito industrial ("CCI");
- IO Fund; e
- leasing.

Considerando as parcelas de curto e longo prazo, os saldos apresentaram as seguintes principais variações:

- os contratos de pré-pagamento aumentaram em R$15,9 milhões, de R$18,0 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$33,9 milhões em 31 de dezembro de 2006;
- captação de empréstimo de capital de giro em 2006, de forma que o saldo em 31 de dezembro de 2006, era de R$16,9 milhões;
- os ACC's diminuíram em R$1,1 milhão, de R$7,7 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$6,6 milhões em 31 de dezembro de 2006;
- os empréstimos em moeda estrangeira ("Resolução 2.770") aumentaram em R$13,0 milhões, de R$9,7 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$22,7 milhões em 31 de dezembro de 2006;
- as NCE's diminuíram em R$0,4 milhões, de R$4,8 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2006;
- o FINEP aumentou em R$0,5 milhões, de R$2,6 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$3,1 milhões em 31 de dezembro de 2006;
- captação de recursos por meio de CCI ao longo de 2006, de forma que o saldo em 31 de dezembro de 2006 era de R$4,8 milhões; e
- captação de recursos junto ao IO Fund, de forma que o saldo em 31 de dezembro de 2006 era de R$1,2 milhões.

O quadro a seguir demonstra a composição dos empréstimos e financiamentos nos períodos analisados:

Modalidade	Moeda	Encargos Financeiros	2005	2006
			(em milhares de reais)	
Circulante				
Contratos de pré-pagamento	Dólar	2,60% + Libor semestral	1.850	6.530
Capital de Giro	Dólar	6,70% a.a.	0	552
Adiantamento de Contrato de Câmbio – ACC	Dólar	5,49% a.a.	7.722	6.582
Resolução n. 2.770	Dólar	6,90% a.a.	3.721	13.798
Nota de Crédito à Exportação – NCE	Dólar	7,00% a.a.	0	4.420
Leasing	Real	20% a.a.	46	23
Total circulante			**13.339**	**31.905**
Não Circulante				
Contratos de pré-pagamento	Dólar	2,60% + Libor semestral	16.189	27.396
Capital de Giro		6,70% a.a.	0	16.394
FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos)	Real	4,50% a.a.	2.559	3.118
Cédula de Crédito Industrial – CCI	Real	9,78% a.a.	0	4.847
IO Fund	Coroa Dinamarquesa	Cibor + 3,50% a.a.	0	1.183
Nota de Crédito à Exportação – NCE	Dólar	7,00% a.a.	4.839	0
Resolução n. 2.770	Dólar	6,90% a.a.	5.941	8.912
Leasing	Real	20,00% a.a.	23	0
Total Não Circulante			**29.551**	**61.850**
Total de endividamento			**42.890**	**93.755**

Tabela abaixo demonstra o prazo de vencimento do nosso endividamento de longo prazo em 31 de dezembro de 2006:

Vencimento	Endividamento de longo prazo
	(R$ milhões)
2007	–
2008	30,4
2009	22,0
2010	3,0
2011 em diante	6,5
Total	**61,9**

POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005, COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Ativo Circulante

Nosso ativo circulante cresceu 72,9%, passando de R$63,1 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$109,1 milhões em 31 de dezembro de 2005.

As principais variações foram:

(i) aumento de R$30,1 milhões ou 161,0% em disponibilidades e aplicações financeiras, que passaram de R$18,7 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$48,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, devido principalmente a geração interna de caixa da Companhia e às captações realizadas no período;

(ii) aumento de contas a receber, líquidas de PDD, de R$6,6 milhões ou 23,8%, que passaram de R$27,8 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$34,4 milhões em 31 dezembro de 2005 devido ao aumento do faturamento de cada ano acompanhado da manutenção do prazo médio de recebimento praticamente estável, com 25 dias no final de 2004 e 26 dias no final de 2005; e

(iii) aumento de R$5,2 milhões ou 40,3% em estoques, que passaram de R$13,0 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$18,2 milhões em 31 de dezembro de 2005 antecipando um nível de produção de janeiro de 2006 significativamente mais alto em comparação com janeiro de 2005 (17,3 mil unidades produzidas em janeiro de 2004 contra 20,1 mil em janeiro de 2005).

Realizável a Longo Prazo

Nosso realizável a longo prazo diminuiu 8,7%, passando de R$0,223 milhão em 31 de dezembro de 2004 para R$0,205 milhão em 31 de dezembro de 2005, com diminuição do impostos de renda e contribuição social diferidos de R$0,056 milhão em 2004 para R$0,036 milhão em 31 de dezembro de 2005.

Imobilizado

O saldo contábil do nosso ativo imobilizado líquido aumentou 103,6%, passando de R$10,4 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$21,1 milhões em 31 de dezembro de 2005. Este aumento decorre do fato da companhia (i) ter procedido a reavaliação das máquinas, equipamentos e veículos em novembro de 2005, implicando no reconhecimento de um aumento de ativo de R$12,2 milhões, (ii) ter realizado adições de R$0,7 relacionadas à compra de equipamentos da concorrente Reubly, que foram parcialmente deduzidas da depreciação do período de R$3,0 milhões.

Intangível

O ativo intangível de 31 de dezembro de 2004 de R$0,7 milhão, era constituído de softwares, marcas e patentes. Em 31 de dezembro de 2005, em função da amortização dos softwares, tal saldo era de R$0,6 milhão.

Diferido

O ativo diferido aumentou R$1,7 milhão, passando de R$0,5 milhão em 31 de dezembro de 2004 para R$2,2 milhões em 31 de dezembro de 2005. Essa variação é devida a realização de gastos de R$0,3 milhão em desenvolvimento de projetos e a R$1,4 milhão de despesas pré-operacionais das instalações de Mato Grosso do Sul.

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante aumentou 51,2%, passando de R$33,4 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$50,5 milhões em 31 de dezembro de 2005.

As principais variações foram (i) aumento de R$5,1 milhões em fornecedores, que passaram de R$21,4 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$26,5 milhões em 31 de dezembro de 2005, devido ao aumento do nível de vendas da empresa que implicou em maior composição de estoque, e (ii) aumento de R$10,7 milhões em empréstimos e financiamentos, que passaram de R$2,6 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$13,3 milhões em 31 de dezembro de 2005, compostos principalmente por contratos de adiantamento de câmbio atrelados ao recebimento das vendas para mercado externo e cujos recursos foram usados para capital de giro e aplicados no próprio caixa da Companhia.

Exigível a Longo Prazo

O saldo do nosso exigível a longo prazo aumentou 136,5%, passando de R$16,8 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$39,7 milhões em 31 de dezembro de 2005.

As principais variações decorreram do (i) aumento de R$18,3 milhões em empréstimos e financiamentos, passando de R$11,3 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$29,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, também compostos principalmente por contratos de pré-pagamento de exportação atrelados a receitas de exportação, FINEP (Financiamento de Estudos de Projetos), moeda estrangeira ("Resolução 2.770") e as NCE's, e (ii) a constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R$3,4 milhões relacionados a reserva de reavaliação e ao diferimento de variação cambial para fins fiscais.

Patrimônio Líquido

Nosso patrimônio líquido aumentou 73,3%, passando de R$24,8 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$43,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, conseqüência da combinação do lucro líquido do exercício de 2005 de R$11,2 milhões, da reserva de reavaliação de R$8,0 milhões (constituída em decorrência da reavaliação de máquinas e equipamento e de veículos durante o exercício), do pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R$1,6 milhão e de incentivo fiscal (subvenção para investimentos) no exercício de R$0,6 milhões.

Endividamento

Em 31 dezembro de 2005, nosso endividamento correspondia a R$42,9 milhões composto de empréstimos e financiamentos a curto prazo no valor de R$13,4 milhões, e empréstimos e financiamentos a longo prazo no valor de R$29,6 milhões. Do total do endividamento, 93,9%, ou R$40,3 milhões denominados em Dólares.

Nosso saldo de disponibilidades e aplicações financeiras representavam 3,7 vezes o saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2005.

Em 31 dezembro de 2004, nosso endividamento correspondia a R$13,9 milhões, composto de empréstimos e financiamento a curto prazo no valor de R$2,6 milhões, e empréstimos e financiamentos a longo prazo no valor de R$11,3 milhões. Do total do endividamento, 98,7%, ou R$13,7 milhões denominado em Dólares.

Nosso saldo de disponibilidade e aplicações financeiras representava 7,1 vezes o saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2004.

Considerando as parcelas de curto e longo prazo, os saldos apresentaram as seguintes principais variações:

- os contratos de pré-pagamento aumentaram em R$6,9 milhões, de R$11,1 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$18,0 milhões em 31 de dezembro de 2005;
- os ACC's aumentaram em R$6,5 milhão, de R$1,2 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$7,7 milhões em 31 de dezembro de 2005;
- os empréstimos em moeda estrangeira ("Resolução 2.770") aumentaram em R$8,3 milhões, de R$1,3 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$9,6 milhões em 31 de dezembro de 2005;
- captação de recursos por meio de NCE's ao longo de 2005, de forma que o saldo em 31 de dezembro de 2005 era de R$4,8 milhões; e
- captação de recursos do FINEP ao longo de 2005, de forma que o saldo em 31 de dezembro de 2005 era de R$2,6 milhões.

O quadro a seguir demonstra a composição dos empréstimos e financiamentos nos períodos analisados acima:

Modalidade	Moeda	Encargos Financeiros	2004	2005
			(em milhares de reais)	
Circulante				
Contratos de pré-pagamento	Dólar	2,6% + Libor semestral	0	1.850
Adiantamento de Contrato de Câmbio – ACC	Dólar	5,49% a.a.	1.234	7.722
Resolução n. 2.770	Dólar	6,90% a.a.	1.341	3.721
Leasing	Real	20% a.a.	56	46
Total Circulante			**2.631**	**13.339**
Não Circulante				
Contratos de pré-pagamento	Dólar	2,6% + Libor semestral	11.148	16.189
FINEP (Financiadora de Estudos e Pesquisas)	Real	4,50% a.a.	0	2.559
Nota de Crédito à Exportação – NCE	Dólar	7,00% a.a.	0	4.839
Resolução n. 2.770	Dólar	6,90% a.a.	0	5.941
Leasing	Real	20,00% a.a.	121	23
Total Não Circulante			**11.269**	**29.551**
Total do endividamento			**13.900**	**42.890**

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

Fluxo de Caixa

A seguir apresentamos o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2004	**2005**	**2006**
	(em milhares de reais)		
Caixa Líquido Gerado (consumido) nas atividades operacionais	15.539	650	(2.357)
Caixa Líquido utilizado nas atividades de investimento	(3.850)	(3.495)	(26.994)
Caixa Líquido gerado nas atividades de financiamento	4.156	32.936	53.474
Variação das disponibilidades e aplicações financeiras	**15.845**	**30.091**	**24.123**
Caixa e equivalentes de caixa – saldo inicial	2.838	18.683	48.774
Caixa e equivalentes de caixa – saldo final	18.683	48.774	72.897

Atividades Operacionais

O caixa consumido nas atividades operacionais em 2006 foi de R$2,4 milhões, comparado ao caixa líquido gerado nas atividades operacionaisem 2005 de R$0,7 milhão. Embora nosso lucro em 2006 tenha sido de R$17,0 milhões, comparado com R$11,2 milhões em 2005, a Companhia consumiu caixa nas suas operações em 2006 enquanto gerou caixa nas suas operações de 2005. O principal motivo dessa variação foi o aumento dos estoques em decorrência da incorporação de atividades no exterior, que consumiu R$21,2 milhões de caixa das atividades operacionais em 2006, contra consumo de R$5,2 milhões em 2005. Em 2006 aplicamos R$35,2 milhões em contas a receber de clientes, os quais foram parcialmente compensados pelo aumento de R$23,0 milhões com fornecedores. Em 2005 aplicamos R$6,6 milhões em contas a receber de clientes, os quais foram parcialmente compensados pelo aumento de R$5,1 milhões com fornecedores.

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais em 2005 foi de R$0,7 milhão , comparado ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais em 2004 de R$15,5 milhões. Embora nosso lucro em 2005 tenha sido de R$11,2 milhões, comparado com R$2,3 milhões em 2004, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais em 2005 foi inferior ao gerado em 2004 devido, principalmente, ao nosso investimento em estoques de R$5,2 milhões em 2005 (R$2,9 milhões em 2004), aumento das contas a receber de clientes de R$6,6 milhões em 2005 (redução de R$7,2 milhões em 2004) e aumento de impostos a recuperar de R$5,9 milhões em 2005 (R$2,8 milhões em 2004).

Atividades de Investimentos

Nossos investimentos são principalmente orientados pela nossa estratégia de crescimento, globalização e modernização respeitando nossas expectativas de retorno para o acionista.

A seguir apresentamos os investimentos realizados nos exercícios indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2004	**2005**	**2006**
	(em milhares de reais)		
Adições do ativo imobilizado	3.320	1.585	17.827
Adições do ativo intangível	0	0	6.957
Adições do ativo diferido	530	1.910	2.153
Aquisição de investimentos	0	0	57
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**3.850**	**3.495**	**26.994**

Nosso investimento em ativo imobilizado, intangível e diferido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 somou R$26,9 milhões, contra R$3,5 milhões em 2005. O ano de 2006 foi marcado pelas compras de ativos do Grupo Caravell/Derby, Caravell USA, além de investimentos nas unidades industrias da Turquia, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Nosso investimento em ativo imobilizado, intangível e diferido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 foi R$3,5 milhões contra R$3,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, queda de 10,3%. Em 2005 a adição ao ativo diferido foi de R$1,9 milhão, função dos investimentos iniciais na nova unidade industrial de Três Lagoas. A adição a ativos imobilizados em 2004 foi maior que em 2005, principalmente em função da compra dos ativos da Reubly, em 2004, de R$0,7 milhão.

Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento geraram caixa líquido de R$53,5 milhões em 2006 comparado a R$32,9 milhões em 2005.

Em 2006, realizamos as seguintes principais transações: (i) captação de empréstimos e financiamentos no montante de R$102,7 milhões, por meio de contratos de pré-pagamento, ACC's e NCE's; (ii) pagamento de principal de empréstimos e financiamentos no montante de R$49,6 milhões; (iii) pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$2,4 milhões.

As atividades de financiamento geraram caixa de R$32,9 milhões em 2005 comparado a R$4,1 milhões em 2004.

Em 2005, realizamos as seguintes principais transações: (i) captação de empréstimos e financiamentos no montante de R$87,5 milhões, por meio de contratos de pré-pagamento, ACC's e NCE's; (ii) pagamento de empréstimos e financiamentos no montante de R$52,1 milhões; e (iii) pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$1,7 milhões.

Em 2004, realizamos as seguintes principais transações: (i) captação de empréstimos e financiamentos no montante de R$23,5 milhões, por meio de contratos de pré-pagamento, ACC's e NCE's; e (ii) pagamento de empréstimos e financiamentos no montante de R$18,0 milhões.

Gastos de Capital

Em relação aos dispêndios de capital, pretendemos investir na expansão de nossas unidades industriais localizadas em Três Lagoas, no Brasil Kaliningrado, na Rússia, e Manisa, na Turquia. Além disso, pretendemos investir na produção interna (verticalização) de certos componentes com vistas a aumento de competitividade e modernização das nossas unidades industriais.

Os investimentos descritos acima refletem nossas estimativas atuais e não incluem valores que podemos utilizar para realizar aquisições em potencial. No entanto, não nos é exigido investir as quantias, e o custos e o tempo necessários para conclusão destes investimentos podem variar de forma significativa conforme a da demanda de nossos produtos pelos nossos clientes, condições macroeconômicas predominantes no momento do investimento, nossa posição estratégica dentro do mercado de nossos produtos e nossa necessidade de investir a fim de permanecermos competitivos naquele mercado além de outros fatores que não podemos identificar nesta data.

Acreditamos sermos capazes de financiar estes gastos de capital e investimentos por meio de nosso fluxo de caixa gerado internamente.

Obrigações Contratuais

Exceto pelos empréstimos e financiamentos de longo prazo, pelos imóveis alugados e pelos compromissos decorrentes da aquisição da Caravell USA, a Companhia não possui outros compromissos de compra a longo prazo com terceiros. A expectativa é a de que esses contratos de aluguel continuem sendo renovados. Durante o ano 2006, os gastos com esses contratos de aluguel foram de R$3,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2006, a obrigação futura estimada para os próximos cinco anos está indicada na tabela a seguir. Essa tabela não inclui eventuais renovações de referidos contratos, após o vencimento normal.

Ano	Endividamento de longo prazo	Obrigações de Aluguéis	Aquisição de Caravell USA	Obrigações Consolidadas
	(R$ milhões)	(R$ milhões)	(R$ milhões)	(R$ milhões)
2007		5,4	1,4	6,8
2008	30,4	5,7	1,4	37,5
2009	22,0	6,0	0,0	28,0
2010	3,1	6,4	0,0	9,5
2011	6,4	6,8	0,0	13,2
Total	**61,9**	**30,3**	**2,8**	**94,9**

Contratos Financeiros Relevantes

Cédula de Crédito Industrial

Em 14 de agosto de 2006, emitimos, junto ao Banco do Brasil, uma Cédula de Crédito Industrial por aval à Serra do Acaraí Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R$6.185.638,00, com vencimento em 01 de setembro de 2014. O crédito destina-se ao reembolso de despesas relacionadas à aquisições de produtos e serviços, bem como à construção civil realizada no imóvel de nossa propriedade, localizado em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Os valores lançados na conta vinculada ao financiamento, bem como o saldo devedor decorrente, sofrerão incidência de juros a taxa efetiva de 9,78% ao ano. Oferecemos ao Banco do Brasil bens de nossa propriedade em alienação fiduciária em garantia da Cédula de Crédito Industrial, e nos obrigamos a aplicar recursos próprios no valor de R$2.793.687,00 nesta unidade.

Contrato de Financiamento com a FINEP

Em 16 de junho de 2005, celebramos Contrato de Financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, empresa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do qual o FINEP nos concedeu um crédito no valor de até R$3.145.408,00 para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do Projeto de Inovação Tecnológica de Produtos e Processos, Modernização, Informatização, Certificação e Homologação para Incrementar Exportações. Sobre o valor incidirão juros de 5% ao ano e os encargos do Contrato devidos serão reduzidos para 4,5% ao ano, em razão de equalização. Em contrapartida, nos obrigamos a participar dos custos de elaboração do Projeto, com recursos próprios, no valor mínimo de R$786.352,00. Em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas por nós, foi dada à FINEP, em hipoteca de primeiro grau, três imóveis rurais de propriedade do Sr. Marcelo Faria de Lima e sua esposa. A primeira parcela de amortização do valor vence em 24 meses a contar da data de assinatura. O saldo restante será pago à FINEP em 61 parcelas mensais, sendo que a última parcela vence em 15 de junho de 2012.

OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exceto pelos instrumentos derivativos descritos abaixo, a Companhia não possui operações não registradas nas suas demonstrações financeiras.

Fazemos uso de instrumentos derivativos (contrato a termo de Dólar futuro) com o objetivo de reduzir nossa exposição à riscos de Dólar relacionados às nossas exportações do Brasil. Se o instrumento derivativo está ligado a uma transação de exportação específica, os resultados de tais contratos de *hedge* apurados para o período compreendido entre a data do pedido e a venda efetiva são contabilizados em nossa receita bruta e os resultados após a venda efetiva são contabilizados em nosso resultado financeiro líquido. Se, contudo, o instrumento derivativo não esta ligado a nenhuma transação de exportação específica, ele não é refletido em nossa demonstração financeira até a data de liquidação.

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o valor nominal dos contratos a termo de venda de Dólar futuro não registrados no nosso Balanço Patrimonial totalizavam US$10,0 milhões e US$15,0 milhões, respectivamente. O valor de mercado de tais contratos de *hedge* em 31 de dezembro de 2006 e 2005 era de R$1,5 milhão e R$4,4 milhões, respectivamente. O resultado desses instrumentos derivativos são contabilizados no momento em que ocorre a venda efetiva e/ou vencimento do contrato.

EVENTOS SUBSEQÜENTES

Informamos a ocorrência dos seguintes eventos subseqüentes à 31 de dezembro de 2006:

- Em 5 de janeiro de 2007, os quotistas da Companhia aprovaram, por unanimidade, a distribuição de dividendos no valor de R$25.491 mil, realizada em 23 de março de 2007;
- Em 19 de janeiro de 2007, a Companhia foi transformada em uma sociedade anônima, passando a ser denominada Metalfrio Solutions S.A. conforme deliberação de seus sócios, por unanimidade, em Assembléia Geral Extraordinária;
- Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia quitou o contrato de retenção com o Sr. Luiz Eduardo Moreira Caio, no valor de R$1,7 milhões;
- Em 21 de janeiro de 2007 foi aprovada a cisão da Serra do Acaraí com objetivo de transferir a totalidade das ações por ela detida no capital social da Companhia para a Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda., Thema Participações Ltda., Fairfax Participações S.A. e Dereck Participações Ltda;
- Em 7 de fevereiro de 2007, o Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações subscreveu e integralizou 122.000 novas ações ordinárias da Companhia, pelo valor de R$12,2 milhões, a um preço de R$100,00 por ação, ou R$1,54 por ação, ajustado para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizada em 8 de fevereiro de 2007;

- Em 8 de fevereiro de 2007, foi aprovado, em Assembléia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações da Companhia, à razão de 1 para 65 ações; e
- Em 28 de fevereiro de 2007 Sr. Serkan Güleç, membro da família controladora do grupo OzLider, contribuiu na Companhia as ações representativas de 25% do capital da Metalfrio Turquia (que passou a ser nossa subsidiária integral), para fins de integralização de 3,5% de nossas ações ordinárias.

Após as alterações mencionadas anteriormente, a participação acionária no capital social da Companhia passou a ser como segue:

	Na data deste Prospecto	
Acionistas	**Ações[1]**	**(%)**
Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações	7.930.000	31,84%
Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda.	5.711.355	22,93%
Thema Participações Ltda.	4.949.880	19,87%
Fairfax Participações S.A.	3.807.570	15,29%
Luiz Eduardo Moreira Caio	853.385	3,43%
Serkan Güleç	871.780	3,50%
Dereck Participações Ltda.	761.540	3,06%
MFL	8.905	0,04%
ETR	7.800	0,03%
MRC	6.045	0,02%
MFR	1.170	0,00%
Total	**24.909.430**	**100,00**

[1] Ajustadas para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65.

DIVULGAÇÕES QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS RELACIONADAS AO RISCO DE MERCADO

Estamos expostos aos riscos inerentes à condução natural de nossas operações. Nossa gestão de riscos é feita de forma centralizada em nossa sede em São Paulo – Brasil, de onde estabelecemos os procedimentos para os principais processos comerciais e financeiros, incluindo procedimentos para relatórios financeiros e operacionais, procedimentos de análises de investimento de capital e compra de ativos, procedimentos de compra de matérias primas e políticas de seguro. Os gestores de cada departamento em cada local de operação da Companhia são os responsáveis pela implementação dos procedimentos e políticas definidos. Já as decisões de endividamento, uso de instrumentos financeiros para exportação e risco cambial são todos centralizados em nossa sede.

Risco de Câmbio e Hedge

No momento das vendas para exportação feitas no Brasil, costumamos fazer uso de instrumentos financeiros, *hedge*, para mitigar qualquer risco de variação cambial no recebimento de tais vendas. Contabilmente registramos os resultados de tais instrumentos no momento da efetiva liquidação destes. Quando a liquidação é feita até o momento efetivo da venda, registramos os resultados de hedge na receita bruta de vendas, e quando a liquidação é feita após a data efetiva da venda, a parcela de resultado posterior à data da venda, é apropriado como resultado financeiro de *hedge*.

Por exportarmos parte de nossa produção, temos parcela das vendas recebidas em dólar e, portanto, corremos risco de valorização cambial do Real nessas transações. Em 2006 as vendas no mercado externo representaram 8,8% das receitas brutas. Adicionalmente, eventuais flutuações de paridade do real com relação às moedas locais de nossas subsidiárias no exterior poderão impactar diretamente o valor de nossos investimentos em tais subsidiárias, que estão registrados em reais em nossas demonstrações financeiras.

Nossos custos de fabricação são principalmente influenciados pelos preços de mercado de matérias primas que são *commodities*, e que possuem preço indexado ao Dólar, como aço, cobre, resinas plásticas e isolantes térmicas usados direta e indiretamente na fabricação dos equipamentos, e estamos expostos também ao reajuste de preços controlados como energia elétrica e gás. Em 2006 o custo de aço, cobre e alumínio representou, em média, 25,9% do custo do produto vendido.

Nossas subsidiárias no exterior são controladas contabilmente com suas moedas locais e consolidadas integralmente à nossa controladora brasileira, traduzidas para a moeda Real. Em 31 de dezembro de 2006 o Patrimônio Líquido de nossas subsidiárias no exterior, proporcional à participação da controladora, somava R$9,2 milhões. No caso de uma desvalorização de 10,0% das moedas locais de nossas subsidiárias em relação à moeda Real, a perda potencial seria de R$0,9 milhão.

Parte de nossos empréstimos e financiamentos estão sujeitos ao risco de câmbio referente ao Dólar norte americano, e Coroa Dinamarquesa. Em 31 de dezembro de 2006 tínhamos R$1,1 milhão de saldo de dívida denominados em Coroas Dinamarquesas e R$84,6 milhões de saldo de dívida denominada em Dólar, sendo: R$33,9 milhões de saldo de dívida denominada em Dólar na forma de contratos de pré-pagamento, e R$17,0 milhão denominado em Dólar de empréstimo de capital de giro, R$6,6 milhões denominados em Dólar de ACC's, R$22,7 milhões denominados em Dólar de dívida em moeda estrangeira (resolução n. 2.770) e R$4,4 milhões denominados em Dólar de saldo de NCE.

Em 31 de dezembro de 2006, o total de nossos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira era de R$85,8 milhões. No caso de uma valorização de 10,0% das moedas de denominação de nossos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira em relação à moeda Real, o aumento potencial do saldo de tais dívidas seria de R$8,6 milhões.

Risco de Taxas de Juros

Nossos empréstimos e financiamentos estão sujeitos às mudanças nas taxas de juros que podem aumentar o custo do nosso financiamento. Estamos sujeitos a variações principalmente de Libor e Cibor. Em 31 de dezembro de 2006 nossos passivos financeiros sujeitos a taxas de juros flutuante eram de R$35,1 milhões. Um aumento hipotético de 100 pontos base nas taxas de juros aplicáveis a tais passivos resultaria num aumento de R$351 mil nas despesas financeiras em 2006.

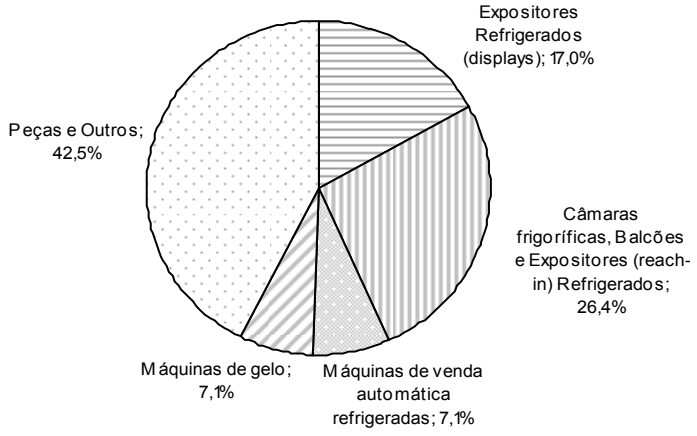
VISÃO GERAL DO SETOR

SETOR DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO COMERCIAL GLOBAL

O mercado global de equipamentos de refrigeração comercial em 2005 era de US$21,3 bilhões, segundo o último relatório disponível da Freedonia Group. Segundo este mesmo relatório, este mercado cresceu 3,4% ao ano durante o período de 1995 até 2005 e 3,0% ao ano entre 2000 e 2005.

O setor de refrigeração comercial engloba uma grande variedade de produtos: (i) expositores resfriados, ou refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In*, que incluem refrigeradores e *freezers* verticais e horizontais para uso comercial, (ii) balcões e expositores resfriados, (iii) máquinas de venda automática refrigeradas, (iv) máquinas de gelo, (v) peças e outros, tais como câmaras frigoríficas, equipamentos de criogenia e refrigeradores de líquidos. Os segmentos de (a) expositores refrigerados (display), (b) câmaras frigoríficas, balcões e expositores (reach-in) refrigerados, e (c) peças e outros, são os segmentos que melhor representam as atividades da Companhia. No entanto, não produzimos todos os produtos incluídos em cada uma destas categorias. Em 2005 esses três segmentos representavam aproximadamente 85,9% do mercado global de refrigeração comercial ou US$18,3 bilhões.

Mercado Global de Refrigeração Comercial por Produto (2005) – US$21,3 bilhões



Fonte: Freedonia Group.

Os mercados dos Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental representam a maior porção do mercado global de equipamentos de refrigeração comercial em valores absolutos. Entretanto os mercados em que atuamos, notadamente a América Latina e a Europa Oriental, vem apresentando crescimento diferenciado nos últimos anos. A segmentação do consumo deste mercado por região esta apresentada abaixo.

	Refrigeração Comercial (US$ milhões)			CAGR	CAGR	CAGR
País	**1995**	**2000**	**2005**	**95 – 00**	**00 – 05**	**95 – 05**
Estados Unidos	3.780	4.680	4.960	4,4%	1,2%	2,8%
Canadá e México	520	730	870	7,0%	3,6%	5,3%
Europa Ocidental	3.920	4.840	5.335	4,3%	2,0%	3,1%
Japão	3.050	3.000	3.020	-0,3%	0,1%	-0,1%
China	385	1.000	1.860	21,0%	13,2%	17,1%
Outros Países Asiáticos	1.600	1.820	2.320	2,6%	5,0%	3,8%
América Latina	545	615	750	2,4%	4,0%	3,2%
Europa Oriental	780	860	1.130	2,0%	5,6%	3,8%
África/ Oriente Médio	635	805	1.005	4,9%	4,5%	4,7%
Total	**15.215**	**18.350**	**21.250**	**3,8%**	**3,0%**	**3,4%**

Fonte: Freedonia Group.

A demanda mundial por nossos produtos (refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In*) é diretamente influenciada pelas condições econômicas da indústria de alimentos e bebidas resfriadas e congeladas. Dentre os principais fatores que influenciam esta demanda ressaltamos:

(i) consumo mundial de alimentos e bebidas resfriados e congelados;

(ii) consolidação da indústria global de alimentos e bebidas resfriados e congelados e a utilização dos refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* como ferramenta de marketing;

(iii) consumo de alimentos e bebidas resfriados e congelados e a inauguração de novos restaurantes e bares, lojas de conveniência e espaços de vendas de varejo; e

(iv) modernização e substituição de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* instalados.

Consumo Mundial de Alimentos e Bebidas Resfriados e Congelados

O aumento da renda disponível e melhorias no padrão de vida estimulam a demanda por alimentos e bebidas resfriados e congelados, além das mudanças de hábitos tais como aumento da ocorrência de alimentação fora de casa, de alimentação pronta (como refeições prontas congeladas) e do consumo de bebidas por impulso (no ponto de venda). Este efeito gera também a maior freqüência de consumidores finais destes produtos a restaurantes e bares, e lojas de conveniência. A inauguração de novos restaurantes e bares, lojas de conveniência e espaços de vendas de varejo influencia de maneira positiva a demanda por novos equipamentos de refrigeração comercial. A demanda por estes tipos de alimentos e estes movimentos apresentam relação direta com a demanda por nossos produtos. As categorias mais relevantes destes alimentos e bebidas incluem: (i) bebidas não-alcoólicas gaseificadas tais como refrigerantes e não gaseificadas como sucos, água; (ii) cerveja; (iii) sorvetes e (iv) alimentos.

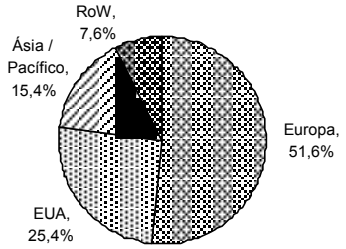
De acordo com o Data Monitor, o mercado mundial de sorvetes, cervejas e refrigerantes, alguns dos produtos mais representativos destas categorias, atingiu um montante combinado de US$719.6 bilhões em 2005, sendo que Europa e Estados Unidos, representavam os maiores mercados consumidores.

Mercado Global de Sorvetes, Refrigerantes e Cerveja (em bilhões de US$)

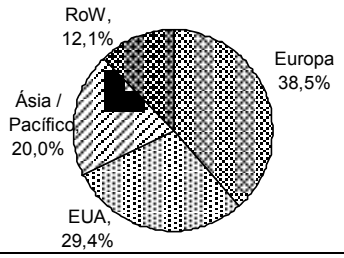
	2001	2002	2003	2004	2005	CAGR
Sorvete	$33,5	$34,4	$35,3	$35,8	$36,4	2,1%
Refrigerante	286,5	297,9	309,4	319,1	330,0	3,6%
Cerveja	334,1	339,3	342,7	347,2	353,2	1,4%

Fonte: Data Monitor.

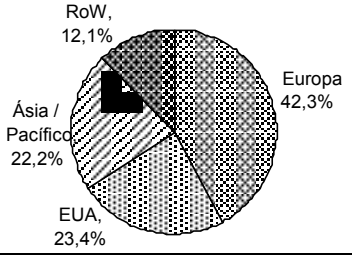
Mercado de Sorvetes



Mercado de Refrigerantes



Mercado de Cerveja



Fonte: Data Monitor.

Bebidas Não Alcoólicas

Segundo relatório do Data Monitor, apenas o mercado mundial de refrigerantes atingiu aproximadamente US$330,0 bilhões em 2005. A Europa é o maior mercado com cerca de 38,5% das vendas da indústria.

De acordo com a C. Barnes & Co., os quinze países com maior crescimento de consumo de bebidas não alcoólicas, incluindo refrigerantes em lata e garrafa, ice tea, sucos de frutas, água mineral e pasteurizada e refrigerantes gaseificados, tiveram um crescimento médio anual de 3,6% entre os anos de 2004 a 2006. Os países que apresentaram maior crescimento percentual de vendas no período foram Arábia Saudita (14,1%), Rússia (13,6%), Polônia (4,5%), Turquia(4,5%) e Israel (4,1%).

Cerveja

De acordo com o Data Monitor, a demanda global por cerveja foi de US$353,2 bilhões em 2005, apresentando um crescimento de aproximadamente 1,7%, em comparação com 2004. Entretanto, segundo estudo conduzido pela C. Barnes & Co., os quinze países com maior crescimento de consumo de cerveja tiveram um crescimento médio anual de 8,6% entre os anos de 2004 a 2006. Os países que apresentaram maior crescimento percentual de vendas no período foram Rússia (19,4%), Polônia (9,8%), Israel (9,5%), Reino Unido (9,3%) e Coréia do Sul (9,1%).

Sorvetes

A demanda global por sorvetes foi em 2006 de aproximadamente US$36,4 bilhões de acordo com o Data Monitor. O consumo global de sorvetes cresceu a uma média anual de 2,1% entre 2001 e 2005. Cerca de 51,6% do mercado de sorvetes se concentra em países europeus.

Crescimento do Setor

As seguintes varáveis também podem ter relevante influencia no crescimento do setor:

Modernização e Substituição dos refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* instalados

A indústria de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* tem apresentado maior velocidade na inovação de seus produtos. Com freqüência, estas inovações são estimuladas pelo desejo dos clientes de aumentar as vendas por impulso de seus produtos nos pontos de venda. Alguns exemplos destas inovações incluem: (i) aumento do uso de plásticos em refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In*, o que possibilita uso de formas arredondadas e aumenta a sua atratividade estética; (ii) aumento de área de exposição e acessibilidade aos produtos dentro do refrigerador comercial do tipo *Plug-In*; (iii) uso de iluminação para marketing diferenciada; e (iv) aumento da mobilidade e redução do tamanho dos refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In*. O envelhecimento natural dos refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In*, combinado com a evolução e modernização da aparência dos refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* e o aumento da vendas de produtos resfriados e congelados, levam os clientes a substituírem seus equipamentos existentes e/ou aumentarem sua base instalada. De maneira geral, nossos clientes em mercados emergentes possuem menor base instalada que clientes de outros mercados, o que ocasiona proporcionalmente maior representatividade de compras incrementais.

Desenvolvimento tecnológico

Além disso, os fabricantes de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* constantemente buscam o desenvolvimento de novos produtos com tecnologia diferenciada. Os projetos de inovação tecnológica têm se concentrado na redução do consumo de energia, no monitoramento eletrônico de temperatura e na aparência geral do refrigerador comercial do tipo *Plug-In*. Outras melhorias encontradas nos refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* mais modernos são a redução de espaço, sem prejuízo da capacidade de armazenamento, e inclusão nos refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* de novas conveniências ao consumidor, tais como tampas mais amplas que facilitam a visualização dos produtos, tampas com fechamento automático, displays com propaganda em LCD e outros.

Relevância como instrumento de marketing

A relevância dos refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* para a estratégia de marketing dos clientes também exerce relevante impacto. O marketing eficaz é um dos principais fatores de sucesso no negócio de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In*. Os principais componentes de competitividade relacionados a marketing para o setor são, além da marca: (i) preço - baixo investimento inicial, (ii) desempenho - velocidade de refrigeração, nível de ruído e custo operacional, (iii) qualidade do produto - acabamento, baixo custo operacional e vida útil, (iii) prazo de entrega e (iv) serviços pré-venda, serviços de suporte e pós-venda. A importância relativa de cada um destes fatores varia de acordo com o tipo de produto envolvido, sua aplicação e a sensibilidade do cliente.

Competição

Nosso segmento apresenta algumas barreiras de entrada a novos concorrentes relacionadas principalmente a: (i) tecnologia específica, como aparelhos automatizados que controlam a temperatura de refrigeração com base no volume armazenado, e a tecnologia TFC, que gera consumo eficiente de energia, e sobre a qual temos direito de uso exclusivo até 2010, exceto na Índia; (ii) relacionamento e entendimento da estratégia de marketing de nossos clientes,; (iii) flexibilidade de operação para montagem de produtos com design personalizado por cliente; (iv) presença global.

Em adição ao desenvolvimento de equipamentos diferenciados, alguns fabricantes de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* vêm direcionando esforços para desenvolver vantagens competitivas por meio de relacionamento com o cliente em termos de serviços pré-venda, serviços de suporte e pós-venda, que incluem vendas financiadas, garantia estendida, consultoria técnica, treinamento operacional, entre outros.

Especialmente na área de serviços de manutenção, as fabricantes de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* mais inovadoras estão posicionando seus produtos como soluções de refrigeração, ao invés de um mero equipamento de refrigeração. Para os clientes, isto significa que ao invés de uma máquina, eles adquirem funcionalidade no ponto de venda, que pode ser medida por meio dos seguintes fatores: (i) freqüência de defeitos, (ii) custo de operação por ponto instalado, (iii) índice de satisfação dos usuários finais com o equipamento, (iv) idade média dos refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* instalados, dentre outros. Este tipo de venda possibilita aos fornecedores agregar valor aos seus produtos e aumentar a fidelidade dos seus clientes.

Setor fragmentado

O setor de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* se caracteriza por um alto nível de fragmentação com um grande número de participantes locais, e um número limitado de empresas que operam em múltiplas regiões geográficas, incluindo algumas divisões ou subsidiárias de grandes conglomerados industriais diversificados, tais como UTC/Carrier/BeverageAir/Linde e Ingersoll/Hussmann. Não há um número oficial específico de participação de mercado global em nossa industria.

Segundo a Freedonia Group, a maioria dos equipamentos de refrigeração comercial é produzida nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e no Japão. Entretanto, entre os anos de 2000 e 2005, a produção de equipamentos de refrigeração comercial nos Estados Unidos e Europa Ocidental cresceu apenas 0,5% a.a. e 2,2% a.a. respectivamente e a produção japonesa decresceu 1,4% a.a . Durante este mesmo período, a produção dos países latino americanos cresceu 3,4% a.a. e a produção dos países da Europa oriental cresceu 5,9% a.a.. Acreditamos que este movimento é resultante da tendência observada nos últimos anos dentre os líderes do setor de implantar unidades industriais em países que oferecem custos de produção mais competitivos.

Consolidação na indústria global de alimentos e bebidas resfriados e congelados estimula consolidação da industria de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In*.

O perfil cada vez mais global das principais empresas dos setores de alimentos e bebidas resfriados e congelados e a padronização das suas marcas influenciam profundamente o mercado de fornecedores de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In*. As empresas multinacionais destes setores utilizam tipicamente abordagens de marketing estandardizado nas várias regiões geográficas onde operam e os refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* são parte importante desta abordagem. Cada vez mais, estas empresas preferem concentrar as compras dos seus insumos chave, tais como refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In*, em um número limitado de fornecedores globais. De forma a atender as necessidades destes clientes, os fornecedores de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* devem aumentar sua presença global, internacionalizando suas equipes de vendas, sua capacidade de oferecer serviços de manutenção e suas unidades industriais.

A consolidação nestas indústrias e a formação de grupos com atuação cada vez mais globalizada deverá acentuar estes aspectos e poderá contribuir para uma consolidação também no mercado de fornecedores de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In*. De acordo com a C. Barnes & Co., o número de empresas atuantes nos setores de bebidas não alcoólicas, cerveja e alimentos congelados têm diminuído a uma taxa média anual de aproximadamente 2,7%, 1,1% e 1,4% respectivamente entre 2004 e 2006.

ATIVIDADES DA COMPANHIA

A COMPANHIA

Somos uma multinacional de origem brasileira e um dos maiores fabricantes mundiais de equipamentos de refrigeração comercial do tipo *Plug-In*, sendo líder deste setor (que inclui refrigeradores e *freezers*) no Brasil e na América Latina. Desde 1960, comercializamos refrigeradores e conservadores verticais e horizontais e hoje, no mercado brasileiro, estamos presentes em 90,5% dos estabelecimentos comerciais que possuem refrigeração comercial do tipo *Plug-In* e detemos uma participação de mercado de 38,4%, em termos de unidades instaladas, de acordo com a pesquisa da Oxygen Trade. Nossa marca Metalfrio foi considerada a mais reconhecida no Brasil para refrigeração comercial do tipo *Plug-In*, pela pesquisa *Top of Mind* realizada pela Indicator Pesquisa de Mercado/ GFK Group, em 2004.

O nosso portfólio de produtos é composto de 234 modelos de refrigeradores e *freezers* verticais e horizontais do tipo *Plug-In*, que possuem diversas aplicações, tais como refrigeração de cervejas, refrigerantes, sorvetes e alimentos congelados e resfriados em geral. Tendo em vista suas múltiplas funções – refrigeração, exposição e divulgação – nossos produtos são utilizados como pontos de venda refrigerados em supermercados, restaurantes, lojas de conveniência, bares e outros locais onde haja venda de produtos resfriados ou congelados ao público, constituindo, portanto, parte da estratégia de marketing de nossos clientes. Por essa razão, a maior parte dos nossos produtos possui *design* diferenciado e customizado para divulgação visual da logomarca de nossos clientes.

Por meio de distribuição direta ou através de distribuidores e representantes comerciais, localizados em 77 países nos cinco continentes, fornecemos nossos produtos para clientes que estão entre os maiores fabricantes mundiais de bebidas e comidas resfriadas ou congeladas. Operamos cinco unidades industriais, sendo duas localizadas no Brasil, uma na Dinamarca, uma na Turquia e uma na Rússia, além de um centro de distribuição próprio nos Estados Unidos da América.

Após a aquisição de nosso controle por nossos atuais acionistas e alteração da nossa composição societária em janeiro de 2004, passamos por um processo de reposicionamento estratégico, focado no aumento de rentabilidade e na expansão e globalização de nossas atividades. Como resultado, em 2006 vendemos 281,7 mil unidades, contra 206,7 mil vendidas em 2005, e 175,6 mil em 2004, um aumento de 60,1%. Em 2006, nossa receita líquida dos produtos vendidos atingiu R$295,9 milhões, registrando um crescimento anual composto, ou CAGR, de 37,6% em relação a 2004, e nosso EBITDA Ajustado e nosso lucro líquido alcançaram R$24,9 milhões e R$17,0 milhões em 2006, registrando um CAGR de 84,8% e 171,9% em relação à 2004, respectivamente.

Recentemente iniciamos um processo de crescimento e internacionalização de nossa Companhia por meio: (i) da aquisição no segundo semestre de 2006 de ativos do Grupo Caravell/Derby na Dinamarca, incluindo suas atividades na Rússia; e (ii) do início em janeiro de 2007 das operações de nossa unidade industrial na Turquia. Os resultados das nossas operações internacionais passaram a ser consolidados em nossas demonstrações financeiras a partir da data da reestruturação societária que consolidou as participações na Metalfrio ou do início das respectivas operações. Nossas operações internacionais representavam 1,1% da nossa receita bruta do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, e 35,4% de nossos ativos em 31 de dezembro de 2006. Em 2007, os resultados de nossas Controladas serão integralmente consolidadas durante todo o exercício social. Desta forma, esperamos que a participação das Controladas em nossos negócios seja substancialmente maior em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006.

REALIZAÇÕES RECENTES

Com o intuito de atender a demanda de nossos clientes e de nos beneficiarmos da tendência mundial de consolidação da indústria de alimentos e bebidas (que engloba nossos principais clientes), iniciamos em 2004 um processo de expansão e internacionalização através de aquisições de concorrentes, exportações de produtos e investimentos industriais. Como conseqüência destas iniciativas, a nossa capacidade nominal de produção aumentou em aproximadamente 166% de 01 de janeiro de 2004 para 31 de dezembro de 2006. As seguintes ações podem ser destacadas:

- em julho de 2004, compra dos ativos operacionais da Reubly, uma empresa tradicional do nosso ramo no Brasil, com uma penetração de 16,0% e *participação de mercado* de 6,8%, em termos de unidades instalada, segundo pesquisa da Oxygen Trade realizada em 2007;
- em fevereiro de 2006, formalização de uma *joint-venture* com o grupo turco OzLider para a instalação de uma unidade industrial na cidade de Manisa, na Turquia, com o objetivo de atender a demanda do mercado europeu, nos beneficiando (i) dos custos competitivos de mão-de-obra, componentes, matéria-prima e frete, (ii) da ausência de barreiras comerciais da Turquia para certos países europeus, (iii) do acesso a grande número de fornecedores presentes na região e (iv) da proximidade ao mercado do Leste Europeu. Em 28 de fevereiro de 2007, a *joint-venture* passou a ser nossa subsidiária integral e o Sr. Serkan Güleç, membro da família controladora do grupo OzLider, se tornou acionista minoritário da Companhia;
- em julho de 2006, aquisição de ativos anteriormente pertencentes ao Grupo Caravell e Derby, membros de um dos grupos mais tradicionais do nosso setor no mundo, com forte presença na Europa e alto reconhecimento nos EUA, incluindo (i) os ativos de duas unidades industriais localizadas em Aalestrup e Løgstrup, na Dinamarca; (ii) as marcas de renome internacional "Caravell", "Derby", "Gram" e "Esta"; e (iii) uma participação de 80% no capital da Metalfrio Rússia, que detém os ativos relacionados às atividades desenvolvidas na nossa unidade industrial em Kaliningrado, na Rússia, em parceria com o IO Fund. A aquisição destes ativos trouxe tecnologia de ponta e *design* presentes nos produtos daquele grupo, estrutura de distribuição e de serviços de suporte e pós-venda nas regiões da Europa, Rússia, Leste Europeu, América do Norte e outros.
- no último trimestre de 2006, transferência de todos os equipamentos da unidade industrial de Løgstrup, na Dinamarca, para a unidade industrial localizada em Kaliningrado, na Rússia, com o objetivo de atendermos o mercado do leste europeu nos beneficiando da redução de custos e do aumento de competitividade. Iniciamos na unidade industrial russa a produção de *freezers* horizontais. Anteriormente essa unidade montava refrigeradores e conservadores horizontais pré-fabricados pelo Sistema CKD. Essa unidade industrial em Kaliningrado, na Rússia, goza de localização privilegiada em relação ao mercado do Leste Europeu, além de custos competitivos de mão-de-obra, componentes, matéria-prima, frete e incentivos fiscais.
- no último trimestre de 2006, transferência dos equipamentos da linha de produção de *freezers* verticais de nossa unidade industrial de Aalestrup, na Dinamarca, para nossa unidade industrial em Manisa, na Turquia. Mantemos apenas a linha de *freezers* horizontais, nossa linha com maior grau de automatização, operando em Aalestrup;
- em outubro de 2006, abertura de uma nova unidade industrial no estado do Mato Grosso do Sul gerando um aumento de 110 mil unidades/ano na nossa capacidade produtiva no Brasil; e
- em dezembro de 2006, aquisição dos ativos das empresas Coldmotion, RPS e Caravell USA, importantes distribuidores dos produtos do Grupo Caravell/Derby e da Metalfrio nos EUA. Acreditamos que esse movimento nos possibilitará obter maior penetração no mercado norte-americano. Os ativos adquiridos incluem, um centro de distribuição com capacidade de armazenamento de aproximadamente 22 mil refrigeradores, localizado no estado do Texas, nos Estados Unidos. Além disso, esta aquisição nos agrega relacionamentos com clientes e estrutura de distribuição e de serviços de suporte e pós-venda para nossos produtos nos Estados Unidos.

Adicionalmente, iniciamos recentemente o processo de avaliação de oportunidades para aquisição de concorrentes e/ou de montagem de estrutura local de produção em outros mercados da América Latina, tendo em vista nosso atual volume de exportações para países latino americanos, notadamente para Argentina e México. Acreditamos que por meio de produção local nestes países nos beneficiaríamos de aumentos de margens, redução nos custos de frete, eliminação de tarifas e custos competitivos de mão de obra, além de nos aproveitamos de certos tratados internacionais como o NAFTA e o pacto Andino. O recente aumento de nossas exportações de *freezers* verticais de baixa temperatura com o padrão "véu de noiva" (fina camada de gelo que envolve garrafas de vidro geladas armazenadas em *freezers*) para a América Latina também nos faz acreditar no potencial de introdução deste produto na região, o que daria suporte adicional à nossa estratégia de presença local em novos mercados com manufatura e estrutura de serviços de suporte e pós venda.

VANTAGENS COMPETITIVAS

Acreditamos possuir as seguintes vantagens competitivas:

Posição de liderança na América Latina. Com atuação no mercado há mais de 40 anos, somos o líder do setor de refrigeração comercial *Plug-In* no Brasil e na América Latina, sendo um dos mais tradicionais fabricantes de refrigeradores comerciais no mercado brasileiro, com penetração de 90,5% e *participação de mercado* de 38,4%, em termos de unidades instaladas, segundo a Oxygen Trade. Construímos uma marca com alto nível de percepção de valor e um portfólio de clientes fiéis, através da qualidade, durabilidade e competitividade de nossos produtos e da atenção devotada aos serviços de suporte e pós-venda dentro do conceito *"life cycle"* criado por nós em 2005, que oferece manutenção e assistência técnica completa.

Presença global e ganhos de escala. Acreditamos que nossa compreensão da dinâmica da indústria global do setor de refrigeração e dos mercados de nossos clientes, aliada à localização estratégica das fábricas, proporcionam um importante diferencial no atendimento às necessidades de nossos clientes dentro do nosso princípio de "atendimento local para clientes globais". Nossa expansão para novos países é determinada pela identificação de oportunidades estratégicas e pela demanda de nossos maiores clientes, grandes empresas multinacionais por serviços locais oferecidos por fornecedores multinacionais. A nossa relação de confiança com nossos clientes de maneira recorrente nos dá a oportunidade de expandir nossas operações internacionais para os diferentes países em que operam. Além disso, com a dimensão de nossas operações, a centralização de decisões administrativas em nossa matriz brasileira e o relacionamento construído com nossos principais fornecedores, esperamos nos beneficiar de ganhos de escala, que podem ser traduzidos em redução de custos administrativos, de componentes e de matérias-primas.

Desenvolvimento tecnológico e alta qualidade de produtos e serviços. Acreditamos ser reconhecidos pela inovação tecnológica e qualidade de nossos produtos. Possuímos certificação de qualidade no Brasil e no exterior por reconhecidas instituições independentes, tais como ISO, IEC, UL, ANCE, NSF, ABNT e IRAM. Além disso, buscamos introduzir tecnologias inovadoras em nossos produtos. Abaixo listamos alguns exemplos:

(vi) os *freezers* super gelados para cervejas, que possuem controle inteligente de temperatura de acordo com condições ambientais externas e quantidade armazenada de garrafas, mantendo a cerveja no limiar do congelamento, proporcionando aos produtos o efeito "véu de noiva", lançados em 2000;

(vii) a tecnologia "*thermal flow control*", ou TFC, que permite que a temperatura dos refrigeradores se ajuste automaticamente a diferentes condições climáticas lançada em 2006, e sobre a qual detemos direito de uso exclusivo até 2010, exceto na Índia;

(viii) a tecnologia patenteada *"self close"* de fechamento automático de portas deslizantes em refrigeradores horizontais, lançada em 2006;

(ix) a linha de refrigeradores horizontais do tipo "*wave*" para sorvetes e congelados, com design exclusivos em linhas curvas, proporcionando maior área de exposição de produtos através de tampas mais amplas e com uma melhor acessibilidade aos produtos; e

(x) a Caravell foi uma das primeiras empresas no mundo a produzir refrigeradores totalmente livres de cloro flúor carbono, ou CFC, gás que destrói a camada de ozônio, e a Metalfrio foi pioneira nesta tecnologia no Brasil, em 1995.

Acreditamos que a qualidade e a durabilidade dos nossos produtos, aliadas ao seu *design* avançado, ao acabamento sofisticado e à introdução de modernos conceitos de apresentação, tornam os nossos produtos um importante instrumento de marketing de nossos clientes. O alto nível de desenvolvimento tecnológico dos nossos produtos também busca garantir aos nossos clientes economia de energia, menor incidência de falhas técnicas e maior segurança para os produtos expostos.

Baixo custo de produção e localização estratégica. Acreditamos que as nossas unidades industriais estejam estrategicamente localizadas em países com: (i) alto potencial de crescimento e exportação dos nossos produtos, como por exemplo na Rússia e Turquia; (ii) custos competitivos de mão-de-obra, componentes e matérias-primas; e (iii) fornecedores qualificados. Além disso, grande parte das nossas unidades se aproveitam de posicionamento logístico eficiente, junto a redes de escoamento de produção e próximas aos nossos principais mercados consumidores da América Latina e Europa. Algumas de nossas unidades se beneficiam de reduzidas barreiras tarifárias para exportação e incentivos fiscais. Nossa presença em diversos mercados reduz ainda, a nossa exposição a eventuais instabilidades e sazonalidades e potenciais eventos de um único mercado local, permitindo que nos beneficiemos da troca de experiências e das diferentes capacitações técnicas de nossos funcionários espalhados pelo mundo no desenvolvimento de alternativas inovadoras para diferentes ambientes, condições de temperatura e umidade.

Posição estratégica para nos beneficiarmos de setores de crescimento acelerado. Acreditamos que a combinação da nossa liderança na América Latina, presença em diversos mercados, alta qualidade de produtos e serviços de suporte e pós-venda, e capacidade de produção estrategicamente instalada, nos posiciona de forma única para aproveitarmos as oportunidades resultantes do crescimento dos mercados de cerveja, refrigerante, sorvete, alimentos congelados e resfriados em geral. Isto porque, além de possuirmos boa penetração em mercados maduros, tais como Europa Ocidental e Estados Unidos da América, gozamos de excelente reputação e presença em mercados com alto potencial de crescimento de consumo daqueles produtos, tais como Brasil, Turquia e Rússia.

Gestão com histórico comprovado de crescimento e geração de valor. Nossos administradores implantaram a partir de 2004, quando houve a mudança de controle da Companhia, uma cultura de geração de valor que se caracteriza por (i) uma ampliação das margens de rentabilidade com incentivos apropriados para os funcionários, (ii) um foco em redução de custos, aumento da eficiência da cadeia de valor e inovação de produtos, (iii) uma aceleração do crescimento e internacionalização do grupo, e (iv) aplicação das melhores práticas de governança corporativa tais como as descritas no Novo Mercado. Para alcançar estes resultados, contamos com um quadro de Diretores com ampla experiência na indústria de refrigerados comerciais do tipo *Plug-In*. Estes fatores combinados têm nos permitido melhorar o desempenho operacional da Companhia, que se reflete no crescimento acelerado da receita líquida e de nossos indicadores de rentabilidade. Entre 2004 e 2006, a nossa receita líquida registrou um CAGR médio de 37,6% a.a., enquanto nosso EBITDA Ajustado registrou um CAGR médio de 84,8% a.a. no mesmo período, e em 2006 tivemos retorno sobre o patrimônio líquido médio de 24,0%. Estes fatores combinados com nossa gestão de caixa nos levaram a uma sólida posição financeira, com uma baixa relação dívida líquida/EBITDA Ajustado de 0,8 em 31 de dezembro de 2006 (dívida líquida é o resultado da soma de empréstimos e financiamentos do circulante e do não-circulante subtraída das disponibilidades e aplicações financeiras).

ESTRATÉGIA

Nossa estratégia para maximizar valor para os nossos acionistas é baseada nos seguintes princípios:

Foco no conceito de pontos de vendas refrigerados. Pretendemos continuar a conceber e posicionar nossos produtos como instrumentos de marketing para nossos clientes. Nos principais mercados onde atuamos, a temperatura dos produtos de nossos clientes compõe elemento fundamental no desempenho de sua venda, não somente pela sua conservação, mas também pelo seu impacto para estimular compras pelo consumidor final. Além disso, o espaço publicitário dos pontos de vendas refrigerados compõe relevante elemento de atração visual para os consumidores, criando não somente um diferencial competitivo para nossos clientes, mas também aumentando as vendas de seus produtos para consumidores finais através da geração de compras de impulso. O nosso modelo de negócios permite a produção em escala de refrigerados comerciais do tipo *Plug-In*, com possibilidade de personalização de acordo com os interesses de nossos clientes. Pretendemos continuar a concentrar nossos esforços no desenvolvimento de produtos diferenciados para atender às necessidades específicas da estratégia de marketing de nossos clientes, como por exemplo, a expansão de venda de unidades "*véu de noiva*" para mercados selecionados da América Latina e outros países de clima e hábitos semelhantes.

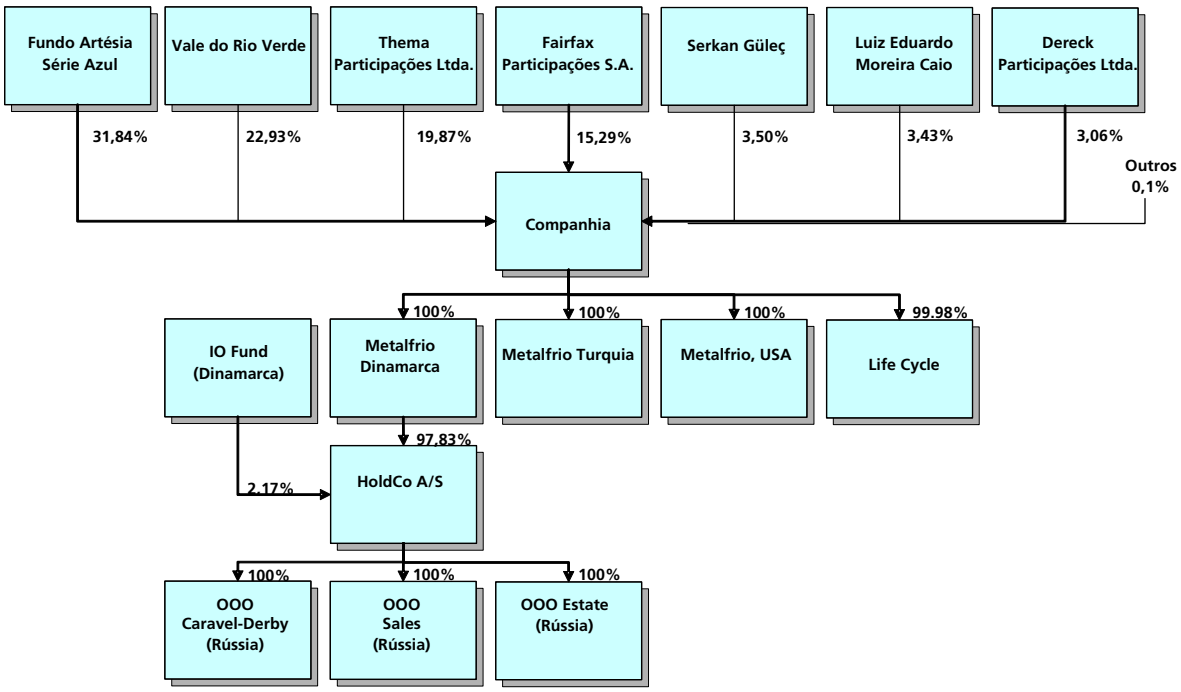
Reafirmar nossa posição de liderança na América Latina, e aumentar nossa presença no mercado global, por meio de crescimento orgânico e aquisições, atuando como consolidador de mercado. Pretendemos reafirmar nossa posição de liderança na América Latina por meio da oferta de produtos de qualidade diferenciada, do estreitamento de nossos relacionamentos com clientes e da fidelização de nossos clientes através do conceito "*life cycle*" de serviços de suporte e pós-venda. Planejamos, ainda, expandir nossa presença em mercados com alto potencial de crescimento, como o Leste Europeu, através de nossa unidade industrial em Kaliningrado, na Rússia. Também planejamos expandir nossas atividades e consolidar nossa posição no mercado norte-americano através da nossa unidade de distribuição no Texas, nos Estados Unidos, além de fortalecer nossa presença em mercados maduros da Europa Ocidental e o Oriente Médio a partir das nossas unidades industriais na Dinamarca e Turquia. Acreditamos que com nossas expansões nos beneficiaremos da demanda de fornecimento global de nossos principais clientes. Permaneceremos, ainda, constantemente monitorando o setor em que atuamos com o objetivo de detectar novas oportunidades de aquisições estratégicas de concorrentes, notadamente em novos mercados da América Latina, na Ásia e América do Norte, onde a indústria de refrigeração ainda se encontra em processo de consolidação. O crescimento de nosso volume de exportações dentro da América Latina, notadamente no México e Argentina, nos motivou a iniciar um processo de análise de potenciais alvos para a aquisição nestes mercados. Estamos atualmente em processo de análise de investimos e acreditamos que após a Oferta, podemos vir a adquirir alvos estratégicos localizados nos mercados para os quais já exportamos na América Latina, investindo até 10% do recursos obtidos na Oferta Primária.

Aproveitar oportunidades de ganho de escala geradas pela nossa recente expansão. Acreditamos que a nossa recente expansão tornou economicamente interessante a verticalização da produção de certos componentes e gerará um substancial ganho de escala global com oportunidades de redução de custos. O nosso novo patamar de escala de produção gerou maior poder de barganha nas negociações de componentes e matérias primas com fornecedores globais, reduzindo os custos de aquisição de tais produtos. Além disso, nos próximos anos, pretendemos maximizar todas as oportunidades de ganhos de escala advindas de nossa recente expansão e, ainda, concentrar nossos esforços de planejamento, nossos sistemas e nossas demais áreas administrativas de suporte no Brasil.

Expandir para novos mercados nosso conceito de venda direta desenvolvida no Brasil. A venda de produtos para nossos clientes globais presentes na América Latina é feita através de relacionamento direto com o cliente, que gera margens mais atraentes do que aquelas obtidas pelas vendas através de distribuidores e nos permite desenvolver relacionamentos mais próximos com nossos clientes. As operações recentemente adquiridas na Europa se utiliza de canais indiretos de vendas focados em relacionamentos construídos através de distribuidores e representantes. Além de manter os canais de distribuição atuais no mercado europeu, pretendemos utilizar a nossa abordagem de vendas e marketing utilizada no mercado latino-americano para aumentar as vendas diretas a clientes nos novos mercados. Também estamos trabalhando para incrementar nossas vendas diretas nestes mercados para clientes globais que são atualmente atendidos diretamente do Brasil.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O organograma abaixo apresenta a nossa estrutura acionária na data deste Prospecto:



A Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda. é 99,99% detida por MFL. A Thema Participações Ltda. é 99,99% detida por ETR. A Fairfax Participações S.A. é 96,06% detida pelo Fundo Artesia Exclusive de Investimentos em Participações e 3,94% detida por MRC. O Fundo Artesia Exclusive de Investimentos em Participações é administrado pelo Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e gerido pela Artesia Gestão de Recursos S.A. A totalidade das quotas do Fundo Artesia Exclusive de Investimentos em Participações é detida por CEI. A totalidade do capital social da CEI é detida indiretamente por um trust, que tem como beneficiários MRC e seus familiares. A totalidade das ações da Artésia Gestão de Recursos S.A. é detida por MRC e MFL, em igual proporção. O Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com endereço na Avenida Presidente Wilson, 231, 11º andar, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, e é gerido pela Artésia Gestão de Recursos S.A. A totalidade das quotas do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações são direta ou indiretamente detidas por MFL, ERT, AEI e MFR, à proporção de 37,5%, 32,5%, 25% e 5%, respectivamente. A totalidade do capital social da AEI é detida indiretamente por um trust, que tem como beneficiários MRC e seus familiares.

HISTÓRICO E EVENTOS SOCIETÁRIOS RECENTES

Nossa história está entrelaçada com o próprio surgimento e desenvolvimento da indústria de refrigeração comercial no Brasil. A Metalfrio foi criada em 1960 para produzir componentes de sistemas de refrigeração, mas logo mudou seu foco para atender a demanda específica de sistemas de refrigeração para fabricantes de bebidas e sorvetes, que até então fabricavam cada qual seus próprios sistemas de refrigeração.

Em 1989, a fabricante de eletrodomésticos Continental 2001, naquele momento uma das líderes brasileiras na fabricação de fogões para uso doméstico, adquiriu participação majoritária na Metalfrio. Dois anos depois, o grupo alemão Bosch Siemens Hausgerate, ou BSH, adquiriu a Continental 2001 e o restante da participação no capital social da Metalfrio. A Metalfrio passou então a ser uma divisão da BSH, que investiu fortemente para torná-la a primeira unidade industrial ecologicamente projetada em seu setor na América Latina. A partir de 2000, a BSH decidiu transformar a Metalfrio em uma empresa independente e, para tal, fomos constituídos como uma subsidiária denominada Metalfrio Solutions Ltda., em 03 de dezembro de 2001. Nesta ocasião, todos os ativos relativos às operações da Metalfrio foram transferidos para a Metalfrio Solutions Ltda.

Em janeiro de 2004, a Metalfrio foi vendida pela BSH. A alienação fazia parte do plano estratégico da BSH de focar seus negócios no Brasil em produtos para uso doméstico. Neste momento, iniciou-se uma nova fase na nossa história. Com o objetivo de tornar a Companhia uma das líderes mundiais do setor de refrigeração comercial *Plug-In* até 2010, os novos acionistas iniciaram um processo de crescimento acelerado, focado na ampliação das margens de rentabilidade com incentivos apropriados para os funcionários, na redução de custos, aumento da eficiência da cadeia de valor e inovação de produtos, na aceleração do crescimento e internacionalização do grupo, e na aplicação de melhores práticas de governança corporativa.

Para aumentar as vendas, decidimos focar: (i) no relacionamento com clientes-chave, (ii) na redução de custos para viabilizar preços mais competitivos, e (iii) na oferta de serviços diferenciados de suporte e pós-venda com a criação do conceito *life-cycle*.

Passamos a priorizar a geração de valor. O crescimento nos resultados foi obtido através do direcionamento dos negócios para produtos e clientes de maior rentabilidade. Além disso, utilizamos uma estratégia financeira conservadora de manter a Companhia com alta liquidez e baixo endividamento. Os preços de todas as nossas exportações realizadas no ano 2006 foram protegidos por *hedge*¸ mas no futuro, a utilização de instrumentos de *hedge* por nós será analisada caso a caso.

Paralelamente ao nosso processo de avanço no Brasil, a nossa administração iniciou um processo de rápida internacionalização. Nossa visão é que o movimento de consolidação e globalização das principais indústrias com as quais atuamos trará como conseqüência um processo cada vez maior de globalização de fornecedores e de consolidação de nossa própria indústria. Neste sentido, nosso primeiro passo foi estruturar uma equipe interna para estudar os principais mercados e os principais concorrentes mundiais. Ao mesmo tempo, obtivemos certificações para os nossos produtos nos principais mercados consumidores em que atuamos e/ou pretendemos atuar e frente aos nossos principais clientes internacionais.

Em 2005, após confirmarmos a receptividade de nossos produtos no mercado europeu, decidimos estabelecer na Turquia uma unidade industrial para a fabricação de refrigeradores destinados ao mercado europeu. Em 2006, adquirimos ativos localizados na Dinamarca e Rússia anteriormente pertencentes à Caravell e Derby, parte de um dos grupos mais tradicionais do nosso setor no mundo.

Ainda em 2006, inauguramos uma nova plataforma industrial no estado do Mato Grosso do Sul, Brasil, com o objetivo de adequar nossa capacidade de produção para a crescente demanda dos mercados brasileiro e latino americano, além de adquirirmos ativos, incluindo um centro de distribuição nos EUA da Caravell USA, de um dos principais distribuidores dos produtos Caravell/Derby no mercado norte-americano.

Em dezembro de 2006, foi realizada a reestruturação societária da Metalfrio, visando à consolidação, na Metalfrio, da participação societária detida na Life Cycle e na Metalfrio Dinamarca.

Em 19 de janeiro de 2007 a Metalfrio Solutions Ltda. foi transformada em sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, em preparação para a Oferta,. Em 14 de fevereiro de 2007, a Companhia solicitou à CVM a concessão dos registros de companhia aberta e da Oferta.

A atual denominação social da Companhia é Metalfrio Solutions S.A. e nossa sede está localizada na Avenida Abrahão Gonçalves Braga, 412, Vila Livieiro, São Paulo, São Paulo. Nosso atual objeto social é (a) a exploração da indústria e comércio da metalurgia em geral, compreendendo a fabricação de geladeiras, congeladores e similares, montagem e/ou fabricação de máquinas de vendas automáticas, componentes e peças; (b) a prestação de serviços de assistência técnica, para manutenção e reparo dos produtos que a Companhia industrializa e comercializa; (c) a comercialização em geral desses produtos, suas peças, partes ou componentes; (d) a indústria, o comércio, a importação e a exportação de peças e acessórios para refrigeração, refrigeradores, máquinas de vendas automáticas e similares; (e) as representações em geral; e (f) a participação em outras sociedades no Brasil e/ou no exterior, como acionista ou quotista.

Para maiores informação sobre a reestruturação societária pela qual passamos veja "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operação" neste Prospecto.

AQUISIÇÕES E *JOINT VENTURES* RECENTES

Reubly

Adquirimos em 2004 os ativos da Reubly, fabricante brasileira de refrigeradores, com importante presença no mercado nacional e que se encontrava em processo falimentar, pelo valor de R$0,7 milhão. Com base na análise de mercado conduzida por Oxygen Trade em janeiro de 2007, a penetração de mercado da base instalada da Reubly ainda era de 6,8%, o que demonstra a importante participação que a Reubly deteve no mercado nacional.

Metalfrio Turquia

O grupo turco OzLider tem unidades industriais na Turquia, Rússia e Leste Europeu, que produzem itens de materiais plásticos e metálicos.

Estabelecemos em fevereiro de 2006 uma *joint-venture* com o grupo OzLider para a instalação de uma unidade industrial em Manisa, na Turquia, com o objetivo de nos beneficiarmos da ausência de barreiras comerciais entre a Turquia e o mercado europeu, bem como de sua localização que consideramos estratégica, além do grande número de fornecedores presentes na região e dos custos competitivos de mão-de-obra, componentes, matéria-prima e frete.

Inicialmente nós detínhamos 75% da joint venture Metalfrio Turquia, sendo os 25% remanescentes detidos pelo grupo OzLider. Em 28 de fevereiro de 2007 Sr. Serkan Güleç, membro da família controladora do grupo OzLider, contribuiu na Companhia ações representativas de 25% do capital da Metalfrio Turquia (que passou a ser nossa subsidiária integral), para fins de integralização de 3,5% de nossas ações ordinárias.

A unidade industrial turca entrou em operação em janeiro de 2007, com capacidade de produção de 160 mil unidades/ano, considerando-se os três turnos. Durante o último trimestre de 2006, transferimos os equipamentos da linha de produção de *freezers* verticais da unidade industrial de Aalestrup, na Dinamarca, para a unidade turca, o que representou uma importante economia na compra de equipamentos para sua montagem, reduzindo de forma relevante nossos investimentos para a montagem desta unidade industrial.

Aquisições de Ativos da Caravell/Derby – Dinamarca

O Grupo Caravell/Derby foi um dos principais competidores do setor mundial de refrigerados comerciais do tipo *Plug-In*, com penetração destacada no segmento de refrigeração de sorvetes nos mercados da Escandinávia, Leste Europeu (principalmente Rússia e Leste Europeu), assim como EUA e Austrália. Com uma produção ecologicamente responsável, provida de tecnologia de ponta, e uma rede de 143 distribuidores nos cinco continentes, a marca Caravell possui reconhecimento global, com forte presença na Europa e EUA, pela qualidade, design e tecnologia de seus produtos.

Em julho de 2006, adquirimos do Grupo Caravell/Derby, que se encontrava em processo de suspensão de pagamento, (i) os ativos relativos à produção de *freezers* verticais e horizontais das unidades industriais localizadas em Aalestrup e Løgstrup, na Dinamarca; (ii) os inventários de matérias primas e estoques de produtos prontos (por aproximadamente 17% de seus valores contábeis para matérias-primas e 60% para produtos acabados); (iii) as patentes e marcas ("Caravell", "Derby", "Gram", e "Esta", todas de renome internacional); (iv) 80% do capital da Metalfrio Rússia, que detém os ativos relacionados às atividades desenvolvidas na nossa unidade industrial em Kaliningrado, na Rússia, e ainda (v) recebíveis contra a Caravell USA.

O preço total da aquisição foi DKK$30,2 milhões, dos quais DKK$15,1 milhões foram utilizados para quitar dívidas relativas a férias vencidas de funcionários. A aquisição destes ativos trouxe tecnologia de ponta e *design* presentes nos produtos do Grupo Caravell/Derby, estrutura de distribuição e de serviços de suporte e pós-venda nas regiões da Europa, Rússia, *Leste Europeu*, Austrália, além da operação russa. Conforme mencionado acima, essa aquisição representou ainda uma importante economia na montagem de nossa unidade industrial na Turquia.

Atualmente existe uma divergência comercial pendente com relação ao preço da aquisição, decorrente de ajustes de preço pós venda em valor considerado por nós imaterial.

Adicionalmente, como parte da aquisição, demos a totalidade das ações da HoldCo A/S em garantia pelo pagamento das dívidas das nossas subsidiárias russas para com o grupo Caravell/Derby. Atualmente existe um saldo a pagar referente a tais dívidas, sobre o qual reivindicamos abatimento. A liberação das ações da HoldCo A/S depende de acordo entre as partes a respeito do saldo final a ser pago de tais dívidas.

Ademais, em dezembro de 2006, promovemos o aumento de capital na HoldCo A/S, no valor de US$3,6 milhões, por meio da contribuição de créditos que foram erroneamente registrados contra a OOO Estate, sua subsidiária. Todavia, tais créditos eram mantidos contra outra subsidiária da HoldCo A/S, a OOO Sales. A HoldCo A/S está efetuando a correção deste ato societário junto a Danish Commerce and Company Agency. Tal correção não tem efeito nas demonstrações financeiras mencionadas neste Prospecto.

Metalfrio Rússia

Em conjunto com a aquisição dos ativos do Grupo Caravell/Derby, foram adquiridos 80% de participação no capital da Metalfrio Rússia, companhia dinamarquesa que detinha na época 80% das operações do Grupo Caravell/Derby em Kaliningrado, na Rússia, em sociedade com o IO Fund.

Após a aquisição da participação majoritária na Metalfrio Rússia, reafirmamos o contrato de investimentos em sociedade firmado com o IO Fund, através do qual nos comprometemos a investir um total de DKK$ 42,8 milhões (US$7,2 milhões) e o IO Fund se comprometeu a investir o total de DKK$ 4,7 milhões (US$0,8 milhão) e conceber um empréstimo de DKK$ 35,2 milhões (US$5,7 milhões) para a Metalfrio Rússia. Nossas obrigações foram satisfeitas por meio da capitalização de créditos mantidos por nós contra a Metalfrio Rússia no valor de DKK$ 16,6 milhões (US$2,7 milhões) e da contribuição de equipamentos da antiga unidade industrial adquirida do Grupo Caravell/Derby, em Løgstrup, na Dinamarca, pelo valor contábil de DKK$ 24,2 milhões (US$4,1 milhões) e, adicionalmente, foram capitalizados DKK$ 1,9 milhão em dinheiro (US$0,3 milhão).

Desta forma, a participação do IO Fund foi diminuída para 2,17% e o IO Fund assumiu a obrigação de capitalizar em dinheiro sua participação na Metalfrio Rússia de forma a recompor até 10% do capital da empresa.

O acordo contém cláusulas de *tag-along* (em beneficio do IO Fund) e *drag-along* (em nosso benefício) desde que o preço de compra da participação do IO Fund seja no mínimo correspondente a seu preço inicial de entrada na sociedade corrigido pela taxa composta de 6% ao ano. O IO Fund possui também a opção de venda de sua participação na Metalfrio Rússia para nós, que poderá ser exercida a partir de dezembro de 2012, pelo valor do investimento original corrigido pela mesma taxa composta de 6% ao ano.

No quarto trimestre de 2006, transferimos os equipamentos da unidade industrial de Løgstrup, na Dinamarca, para a unidade industrial de Kaliningrado. A unidade industrial russa entrou em operação em janeiro de 2007 e, inicialmente, sua atividade se concentrou na montagem de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* horizontais pré-fabricados pelo sistema CKD. A partir de julho de 2007, pretendemos passar a produzir integralmente *freezers* verticais e horizontais locais.

A unidade industrial em Kaliningrado, na Rússia, goza de localização privilegiada em relação ao mercado do Leste Europeu, além de custos competitivos de mão-de-obra, componentes, matéria-prima, frete e incentivos fiscais.

Aquisição de ativos da Caravell USA – Estados Unidos da América

A Caravell USA foi fundada por Paul Duran em 1970 com o objetivo de distribuir refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* da Caravell, incluindo peças de reposição, e de oferecer serviços de manutenção para tais produtos no mercado norte americano. A Coldmotion e a RPS, também fundadas por Paul Duran, são importantes distribuidoras e prestadoras de serviços destes produtos.

Em dezembro de 2006, adquirimos ativos da Coldmotion relacionados à venda de produtos de refrigeração *Plug-In*, em conjunto com ativos da Caravell USA (incluindo um centro de distribuição localizado no estado do Texas, EUA, e a marca Caravell USA) e ativos da RPS, que oferece serviços de manutenção de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* nos EUA.

O valor total da aquisição foi de US$2,3 milhões, dos quais US$1,0 milhão foi pago com os recebíveis contra a Caravell USA adquiridos no âmbito de nossas aquisições na Dinamarca, e o valor restante de US$1,3 milhão deverá ser pago em oito parcelas iguais trimestrais a partir de março de 2007. O valor da aquisição representou o equivalente a 74% do valor contábil dos ativos e estoque de produtos, acrescidos de US$1,0 milhão por ativos intangíveis, tais como marcas, rede de distribuição, dentre outros.

Acreditamos que esta aquisição terá importante papel na distribuição de nossos produtos no mercado norte-americano, agregando relacionamentos com clientes e estrutura de distribuição e de serviços de suporte e pós-venda. Em 2006, a *Coldmotion* vendeu cerca de 22 mil refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In*.

Aquisição da Life Cycle

Em Dezembro de 2006 a Metalfrio subscreveu ações da Life Cycle no valor de R$5,6 milhões utilizando um empréstimo que a Metalfrio tinha feito anteriormente à Life Cycle com este propósito. A Life Cycle era uma subsidiária do nosso acionista controlador à época, a Serra do Acaraí. Dessa forma, adquirimos 99,99% do capital social da Life Cycle.

A Life Cycle foi incorporada em 2005 para fornecer serviços de suporte e assistência técnica pós-venda para nossos clientes no Brasil através de uma rede de serviços de suporte e pós-venda que responde a chamadas de manutenção dos nossos clientes em até 48 horas. Este novo conceito de serviço rápido também é uma importante ferramenta para estreitar nossa relação com nossos clientes.

Aquisições futuras

Nós monitoramos nosso setor na busca de novas oportunidades de aquisições estratégicas de concorrentes, notadamente em novos mercados da América Latina, na Ásia e América do Norte, onde a indústria de refrigeração ainda se encontra em processo de consolidação. O crescimento de nosso volume de exportações dentro da América Latina, notadamente no México e Argentina, nos motivou a iniciar um processo de análise de potenciais alvos para a aquisição nestes mercados. Estamos atualmente em processo de análise de investimos e acreditamos que após a Oferta, podemos vir a adquirir alvos estratégicos localizados nos mercados para os quais já exportamos na América Latina, investindo até 10% do recursos obtidos na Oferta Primária.

PRODUTOS

Os nossos produtos são utilizados por nossos clientes como pontos de vendas refrigerados, devido às suas funções de refrigeração, exposição e divulgação. Por essa razão, a maioria dos nossos produtos apresenta *design* diferenciado e customizado para divulgação visual da logomarca de nossos clientes. Acreditamos que a qualidade e a durabilidade dos nossos produtos, aliadas ao seu *design* e acabamento de ponta e à introdução dos mais modernos conceitos de marketing (tais como a inclusão de termômetros eletrônicos e visores de cristal líquido nas portas de refrigeradores), tornam os nossos produtos um importante instrumento de vendas e marketing de nossos clientes. O alto nível de desenvolvimento tecnológico dos nossos produtos também busca garantir aos nossos clientes economia de energia, menor incidência de falhas técnicas e maior segurança para os produtos expostos.

O nosso portfólio de produtos é composto de aproximadamente 234 modelos de refrigeradores comerciais verticais e horizontais do tipo *Plug-In*, que possuem diversas aplicações, tais como refrigeração de cervejas, refrigerantes, sorvetes e alimentos congelados e resfriados em geral, além de c*hest freezers*, ou linha DA, e produtos especiais.

A tabela a seguir apresenta a abertura de nossas receitas líquidas entre as linhas de produto para os períodos indicados:

	Vendas Líquidas			**Volumes de Venda**			**Preços Médios**		
	2005	**2006**	**Variação**	**2005**	**2006**	**Variação**	**2005**	**2006**	**Variação**
	(em milhões de reais)		(%)	(em milhares de unidades)		(%)	(em reais por unidade)		(%)
Horizontais	91,9	106,5	15,8	125,5	149,8	19,4	732	711	(2,9)
Verticais.....	87,3	149,5	71,3	70,3	120,1	70,9	1.242	1.245	0,3
Especiais	25,2	24,4	(3,1)	11,0	11,9	8,0	2.290	2.055	(10,3)
Outras Receitas	10,6	15,5	46,2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total.....	**215,0**	**295,9**	**37,6**	**206,7**	**281,7**	**36,3**	**988[1]**	**995[1]**	**0,7**

[1] Excluídas Outras Receitas

Refrigeradores Comerciais Verticais e Horizontais

Nossos produtos são do tipo *Plug-In*. Eles possuem alto valor agregado devido ao seu *design* diferenciado, seu potencial de marketing e suas inovações tecnológicas. Dedicamos especial atenção ao volume interno de nossos refirgeradores de forma a torná-los uma solução de custo eficiente para nossos clientes. Nossos refrigeradores verticais são utilizados para refrigerar e congelar bebidas, sorvetes, laticínios e gelo, enquanto que os horizontais são utilizados para o resfriamento de sorvetes, bebidas e comidas congeladas.

Refrigeradores Comerciais Verticais

De forma genérica, nossos refrigeradores verticais apresentam características comuns, tais como: (i) amplo espaço externo para aplicação de logomarca; (ii) portas com fechamento automático, que conservam a temperatura interna e geram economia de energia; (iii) prateleiras reguláveis, que permitem o acondicionamento eficiente de diferentes produtos e simplificam a limpeza dos refrigeradores; (iv) trave na porta, que facilita a carga de mercadorias; e (v) alto desempenho de refrigeração.

Refrigeradores Comerciais Verticais para Bebidas e/ou Refrigerados: Nossos refrigeradores comerciais verticais para bebidas e resfriados são utilizados principalmente por supermercados, bares, restaurantes e lojas de conveniência por serem desenvolvidos para expor os produtos de nossos clientes de forma visível e de fácil acesso para consumidores, além de manter os produtos expostos gelados na temperatura escolhida. Nossa linha oferece os seguintes diferenciais: (i) porta de vidro anti-embaçante; (ii) iluminação interna, que permite maior visibilidade dos produtos; (iii) sistema *frost free* com degelo automático por ciclo de termostato; e (iv) evaporador aletado com ventilação forçada de ar frio, que proporciona a uniformização da temperatura interna.

Refrigeradores Comerciais Verticais para Congelados: Nossos refrigeradores comerciais verticais para congelados são projetados especialmente para atender supermercados e lojas de conveniência. Nossa linha oferece os seguintes diferenciais: (i) dupla ação de refrigeração e congelamento; (ii) isolamento em poliuretano ecológico, que não agride a camada de ozônio; (iii) *design* ergonômico com cantos arredondados; e (iv) quando específico para gelo, não apresenta prateleiras.

Refrigeradores Comerciais Verticais para Resfriamentos Rápidos: Os refrigeradores comerciais verticais para resfriamentos rápidos são ideais para a conservação de cervejas em garrafas de 600 ml ou *long neck* que necessitam ser resfriadas de forma rápida para atender a demanda de bares e restaurantes, dentre outros. Dentre tais refrigeradores, destacamos os *freezers* "*véu de noiva*" que possuem controle inteligente de temperatura de acordo com condições externas e quantidade armazenada de garrafas, sempre mantendo a cerveja no limiar do congelamento, proporcionando aos produtos o efeito "véu de noiva" (fina camada de gelo que envolve garrafas de vidro geladas armazenadas no *freezer*). Nossa linha oferece os seguintes diferenciais: (i) efeito "véu de noiva"; (ii) mostrador digital frontal de temperatura; (iii) *design* ergonômico com cantos arredondados; (iv) sistema *frost free*; (v) controle automático de temperatura, gerando melhor conservação dos produtos; e (vi) evaporador que proporciona a uniformização da temperatura interna.

Refrigeradores Comerciais Horizontais

Nossos refrigeradores horizontais utilizados principalmente por supermercados e lojas de conveniência para o resfriamento de sorvetes e congelados trazem uma série de diferenciais, dentre as quais se destacam: (i) tampa de vidro anti-embaçante; (ii) tampa de vidro deslizante sobre moldura de alumínio, que evita o travamento das tampas por formação de gelo; (iii) evaporador *cold wall* em tubos de cobre sem solda, que elimina o risco de vazamentos; (iv) painel superior iluminado para merchandising; (v) rodízios, que facilitam a movimentação do produto; (vi) condensador sem aletas, que reduz a freqüência de limpeza e concede maior vida útil ao compressor e ventilador; (vii) gabinetes externo e interno em aço zincado e pré-pintados com esmalte poliéster, que facilita a limpeza; e (viii) opção de cestos com divisões e fechadura.

Refrigeradores Comerciais Horizontais para Sorvetes e Congelados: Adicionalmente, a linha de refrigeradores comerciais horizontais do tipo "*wave*" para sorvetes e congelados possui (i) *design* exclusivo em linhas curvas, proporcionando maior área de exposição de produtos através de tampas mais amplas e com um melhor acessibilidade aos produtos, (ii) tecnologia "*thermal flow control*", ou TFC, que permite que a temperatura dos refrigeradores comerciais se ajuste automaticamente a diferentes condições climáticas, e sobre a qual temos direito de uso exclusivo até 2010, exceto na Índia, e (iii) tecnologia de fechamento automático de portas deslizantes.

Refrigeradores Comerciais Horizontais Chest *Freezer* ou Linha DA: Nossos refrigeradores comerciais multifuncionais são utilizados em bares, restaurantes e residências por possuírem dupla ação de refrigeração e congelamento de produtos. Nossa linha apresenta os seguintes diferenciais: (i) gabinete interno pré-pintado com aço galvanizado que possui proteção de alta resistência; (ii) base da unidade de refrigeração removível, que além de facilitar a limpeza, auxilia na manutenção do equipamento; (iii) dreno frontal; (iv) puxador ergonômico; (v) tampa balanceada; (vi) rodízios reforçados; e (vii) isolamento de poliuretano reforçado.

Produtos Especiais

Nossos produtos especiais possuem alto valor agregado e incluem refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* diferenciados, tais como ilhas de congelados e caves para vinhos, desenvolvidos de forma a atender nichos de mercado específicos.

Ilhas de Congelados

Nossas ilhas de congelados oferecem a supermercados e lojas de produtos congelados maior flexibilidade ao visual das suas lojas e consomem menos energia quando comparadas às ilhas abertas com dimensões semelhantes. Isto porque com nossa tecnologia *Plug-In*, a instalação de nossas ilhas é extremamente simples. Nossas ilhas apresentam tampa curva de vidro anti-embaçante que evita a sudação e facilita a visualização interna e exposição dos produtos. E oferecem ainda os seguintes diferenciais: (i) dreno com tampa, que facilita a limpeza no degelo do equipamento; (ii) condensador com micro-motor adicional de limpeza, que proporciona uma baixa freqüência de manutenção e maior vida útil ao compressor; (iii) grades internas niveladoras e ajustáveis que permitem uma maior organização da exposição dos produtos no interior do equipamento; (iv) proteção lateral anti-choque de borracha; (vi) baixo nível de ruído; e (vii) *design* ergonômico com cantos arredondados e de alta eficiência operacional.

Caves para Vinhos

Nossas caves para vinhos valorizam e mantêm as propriedades originais dos vinhos e atendem a restaurantes e residências. Nossas caves apresentam os seguintes diferenciais: (i) chave de segurança; (ii) baixo nível de ruído e baixo consumo de energia; (iii) *display* com controle digital de temperatura; (iii) degelo automático; (iv) porta de vidro temperado reflexivo que impede a interferência da luz ambiente na qualidade do vinho; (v) pés com regulagem de altura; (vi) não utilização de CFC; (vii) luz interna com acendimento automático; (viii) dimensões compactas adequadas; (ix) ajuste automático de umidade interna; e (x) faixa de temperatura ajustável.

CLIENTES

Um dos nossos principais alicerces da nossa estratégia de desenvolvimento está no relacionamento cada vez mais estreito com clientes globais e no atendimento de suas necessidades específicas. Temos como objetivo oferecer-lhes flexibilidade, qualidade e competitividade em larga escala, nos mais variados lugares do mundo onde seus refrigeradores forem instalados.

Com nossas aquisições expandimos nossa base de clientes, que antes se concentrava na América Latina, para a Europa e EUA, onde possuímos marcas tradicionais e com forte penetração.

Possuímos um perfil de clientes diversificado. Em 2006, nossos cinco maiores clientes representavam uma participação de 41,0% do nosso faturamento. Alguns de nossos principais clientes são empresas como a Coca-Cola, Femsa, InBev, , Nestlé, Sadia e Unilever e varejistas como Carrefour, Casas Bahia, Martins, Ponto Frio e Wal Mart, dentre outros. Além disso, vendemos nossos produtos para pequenos comerciantes.

Em 2006, nossos 10 maiores clientes responderam por 51,2% de nosso faturamento bruto. Os cinco maiores clientes combinados corresponderam a 31,1% em 2004, 30,6% em 2005 e 41,0% em 2006. A perda de qualquer grande cliente, a redução no volume de suas compras ou a deterioração em sua capacidade financeira pode nos afetar adversamente.

Em 2004, foi realizada uma pesquisa de satisfação com proprietários e gerentes de estabelecimentos comerciais (supermercados, lojas de conveniência, bares e restaurantes) pela Indicator Pesquisa de Mercado/ GFK Group, e o resultado foi que 93% dos clientes que compraram nossos *freezers* horizontais se disseram satisfeitos ou muito satisfeitos com o nosso produto.

Adotamos rígido controle de confidencialidade com relação às demandas de cada cliente no desenvolvimento de produtos exclusivos, o que nos permite estreitar ainda mais nossos laços comerciais.

SERVIÇOS DE SUPORTE E PÓS-VENDAS

A partir da nossa visão de que nossos clientes de grande e médio porte precisam de uma gestão específica para administrar todos os seus refrigeradores (incluindo pessoal técnico, peças de reposição e depósitos), constituímos em 2005 a nossa subsidiária Life Cycle, dedicada à prestação de serviços de instalação e manutenção no Brasil para produtos produzidos pela Companhia ou por terceiros.

A Life Cycle conta com uma estrutura que engloba um *call center* próprio para atender chamadas de nossos clientes de forma gratuita, e uma rede de serviço técnico autorizado com mais de 307 postos autorizados espalhados pelo Brasil, todos interligados via internet e coordenados por uma infra-estrutura de sistemas central, de forma a atendermos clientes em qualquer local do Brasil em até 48 horas após a solicitação.

Essa estrutura ampla e eficiente nos permite alcançar o alto nível de serviço requerido pelos nossos clientes e, ao mesmo tempo, mantermos baixos custos de manutenção. Além disso, o monitoramento dos tipos de ocorrências e sua freqüência serve como importante *feedback* no saneamento de problemas e no desenvolvimento de novos produtos.

Acreditamos que atualmente nos destacamos no mercado brasileiro de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In* não só pela inovação tecnológica, qualidade e robustez dos nossos produtos, mas também pelo alto nível de serviço de suporte e pós-venda que garantimos aos nossos clientes em todo o território nacional. Pretendemos exportar este nível de serviço de suporte e pós-venda para todas as nossas operações fora do Brasil.

Adicionalmente, oferecemos garantia aos nossos clientes sobre os produtos que comercializamos. Nos anos de 2004, 2005 e 2006, as nossa despesas com garantias foram de R$1,8 milhão, R$1,6 milhão e R$1,9 milhão, representando respectivamente 1,2%, 0,7% e 0,6% da nossa receita líquida desses anos.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E CONTROLE DE QUALIDADE

Fomos pioneiros na introdução de tecnologias que aperfeiçoaram a refrigeração comercial no Brasil, como o isolamento de poliuretano, o sistema *frost free,* que dispensa o descongelamento manual, o desenvolvimento de portas de vidro anti-embaçante e refrigeradores horizontais com tampas deslizantes. O binômio pesquisa e desenvolvimento é um dos principais componentes de nossa produção e procuramos sempre estar à frente de nossos concorrentes lançando produtos inovadores que atendam às necessidades de nossos clientes.

Dentre as tecnologias inovadoras recentemente incluídas em nossos produtos, destacamos:

- os *freezers* super gelados para cervejas, que possuem controle inteligente de temperatura de acordo com condições ambientais externas e quantidade armazenada de garrafas, mantendo a cerveja no limiar do congelamento, proporcionando aos produtos o efeito "véu de noiva";

- a tecnologia "*thermal flow control*", ou TFC, que permite que a temperatura dos refrigeradores se ajuste automaticamente a diferentes condições climáticas, e sobre a qual temos direito de uso exclusivo até 2010, exceto na Índia;

- a tecnologia patenteada *"self close"* de fechamento automático de portas deslizantes em refrigeradores horizontais; e

- a linha de refrigeradores horizontais do tipo "*wave*" para sorvetes e congelados, com design exclusivos em linhas curvas, proporcionando maior área de exposição de produtos através de tampas mais amplas e com um melhor acessibilidade aos produtos.

Antes de serem comercializados, os nossos produtos passam por testes rigorosos que visam avaliar todos os parâmetros de qualidade e segurança, incluindo (i) teste de vazamento de gás e segurança de soldas (ii) teste de choque elétrico e descarga elétrica, e (iii) teste de funcionamento, velocidade de redução de temperatura e vedação. Os resultados dos testes são gravados eletronicamente e utilizados para eventual confronto com chamadas de assistência técnica. Adicionalmente, amostras de 3% dos refrigeradores produzidos são selecionados para análises mais extensas buscando avaliar (i) facilidade de uso e manuseio e impressão de qualidade do refrigeradores do ponto de vista do consumidor final e (ii) desempenho quando submetido a uso prolongado em condições climáticas extremas, cujos testes são realizados em moderno laboratório localizado na unidade industrial de São Paulo.

Nossos produtos possuem certificação de qualidade no Brasil e no exterior por reconhecidas instituições independentes, tais como ISO, IEC, UL, ANCE, NSF, ABNT e IRAM.

VENDAS E DISTRIBUIÇÃO

Nossa estrutura de vendas se beneficia de três principais canais: (i) venda direta para empresas de produtos de consumo com presença global, sendo este o principal canal da Companhia, onde normalmente são atingidas melhores margens, além de se desenvolver o relacionamento direto com os clientes; (ii) venda direta para representantes; e (iii) venda indireta, através de distribuidores.

Temos investido no relacionamento com clientes com presença global, tais como as grandes empresas de bebidas, sorvetes e alimentos congelados. Essa estrutura de venda direta é positiva por fomentar e agilizar a comercialização de grandes volumes, aprimorar margens devido a eliminação de intermediários, e identificar novas oportunidades através de permanente comunicação direta com os clientes.

Acreditamos que o crescimento e a expansão internacional das atividades destes clientes em países onde já atuam ou venham a atuar nos beneficiará. A entrega dos produtos é geralmente efetuada em um único destino e a distribuição interna para os locais onde os refrigeradores serão instalados é gerenciada pelos próprios clientes.

Vendemos também diretamente para grandes clientes focados em vendas regionais, como redes varejistas de grande porte e empresas de bebidas, sorvetes, alimentos congelados, além de grandes redes de restaurantes, hotéis, dentre outros. A venda direta para tais clientes contribui para a diversificação da nossa base de clientes com grande volume de venda no agregado. Neste tipo de comercialização, a entrega dos produtos é também, geralmente, efetuada em um único destino.

Em vários casos vendemos ou repassamos nossos produtos para distribuidores, que compram e revendem nossos produtos para clientes finais, e representantes comerciais, que intermedeiam a venda de nossos produtos e administram o relacionamento com diversos de nossos clientes no âmbito regional. Além disso, nossa rede de distribuidores também nos auxilia na prestação de serviços de suporte e assistência pós-venda.

A tabela abaixo apresenta nossa rede de distribuidores e representantes comerciais em dezembro de 2006:

	Total	América do Sul	América Central	América do Norte	Pacífico	Europa	Ásia	África
Distribuidores	**77**	64	8	3	1	–	–	1
Distribuidores/ Representantes Comerciais[1]	**124**	5	3	4	7	69	32	4
Representantes Comerciais	**26**	26	–	–	–	–	–	–
Total	**227**	**95**	**11**	**7**	**8**	**69**	**32**	**5**

[1] Pessoas físicas e jurídicas que atuam de ambas as formas.

A entrega de nossos produtos aos clientes, sejam eles clientes estratégicos, clientes de grande porte, varejistas ou distribuidores, sempre leva em consideração a melhor alternativa de transporte em função de custo, tempo de entrega e segurança, com o intuito de melhor atender as necessidades de nossos clientes.

Nossa unidade industrial localizada em São Paulo, no Estado de São Paulo, está bem posicionada para atender o maior mercado consumidor do Brasil, a região Sudeste, onde se concentrava cerca de 55% do produto interno bruto em 2004. Além disso, sua localização próxima e de fácil acesso ao porto de Santos, o maior do Brasil, favorece o embarque das exportações para os países vizinhos e o transporte por cabotagem para entregas a clientes no extremo norte ou extremo sul do Brasil.

Nossa unidade industrial localizada em Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul, se encontra a cerca de 690 quilômetros de distância de São Paulo e faz entregas diretamente para clientes localizados na região Centro-Oeste e Norte, bem como para outras regiões.

A partir de nossa unidade industrial de Aalestrup, na Dinamarca, municiamos principalmente nossos distribuidores localizados na Europa, e nos EUA por meio de transporte rodoviário e por vezes marítimo, nos beneficiando de sua proximidade principalmente do mercado europeu. Na Europa o modelo atual é o de venda por meio de distribuidores, não obstante pretendemos aumentar as vendas diretas gradativamente.

Nossa unidade industrial em Manisa, na Turquia, está bem posicionada para atender toda a Europa mediterrânea e Oriente Médio por meio do transporte marítimo, estando a 36 quilômetros do moderno porto de Izmir, por onde planejamos embarcar grande parte de nossas vendas.

Convenientemente localizada na cidade portuária de Kaliningrado, Rússia, aquela unidade industrial atende principalmente ao grande e emergente mercado russo e, secundariamente, o mercado do Leste Europeu. A cidade de Kaliningrado é uma zona franca, o que permite maior competitividade uma vez que nossos produtos não sofrerem qualquer tipo de taxação de importação não somente na própria Rússia, mas também em vários países do Leste Europeu.

Nosso centro de distribuição recentemente adquirido na América do Norte, está localizado em Boerne, no estado do Texas, Estados Unidos, perto dos principais clientes daquele mercado e também do porto de Houston por onde recebemos grande parte dos equipamentos por via marítima. Através deste centro de distribuição, atendemos distribuidores e clientes de grande e médio porte não somente no mercado americano, mas também no Canadá e México. Dependendo da economias de frete também podemos atender clientes diretamente de nossas unidades industriais. A presença local neste mercado é um facilitador para as vendas e uma vantagem competitiva. Adicionalmente, esta estrutura será um importante facilitador dos nossos negócios com os clientes chaves da região.

UNIDADES INDUSTRIAIS

Atualmente, possuímos unidades industriais no Brasil, Turquia, Dinamarca e Rússia. As nossas unidades industriais estão situadas em países com alto potencial de crescimento e custos competitivos de mão-de-obra e de componentes e matérias primas, além de fornecedores de alta qualidade. Todas as nossas unidades industriais se aproveitam de posicionamento logístico eficiente, junto a redes de escoamento de produção, assim como próximos aos principais mercados consumidores de nossos produtos.

Em 30 de janeiro de 2007, nossa capacidade nominal de produção, considerando-se os três turnos, era de aproximadamente 1,2 milhão unidades/ano, um crescimento de aproximadamente 166% em relação a 2005.

A tabela abaixo resume a atual configuração de nossas unidades industriais:

Cidade	País	Refrigeradores Produzidos	Mercado Consumidor
São Paulo	Brasil	Horizontais, verticais e especiais.	Brasil e Américas
Três Lagoas	Brasil	Verticais e especiais.	Brasil e Américas
Aalestrup	Dinamarca	Horizontais premium e especiais de impulso.	Europa e América do Norte
Kaliningrado	Rússia	Horizontais e verticais.	Rússia e Leste Europeu
Manisa	Turquia	Horizontais, verticais e especiais de impulso.	Turquia, Europa e Oriente Médio

Unidade Industrial de São Paulo, Brasil

Nossa principal unidade industrial, localizada em São Paulo, no Estado de São Paulo, iniciou suas operações há 43 anos. A flexibilidade da produção permite um relacionamento de parceria com os principais clientes e o processo fabril possibilita a manufatura de uma ampla gama de produtos. A unidade industrial de São Paulo produz refrigeradores horizontais, verticais e ilhas de supermercados com alta tecnologia e possui capacidade instalada de 440 mil unidades/ano, em três turnos de produção, e produz refrigeradores horizontais *premium* de alta tecnologia.

A região na qual está situada esta unidade industrial conta com estrutura logística completa, com acesso a malhas rodoviárias, ferroviárias e portuárias do Sudeste e aos grandes centros consumidores. Esta unidade atende toda a América do Sul, América Central e América do Norte.

Unidade Industrial de Três Lagoas, Brasil

A unidade industrial de Três Lagoas, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, iniciou suas operações em outubro de 2006. Esta unidade produz refrigeradores verticais e caves de vinho com alta tecnologia e possui capacidade instalada de 110 mil unidades/ano, em três turnos de produção, e produz refrigeradores horizontais *premium* de alta tecnologia.

A região na qual está situada esta unidade industrial conta com baixos custos de mão-de-obra e matérias-primas, além de se beneficiar de incentivos fiscais, como isenção de 90% de ICMS até março de 2020 e 100% do IPTU e ISS até março de 2015. Esta unidade atende toda a América do Sul, América Central e América do Norte.

Unidade Industrial de Aalestrup – Dinamarca

A unidade industrial de Aalestrup possui capacidade instalada de 260 mil unidades/ano, em três turnos de produção, e produz refrigeradores horizontais *premium* de alta tecnologia.

A unidade industrial possui capacidade de inovação de alta tecnologia e linha de produção automatizada. Esta unidade atende a Europa Ocidental, a Rússia e os Estados Unidos.

Unidade Industrial de Manisa – Turquia

A unidade industrial de Manisa iniciou suas operações em janeiro de 2007 e foi desenvolvida inicialmente em parceria com o grupo turco OzLider. A unidade industrial de Manisa produz refrigeradores verticais, horizontais, além de produtos de consumo por impulso. A unidade industrial de Manisa possui capacidade instalada de 160 mil unidades/ano, em três turnos de produção.

A região na qual está situada esta unidade industrial conta com baixos custos de mão-de-obra e matérias-primas, isenção de tarifa de importação/exportação para a União Européia, além de estar próxima de um enorme mercado local. Esta unidade atenderá a Europa, o Oriente Médio, o norte da África e os Estados Unidos.

Unidade Industrial de Kaliningrado – Rússia

A unidade industrial de Kaliningrado anteriormente montava refrigeradores horizontais pré-fabricados pelo Sistema CKD com a transferência de equipamentos da antiga unidade industrial de Løgstrup, na Dinamarca, para esta unidade industrial, iniciamos a produção de *freezers* horizontais, e pretendemos ainda iniciar a produção de *freezers* verticais nessa unidade. Atualmente esta unidade possui capacidade instalada de 200 mil unidades/ano, em três turnos de produção.

Kaliningrado é uma zona econômica russa, que concede benefícios fiscais para companhias que fazem investimentos no território russo. O investimento mínimo para a manutenção dos benefícios fiscais é de RUB$ 150 milhões (aproximadamente US$5,7 milhões) em 3 anos, a contar de 2006.

Os incentivos fiscais são na forma de 100% de redução da alíquota do imposto de renda (24%) e ativos (2%) para os primeiros 6 anos do projeto de investimento e 50% de redução por mais seis adicionais.

Pretendemos implementar o projeto em Kaliningrado no primeiro semestre de 2007, o que nos daria 100% de benefício até 2013 e 50% entre 2013 e 2019.

A região na qual está situada esta unidade industrial conta com baixos custos de mão-de-obra, além de não pagar tributos de importação/exportação para os países que formavam a antiga União Soviética. Esta unidade atende principalmente a Rússia e países vizinhos.

CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

Com a atual infra-estrutura de nossas unidades industriais, somos capazes de operar com um, dois ou três turnos de produção, alcançando diferentes rendimentos de produção.

A tabela abaixo apresenta a capacidade de produção de cada uma de nossas unidades industriais em 31 de dezembro de 2006:

	Capacidade de Produção		
Unidade Industrial	**em 1 turno**	**em 2 turno**	**em 3 turno**
	(em milhares de unidades por ano)		
São Paulo – Brasil	170	325	440
Três Lagoas – Brasil	40	75	110
Aalestrup – Dinamarca	110	180	260
Kaliningrado – Rússia	75	140	200
Manisa – Turquia	60	110	160
Capacidade Total	**455**	**830**	**1.170**

PROCESSO PRODUTIVO

O processo produtivo para refrigeradores horizontais do tipo *Plug-In* (tanto verticais quanto horizontais) e *chest freezers* compreendem os mesmos processos básicos, se diferenciando geralmente na utilização de componentes. O processo produtivo é dividido entre (i) metalurgia e (ii) montagem, esta última sendo subdividida entre (a) pré-montagem, (b) espumação e (c) montagem final.

Metalurgia

Na fase de metalurgia recebemos as bobinas de aço que formarão as paredes dos refrigeradores. Em geral recebemos as bobinas em largura padrão e já pintadas nas cores especificadas para os produtos finais. As bobinas de aço passam primeiro por cortes longitudinais e transversais para criar as placas de aço que comporão efetivamente as paredes dos equipamentos. As placas passam então pelas etapas de estamparia, perfuração e dobragem onde são usados equipamentos automáticos e modernos para garantir a segurança e eficiência do processo. Em alguns casos também usamos beneficiamento externo terceirizado nas etapas de cortes longitudinais e pintura.

Montagem

A fase de montagem é dividida em três etapas abaixo descritas.

Pré-montagem: Pode ser dividida em dois subgrupos: (i) na fase de pré-montagem as placas de aço já trabalhadas são usadas na montagem do gabinete e do tanque interno em um processo mecanizado. No caso dos equipamentos horizontais o gabinete interno é enrolado por tubos de cobre ou alumínio (serpentina) para o sistema de refrigeração, em processo automatizado para garantir a precisão do posicionamento da serpentina. Com o gabinete e o tanque interno devidamente finalizados, o segundo é, então, acoplado ao primeiro; e (ii) paralelamente são feitas as montagem das prateleiras, rodízios e de determinados componentes elétricos, que serão acoplados na montagem final. Parte dessa montagem é feita internamente e parte é feita por terceiros dependendo da relação de custo. Com ganho de escala, torna-se mais atrativa a montagem feita internamente.

Espumação: A fase de espumação consiste na mistura dos componentes do poliuretano, no pré-mix com agente expansor e na mistura final para então injetar no vão entre o gabinete e o tanque interno formando a camada de isolamento. A fase de espumação é tipicamente a mais crítica no processo produtivo por requerer alto investimento na estrutura de espumação o que implica a adaptação do *layout* produtivo para melhor aproveitar a capacidade nesta etapa. A espumação é crítica também por impactar diretamente a qualidade do isolamento térmico dos equipamentos e, por conseqüência, a eficiência no funcionamento do equipamento e no consumo de energia. O trabalho de espumação é monitorado com atenção certificando-se da concordância com os padrões internacionais e o material isolante é analisado constantemente pelos nossos laboratórios químicos presentes em todas as unidades industriais. E, adicionalmente, fazemos testes extensos para verificar, dentre outras coisas, o comportamento isolante de nossos diversos equipamentos no moderno laboratório de testes que possuímos na unidade industrial de São Paulo.

Montagem Final: A montagem final consiste na montagem e instalação da unidade frigorífica no gabinete, processo de vácuo e carga de gás, testes finais, limpeza e embalagem.

A unidade frigorífica é montada paralelamente à montagem dos gabinetes com a união de seus diversos componentes, cujos mais importantes são compressor, condensador, micro-motores e controladores eletrônicos. Na linha de montagem, a unidade de refrigeração é conectada ao seu correspondente gabinete com auxílio de leitores de código de barras que fazem a identificação dos pares corretos de gabinete e unidade de refrigeração.

Então, faz-se necessário eliminar todo o ar e umidade de dentro dos tubos do sistema de refrigeração para, em seguida, carregar o sistema com os gases refrigerantes. Na etapa do vácuo, o equipamento é conectado através de luvas de acoplamento à máquina de vácuo sendo feita a carga dos gases em seguida. Todo o processo é controlado por softwares que asseguram tempo e intensidade corretos para o vácuo perfeito e a precisa carga dos gases refrigerantes, garantindo a conformidade com os padrões internacionais. Simultaneamente ao processo de vácuo e carga de gás é feita a montagem e encaixe das portas ou tampas deslizantes dos refrigeradores.

Na etapa de testes são realizados testes de vazamento de gás, choques elétricos e de eficiência de refrigeração em 100% dos equipamentos produzidos. Caso ocorra alguma falha, o produto é conduzido novamente pela linha de montagem. Além disso, uma amostra de 3% da produção é recolhida para testes mais extensos passando por avaliações visuais de qualidade e testes de resistência e eficiência de funcionamento em condições extremas de umidade e temperaturas conduzidos no moderno laboratório existente na unidade industrial de São Paulo, Brasil.

Depois de testados, os produtos estão disponíveis para os trabalhos finais de identificação visual, limpeza e embalagem.

MATÉRIA-PRIMA E FORNECEDORES

Existem oito classes de matéria-prima/componentes que contribuem para aproximadamente 60% do custo do refrigeradores médio. São eles: aço, compressor, vidro, cobre ou alumínio, materiais químicos, isolantes térmicos, componentes elétricos (micro-motores, controladores eletrônicos e outros) e aramados. Pela característica de *commodity* de várias das matérias primas e componentes a companhia procura adquirir grandes volumes que favoreçam a redução dos custos. A globalização da Companhia, acompanhada do ganho de escala, nos permitirá centralizar o fornecimento de matérias-primas com volumes ainda maiores. Não obstante, mantemos uma ativa busca por alternativas de fornecedores mais baratos de forma a mantermos nossa independência de fornecedores.

Nossos fornecedores são sujeitos a controles de auditoria, bem como avaliação de performance mensal. Os produtos e suas partes possuem certificados de qualidade local e internacional, como por exemplo, ISO 9001, NSF – *National Sanitary Foundation* e ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Dentre nossos principais fornecedores no Brasil destacamos a Empresa Brasileira de Compressores S.A. (compressores), Tecumseh do Brasil Ltda. (compressores), Companhia Siderúrgica Nacional (aço), Usinas Siderúrgicas Minas Gerais – USIMINAS (aço), Schott Glaverbel do Brasil Ltda. (vidro), Bayer S.A. (produtos químicos), e Basf Poliuretanos Ltda. (produtos químicos); e na Europa, ACC Cubigel S.A. (compressores), Danfoss Compr Gmbh (compressores), Lemvigh-Müller & Munck (aço), Damstahl, Saint Gobain Sovis, FP Alu-glas A.S. (vidro), Marstrup Doors (vidro) e Baysystems Northern (produtos químicos).

CONCORRÊNCIA

Contamos, no mercado brasileiro, com uma penetração de 90,5% nos estabelecimentos comerciais que utilizam refrigeradores do tipo *Plug-In* e uma participação de mercado de 38,4%, em termos de unidades instaladas, de acordo com a pesquisa da Oxygen Trade, realizada em janeiro de 2007, em oito das principais cidades brasileiras. Em âmbito mundial, o mercado de refrigeradores é fragmentado, com as sete maiores companhias representando menos de 10% em termos de unidades vendidas, de acordo com pesquisa do Grupo Freedonia.

No Brasil, acreditamos que nossos principais concorrentes são Hussmann, Fricon,Gelopar e Electrolux, que juntos somam 36,6% em termos de unidades instaladas, de acordo com a pesquisa da Oxygen Trade.

Na América Latina, acreditamos que nossos principais concorrentes são: Vendo (México), Criotec (México), Ojeda (México), Mimet (Chile) e Gafa (Argentina); nos Estados Unidos: True, Bev-Air e AHT; e na Europa, Frigoglass (Grécia), Framec (Itália), Klimasan (Turquia), Ugur (Turquia), SFA (Turquia), AHT (Austria) e IARP (Itália).

Nos Estados Unidos, acreditamos que nossos principais concorrentes são True, Bev-Air e AHT.

Na Europa, acreditamos que nossos principais concorrentes são Frigoglass (Grécia), Framec (Itália), Klimasan (Turquia), Ugur (Turquia), SFA (Turquia), AHT (Áustria) e IARP (Itália).

A tabela abaixo demonstra a penetração de mercado, assim como a participação de mercado de base instalada da Metalfrio e de suas concorrentes no Brasil:

Participação de Mercado em Pontos de Venda	Penetração de Mercado	Participação de Mercado de Base Instalada
Metalfrio	90,5%	38,2%
Hussman	33,5%	14,2%
Fricon	33,3%	14,1%
Reubly[1]	16,0%	6,8%
Gelopar	14,9%	6,3%
General Ice	6,7%	2,8%
Electrolux	4,8%	2,0%
Springer	4,6%	2,1%
Outros	25,1%	13,4%

Fonte: Pesquisa de mercado da Oxygen Trade de Janeiro de 2007.
(1) Os ativos operacionais da Reubly foram adquiridos pela Metalfrio em 2004.

Não há um número oficial específico de participação de mercado global em nossa industria.

POLÍTICA DE CRÉDITO, INADIMPLÊNCIA E COBRANÇA

Grande parte da nossa base de clientes é constituída por grandes multinacionais que apresentam baixo risco de crédito e baixa taxa de inadimplência. Entretanto, adotamos um conjunto de ações e políticas que visam nos prevenir da inadimplência de quaisquer clientes.

A aprovação de crédito é feita após avaliação técnica com atribuição de limites associados a *rating*. As situações de inadimplência são analisadas caso a caso. Para os casos em que é constatada situação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial do devedor, constituímos provisão no valor integral do débito, incluindo as parcelas vincendas. Para os demais casos, os créditos são provisionados decorridos 180 dias do vencimento e em caso de não pagamento são realizados procedimentos de cobrança bancária, seguidas de protesto e cobrança judicial. Em 31 de dezembro de 2006, possuíamos R$980 mil em créditos vencidos há mais de 120 dias.

PATENTES, MARCAS E LICENÇAS

Nossas principais propriedades intelectuais consistem de nossas marcas no Brasil e no exterior, e de patentes referentes ao desenvolvimento de produtos. Vendemos nossos produtos no mercado brasileiro e latino americano utilizando principalmente a marca Metalfrio, enquanto na Europa e Estados Unidos, as principais marcas utilizadas são a Caravell e Derby.

Nossas marcas e patentes foram devidamente registradas nas instituições governamentais competentes no Brasil, Dinamarca, Turquia e Estados Unidos.

As nossas principais marcas são: Metalfrio, Metalfrio Solutions, Life Cycle, Crystal Line, Economizer, Caravell, Derby, Esta e Gram (esta somente para refrigeradores comerciais).

Adicionalmente, detemos patentes de alguns componentes e produtos específicos desenvolvidos por nós. Dentre os componentes que desenvolvemos e patenteamos no Brasil temos, por exemplo, unidade de refrigeração e condensador e o design do gabinete e do mecanismo de fechamento automático das tampas deslizantes do refrigeradores horizontal conhecido por "*wave*". Também possuímos uma licença exclusiva de uso até 2010, exceto na Índia, da tecnologia *"thermal flow control"*, que permite o ajuste automático do funcionamento do refrigeradores baseado nas condições climáticas externas.

As principais patentes de uso da Companhia são: *Self close* e TFC (*thermal flow control*).

PROPRIEDADES, PLANTAS E EQUIPAMENTOS

Nossa sede está localizada em São Paulo, capital do Estado de São Paulo, na Avenida Abrahão Gonçalves Braga, nº 412, onde também funciona nossa unidade industrial de São Paulo.

Somos proprietários do imóvel onde se localiza nossa unidade industrial de Três Lagoas – Brasil. Possuímos contratos de aluguel de médio e longo prazo para as unidades industriais de São Paulo – Brasil, Aalestrup – Dinamarca, Kaliningrado – Rússia e Manisa – Turquia. A tabela a seguir relaciona tais unidades e indica as localidades de cada imóvel:

Local	País	Direito sobre a propriedade	Vencimento da Locação
São Paulo	Brasil	Alugada	2007 (renovável)
Três Lagoas	Brasil	Própria	N/A
Aalestrup	Dinamarca	Alugada	2010
Kaliningrado	Rússia	Alugada	2007
Manisa	Turquia	Alugada	2011

Em geral nossas unidades industriais, próprias e alugadas possuem infra-estrutura adequada para o alto nível de qualidade e eficiência de produção que buscamos manter. Além disso, tais unidades industriais estão bem dimensionadas para nossa necessidade de produção atual e para atender nosso planejamento de expansão de capacidade futuro.

Utilizamos vários equipamentos e também algumas máquinas sofisticadas no processo produtivo, principalmente nas etapas de metalurgia e espumação. Todos esses equipamentos e máquinas são próprios.

SEGUROS

Possuímos apólices de seguro que acreditamos serem usuais e adequadas para empresas no nosso ramo de atividade e para cada localidade em que operamos unidades industriais.

Mantemos apólices de seguro para as unidades industriais de São Paulo e Três Lagoas para danos físicos às fábricas e equipamentos, riscos de responsabilidade civil, contingências de veículos e recall para produtos no Brasil e exterior.

Também detemos apólice de seguro que cobrem as unidades industriais de Manisa, Aalestrup e Kaliningrado para danos físicos às fábricas e aos equipamentos. Mantemos apólices de seguro, quando obrigatórias pelos governos locais, para veículos, seguro saúde e contra acidentes aos funcionários.

SAZONALIDADE

Vendemos diretamente, ou por meio de intermediários, para várias empresas de alimentação e bebidas que usam nossos *freezers* e refrigeradores como ferramentas de conservação e marketing de seus produtos nos pontos de venda. Por isso, nossas vendas são diretamente influenciadas pela estratégia de marketing no ponto de venda de nossos clientes, de seus planos de expansão e aumento de exposição em pontos de venda, e da necessidade de renovação e modernização da frota instalada. Tais estratégias de diferenciação nos pontos de venda, e mesmo a necessidade de renovação ou modernização da base instalada de equipamentos podem ou não coincidir com determinadas estações do ano. As regiões tropicais e equatoriais, em geral, apresentam clima quente durante o ano todo propiciando a venda de bebidas, sorvetes, e congelados em todas as estações do ano. Portanto se torna difícil notar uma sazonalidade clara nessas regiões. Já nas regiões subtropicais, por terem um contraste maior entre verão e inverno, com consumo de bebidas geladas e sorvetes, mais acentuado no verão, é possível notar as vendas de *freezers* e refrigeradores um pouco mais fortes nos períodos de pré-estação verão e verão.

EMPREGADOS E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2006, o nosso quadro de empregados era composto por 1.385 colaboradores.

A tabela que se segue indica o nosso número de colaboradores dêem 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e sua divisão em funções administrativas e operacionais:

	Em 31 de dezembro de		
	2004	**2005**	**2006**
Metalfrio Brasil:			
Administrativo	53	60	91
Operacional	367	756	967
Metalfrio Dinamarca:			
Administrativo	–	–	45
Operacional	–	–	154
Metalfrio Rússia:			
Administrativo	–	–	22
Operacional	–	–	53
Metalfrio Turquia:			
Administrativo	–	–	12
Operacional	–	–	31
Metalfrio USA:			
Administrativo		–	4
Operacional		–	6
Total Administrativo	**53**	**60**	**174**
Total Operacional	**367**	**756**	**1.211**
Número total de colaboradores	**420**	**816**	**1.385**

Em linha com a nossa transformação em "*global player*" do mercado de refrigeradores comerciais do tipo *Plug-In*, procuramos capacitar nossos funcionários para que os mesmos possam realizar suas funções da maneira mais eficiente possível. Nesse sentido, em 2002 foi criado o Projeto Educar, com o objetivo de possibilitar aos nossos empregados completar seus estudos de nível médio, com ensino de qualidade possibilitando o crescimento pessoal dos participantes. Em 2005 o projeto foi aprimorado de forma a possibilitar aos nossos empregados o acesso ao ensino superior por meio de parcerias com universidades.

Além do Projeto Educar, desenvolvemos o curso de gestão de produção e operações industriais, com duração de dois anos e realizado nas próprias dependências da empresa, e o centro de treinamento de informática, que oferece cursos para os funcionários e mantém convênios com outras instituições de nível superior, as quais concedem descontos aos interessados.

Todos os nossos funcionários têm direito a uma remuneração variável em termos de desempenho, definida por indicadores específicos para cada setor da empresa. Além disso, oferecemos alguns outros benefícios dependendo da unidade industrial, como assistência médica, seguro de vida, restaurante no local, vale-transporte/estacionamento, cesta básica e a opção de assistência odontológica.

Além disso, para promover o interesse dos funcionários no aprimoramento contínuo do processo produtivo, incentivamos a iniciativa de sugerir soluções (economicamente viáveis, sócio e ambientalmente responsáveis) para o aprimoramento de funções e processos nas fábricas com recompensas financeiras na efetiva implementação de tais soluções sugeridas.

Saúde e Segurança

Temos uma postura pró-ativa de segurança do trabalho e saúde ocupacional, contando com o princípio básico do respeito às pessoas, preservando sua saúde e integridade física, e definindo uma atitude preventiva como compromisso de todos e condição básica para a satisfação e empregabilidade dos colaboradores, assim como para o crescimento da organização. Acreditamos estar em cumprimento de todas as requisições governamentais de segurança e saúde no trabalho em cada uma de nossas unidades industriais, tendo como resultado um baixo índice de acidentes funcionais. Em 2006 considerando todas as nossas fábricas tivemos 46 acidentes registrados, nenhum deles considerados graves.

Acordo Coletivo de Trabalho

Temos acordos coletivos de trabalho com todos nossos operários em cada unidade industrial, cujos termos variam de fábrica para fábrica, mas que geralmente abordam assuntos como reajuste salarial, jornada de trabalho, pausa para refeição e descanso. Adicionalmente, nossos operários não temporários das fábricas de São Paulo e Aalestrup são representados por sindicatos locais que participam de discussões de salários e condições de trabalho anualmente. Por não se tratar de obrigação governamental, nossos operários das fábricas de Três Lagoas, Kaliningrado e Manisa não são representados por sindicatos. Desde a aquisição da Metalfrio pela Artesia, não houve qualquer tipo de paralisação ou prejuízo às nossas atividades em razão de greves.

Terceirização de Mão-de-Obra

Além das atividades exercidas pelos nossos empregados, terceirizamos certos serviços que não estão relacionados com nossa atividade-fim, tais como: segurança patrimonial, limpeza, jardinagem e alimentação. Procuramos fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte de tais empresas, e desde a compra do controle da Companhia pelo grupo Artesia, não identificamos nem fomos acionados por conta de qualquer problema previdenciário ou trabalhista com tais serviços terceirizados.

ACORDO DE ACIONISTAS

Nesta data, os acionistas da Companhia Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda., Thema Participações Ltda. e Fairfax Participações S.A. são signatários de um acordo de acionistas que dispõe sobre o exercício do direito de voto, administração e restrições a transferência de ações da Companhia. O acordo será rescindido automaticamente com a publicação do Anúncio de Início da Oferta, de forma que, após a realização da Oferta não haverá um grupo controlador da Companhia.

CONTRATOS RELEVANTES

Atualmente não possuímos nenhum contrato relevante, à exceção dos contratos financeiros mencionados na seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operacional".

PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Somos parte em diversas ações judiciais, nas esferas cível e trabalhista, bem como em determinados processos administrativos. Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideramos para o cálculo do valor de provisionamento o prognóstico dos processos em andamento classificados como perda provável, conforme estimativa dos assessores jurídicos da Companhia. Essa classificação é feita após terem sido analisados os fatos alegados na peça processual inicial e os argumentos de defesa, do pleito deduzido em face da situação fática e de direito, da posição jurisprudencial dominante em casos análogos, além da opinião dos advogados internos responsáveis pela condução de cada processo. Os processos classificados como perdas possíveis e remotas não são provisionados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2006, o valor total estimado de nossas contingências judiciais e administrativas somavam R$2,5 milhões, para o qual havíamos provisionado R$371 mil. Acreditamos que nossas provisões para contingências judiciais e administrativos são suficientes para atender a perdas prováveis.

Fiscais

Em 31 de dezembro de 2006, não éramos réus em processos administrativos e/ou judiciais e em razão disto não constituímos provisões para as ações fiscais.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2006, éramos réus em 34 ações, que envolviam um valor total estimado de aproximadamente R$171,2 mil, para o qual não existe provisionamento, por acreditarmos com base na opinião de nossos consultores jurídicos externos que as probabilidades de perda nestes processos sejam possível e remota.

As ações cíveis envolvem questões usuais e inerentes à nossa atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias que tratam de problemas decorrentes da aquisição, por parte de consumidores, de produtos da Metalfrio, por meio das quais os autores buscam ressarcimento por supostos prejuízos decorrentes de mau funcionamento dos produtos.

Não acreditamos que as ações cíveis, caso venham a ser decididas de maneira desfavorável, causariam efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira ou resultados operacionais. Não acreditamos que qualquer decisão contrária afetaria de maneira relevante nossas atividades e imagem corporativa.

Trabalhistas

Na esfera judicial, em 31 de dezembro de 2006, éramos réus em 57 reclamações trabalhistas em andamento, das quais 38 ainda não foram julgadas em primeira instância, 12 estão em fase recursal e 7 estão em fase de execução, sendo que a decisão de nossa condenação é definitiva. Tais reclamações trabalhistas envolviam um valor total estimado de aproximadamente R$2,3 milhões.

Pela análise dos nossos consultores jurídicos externos, não existem reclamações trabalhistas de valores individuais superiores a R$320 mil. Acreditamos que o valor total provisionado de R$371 mil em 31 de dezembro de 2006 (líquido do total de R$36mil depositado em reclamações trabalhistas), representa montante suficiente para responder por perdas prováveis oriundas de tais ações.

O valor estimado pelos consultores jurídicos externos como perdas possíveis e, portanto, não provisionados nas demonstrações financeiras, relacionado à processos trabalhistas totalizavam R$1,9 milhão em 31 de dezembro de 2006.

Ambiental

Em 2001, a BSH, antiga controladora da Companhia, contratou a Nickol do Brasil Ltda., empresa especializada em análise de impacto ambiental, para fazer uma avaliação do solo e lençol freático em nossa planta de São Paulo. Com base no relatório preparado com o Nickol do Brasil Ltda., foram adotadas medidas de proteção do solo e lençol freático relativos à nossa planta de São Paulo, que continuam em vigor. Em 23 de março de 2007, recebemos uma intimação para prestar esclarecimentos no contexto de um procedimento investigatório acerca de possível contaminação do solo e lençol freático relativos à nossa planta de São Paulo. A Companhia, com base na opinião deste consultor ambiental externo e nos procedimentos adotados nos últimos 5 anos, acredita não haver risco relevante para suas operações neste caso.

ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Estatuto Social, somos administrados por nosso Conselho de Administração e por nossa Diretoria. O Estatuto Social prevê a constituição de um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. O endereço comercial de nossos administradores é no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Abrahão Gonçalves Braga, 412, Vila Livieiro, CEP: 04186-220.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pela formulação e monitoramento para implantação das políticas gerais de negócios, incluindo a estratégia de longo prazo. É responsável também, dentre outras atribuições, pela designação e supervisão da gestão dos nossos Diretores. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração é também responsável pela contratação dos auditores independentes.

Todas as decisões do Conselho de Administração são tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes a qualquer reunião.

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração deve ter, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, devendo cada qual ser necessariamente nosso acionista, muito embora não exista um limite mínimo de participação acionária para tanto. Os conselheiros são eleitos em Assembléia Geral, com mandato unificado de 1 (um) exercício anual, considerando-se exercício anual o período compreendido entre duas Assembléias Gerais Ordinárias, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento por nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes. Os conselheiros deverão ainda subscrever, previamente à sua investidura no cargo, Termo de Anuência dos administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

No mais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração estão proibidos de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais estes tenham um conflito de interesses conosco. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Conselho de Administração".

Os membros do nosso Conselho de Administração foram eleitos na Assembléia Geral realizada entre 19 de janeiro de 2007 e 15 de março de 2007, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no exercício de 2008.

Segue na tabela abaixo os nomes, idades, posições e data da eleição dos membros do nosso Conselho de Administração:

Nome	Idade	Posição	Data da Eleição
Marcelo Faria de Lima	45	Presidente	19.01.2007
Erwin Theodor Herman Louise Russel	43	Vice – Presidente	19.01.2007
Serkan Güleç	28	Membro	28.02.2007
Márcio da Rocha Camargo	39	Membro	15.03.2007
Luiz Otávio Coutinho Muniz	44	Membro Independente	19.01.2007
Ricardo Reisen de Pinho	46	Membro Independente	19.01.2007

Para uma descrição dos contratos ou outras obrigações relevantes existentes entre os nossos administradores e nós, veja a Seção "Operações com Partes Relacionadas".

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos membros do nosso Conselho de Administração:

Marcelo Faria de Lima. O Sr. Lima trabalhou no mercado financeiro por 12 anos em bancos como Donaldson, Lufkin, & Jenrette (1998 a 2000), onde foi diretor, atuando principalmente na área de M&A; Banco Garantia, que foi adquirido pelo Credit Suisse em 1998 (1996 a 1998), atuando nas áreas de M&A e Capital Markets; e ABNAmro Bank (1989 a 1996), onde foi *Chief Economist*, gestor de Fundos de Investimento, além de ter atuado nas áreas de Corporate Finance e Project Finance. Foi co-fundador e Diretor-Presidente do AreaUtil.com, no ano de 2000, portal de internet especializado no mercado imobiliário. É acionista e foi membro do conselho de administração da Neovia Telecomunicações S.A., provedor de internet banda larga sem fio no Brasil. Desde janeiro de 2004 o Sr. Lima é acionista direta e indiretamente da Companhia. O Sr. Lima também é acionista e diretor da Abyara Planejamento Imobiliário S.A. O Sr. Lima formou-se em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1985 onde foi professor de Economia entre 1988 e 1989.

Erwin Theodor Herman Louise Russel. O Sr. Erwin Russel é Diretor da *Advent International* no Brasil desde Abril de 2000 e tem mais de 13 anos de experiência em gerência sênior, consultoria e *private equity*. Antes de trabalhar na Advent, foi co-fundador e diretor da AreaUtil.com, um portal verticalizado de Internet para indústria imobiliária, que foi vendido para a Homestore USA. Anteriormente, ele trabalhou quatro anos com a Monsanto Co. no Brasil, onde ocupou várias posições seniores, incluindo a presidência da Agroceres, Diretor de M&A, e Diretor Financeiro. Antes de trabalhar na Monsanto, Erwin trabalhou por seis anos como consultor de negócios com a Booz-Allem & Hamilton e outras firmas. Erwin liderou ou co-liderou vários investimentos da Advent, incluindo a Atmosfera Gestão e Higienização de Têxteis Ltda., Atrium Telecomunicações Ltda., J. Malucelli Seguradora S.A. e Brasif/Dufry S.A. O Sr. Russel se formou em economia e filosofia pela universidade de St. Gallen na Suíça em 1987, e detém um MBA pela Universidade de Chicago, obtido em 1989.

Serkan Gulec é diretor financeiro da Metalfrio Turquia, e trabalhou no grupo OzLider entre 2003 e 2006, se dedicando às áreas de Foreign Trade, Finance, Procurement Management e New Investments. O Sr. Serkan participou da constituição da Lider International GmbH, uma companhia de distribuição alemã em 2005 e sua holding, na qual ocupa o cargo de membro do conselho de administração. O Sr. Serkan se formou em engenharia mecânica pela Yildiz Technical University of Istanbul em 2001, sendo membro da Mechanical Engineers Association, e detém um Pre-MBA pela University of California, Santa Bárbara, obtido em 2002.

Márcio da Rocha Camargo. O Sr. Camargo foi *director* no banco de investimentos Banco Garantia (depois CSFB/Garantia), onde trabalhou por sete anos, desde 1994. Em 2001 Sr. Camargo fundou a Neovia Telecomunicações S.A. da qual foi Diretor-Presidente até abril de 2005. O Sr. Camargo também é vice presidente do conselho de administração da Abyara Planejamento Imobiliário S.A. e sócio da Artésia Gestão de Recursos S.A., empresa registrada na CVM como administradora de recursos. O Sr. Camargo formou-se bacharel em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em julho de 1993.

Luiz Otávio Coutinho Muniz. Sócio do N.M. Rothschild & Sons "Brasil" Ltda. e responsável pelo seu escritório no Brasil. Tem mais de 18 anos de experiência na atividade de banco de investimento, tendo liderado vários mandatos de fusões e aquisições, privatizações, financiamentos, reestruturações financeiras e consultoria estratégica. Antes do Rothschild & Sons, trabalhou por oito anos no Credit Suisse e Garantia em São Paulo, quatro anos na Salomon Brothers em Nova York e dois anos no Citibank em São Paulo. O Sr. Luiz Octávio tem um MBA com Honras pela University of Chicago Graduate School of Business, obtido em 1990 e é membro de seu Conselho Consultivo Mundial – Seção Américas. O Sr. Luiz Octávio se formou como engenheiro civil pela Pontifícia Universidade Católica - PUC do Rio de Janeiro em 1985.

Ricardo Reisen de Pinho. O Sr. Reisen é graduado em engenharia mecânica (1983) com mestrado em engenharia de produção/finanças (1989), ambos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, cursou o Program for Management Development na Harvard Business School (1999) e o Advanced Management Program na Wharton Business School (2001). Atuou em planejamento estratégico, gestão de recursos e international corporate finance no ABNAmro Bank entre 1989 e 1993, em investment banking no Banco Garantia entre 1994 e 1996, e em corporate banking e estratégia no Banco Itaú (entre 1996 e 2001). Atualmente é pesquisador sênior da Harvard Business School e diretor de planejamento e conselheiro da AACD, além de atuar como membro do Social Enterprise Knowledge Network, uma iniciativa da Harvard Business School e da Fundação Avina na América Latina.

DIRETORIA

Nossos Diretores são nossos representantes legais, responsáveis, principalmente, pela nossa administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da Diretoria deve ser residente no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, até, no máximo, um terço dos membros do Conselho de Administração poderão ocupar cargo na Diretoria.

Os Diretores são eleitos pelo nosso Conselho de Administração com mandato de três anos, permitida a reeleição e podendo, a qualquer tempo, serem por ele destituídos.

O nosso Estatuto Social dispõe que a Diretoria será composta de, no mínimo, três membros, e no máximo, sete membros, com as seguintes designações: Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Operações, Diretor Comercial, Diretor de Engenharia e Diretor de Desenvolvimento. De acordo com as regras do Novo Mercado, os diretores deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, Termo de Anuência dos administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado. Atualmente, nossa Diretoria é formada por seis membros, eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada entre 19 de janeiro de 2007 e 12 de março de 2007, com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria de Relações com Investidores está localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Abrahão Gonçalves Braga, 412, Vila Livieiro, CEP: 04186-220. O responsável por esta Diretoria é o Sr. Luiz Eduardo Moreira Caio, eleito na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de janeiro de 2007. O telefone do departamento de acionistas da Companhia é (11) 6333-9001, o fac-símile é (11) 6333-9195, a página na rede mundial de computadores é www.metalfrio.com.br, e o endereço de correio eletrônico ri@metalfrio.com.br.

Abaixo, seguem os nomes, idades, posições e ano de eleição dos nossos atuais membros da Diretoria:

Nome	Idade	Posição	Data da Eleição
Luiz Eduardo Moreira Caio	47	Diretor Presidente e de Relações com Investidores	19.01.2007
Steven Michael Pease	59	Diretor Financeiro	12.03.2007
Eduardo Bartoli de Noronha	32	Diretor de Operações	19.01.2007
Fábio Eliezer Figueiredo	38	Diretor Comercial	19.01.2007
Antonio Abdallah Cury	59	Diretor de Engenharia	19.01.2007
Vicente Antonio Justo	32	Diretor de Desenvolvimento	19.01.2007

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos nossos Diretores (com exceção dos Diretores que são membros do Conselho de Administração):

Luiz Eduardo Moreira Caio. O Sr. Caio é formado em engenharia industrial pela FEI (Faculdade de Engenharia Industrial) em 1983. O Sr. Caio é filho do fundador da Metalfrio e iniciou na Companhia em 1977, na área de engenharia e manufatura, ocupando diversos cargos, inclusive de diretor industrial. Em 1994 o Sr. Caio assumiu a posição de vice presidente operacional da divisão da América Latina do Grupo BSH (controladora da Metalfrio na época) e em 2000 foi promovido a Managing Director da divisão da América Latina do Grupo BSH. No ano de 2002 o Sr. Caio foi responsável pela separação da unidade de refrigeração comercial do Grupo BSH que deu origem à Companhia e continua até hoje como seu CEO.

Steven Michael Pease. Formado em economia pelo MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) em 1969 e com doutorado em economia pela Yale University em 1973. O Sr Pease possui mais de 23 anos na área financeira, tendo atuado na Controladoria de Xerox do Brasil de 1979 a 1986 e como diretor financeiro da Ceras Johnson Ltda. de 1986 a 2002. De 2005 até ingressar na Companhia em março de 2007, foi sócio de uma empresa de consultoria, especializado em companhias brasileiras abertas. A experiência dele inclui a implantação e utilização de sistemas de ERP em companhias industriais. Ele é residente permanente no Brasil desde 1975.

Eduardo Bartoli de Noronha. Formado em engenharia de computação pelo ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) em 1997. O Sr. Noronha completou os três níveis dos exames CFA em três anos consecutivos em 2003. O Sr. Noronha ingressou na Companhia em 2004 e desde então tem sido responsável por diversos projetos especiais como a implementação de Enterprise Resource Planning, concepção e implementação da Life Cycle e atualmente é responsável pela área operacional da Companhia estando baseado na Dinamarca. Anteriormente, o Sr. Noronha foi consultor da *Boston Consulting Group* entre os anos de 1998 e 2000 e da Gradus Consultoria de Gestão no ano de 1998. Entre os anos de 2000 e 2002 o Sr. Noronha foi responsável pela fundação e pelo gerenciamento da agência de viagens online (www.decolar.com) e, entre os anos de 2003 e 2004, foi responsável pela área comercial da Unicoba Importação e Exportação.

Fábio Eliezer Figueiredo. O Sr. Figueiredo formou-se em economia pela FAAP (Fundação Armando Alvares Penteado) em 1994, com pós-graduação em Marketing pela FGV no ano de 2004. O Sr. Figueiredo iniciou sua carreira na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) onde trabalhou de 1987 a 1989. De 1989 até 1995 o Sr. Figueiredo trabalhou na área financeira da empresa Camargo Campos e de 1995 a 2001 foi responsável pela área de importação e exportação da Marport. O Sr. Figueiredo ingressou na Metalfrio em 2001, ajudou a estruturar a Life Cycle e atualmente é nosso Diretor Comercial.

Antonio Abdallah Cury. O Sr. Cury é formado em engenharia de produção pela Faculdade de Engenharia Industrial - FEI em 1972. O Sr. Cury ingressou na Companhia desde 1971, tendo ocupado diversos cargos nas áreas de controle de qualidade, engenharia e produtos, tornando-se diretor industrial em 1996. O Sr. Cury possui vasta experiência na área tecnológica de refrigeradores e desenvolvimento de produtos e sistemas de refrigeração sendo nosso diretor de produção desde 2001.

Vicente Antonio Justo. O Sr. Justo formou-se em engenharia elétrica pela Universidade São Judas em 1999, com MBA pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 2005. Atua na Companhia desde 1992, tendo passado por diversas áreas como pesquisa e desenvolvimento (de 1992 a 1998), controle de qualidade (1999 a 2002) e engenharia de produtos (2002 a 2006), possuindo sólido conhecimento em processos de produção e engenharia. Atualmente o Sr. Justo é nosso diretor de engenharia

CONSELHO FISCAL

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa da Companhia. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas, como descrito abaixo. Atualmente, não possuímos um Conselho Fiscal instalado.

Sempre que instalado, o Conselho Fiscal será constituído por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros e suplentes em igual número. Somente poderão ser eleitas para o Conselho Fiscal pessoas residentes no Brasil, diplomadas em curso universitário, ou que tenham exercido cargo de administrador de empresa ou de conselho fiscal. Os membros do Conselho Fiscal deverão subscrever, previamente à sua investidura no cargo, Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, quando seu funcionamento não é permanente, o Conselho Fiscal poderá ser instalado pela Assembléia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% das ações ordinárias, com mandato até a primeira Assembléia Geral Ordinária seguinte à sua instalação. Este percentual pode ser reduzido para até 2% do capital social votante dependendo do nosso capital social, nos termos da Instrução nº 324, de 19 de janeiro de 2000 da CVM. Adicionalmente, os acionistas minoritários que representem, no mínimo, 10% das ações ordinárias têm direito de eleger separadamente um membro do Conselho Fiscal e seu suplente, e os demais acionistas poderão eleger um membro a mais que o número total de membros eleitos pelos minoritários.

O Conselho Fiscal não pode ter membros que façam parte do Conselho de Administração, da Diretoria ou do quadro de colaboradores de uma controlada ou de uma empresa do mesmo grupo, tampouco um cônjuge ou parente até o terceiro grau de nosso administrador. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam, a título de remuneração, no mínimo, 10% da média da remuneração paga aos Diretores, excluindo benefícios, verbas de representação e participações nos lucros e resultados.

TITULARIDADE DE AÇÕES

A tabela abaixo indica o número de ações detidas diretamente pelos membros da nossa Administração na data deste Prospecto.

Nome	Número de Ações	% do capital social
Marcelo Faria de Lima	8.905	0,0%
Márcio da Rocha Camargo	6.045	0,0%
Erwin Theodor Herman Louise Russel	7.800	0,0%
Luiz Eduardo Moreira Caio	853.385	3,4%
Luiz Otávio Coutinho Muniz	1	0,0%
Ricardo Reisen de Pinho	1	0,0%

REMUNERAÇÃO

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos nossos acionistas, em Assembléia Geral Ordinária, fixar, anualmente, o montante global da remuneração dos membros da nossa Administração. Cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da Diretoria.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, a remuneração global dos membros da nossa Administração totalizou R$946 mil.

RELAÇÃO FAMILIAR ENTRE OS ADMINISTRADORES, ASSIM COMO ENTRE OS ADMINISTRADORES E O ACIONISTAS DA COMPANHIA

O Sr. Maurice Ferdinand Bernard Marina Russel, acionista da Companhia, que detém direta e indiretamente 3,06% de nosso capital votante, é irmão do vice-presidente do nosso Conselho de Administração, Sr. Erwin Theodor Louise Russel. Além disso, não há relação familiar entre os administradores, assim como entre os administradores e os acionistas

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2007, nossos acionistas aprovaram um plano de opção de compra de ações para os membros da nossa administração. Nos termos do Plano de Opção, que é gerido pelo nosso Conselho de Administração, nós podemos conceder opção para a compra de nossas ações aos nossos conselheiros, diretores, empregados, consultores, ou qualquer outro prestador de serviços da Companhia ou de qualquer uma de suas subsidiárias.

As opções são outorgadas sem custo para os beneficiários e não podem ser transferidas, exceto em circunstâncias determinadas. As opções outorgadas nos termos do Plano de Opção somente poderão ser exercidas, total ou parcialmente, após o prazo de seis meses contados da data da outorga das opções, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração. As opções são concedidas pelo preço estabelecido pelo Conselho de Administração no contrato de opção de ações, não podendo ser inferior a 80% do preço médio ponderado por volume das ações da Companhia observado nos últimos 20 pregões na BOVESPA imediatamente anteriores à data da outorga da opção, caso a outorga seja realizada após a realização da Oferta. As opções concedidas antes da Oferta poderão ser outorgadas a um preço de exercício não inferior ao valor contábil por ação da Companhia. O número total de ações ordinárias relativo ao qual opções podem ser concedidas, nos termos do Plano de Opção, não excederá a 1.250.000 ações ordinárias, equivalentes a aproximadamente 5% do número total de ações ordinárias emitidas pela Companhia antes da Oferta. Mediante o exercício de uma opção adquirida e o pagamento do preço de exercício, o participante receberá uma ação ordinária de nosso capital social. Exceto em algumas circunstâncias, as opções deixam de poder ser exercidas depois da data de término do vínculo do participante com a Companhia.

Até o presente momento, nós outorgamos 856.200 opções, todas com um período de três anos de carência para o seu exercício a partir de 23 de março de 2007, prazo para exercício de 60 dias após carência e *lock–up* de seis meses após o exercício. O preço de exercício destas opções é de R$1,90 por ação, corrigido pelo IGP-M, e nenhum administrador exerceu qualquer opção de compra de ações da Companhia.

O exercício da totalidade destas opções geraria uma diluição em relação à quantidade de ações da Companhia antes da Oferta de aproximadamente 3,3% e 2,2% após a Oferta. Considerando-se o número de opções já outorgadas, 856.200, e o preço de emissão dessas ações, de R$1,90, conforme descrito acima; o exercício da totalidade das opções já outorgadas representaria, antes da conclusão da Oferta, um aumento imediato no valor patrimonial por ação inexpressivo e, após a conclusão da Oferta, uma diluição imediata de R$11,75 por ação para os investidores que adquirirem nossas Ações no contexto da Oferta, considerando-se o Preço por Ação de R$19,00.

A prática contábil adotada pela Companhia com relação ao seu plano de opção de ações consiste na divulgação das informações requeridas pela CVM, enquanto não houver expressa determinação no sentido de obrigar a sua contabilização.

Caso a Administração da Companhia optasse por reconhecer contabilmente os efeitos das opções outorgadas, assumindo como premissas: (i) a utilização do método do valor intrínseco para contabilização dos efeitos do seu plano de opção, que consiste na contabilização da diferença entre (a) o valor de mercado das ações e (b) o valor pago pelos beneficiários do plano no momento do exercício da suas opções; (ii) R$19,00 como o valor estimado de mercado por ação da Companhia na data da celebração do contrato de opções; (iii) R$1,90 por ação como sendo o preço do exercício das opções outorgadas na data da celebração do contrato de opções; e (iv) que o período de carência de todas as opções outorgadas já tivesse se encerrado; o nosso lucro líquido sofreria uma redução de R$14,6 milhões. O cálculo desse valor foi determinado com base nas premissas acima descritas e não necessariamente reflete o ajuste considerando-se o valor de mercado das ações da Companhia nessa data-base. Em razão de a Companhia não ser uma companhia de capital aberto com ações negociadas em bolsa de valores até a data da Oferta, não foi praticável, nesta data, determinar o valor de mercado das suas ações para fins de determinação desse valor.

CONTRATOS OU OUTRAS OBRIGAÇÕES RELEVANTES EXISTENTES ENTRE OS ADMINISTRADORES E A COMPANHIA

Na data deste Prospecto, o Sr. Marcelo Faria de Lima (acionista e presidente do nosso Conselho de Administração) ofereceu fianças pessoais como garantia de alguns de nossos contratos financeiros. Não pagamos nenhum valor ao Sr. Marcelo Faria de Lima pelo oferecimento de tais fianças. No caso de inadimplência, o credor poderá exigir do Sr. Marcelo Faria de Lima o cumprimento de nossas obrigações, e, neste caso, ele terá direito de regresso contra nós.

A Artesia Gestão de Recursos, sociedade da qual o Sr. Marcelo Faria de Lima é sócio, presta serviços de consultoria para a Metalfrio notadamente na área de fusões e aquisições, captação de recursos e gestão de ativos financeiros. Além disso, não existia qualquer contrato ou obrigação relevante entre nós e nossos administradores.

PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTA VENDEDOR

PRINCIPAIS ACIONISTAS

Nosso capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias. A tabela seguinte contém informações sobre a quantidade de ações ordinárias de nossa emissão, detidas por nossos acionistas, na data deste Prospecto Preliminar e após a conclusão da Oferta.

	Na data deste Prospecto		Após a Oferta[2]	
Acionistas	**Ações[1]**	**(%)**	**Ações**	**(%)**
Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações	7.930.000	31,8%	0	0,0%
Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda	5.711.355	22,9%	5.711.355	15,2%
Thema Participações Ltda.	4.949.880	19,9%	4.949.880	13,1%
Fairfax Participações S.A.	3.807.570	15,3%	3.807.570	10,1%
Luiz Eduardo Moreira Caio	853.385	3,4%	853.385	2,3%
Serkan Güleç	871.780	3,5%	871.780	2,3%
Dereck Participações Ltda.	761.540	3,0%	761.540	2,0%
MFL	8.905	0,0%	8.905	0,0%
ETR	7.800	0,0%	7.800	0,0%
MRC	6.045	0,0%	6.045	0,0%
MFR	1.170	0,0%	1.170	0,0%
Outros	0	0,0%	20.730.000	55,0%
Total	**24.909.430**	**100,0%**	**37.709.430**	**100,0%**

(1) Ajustadas para refletir o desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65.
(2) Sem considerar Ações Suplementares.

A Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda. é 99,99% detida por MFL, presidente do nosso Conselho de Administração.

A Thema Participações Ltda. é 99,99% detida por ETR, membro do nosso Conselho de Administração.

A Fairfax Participações S.A. é 96,06% detida pelo Fundo Artesia Exclusive de Investimentos em Participações e 3,94% detida por MRC. O Fundo Artesia Exclusive de Investimentos em Participações é administrado pelo Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. e gerido pela Artesia Gestão de Recursos S.A. A totalidade das quotas do Fundo Artesia Exclusive de Investimentos em Participações é detida por CEI. A totalidade do capital social da CEI é detida indiretamente por um trust, que tem como beneficiários MRC e seus familiares. A totalidade das ações da Artésia Gestão de Recursos S.A. é detida por MRC e MFL, em igual proporção.

ACIONISTA VENDEDOR

O Acionista Vendedor da Oferta é o Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações.

O Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada, destinado exclusivamente a investidores qualificados nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, tem por objetivo preponderante obter rendimentos aos seus quotistas, por meio de investimentos em valores mobiliários, tais como ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações, conforme admitido na regulamentação, de emissão de companhias que tenham por objeto social a manufatura e comercialização de refrigeradores *Plug-In*, inclusive, mas não se limitando, para indústria de bebidas e fabricantes de alimentos em geral dependentes de sistema de refrigeração e, quando for o caso, de emissão de outras companhias que atendam aos requisitos descritos no regulamento do Fundo.

O Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com endereço comercial na Avenida Presidente Wilson, 231, 11º andar, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, e é gerido pela Artésia Gestão de Recursos S.A. A totalidade das quotas do Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações são direta ou indiretamente detidas por MFL, ERT, AEI e MFR, à proporção de 37,5%, 32,5%, 25% e 5%, respectivamente. A totalidade do capital social da AEI é detida indiretamente por um trust, que tem como beneficiários MRC e seus familiares.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2004, 2005, e 2006, a Companhia possuía os seguintes saldos e transações com partes relacionadas e com empresas ligadas, em milhares de reais:

	2006	2005	2004
		(R$ milhares)	
Ativo:			
Circulante:			
Aplicações financeiras-			
Neovia Telecomunicações S.A.	–	696	–
Partes relacionadas:			
Serra do Acaraí	–	436	–
Life Cycle	–	533	–
	–	969	–
Passivo:			
Circulante-			
Partes relacionadas:			
Serra do Acaraí	20	–	72
Luiz Eduardo Moreira Caio	1.477	–	
Life Cycle	–	–	–
	1.497	–	72
Não circulante-			
Empréstimos e Financiamentos:			
IOFund	1.183	–	–
Partes Relacionadas:			
Luiz Eduardo Moreira Caio		1.398	–
Resultado:			
Operacional			
Serra do Acaraí	225	241	
Life Cycle	(2.100)	(2.800)	
Financeiro:			
Juros			
Serra do Acarai	926	334	(605)
Life Cycle	–	8	–
Neovia Telecomunicações S/A	(39)	(16)	
Luiz Eduardo Moreira Caio	(374)	(602)	–
	513	(276)	(605)

A Companhia realizou nos últimos três anos operações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios:

Em de 2005 fizemos uma aplicação financeira de R$0,7 milhão em debêntures denominada em Real e remunerando IGPM + 12% ao ano, emitidas pela Neovia Telecomunicações S.A.da qual MRC e MFL são acionistas minoritários. Em 2006 liquidamos esta aplicação financeira.

Durante o ano 2005 mantivemos operação ativa de mútuo denominado em Real e remunerado a 100% do CDI com a Serra do Acarai Empreendimentos e Participações S.A., à época controladora da Companhia, detida por MFL, MRC, ETR e MFR que no final do ano 2005 totalizou um saldo a receber no valor de R$0,4 milhão. Em 2006 liquidamos esta operação.

Durante o ano 2005 fizemos um empréstimo no valor de R$0,5 milhão, denominado em Real e remunerado a 100% do CDI para a Life Cycle Assistência Técnica Ltda. Em 2006 recebemos a liquidação deste empréstimo.

Durante o ano de 2004 mantivemos operação passiva de mútuo denominado em Real e corrigido a 100% do CDI com a Serra do Acarai, que no final de 2004 totalizava R$0,07 milhão. Tal saldo foi liquidado em 2005.

Em 2006 também mantivemos operação passiva de mútuo denominado em Real e corrigido a 100% do CDI com a Serra do Acarai, que no final de 2006 totalizava R$0,02 milhão. Tal saldo foi liquidado em março de 2007.

No final do ano de 2006 tínhamos saldo a pagar de R$1,5 milhões com Luiz Eduardo Moreira Caio como contraprestação do seu plano de retenção. Tal saldo foi liquidado em janeiro de 2007.

Em 2006 contraímos empréstimo de R$1,2 milhões com o IO Fund, denominado em Coroa Dinamarquesa e corrigido a Cibor + 3,5% a.a. Tal saldo continua a pagar.

Não obstante, a Artesia Gestão de Recursos S.A. presta serviços de consultoria para a Metalfrio, sem a cobrança de honorários, notadamente na área de fusões e aquisições, captação de recursos e gestão de ativos financeiros a preços de mercado. Após a finalização deste Oferta a Artésia Gestão de Recursos S.A. irá cobrar pela prestação de serviços a taxas de mercado. A Artesia Gestão de Recursos S.A. é controlada por Marcio da Rocha Camargo e Marcelo Faria de Lima.

Para garantir nossa obrigação no contrato de financiamento celebrado em 16 de junho de 2005 com o FINEP, que deverá ser pago até 2016, foram oferecidas hipotecas sobre três imóveis rurais de propriedade do Sr. Marcelo Faria de Lima e sua esposa. Não pagamos nenhuma quantia ao Sr. Marcelo Faria de Lima com relação às hipotecas. Em caso de inadimplência, o credor pode executar a hipoteca, e neste caso o Sr. Marcelo Faria de Lima se sub-rogará nos direitos da FINEP contra nós. Além disso, parte substancial dos nossos empréstimos e Financiamentos é garantida pessoalmente pelo Sr. Marcelo Faria Lima, o que, a exemplo do exposto acima, também poderá levá-lo a se sub-rogar em direitos contra nós.

A Genta Participações Ltda, que é proprietária do terreno e do edifício no qual se encontra instalada a nossa unidade industrial de São Paulo, pelos quais pagamos aluguel mensal no valor de R$130,8 mil, tem 35,76% de seu capital social detido pelo pai de nosso presidente, Luiz Eduardo Moreira Caio.

Os acionistas controladores do grupo OzLider, membros da família do Sr. Serkan Güleç, (membro do nosso Conselho de Administração), são proprietários do terreno e do edifício no qual se encontra instalada a nossa unidade industrial da Turquia. Pagamos aluguel mensal no valor de US$30 mil pela utilização do edifício, ainda, compramos do grupo OzLider determinados componentes para nossa produção na Turquia em condições de mercado.

RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Acreditamos que toda empresa tem deveres a cumprir com a sociedade que não se limitam às obrigações governamentais, e buscamos cumprir com esses deveres da melhor forma possível. Somos comprometidos com a ética e a qualidade de vida dos colaboradores, de suas famílias, da comunidade e da sociedade como um todo. No Brasil temos várias iniciativas sociais e incentivamos nossos funcionários a participar destas e outras iniciativas sociais com o objetivo de melhorar a vida das pessoas. Também buscamos instituir nossas crenças e preocupações sociais nos demais países em que iniciamos atividades recentemente e esperamos que tais iniciativas nestes países sejam tão benéficas para a sociedade local quanto tem sido no Brasil.

Buscamos o melhor relacionamento junto às comunidades onde estamos presentes, com o propósito de promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida, zelando pelo meio ambiente, com respeito aos direitos sociais, humanos e dos consumidores.

Dessa forma, temos como objetivo contribuir para a melhoria contínua da qualidade educacional e cultural oferecida aos jovens escolares, além de dar assistência à infância, objetivando a construção de um mundo mais harmônico.

Outras ações pontuais de apoio material e financeiro aos projetos sociais estruturados são desenvolvidas pela Companhia e seus colaboradores, em atenção às necessidades da comunidade.

Dentre as ações sociais em que participamos no Brasil, destacamos:

- Parceria com o GRAAC (ONG que atende crianças com câncer): apoio às ações do GRAAC.
- Projeto Educar – Educação em um Novo Grau: programa de educação voltado a todos os funcionários, o Educar Metalfrio Solutions oferece alfabetização intensiva (1ª a 4ª séries), ensino fundamental (5ª a 8ª séries), médio (1º ao 3º colegial) além de cursos de gestão de produção e informática e curso superior.
- Natal Beneficente Metalfrio: consiste na doação de roupas, calçados e brinquedos a instituições de apoio à criança carente.
- Bazar Beneficente: Bazar que comercializa produtos doados em que a renda é revertida para instituições carentes.
- Metalfrio luta contra a AIDS: promoção de atividades de conscientização e prevenção da doença.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Dedicamos especial atenção à questão do meio ambiente, saúde e segurança, com uma visão de desenvolvimento sustentável das nossas atividades, produtos e serviços, estabelecendo a preservação ambiental como uma das nossas prioridades. Nossa conduta em relação ao meio ambiente envolve aplicar todas as medidas necessárias para prevenir danos ao meio ambiente, incluindo uma avaliação prévia dos efeitos potenciais nesse âmbito ainda no estágio inicial de planejamento de produtos e processos. Consideramos uma tarefa contínua de gerenciamento cultivar e promover um senso de responsabilidade pela preservação ambiental, tanto entre funcionários quanto entre os parceiros contratados.

Em 1998 fizemos um investimento de aproximadamente US$3,0 milhões para eliminar totalmente de nossos produtos e instalações os CFCs (gases que destroem a camada de ozônio), tornando-se assim a primeira fábrica de refrigeradores totalmente ecológica da América Latina.

A partir de 1999 a aquisição de chapas pré-pintadas eliminou o setor de pintura, reduzindo a emissão de poluentes e o consumo de água e energia elétrica. No mesmo ano, iniciamos nas nossas dependências a coleta seletiva, que permite destinar grande parte dos resíduos industriais para a reciclagem. Em 2006, foram coletados mais de 250 toneladas de material reciclável.

Em 2001 fomos os primeiros a introduzir no mercado os refrigeradores "*Economizer*" que permite economia de energia ao usuário.

Acreditamos estar em cumprimento de todas as normas ambientais estabelecidas pelos governos locais onde possuímos unidades industriais.

INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO E OS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

GERAL

Atualmente, não existe um mercado de negociação para as nossas ações ordinárias. Dessa forma, não podemos oferecer qualquer garantia de que um mercado líquido e ativo para as Ações Ordinárias se desenvolverá, nem que, após a Oferta, as Ações Ordinárias serão negociadas, no mercado, por um preço igual ou superior ao preço estabelecido para esta Oferta. Solicitamos o registro para que as Ações fossem listadas para negociação no Novo Mercado sob o símbolo "FRIO3".

Celebramos um "Contrato de Participação no Novo Mercado" com a BOVESPA, cuja eficácia somente terá início no dia seguinte à data da publicação do Anúncio de Início, pelo qual nos comprometemos a observar todas as exigências relativas a práticas de governança corporativa diferenciadas estabelecidas pela BOVESPA, com o objetivo de atender os requisitos necessários para a listagem das Ações no segmento Novo Mercado. As Ações Ordinárias serão negociadas na BOVESPA sob o ISIN nº BRFRIOACNOR2.

NEGOCIAÇÃO NA BOVESPA

Em maio de 2000, a BOVESPA foi reorganizada por meio da assinatura de memorandos de entendimentos entre as bolsas de valores brasileiras. Essa organização teve por objetivo fortalecer a liquidez e aumentar a competitividade do mercado acionário nacional, bem como reduzir os custos das Bolsas de Valores regionais. De acordo com estes memorandos, a BOVESPA passou a concentrar toda a negociação com valores mobiliários, referentes à renda variável.

A BOVESPA é uma associação civil sem fins lucrativos com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sendo que seu capital é de titularidade das corretoras-membro. A negociação na BOVESPA só pode ser realizada pelas corretoras-membro e por um número limitado de não-membros autorizados. As negociações ocorrem das 10:00h às 17:00h, ou entre 11:00h e 18:00h em algumas ocasiões durante o período de horário de verão dos Estados Unidos, em um sistema eletrônico de negociação chamado Megabolsa. A BOVESPA também permite negociações das 17:45h às 19:00h, ou entre 18:45h e 19:30h durante o período de horário de verão no Brasil, por um sistema *online* denominado "*after market*", que consiste na sessão noturna de negociação eletrônica conectado a corretoras tradicionais e a corretoras que operam pela internet. As negociações no *after market* estão sujeitas a limites regulatórios sobre volatilidade de preços e sobre o volume de ações negociadas pelas corretoras que operam pela Internet.

Quando investidores negociam ações na BOVESPA, a liquidação acontece três dias úteis após a data da negociação, sem correção monetária do preço de compra. O vendedor deve entregar as ações à CBLC na manhã do terceiro dia útil após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por meio das instalações da CBLC.

A fim de manter um melhor controle sobre a oscilação do Índice BOVESPA, a BOVESPA adotou um sistema "*circuit breaker*" de acordo com o qual a sessão de negociação é suspensa por um período de 30 minutos ou uma hora sempre que o Índice BOVESPA cair abaixo dos limites de 10,0% ou 15,0%, respectivamente, com relação ao índice de fechamento da sessão de negociação anterior.

Em 21 de março de 2007, celebramos um Contrato Participação no Novo Mercado, com a BOVESPA, por meio do qual nos tornamos uma companhia listada no Novo Mercado da BOVESPA, cuja eficácia somente terá início no dia seguinte à data da publicação do Anúncio de Início.

REGULAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Compete à CVM regulamentar e fiscalizar o mercado de capitais brasileiro, nos termos da Lei de Mercado de Valores mobiliários e da Lei das Sociedades por Ações. Compete ao Banco Central e ao CMN regular e fiscalizar as atividades da CVM, conceder autorização para constituição e funcionamento de corretoras de títulos e valores mobiliários, e regular os investimentos estrangeiros e as operações de câmbio, conforme disposto na Lei do Mercado de Valores Mobiliários e na Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Estas leis em conjunto com outras normas e regulamentos, entre outros, determinam os requisitos de divulgação de informações aplicáveis a emissoras de valores mobiliários publicamente negociados, as sanções penais por negociação de ações utilizando informação privilegiada e manipulação de preço, a proteção de acionistas minoritários, os procedimentos para o licenciamento e supervisão das corretoras de valores e a governança das bolsas de valores brasileiras.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma companhia pode ser aberta (e listada) ou fechada (e não listada). Todas as companhias listadas estão registradas na CVM e ficam sujeitas a obrigações de divulgação periódica de informações e de divulgação de quaisquer fatos relevantes. Uma companhia registrada na CVM pode negociar seus valores mobiliários na BOVESPA ou no mercado de balcão brasileiro. Ações de companhias listadas na BOVESPA não podem ser negociadas simultaneamente no mercado de balcão brasileiro. A operação no mercado de balcão consiste em negociações entre pessoas, fora da bolsa de valores, com a intermediação de instituição financeira autorizada pela CVM. Nenhuma licença especial, além de registro na CVM (e, no caso de mercados de balcão organizados, no mercado de balcão pertinente), é necessária para que os valores mobiliários de companhia aberta possam ser negociados no mercado de balcão Para ser listada na BOVESPA, uma companhia deve requerer o registro à BOVESPA e à CVM.

A negociação de valores mobiliários na BOVESPA pode ser interrompida mediante solicitação de uma companhia antes da publicação de fato relevante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da BOVESPA ou da CVM, com base em ou devido a, entre outros motivos, indícios de que a companhia tenha fornecido informações inadequadas com relação a um fato relevante ou forneceu respostas inadequadas a questionamentos feitos pela CVM ou pela BOVESPA.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

GERAL

Segue abaixo sumário descritivo de algumas disposições do nosso Estatuto Social, da Lei das Sociedades por Ações, e das regras da CVM e do Regulamento do Novo Mercado referentes ao capital social da Companhia, administração, informações periódicas e eventuais, bem como de outros aspectos societários que se aplicam a nós.

Este sumário não é exaustivo com relação a qualquer dos assuntos aqui tratados, descrevendo em linhas gerais algumas disposições do Estatuto Social, da Lei das Sociedades por Ações, das regras da CVM e do Novo Mercado.

Celebramos com a BOVESPA o Contrato de Participação no Novo Mercado, pelo qual deveremos cumprir com requisitos diferenciados de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado.

Atualmente, somos uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil, cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Abrahão Gonçalves Braga, 412, Vila Livieiro. Os atos societários de nossa constituição estão devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35.300.339.436.

CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto Preliminar, o nosso capital social era de R$36.981.000,00 milhões, representado por 24.909.430 ações ordinárias, todas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal. De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, o nosso capital social poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, pela emissão de até 80 milhões de ações ordinárias. Os nossos acionistas deverão aprovar em Assembléia Geral qualquer aumento de capital que exceda o limite autorizado. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, não poderemos emitir ações preferenciais nem partes beneficiárias. Todas as informações por ações desta seção foram ajustadas para refletir nos desdobramento de nossas ações na proporção de 1/65, realizado em 8 de fevereiro de 2007.

Em janeiro de 2004, a Serra do Acaraí (detida por MFL, MRC, ETR e MFR) adquiriu, da BSH, o controle da Companhia, por meio da aquisição de 60% das quotas de nossa emissão. Em julho de 2004, a Serra do Acaraí subscreveu aumento de capital da Companhia, por meio do qual sua participação no nosso capital social aumentou para 95%. Em janeiro de 2007, foi aprovada a cisão da Serra do Acaraí, com a transferência à Vale do Rio Verde, Fairfax Participações S.A., Thema Participações Ltda. e Dereck Participações Ltda. (cujos controles são direta ou indiretamente detidos por MFL, MRC, ETR e MFR), às proporções de 37,5%, 32,5%, 25% e 5%, respectivamente, da totalidade das quotas previamente detidas pela Serra do Acaraí no capital social da Companhia, de forma que a Serra do Acaraí retirou-se do nosso quadro de sócios.

Em 07 fevereiro de 2007, a Companhia realizou aumento de capital com a emissão de 122.000 novas ações, representando aproximadamente 32,98%, subscritas pelo Fundo Artésia Série Azul de Investimento em Participações, cujo controle é direta ou indiretamente detido por MFL, MRC, ETR e MFR.

OBJETO SOCIAL

A Companhia tem por objeto social (a) a exploração da indústria e comércio da metalurgia em geral, compreendendo a fabricação de geladeiras, congeladores e similares, montagem e/ou fabricação de máquinas de vendas automáticas, componentes e peças; (b) a prestação de serviços de assistência técnica, para manutenção e reparo dos produtos que a Companhia industrializa e comercializa; (c) a comercialização em geral desses produtos, suas peças, partes ou componentes; (d) a indústria, o comércio, a importação e a exportação de peças e acessórios para refrigeração, refrigeradores, máquinas de vendas automáticas e similares; (e) as representações em geral; e (f) a participação em outras sociedades no Brasil e/ou no exterior, como acionista ou quotista.

NEGOCIAÇÃO EM BOLSAS DE VALORES

As ações ordinárias de nossa emissão serão negociadas no segmento Novo Mercado da BOVESPA, uma entidade sem fins lucrativos, de propriedade das corretoras que dela são membros. As negociações na BOVESPA são realizadas pelas suas corretoras.

A CVM e a BOVESPA possuem autoridade para, discricionariamente, suspender as negociações das ações de emissão de uma companhia aberta específica em determinadas circunstâncias.

Negociações com valores mobiliários de Companhias listadas na BOVESPA, incluindo o Novo Mercado e os Níveis 1 e 2 de Prática Diferenciada de Governança Corporativa, podem, em algumas circunstâncias, ser afetadas pelas operações realizadas no mercado de balcão não organizado.

A liquidação das operações realizadas na BOVESPA ocorre três dias úteis após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por intermédio de câmara de compensação independente. A câmara de compensação da BOVESPA é gerenciada pela CBLC. A CBLC é a contraparte central garantidora das operações realizadas na BOVESPA, realizando a compensação multilateral, tanto para as obrigações financeiras, quanto para as movimentações de títulos. Segundo o regulamento da CBLC, a liquidação financeira é realizada através do Sistema de Transferência de Reservas do BACEN. A movimentação de títulos é realizada no sistema de custódia da CBLC. Tanto as entregas quanto os pagamentos têm caráter final e irrevogável.

DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

ALOCAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Valores Disponíveis para Distribuição

Em cada Assembléia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior, que será objeto de deliberação por nossos acionistas. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, lucro líquido é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os montantes relativos ao imposto de renda e à contribuição social, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores e de quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores no lucro da companhia.

O nosso Estatuto Social prevê que uma quantia equivalente a, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido anual ajustado, conforme reduzido pelas destinações à reserva legal e à reserva para contingências (se houver), e conforme acrescido mediante a reversão de valores da reserva de contingências formada em exercícios anteriores (se houver) e dos lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverá estar disponível para distribuição a título de dividendo ou pagamento de juros sobre o capital próprio, em qualquer ano. Esta quantia representa o dividendo obrigatório. Os cálculos do lucro líquido e alocações para reservas relativas a qualquer exercício social, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são determinados com base nas nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ver "Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio".

Reservas

As reservas de lucros compreendem a reserva legal, a reserva de lucros a realizar, a reserva para contingências, a reserva estatutária e a reserva de retenção de lucros.

Reserva legal

Estamos obrigados a manter reserva legal, à qual deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social até que o valor da reserva seja igual a 20% do capital integralizado. Não obstante, não estamos obrigados a fazer qualquer destinação à reserva legal com relação a qualquer exercício social em que a reserva legal, quando acrescida às outras reservas de capital constituídas, exceder 30% do nosso capital social. Eventuais prejuízos líquidos poderão ser levados a débito da reserva legal. Os valores da reserva legal devem ser aprovados em Assembléia Geral Ordinária de acionistas e podem ser utilizados para aumentar o capital social, não estando, porém, disponíveis para pagamento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2006, não havíamos constituído reserva legal, uma vez que ainda não éramos sociedade por ações.

Reserva de lucros a realizar

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o valor do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma dos seguintes valores: (i) o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial; e (ii) o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a sua realização, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes. Em 31 de dezembro de 2006, não havíamos constituído reserva de lucros a realizar, uma vez que ainda não éramos sociedade por ações.

Reserva para contingências

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, parte do lucro líquido poderá ser destinada à reserva para contingências com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. Qualquer valor assim destinado em exercício anterior deverá ser revertido no exercício social em que a perda que tenha sido antecipada não venha, de fato, a ocorrer, ou deverá ser baixado na hipótese de a perda antecipada efetivamente ocorrer. Em 31 de dezembro de 2006, não havíamos constituído reserva de contingências, uma vez que ainda não éramos sociedade por ações.

Reserva estatutária

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o estatuto social poderá criar reserva estatutária de lucros desde que indique, de modo preciso e completo: (i) a sua finalidade; (ii) fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e (iii) estabeleça o limite máximo da reserva. A alocação dos recursos para reservas estatutárias não poderá ocorrer em prejuízo da distribuição do dividendo mínimo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2006, não havíamos constituído reserva estatutária de lucros, uma vez que ainda não éramos sociedade por ações.

Reserva de retenção de lucros

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Assembléia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital. A destinação de parte do lucro líquido para a reserva de retenção de lucros não pode ocorrer em detrimento do pagamento do dividendo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2006, não possuíamos reserva de retenção de lucros, uma vez que ainda não éramos sociedade por ações.

O saldo das reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar o valor do nosso capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, os nossos acionistas poderão deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do nosso capital social, ou na distribuição de dividendos.

Reserva de capital

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a reserva de capital consiste em ágio na emissão de ações, reserva especial de ágio na incorporação, alienação de partes beneficiárias, alienação de bônus de subscrição, prêmio na emissão de debêntures, incentivos fiscais e doações e subvenções para investimentos. Com a adesão da Companhia ao Novo Mercado, a mesma não poderá emitir partes beneficiárias. O saldo existente na reserva de capital somente poderá ser utilizado para, no caso de companhias listadas no Novo Mercado, incorporação ao capital social, absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; ou resgate, reembolso ou compra de ações. A nossa reserva de capital consiste de reserva de ágio, incentivos fiscais e subvenções para investimentos. As quantias destinadas à nossa reserva de capital não são consideradas para efeito da determinação do dividendo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2006, possuíamos reserva de capital para subvenção para investimento constituída de R$2,3 milhões.

PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Estatuto Social de uma companhia brasileira deve especificar um percentual mínimo do lucro disponível para distribuição que deve ser pago aos acionistas a título de dividendo obrigatório, ainda que ele possa ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio. Em linha com a Lei das Sociedades por Ações, o dividendo obrigatório fixado no Estatuto Social da Companhia equivale a um percentual não inferior a 25% do lucro líquido anual ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O pagamento do dividendo obrigatório, todavia, poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como lucros a realizar (ver "Reserva de Lucros a Realizar"). O cálculo do lucro líquido da Companhia, bem como sua destinação para as reservas de lucro e de capital, é feito com base nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A participação dos administradores no lucro líquido da Companhia não pode exceder a remuneração anual dos administradores ou um décimo dos lucros, o que for menor.

A Lei das Sociedades por Ações permite, entretanto, que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos, caso a Assembléia Geral aprove a recomendação dos órgãos da administração no sentido de que a distribuição seria desaconselhável em vista da nossa condição financeira. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deve dar parecer à recomendação dos órgãos da administração. Nessa hipótese, a nossa administração deverá apresentar justificativa à CVM para a suspensão. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão na forma acima mencionada serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subseqüentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da companhia assim o permita.

Dividendos

Estamos obrigados pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social a realizar Assembléia Geral Ordinária até o quarto mês subseqüente ao encerramento de cada exercício social na qual, entre outras matérias, os acionistas terão que deliberar sobre a distribuição de dividendo anual. O pagamento de dividendos anuais toma por base as demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social imediatamente anterior.

Os titulares de ações na data em que o dividendo for declarado farão jus ao recebimento dos dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento que, em qualquer hipótese, deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que o dividendo tenha sido declarado.

Para reclamar dividendos (ou pagamentos de juros sobre capital próprio) referentes às suas ações, os acionistas têm prazo de três anos, contados da data em que os dividendos ou juros sobre capital próprio tenham sido postos a sua disposição, após o qual o valor dos dividendos ou juros sobre capital próprio não reclamados reverterá em nosso favor.

O nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros apurados em balanço semestral. Adicionalmente, o Conselho de Administração pode determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores a seis meses e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio com base nos lucros apurados em tais balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital previstas no parágrafo 1º do art. 182 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho de Administração poderá, ainda, pagar dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Os pagamentos de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio constituem antecipação do valor de dividendos obrigatórios relativos ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos, ressalvada a hipótese de não haver dividendos obrigatório.

Juros sobre o capital próprio

Desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras estão autorizadas a pagar juros sobre o capital próprio limitados a titulares de participações acionárias e considerar tais pagamentos dedutíveis para efeito do imposto de renda de pessoa jurídica e, desde 1998, também para efeito da contribuição social sobre o lucro líquido. A dedução fica limitada ao que for maior entre (i) 50% do lucro líquido (após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao imposto de renda) do período com relação ao qual o pagamento seja efetuado, e (ii) 50% de lucros acumulados. O pagamento de juros sobre o capital próprio é realizado como forma alternativa de pagamento de dividendos. Os juros sobre o capital próprio ficam limitados à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo, ou TJLP. O valor pago a título de juros sobre o capital próprio, líquido de imposto de renda, poderá ser imputado como parte do valor do dividendo obrigatório. De acordo com a legislação aplicável, somos obrigados a pagar aos acionistas valor suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por eles a título de juros sobre o capital próprio, descontado o pagamento do imposto retido na fonte, acrescida do valor dos dividendos declarados, seja equivalente ao menos ao montante do dividendo obrigatório.

Valores Distribuídos a Título de Dividendos ou Juros Sobre o Capital Próprio

A remuneração dos acionistas efetuadas por nós em 2004, 2005 e 2006 estão indicadas no quadro abaixo:

	2004	**2005**	**2006**
		(em reais mil)	
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	–	1.043	2.040
Saldo dos dividendos	–	–	–
Subtotal	–	1.043	2.040
IRRF dos juros sobre o capital próprio	–	247	360
Total	**–**	**1.650**	**2.400**

Não houve distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos em 2002 e 2003.

Em 5 de janeiro de 2007, os quotistas da Companhia aprovaram, por unanimidade, a distribuição de dividendos no valor de R$25.491 mil, realizada em 23 de março de 2007.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Essa seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa recomendadas no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e adotadas por nós, e deve ser analisada conjuntamente com as seções "Descrição do Capital Social", "Administração" e "Informação sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos". Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, auditores independentes e Conselho Fiscal.

IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, auditores independentes e Conselho Fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (accountability); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por eqüidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, empregados, clientes, fornecedores ou credores. O accountability, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo IBGC objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade; sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a eqüidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, adotamos:

- emissão exclusiva de ações ordinárias;
- política "uma ação igual a um voto";
- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total independência;
- estatuto social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembléia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- convocações de assembléia e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sem a inclusão da rubrica "outros assuntos" e sempre visando a realização de assembléias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- fazer constar votos dissidentes nas atas de assembléias ou reuniões, quando solicitado;
- previsão estatutária de abstenção de voto de acionistas em caso de conflito de interesses;

- vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre acionistas e Companhia;
- dispersão de ações (free float), visando a liquidez dos títulos;
- composição do Conselho de Administração deve ter ao menos 20% de membros independentes (ausente de vínculos com a companhia e com o eventual acionista controlador); e
- previsão estatutária de vedação ao acesso de informações e de direito de voto de conselheiros em situações de conflito de interesse.

NOVO MERCADO

O Novo Mercado é um segmento de listagem da BOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção das práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

Em 2000, a BOVESPA introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação para a negociação de ações em bolsas de valores. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo o máximo de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras do Novo Mercado exigem, além das obrigações impostas pela legislação brasileira em vigor, o atendimento aos seguintes requisitos, entre outros:

- emitir somente ações ordinárias;
- conceder a todos os acionistas o direito de venda conjunta (tag-along), em caso de alienação do nosso Controle acionário, devendo o adquirente do Controle realizar oferta pública de aquisição das ações aos demais acionistas, oferecendo as mesmas condições asseguradas ao alienante do Controle, incluindo o mesmo preço pago por ação do bloco Controlador;
- assegurar que as nossas ações, representativas de, no mínimo, 25% do capital total, estejam em circulação;
- adotar procedimentos de oferta que favoreçam a dispersão acionária;
- cumprir padrões mínimos de divulgação trimestral de informações;
- divulgar as negociações realizadas mensalmente pelos nossos acionistas Controladores, envolvendo valores mobiliários de nossa emissão;
- disponibilizar aos acionistas um calendário de eventos societários;
- limitar o mandato de todos os membros do nosso conselho de administração a, no máximo, 2 anos, podendo ser reeleitos; excepcionalmente e para fins de transição, quando o Poder de Controle da companhia vier a ser exercido de forma difusa, os membros do Conselho de Administração poderão ser eleitos uma única vez com mandato de até 3 anos;
- limitar a composição do Conselho de Administração a, no mínimo, 5 membros, sendo que, no mínimo, 20% deles deverão ser independentes;

- elaborar, a partir do segundo exercício social encerrado após a admissão no Novo Mercado, demonstrações financeiras anuais, inclusive demonstrações de fluxo de caixa, em idioma inglês, de acordo com normas contábeis internacionais, tais como o U.S. GAAP ou o IFRS;
- resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem;
- realizar, pelo menos uma vez ao ano, reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas; e
- em caso de saída do Novo Mercado, para que as ações sejam negociadas fora do Novo Mercado, o acionista controlador deve fazer oferta pública de aquisição das ações em circulação, no mínimo pelo valor econômico apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Saída do Novo Mercado".

Em 2007, alteramos espontaneamente o nosso Estatuto Social para adequá-lo às regras do Novo Mercado e celebrou o Contrato de Participação do Novo Mercado com a BOVESPA, por meio do qual aderiu, em 21 de março de 2007 às regras do Novo Mercado.

ASSEMBLÉIAS GERAIS

Nas Assembléias Gerais regularmente convocadas e instaladas, os nosso acionistas estão autorizados a deliberar sobre as matérias de sua competência, conforme previstas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social. Compete exclusivamente aos nossos acionistas aprovar, na Assembléia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior. Os membros do nosso Conselho de Administração são em regra eleitos em Assembléias Gerais Ordinárias, ainda que de acordo com a Lei das Sociedades por Ações eles possam ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária. Membros do Conselho Fiscal, na hipótese em que a sua instalação tenha sido solicitada por acionistas titulares de quantidade suficiente de ações representativas do capital social, podem ser eleitos em qualquer Assembléia Geral.

Uma Assembléia Geral Extraordinária pode ser realizada ao mesmo tempo em que a Assembléia Geral Ordinária. Compete aos nossos acionistas decidir, exclusivamente em Assembléias Gerais, as seguintes matérias dentre outras:

- reformar o Estatuto Social;
- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;

- autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do art. 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto;
- deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- deliberar sobre a transformação, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação e aprovar o relatório dos atos e operações, e as contas finais, preparados pelo liquidante;
- aprovar a saída da Companhia do Novo Mercado; e
- aprovação de amortização e/ou resgate de ações pela Companhia.

Quorum

Como regra geral, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a Assembléia Geral é instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25% do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do Estatuto Social, o quorum de instalação em primeira convocação será de pelo menos dois terços das ações com direito a voto e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas.

De modo geral, a aprovação de acionistas representando, no mínimo, a maioria das ações com direito a voto dos acionistas que compareceram pessoalmente ou por meio de procurador a uma Assembléia Geral, é necessária para a aprovação de qualquer matéria, sendo que os votos em branco e as abstenções não são levadas em conta para efeito deste cálculo. A aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto é necessária, todavia, para a adoção das seguintes matérias, entre outras:

- redução do dividendo obrigatório;
- mudança do objeto social;
- fusão da Companhia ou incorporação da Companhia em outra sociedade;
- cisão;
- participação em um grupo de sociedades;
- cessação do estado de liquidação; e
- dissolução.

A CVM pode autorizar a redução do percentual de votos necessários à aprovação das matérias acima mencionadas no caso de a companhia aberta com ações dispersas no mercado e cujas três últimas Assembléias tenham sido realizadas com a presença de acionistas representando menos de metade das ações com direito a voto.

Convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as Assembléias Gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial da União ou do Estado em que esteja situada a nossa sede, e em outro jornal de grande circulação. As nossas publicações são atualmente realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como no jornal Folha de S. Paulo, sendo a primeira publicação, no mínimo, quinze dias antes da assembléia, em primeira convocação, e com oito dias de antecedência, em segunda convocação. A Assembléia Geral que tiver por objeto deliberar sobre a nossa saída do Novo Mercado, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 dias de antecedência. A CVM poderá, em determinadas circunstâncias, e a pedido de qualquer acionista, requerer que a primeira convocação para as Assembléias Gerais de acionistas seja feita em até 30 dias antes da realização da respectiva Assembléia Geral. A CVM poderá ainda, a pedido de qualquer acionista, interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação da Assembléia Geral Extraordinária, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à Assembléia. O edital de convocação de Assembléia Geral deverá conter, além do local, data e hora da Assembléia, a ordem do dia e, no caso de reforma do Estatuto Social, a indicação da matéria.

Local da Realização de Assembléia Geral

As nossas Assembléias Gerais são realizadas em sua sede, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Lei das Sociedades por Ações permite que as Assembléias Gerais sejam realizadas fora da sede, nas hipóteses de força maior, desde que elas sejam realizadas na cidade de São Paulo e a respectiva convocação contenha uma indicação expressa e inequívoca do local em que a Assembléia Geral deverá ocorrer.

Competência para Convocar Assembléias Gerais

Compete, normalmente, a qualquer dos membros do nosso Conselho de Administração convocar as Assembléias Gerais, ainda que as mesmas possam ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos:

- qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 60 dias, a convocação contida em previsão legal ou estatutária;
- acionistas que representem 5%, no mínimo, do capital social, caso os administradores deixem de convocar, no prazo de oito dias, uma assembléia solicitada através de pedido de convocação que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado;
- acionistas que representem 5%, no mínimo, do capital social, quando os administradores não atenderem, no prazo de oito dias, um pedido de convocação de assembléia que tenha como finalidade a instalação do Conselho Fiscal; e
- o Conselho Fiscal, caso os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes.

Legitimação e Representação

As pessoas presentes à assembléia geral deverão provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação as quais pretendem exercer o direito de voto, devendo apresentar, com no mínimo 48 horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 dias antes da data da realização da Assembléia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Os nossos acionistas podem ser representados na Assembléia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja nosso acionista, administrador ou por advogado, ou ainda, em companhias abertas, por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados pelo seu administrador.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o nosso Estatuto Social, o nosso Conselho de Administração será composto de, no mínimo cinco e, no máximo, sete membros, sendo que destes, no mínimo 20% devem ser conselheiros independentes. O número dos membros do nosso Conselho de Administração será definido nas Assembléias Gerais de acionistas pelo voto majoritário dos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia. A Lei das Sociedades por Ações permite a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 10% do nosso capital votante, sendo assegurado aos acionistas que detenham, individualmente ou em bloco, pelo menos 15% de nossas ações ordinárias de emissão, o direito de indicar, em votação em separado, um conselheiro. Em não sendo solicitada a adoção do voto múltiplo, os conselheiros são eleitos pelo voto majoritário de acionistas titulares de ações ordinárias, presentes ou representados por procurador. Os membros do nosso Conselho de Administração são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral ordinária para um mandato unificado de 2 exercícios anuais, permitida a reeleição.

Segundo a Instrução da CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, o percentual mínimo do capital votante exigido para que se solicite a adoção do processo de voto múltiplo em companhias abertas pode ser reduzido em função do valor do capital social, variando entre 5% e 10%. Considerando o atual valor do nosso capital social, acionistas representando 8% do nosso capital votante poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros ao Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de nossa emissão. Os membros do Conselho de Administração não estão sujeitos à aposentadoria obrigatória por idade. Ver "Administração – Conselho de Administração" para informações adicionais sobre o Conselho de Administração.

Operações de Interesse para os Conselheiros

A Lei das Sociedades por Ações proíbe um conselheiro de:

- praticar qualquer ato de liberalidade às custas da companhia, salvo por atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a companhia, tendo em vista suas responsabilidades sociais, os quais poderão ser autorizados pelo conselho;
- receber de terceiros, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida através de Assembléia Geral;
- sem prévia autorização da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia, ou usar, em proveito próprio, de terceiros ou de sociedade em que tenha interesse, os seus bens, serviços ou crédito;
- intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores da companhia
- usar em benefício próprio ou de terceiros, com ou sem prejuízo para a companhia, oportunidades comerciais de que tenha conhecimento devido ao exercício do seu cargo;
- omitir-se no exercício ou proteção de direitos da companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da companhia; e
- adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à companhia, ou que esta tencione adquirir.

A remuneração dos conselheiros é fixada pelos acionistas.

CONSELHO FISCAL

Do mesmo modo que o Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, por meio do termo de anuência dos membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado, responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Novo Mercado, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento.

O nosso Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente. Sempre que instalado, o Conselho Fiscal será constituído por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número. Atualmente, possuímos um Conselho Fiscal instalado. O nosso Conselho Fiscal pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por acionistas representando mais de 10% de nosso capital social. Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal que não tenham sido membros da sua composição após no período subseqüente à última Assembléia Geral Ordinária, tal acionista deverá nos notificar por escrito com 5 dias de antecedência em relação à data Assembléia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos. Veja a seção "Administração – Conselho Fiscal".

RESTRIÇÕES À REALIZAÇÃO DE DETERMINADAS OPERAÇÕES POR ACIONISTA CONTROLADOR, CONSELHEIROS E DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, nós, os nossos eventuais acionistas controladores, os membros do nosso Conselho de Administração, os nossos diretores e membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, os membros do nosso comitê e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, bem como qualquer outra pessoa que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, somos proibidos de negociar com valores mobiliários de nossa emissão, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de nossa emissão, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos nossos negócios.

Esta restrição também é aplicável:

- aos membros do Conselho de Administração, diretores e membros do Conselho Fiscal que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos;
- em caso de existência de intenção de promover operações de fusão, incorporação, cisão total ou parcial, ou reorganização societária envolvendo a Companhia;
- à Companhia, caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim;
- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (IAN e DFP) exigidas pela CVM; e
- ao eventual acionista controlador, membros do nosso Conselho de Administração e diretores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia ou por qualquer controlada, coligada ou outra companhia sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

DIREITO DE RECESSO E RESGATE

Direito de Recesso

Qualquer um dos nossos acionistas dissidente de certas deliberações tomadas em Assembléia Geral poderá retirar-se da mesma, mediante o reembolso do valor de suas ações com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de recesso poderá ser exercido, nos seguintes eventos:

- cisão da Companhia;
- redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos acionistas;
- mudança de objeto social;
- fusão ou incorporação em outra sociedade (em situações específicas, conforme descritas abaixo);
- participação em um grupo de sociedades, conforme tal expressão é utilizada na Lei das Sociedades por Ações;
- incorporação de ações na qual a Companhia esteja envolvida, nos termos do Artigo 252 Lei das Sociedades por Ações;
- transformação societária; e
- aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos na Lei das Sociedades por Ações.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece, que a cisão somente ensejará direito de recesso nos casos em que ela ocasionar:

- a mudança do objeto, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do objeto social da Companhia;
- a redução do dividendo obrigatório da Companhia; ou
- a participação da Companhia em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações.

Nos casos de: (i) fusão ou incorporação da Companhia; (ii) na participação em grupo de sociedades; (iii) participação em incorporação de ações nos termos do Artigo 252 Lei das Sociedades por Ações; ou (iv) aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia não terão direito de recesso caso suas ações (a) tenham liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM e (b) tenham dispersão, de forma que o acionista controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob controle comum detenham menos da metade das ações da espécie ou classe objeto do direito de retirada.

O direito de recesso deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contado da publicação da ata da Assembléia Geral que deliberar a matéria que der ensejo a tal direito. Adicionalmente, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de recesso nos 10 dias subseqüentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entender que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco a sua estabilidade financeira.

No caso do exercício do direito de recesso, os acionistas terão direito a receber o valor contábil de suas ações, com base no último balanço aprovado pela Assembléia Geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar levantamento de balanço especial levantado em data não anterior a 60 dias antes da deliberação, para avaliação do valor de suas ações. Neste caso, devemos pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por seus acionistas, e o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembléia Geral.

Resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as ações podem ser resgatadas mediante determinação dos nossos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária, devendo ser aprovado por acionistas que representem, no mínimo, a metade das ações atingidas.

REGISTRO DAS AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA

As ações ordinárias de nossa emissão são mantidas sob a forma escritural junto ao Banco Itaú S.A. A transferência de ações é realizada por meio de um lançamento pelo escriturador em seus sistemas de registro a débito da conta de ações do alienante e a crédito da conta de ações do adquirente, mediante ordem por escrito do alienante ou mediante ordem ou autorização judicial.

DIREITOS DAS AÇÕES ORDINÁRIAS

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, não poderemos emitir ações sem direito a voto ou com direito de voto restrito. Além disso, de acordo com o nosso Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações ordinárias direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações ordinárias, na proporção de suas participações no capital social. No caso de liquidação da Companhia, os acionistas têm o direito de receber os montantes relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia. Titulares de ações ordinárias têm o direito de participar de futuros aumentos de capital na Companhia, na proporção de suas participações no capital social, mas não estão obrigados a subscrever ações nestes aumentos de capital.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social e tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas da Companhia em Assembléias Gerais, podem privar os acionistas dos seguintes direitos:

- direito a participar na distribuição dos lucros;
- direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;
- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas na seção "Direito de Preferência";
- direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; e
- direito de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito na seção "Direito de Recesso e Resgate".

DIREITO DE PREFERÊNCIA

Exceto conforme descrito abaixo, os acionistas possuem direito de preferência na subscrição de ações em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação acionária à época do referido aumento de capital. Os acionistas da Companhia também possuem direito de preferência na subscrição de debêntures conversíveis e em qualquer oferta de ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia. Contudo a conversão de debêntures em ações, a aquisição de ações mediante o exercício do bônus de subscrição e a oferta de opção de compra de ações e seu exercício não estão sujeitos a direito de preferência. Concede-se prazo não inferior a 30 dias contado da publicação de aviso aos acionistas referente ao aumento de capital mediante emissão de ações, a emissão de debêntures conversíveis em ações ou a emissão de bônus de subscrição, para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista. Nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência dos acionistas ou reduzir o prazo para seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou subscrição pública ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle.

ARBITRAGEM

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento do Novo Mercado, no Regulamento de Arbitragem instituído pela BOVESPA, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem.

CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

O cancelamento do registro de companhia aberta só pode ocorrer caso o controlador ou a própria Companhia realize uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, sendo observados os seguintes requisitos:

- que o preço ofertado seja justo, na forma estabelecida em lei; e
- que os acionistas titulares de mais de dois terços das ações em circulação tenham concordado expressamente com o cancelamento do registro ou aceitado a oferta pública, sendo que, para esse fim específico, considera-se ações em circulação apenas aquelas ações cujos titulares tiverem concordado expressamente com o cancelamento do registro ou tiverem se habilitado para o leilão de oferta pública.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada para o cancelamento do registro de companhia aberta deverá corresponder no mínimo ao valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente da Companhia, seus administradores e controladores, bem como do poder de decisão destes, com experiência comprovada, que será escolhida pela Assembléia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o registro de companhia aberta para negociação de ações no mercado de bolsa somente poderá ser cancelado se a Companhia ou seus acionistas controladores formularem oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado, por preço justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações de emissão da Companhia no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM. É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de no mínimo 10% das ações em circulação no mercado requererem aos administradores da Companhia que convoquem assembléia especial dos acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação pelo mesmo ou por outro critério, para efeito de determinação do valor de avaliação da Companhia. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias da divulgação do valor da oferta pública, devidamente fundamentado. Os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação, bem como aqueles que votarem a seu favor, deverão ressarcir a Companhia pelos custos incorridos, caso o novo valor seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta. No entanto, caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a oferta pública deverá obrigatoriamente adotar esse maior valor, a menos que o ofertante desista da oferta pública em função de tal valor superior.

Saída do Novo Mercado

Podemos, a qualquer momento, requerer o cancelamento de nossa listagem no Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembléia Geral por acionistas que representem a maioria presente em assembléia geral, e desde que a BOVESPA seja informada por escrito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência. Tal deliberação deverá especificar se a saída ocorre porque os valores mobiliários por nós emitidos passarão a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou se em razão do cancelamento do nosso registro de companhia aberta. Nossa saída do Novo Mercado não implicará a perda da nossa condição de companhia aberta registrada na BOVESPA.

Quando a saída do Novo Mercado ocorrer (i) para que as ações passem a ter registro de negociação fora do Novo Mercado, ou (ii) em razão da reorganização societária da qual as ações da companhia resultante não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado o acionista controlador ou grupo de acionistas controladores deverá efetivar OPA, observados os termos e condições prescritos na regulamentação. O preço da OPA corresponderá, no mínimo, ao valor econômico apurado, mediante elaboração de laudo de avaliação por sociedade especializada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia seus administradores e/ou acionistas controladores, com experiência comprovada, que será escolhida pela Assembléia Geral, que deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação, conforme abaixo definido, a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação dos acionistas presentes, não se computando os votos do acionista controlador, de seu cônjuge, companheiro (a) e dependentes incluídos na declaração anual de impostos de renda, ações em tesouraria, ações detidas por sociedades controladas ou coligadas da Companhia e outras sociedades que integrem o mesmo grupo econômico de fato ou de direito. Os custos de elaboração de referido laudo deverão ser integralmente suportados pelo ofertante.

Adicionalmente, no caso de saída do Novo Mercado, os acionistas controladores deverão efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico das ações, a ser apurado na forma prevista Regulamento do Novo Mercado, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da OPA deverá ser comunicada à BOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após o recebimento pela Companhia do comunicado de rescisão do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, caso o nosso controle seja alienado nos 12 meses subseqüentes à nossa saída do Novo Mercado, o acionista controlador alienante e o comprador deverão oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo acionista controlador alienante, devidamente atualizado. Ademais, se o preço obtido pelo acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de saída realizada, o acionista controlador alienante e o adquirente ficarão conjunta e solidariamente obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública.

Após uma eventual saída do Novo Mercado, não poderemos solicitar a listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia no Novo Mercado pelo período de dois anos subseqüentes ao cancelamento, a menos que ocorra uma alienação do nosso controle após nossa saída do Novo Mercado.

ALIENAÇÃO DO CONTROLE

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que a alienação do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente obrigue-se a efetivar uma oferta pública de aquisição de ações aos outros acionistas da Companhia, observando as condições e prazos vigentes na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao eventual acionista controlador alienante.

Esta oferta ainda será exigida quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, em que venha resultar na alienação do Controle da Companhia, e em caso de alienação de Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o eventual acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentos que comprovem esse valor.

Segundo o Novo Mercado, aquele que já detiver ações da Companhia e que venha a adquirir o Poder de Controle da Companhia, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, deverá efetivar oferta pública do modelo acima referido, e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos seis meses anteriores à data da alienação de Controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao eventual acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado.

O Estatuto Social da Companhia prevê ainda que o eventual acionista controlador alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações representativas do Controle, enquanto o acionista adquirente, ou aquele que vier a deter o Poder de Controle, não subscrever o termo de anuência dos Controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

O comprador deve ainda, quando necessário, tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, consistente em 25% do total de ações do capital social, dentro dos seis meses subseqüentes à aquisição do Controle. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Alienação de Controle" deste Prospecto.

EXERCÍCIO DO PODER DE CONTROLE DE FORMA DIFUSA

Nosso novo Estatuto Social contém provisão acerca do Exercício do Poder de Controle de Forma Difusa, dispondo que na hipótese de haver o Exercício do Poder de Controle de Forma Difusa: (i) sempre que for aprovado, em Assembléia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembléia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública; e (ii) sempre que for aprovada, em Assembléia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado seja por reorganização societária na qual as ações da Companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado, porém não haja o cancelamento do registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembléia Geral.

Além disso, na hipótese de haver o Exercício do Poder de Controle de Forma Difusa e a BOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Novo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembléia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração. Caso a referida Assembléia Geral Extraordinária não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia. O novo Conselho de Administração eleito na Assembléia Geral Extraordinária deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Novo Regulamento de Listagem do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela BOVESPA para esse fim, o que for menor.

Na hipótese de haver o Exercício do Poder de Controle de Forma Difusa e a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Novo Regulamento de Listagem do Novo Mercado decorrente de: (i) deliberação em Assembléia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e (ii) ato ou fato da administração, a Companhia deverá realizar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas da Companhia. Caso seja deliberada, em Assembléia Geral, a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

REALIZAÇÃO, PELA COMPANHIA, DE OPERAÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES DE EMISSÃO PRÓPRIA

O Estatuto Social autoriza o Conselho de Administração a aprovar a compra, pela Companhia, de ações de sua própria emissão. A decisão de comprar ações de emissão própria para manutenção em tesouraria ou para cancelamento não pode, dentre outras coisas:

- resultar na redução do capital social;
- fazer com que seja necessária a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal, reserva de lucros a realizar, reserva de reavaliação e reserva especial de dividendo obrigatório não distribuído, constantes do último balanço;
- criar, direta ou indiretamente, qualquer demanda, oferta ou condição do preço por ação artificial, ou utilizar-se de qualquer prática injusta, como conseqüência de uma ação ou omissão da Companhia;
- ser utilizada para a compra de ações detidas pelo acionista controlador da Companhia; ou
- ocorrer enquanto estiver em curso oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia.

Compete ao Conselho de Administração da Companhia decidir sobre comprar ações de emissão da Companhia, especificando (i) o objetivo da operação, (ii) a quantidade de ações a serem adquiridas, (iii) o prazo máximo para a realização das operações autorizadas, (iv) a quantidade de ações em circulação no mercado, e (v) nome e endereço das instituições financeiras que atuarão como intermediárias.

A Companhia não pode manter em tesouraria mais do que 10% de suas ações em circulação no mercado, incluindo as ações detidas por suas controladas e coligadas.

Qualquer compra de ações de emissão própria pela Companhia deve ser realizada em bolsa, exceto se as ações somente estiverem admitidas à negociação em mercado de balcão, e não pode ser feita por meio de operações privadas exceto se previamente aprovada pela CVM. A Companhia pode também comprar ações de emissão própria, na hipótese em que a Companhia deixe de ser uma companhia aberta. Adicionalmente, a Companhia pode comprar ou emitir opções de compra ou de venda relacionadas às ações de emissão da Companhia.

Dispersão Acionária em Distribuição Pública

O Regulamento do Novo Mercado estipula que a Companhia deverá envidar melhores esforços com o fim de alcançar dispersão acionária, com adoção de procedimentos especiais, como, por exemplo, garantia de acesso a todos os investidores interessados ou a distribuição a pessoas físicas ou investidores não institucionais de, no mínimo, 10% do total a ser distribuído.

PERCENTUAL MÍNIMO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO APÓS AUMENTO DE CAPITAL

O Regulamento do Novo Mercado prevê que, na ocorrência de um aumento de capital que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, a subscrição total ou parcial de tal aumento de capital pelo acionista controlador obrigá-lo-á tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, de 25% das ações do capital social da Companhia nos 6 meses subseqüentes à homologação da subscrição.

REQUISITOS PARA DIVULGAÇÃO

Tão logo a Companhia se torne uma companhia aberta, deverá atender às exigências relativas à divulgação previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM. Ainda, em função da listagem da Companhia no Novo Mercado, a Companhia deverá também seguir as exigências relativas à divulgação contidas no Regulamento do Novo Mercado.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES EVENTUAIS E PERIÓDICAS

A Lei do Mercado de Valores Mobiliários estabelece que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Esta legislação prevê também a obrigação de arquivar junto à CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de Assembléias Gerais, bem como as cópias das atas destas assembléias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, a Companhia deve observar também os seguintes requisitos de divulgação:

- no máximo seis meses após a obtenção de autorização para listagem de ações de emissão da Companhia no Novo Mercado, deve apresentar demonstrações financeiras da Companhia e demonstrações consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa, a qual deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos;

- a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício social após a obtenção de autorização para listar as ações de emissão da Companhia no Novo Mercado, deve, no máximo quatro meses após o encerramento do exercício social: (i) divulgar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, em reais ou Dólares, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas que informem, inclusive, o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil bem como a proposta da destinação do resultado e parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, em idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e as notas explicativas, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e segundo os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes; e
- a partir da data de divulgação das primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com as disposições previstas acima, no máximo quinze dias após o prazo estabelecido pela legislação para divulgação das informações trimestrais, deve: (i) apresentar, na íntegra, as informações trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) apresentar as demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, de acordo com as disposições acima, acompanhadas de parecer ou de relatório de revisão especial dos auditores independentes.

Informações Trimestrais

No prazo máximo de 6 meses após a obtenção da autorização para listagem de ações de emissão da Companhia no Novo Mercado, a Companhia deverá incluir em suas informações trimestrais, além das informações exigidas pela legislação aplicável, as seguintes informações:

- balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, e comentário de desempenho consolidado, caso a Companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social;
- informe da posição acionária de todo aquele que detiver mais do que 5% do capital social da Companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física;
- informe da quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que o eventual acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal sejam titulares, direta ou indiretamente;
- informe da evolução da participação dos acionistas controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores;
- a demonstração de fluxo de caixa, que deverá ser incluída nas notas explicativas;
- informe da quantidade de ações em circulação e seu percentual em relação ao total de ações emitidas; e
- informe sobre a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória.

As informações relativas à participação superior a 5% do nosso capital social, à quantidade e características das ações da Companhia direta ou indiretamente detidas pelos acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, a evolução do volume de ações detidas por estas pessoas dentro dos 12 meses imediatamente anteriores, e a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória devem também estar incluídas nas Informações Anuais ("IAN") da Companhia, no quadro "Outras Informações Consideradas Importantes para o Melhor Entendimento da Companhia".

DIVULGAÇÃO DE NEGOCIAÇÕES COM AÇÕES REALIZADAS POR ACIONISTA CONTROLADOR, CONSELHEIRO, DIRETOR OU MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as regras da CVM, os diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposições estatutárias, ficam obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à BOVESPA, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia, ou de emissão de suas controladas ou controladores que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem com as alterações em suas posições. Quando se tratar de pessoa física, as informações deverão incluir os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge, companheiro ou dependente incluído em sua declaração de imposto de renda e de sociedade controlada direta ou indiretamente por quaisquer dessas pessoas. A comunicação deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- nome e qualificação do comunicante;
- quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e
- forma, preço e data das transações.

Essas informações devem ser enviadas imediatamente após a investidura no cargo ou quando da apresentação do pedido de registro da companhia como aberta, e no prazo de dez dias a contar do final do mês em que se verificar alteração das posições detidas.

Sempre que os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegem membros do nosso Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como de qualquer pessoa, física ou jurídica, ou grupo de pessoas atuando em conjunto ou representando um mesmo interesse, atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5% ou mais das nossas ações, tais acionistas ou grupo de acionistas deverão comunicar à BOVESPA e à CVM as seguintes informações:

- nome e qualificação do adquirente das ações;
- objetivo da participação e quantidade visada;
- número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e
- indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia.

Tal comunicação também é obrigatória para a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior a 5% das nossas ações, sempre que tal participação se eleve ou reduza em 5%.

DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

De acordo com a Lei do Mercado de Valores Mobiliários, a Companhia deve informar à CVM e à BOVESPA a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos seus negócios. Deve também publicar um aviso sobre tal ato ou fato. Um ato ou fato é considerado relevante se tiver o efeito de influenciar o preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia, a decisão de investidores de negociar os valores mobiliários de emissão da Companhia ou a decisão de investidores de exercer quaisquer direitos na qualidade de titulares de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Em circunstâncias especiais, a Companhia pode submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE

A Companhia possui ainda, conforme a Instrução CVM 358, uma Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

- informação relevante consiste em qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.
- é de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral (através de anúncio publicado em jornal, etc.).
- a Companhia prevê uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.
- todas as pessoas vinculadas (os acionistas Controladores da Companhia, seus diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, se instalado, e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente) deverão assinar termo de adesão à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de indenizar a Companhia e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

INFORMAÇÕES PERIÓDICAS

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre e de cada exercício social, devem incluir, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas" deste Prospecto.

Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Padrões Internacionais

Dispõe o Regulamento do Novo Mercado que, após o encerramento do segundo exercício social após a adesão ao Novo Mercado, a Companhia deverá elaborar (i) demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, as quais deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês. Devem ainda ser acompanhadas do relatório de administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício social segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, no idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas que demonstra a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e segundo os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis, e do parecer dos auditores independentes (registrados na CVM e com experiência comprovada no exame de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS). Veja a seção "Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas" deste Prospecto.

Informações Trimestrais em Inglês ou elaborada de Acordo com os Padrões Internacionais

Conforme esta regra, a Companhia deverá apresentar a íntegra das informações trimestrais traduzida para o idioma inglês ou, então, apresentar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais" deste Prospecto.

Esta apresentação de Informações deverá ser acompanhada de Parecer ou de Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes.

Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR

O Regulamento do Novo Mercado estipula algumas informações complementares que deverão ser apresentadas no ITR. São elas: (i) apresentar, no máximo, 6 (seis) meses após a obtenção pela Companhia da autorização para negociar no Novo Mercado, o balanço patrimonial consolidado, a Demonstração do Resultado Consolidado e o Comentário de desempenho consolidado, se estiver obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao final do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detém mais de 5% do capital social da Companhia, direta ou indiretamente, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, o eventual acionista controlador, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iv) informar a evolução da participação das pessoas mencionadas no item iii, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos doze meses anteriores; (v) incluir em notas explicativas, a demonstração dos fluxos de caixa anteriormente mencionados; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória.

Requisitos adicionais para as Informações Anuais - IAN

São também requisitos do Novo Mercado a inclusão dos itens (iii), (iv), e (vii) do tópico "Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais" nas Informações Anuais da Companhia no quadro "Outras Informações Consideradas Importantes para um Melhor Entendimento da Companhia". Veja a seção "Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais" deste Prospecto.

REUNIÃO PÚBLICA COM ANALISTAS

O Regulamento do Novo Mercado estipula que pelo menos uma vez ao ano, a Companhia deve realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

CALENDÁRIO ANUAL

O Novo Mercado determina que as companhias e os administradores devem enviar à BOVESPA e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, contendo informações sobre a Companhia, o evento, data e hora de sua realização, a publicação e o envio do documento tratado no evento à BOVESPA. Eventuais alterações subseqüentes em relação aos eventos programados deverão ser enviadas à BOVESPA e divulgadas imediatamente.

CONTRATOS COM O MESMO GRUPO

A Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas controladas e coligadas, seus administradores, seu eventual acionista controlador, e, ainda, entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do eventual acionista controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$0,2 milhão, ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia. Veja a seção "Operações com Partes Relacionadas" deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3. ANEXOS

- Declarações de Veracidade das Informações do Prospecto
- Estatuto Social
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de março de 2007, aprovando a Oferta
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de abril de 2007, aprovando o Preço por Ação
- Informações Anuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, somente as informações não constantes do Prospecto

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

METALFRIO SOLUTIONS S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Abrahão Gonçalves Braga nº 412, km. 12,5 da Via Anchieta, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.821.041/0001-08, neste ato representada na forma de seu estatuto social (a "Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária (a "Distribuição Primária") e secundária (a "Distribuição Secundária") de Ações Ordinárias de emissão da Companhia, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e coordenada pelo Banco UBS Pactual S.A. (o "Coordenador Líder") e pelo Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta"), em conformidade com o disposto na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e ainda, com esforços de venda no exterior, com base nas isenções de registro previstas pela *Regulation S* e pela *Rule 144A*, ambas do *Securities Act de 1933* dos Estados Unidos da América (a "Oferta"), sendo que as Ações objeto da Distribuição Primária serão emitidas pela Companhia com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, e as Ações objeto da Distribuição Secundária são de titularidade do Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações ("Acionista Vendedor"), a Companhia declara ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta e, considerando que:

(i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2006 (a "Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de emissão da Companhia (o "Prospecto Definitivo");

(iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (o "Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) além dos documentos a que se refere o item (iii), foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(v) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes a respeito da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 26 de março de 2007.

METALFRIO SOLUTIONS S.A.

Nome: LUIZ EDUARDO MOREIRA CAIO	Nome: ANTONIO ABDALLAH CURY
Cargo: Presidente & CEO	Cargo: Diretor de Engenharia

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.279.477/0001-60 (o "Acionista Vendedor"), na sede da **Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteiras, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora do Fundo, nesse ato representado pelo seu gestor **Artésia Gestão De Recursos S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira, por meio do Ato Declaratório n.º 8.014, de 28 de outubro de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.551, conjunto 1.812, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.597.017/0001-91, por sua vez representada na forma de seu Estatuto Social, no âmbito da oferta pública de distribuição primária (a "Distribuição Primária") e secundária (a "Distribuição Secundária") de Ações Ordinárias de emissão da Metalfrio Solutions S.A. (a "Companhia", as "Ações"), as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e coordenada pelo Banco UBS Pactual S.A. (o "Coordenador Líder") e pelo Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta"), em conformidade com o disposto na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e ainda, com esforços de venda no exterior, com base nas isenções de registro previstas pela *Regulation S* e pela Rule 144A, ambas do *Securities Act de 1933* dos Estados Unidos da América (a "Oferta"), sendo que as Ações objeto da Distribuição Primária serão emitidas pela Companhia com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, e as Ações objeto da Distribuição Secundária são de titularidade do Acionista Vendedor, que declara ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta e, considerando que:

(i) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, suas controladas e suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2006 (a "Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Metalfrio Solutions S.A. (o "Prospecto Definitivo");

(iii) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Metalfrio Solutions S.A. (o "Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) além dos documentos a que se refere o item (iii), foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(v) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos.

Adicionalmente, o Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes a respeito da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 26 de março de 2007.

FUNDO ARTÉSIA SÉRIE AZUL DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES

Nome: Marcelo Faria de Lima
Cargo: Diretor - ARTESIA GESTÃO DE RECURSOS S/A

Nome: Marcio da Rocha Camargo
Cargo: Diretor - ARTESIA GESTÃO DE RECURSOS S/A

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

BANCO UBS PACTUAL S.A., instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, CEP 04538-133, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.306.294/0001-45, representada na forma de seu Estatuto Social ("Coordenador Líder"), vem, no âmbito do pedido de registro oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão de Metalfrio Solutions S.A. ("Companhia"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Ações" e "Oferta"), nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

I. o Coordenador Líder foi assessorado por consultores legais na implementação da Oferta;

II. para realização da Oferta, está sendo realizada auditoria jurídica na Companhia e em suas controladas, iniciada em janeiro de 2007 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");

III. por solicitação do Coordenador Líder, os auditores independentes da Companhia estão participando da revisão do prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e participarão da revisão do Prospecto Definitivo e emitirão para o Coordenador Líder uma carta de conforto substancialmente nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA n.º 12, de 3 de abril de 1997;

IV. a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

V. além dos documentos a que se refere o item IV acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor;

VI. conforme informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram, para análise do Coordenador Líder e dos consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

Banco UBS Pactual S.A. Depto. Jurídico

VII. a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus consultores legais;

O Coordenador Líder declara que (i) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, na sua respectiva data de publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, sobre a Oferta, as Ações, a Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 400/03; e (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, por ocasião do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, e fornecidas ao mercado durante a Oferta, fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, 26 de março de 2007.

BANCO UBS PACTUAL S.A.

Nome: ALEXANDRE D'AVILA MELLO
Cargo: BETTAMIO GUIMARÃES
DIRETOR

Nome: ROBERTO BALLS SALLOUTI
Cargo: DIRETOR

Banco UBS Pactual S/A
Depto. Jurídico

Anexo I à Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Metalfrio Solutions S.A., realizada em 20 de março de 2007.

ESTATUTO SOCIAL DA METALFRIO SOLUTIONS S.A.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A Metalfrio Solutions S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Abrahão Gonçalves Braga, 412, km 12,5 da Via Anchieta, podendo instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios, sucursais, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social (a) a exploração da indústria e comércio da metalurgia em geral, compreendendo a fabricação de geladeiras, congeladores e similares, montagem e/ou fabricação de máquinas de vendas automáticas, componentes e peças; (b) a prestação de serviços de assistência técnica, para manutenção e reparo dos produtos que a Companhia industrializa e comercializa; (c) a comercialização em geral desses produtos, suas peças, partes ou componentes; (d) a indústria, o comércio, a importação e a exportação de peças e acessórios para refrigeração, refrigeradores, congeladores, máquinas de vendas automáticas e similares; (e) as representações em geral; e (f) a participação em outras sociedades ou empreendimentos no Brasil e/ou no exterior, como acionista, sócia ou quotista.

Artigo 4º - A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R$37.698.750,00 (trinta e sete milhões, seiscentos e noventa e oito mil e setecentos e cinqüenta reais), dividido em

24.909.430 (vinte e quatro milhões, novecentas e nove mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias, sem valor nominal.

Artigo 6º - A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 80.000.000 (oitenta milhões) de ações ordinárias.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração fixará as condições da emissão de ações referida no *caput* acima, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de bônus de subscrição.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral, o Conselho de Administração poderá autorizar a Companhia a outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas.

Parágrafo 3º - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 7º - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Artigo 8º - Todas as ações da Companhia serão escriturais, sendo mantidas em conta de depósito junto a instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 9º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o §4º do art. 171 da Lei nº 6.404/76, de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA

SEÇÃO I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 10 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada, nos termos da legislação aplicável ou deste Estatuto.

Artigo 11 - A Assembléia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por acionista ou administrador da Companhia escolhido pela maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente da Assembléia Geral indicar o secretário, que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 12 - Compete à Assembléia Geral, além das atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social:

I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como indicar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração;

II. fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

III. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

IV. reformar o Estatuto Social;

V. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;

VI. aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia;

VII. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

VIII. eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

IX. deliberar o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como a saída do segmento especial de Listagem denominado Novo Mercado ("Novo Mercado") da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA");

X. escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo V deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e

XI. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO

Sub-Seção I
Disposições Gerais

Artigo 13 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo 1º - A investidura dos administradores da Companhia nos seus cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado. Os administradores deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Parágrafo 3º - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Artigo 14 - A Assembléia fixará um limite de remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração individual dos administradores, observado o disposto neste Estatuto.

Artigo 15 - Observada convocação regular na forma deste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo Único - Somente será dispensada a convocação prévia de todos os administradores para reunião, como condição de sua validade, se estiverem presentes todos os membros do órgão a se reunir, admitida, para este fim, verificação de presença mediante apresentação de votos por escrito entregues por outro membro ou enviados à Companhia previamente à reunião.

Sub-Seção II

Conselho de Administração

Artigo 16 - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 05 (cinco) e, no máximo 7 (sete) membros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Na Assembléia Geral Ordinária, os acionistas deverão deliberar qual o número efetivo de membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, sendo que a condição de Conselheiro Independente deverá constar obrigatoriamente na ata da Assembléia Geral de Acionistas que eleger referido(s) membro(s). Quando, em decorrência da observância do percentual referido neste Parágrafo 2º, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5, ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5.

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembléia Geral de Acionistas.

Parágrafo 4º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembléia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento.

Parágrafo 5º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto.

Parágrafo 6º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

Artigo 17 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão indicados pela Assembléia Geral.

Parágrafo 1º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembléias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração e em caso de ausência ou impedimento temporário, essas funções deverão ser exercidas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 2° - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração que não resulte em composição inferior à maioria dos cargos do órgão, de acordo com o número de conselheiros efetivos deliberado pela assembléia Geral, os demais membros do Conselho de Administração poderão (i) nomear substituto(s), que deverão permanecer no cargo até o final do mandato do(s) membro(s) substituído(s); ou (ii) optar por deixar vago(s) o(s) cargo(s) do(s) membro(s) vacante(s), desde que seja respeitado o número de membros previsto no *caput* do Artigo 16.

Parágrafo 3° - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração que resulte em composição inferior à maioria dos cargos do órgão, de acordo com o número de conselheiros efetivos deliberado pela Assembléia Geral, o Conselho de Administração deverá convocar Assembléia Geral para eleger substituto(s) que deverão permanecer no cargo até o final do mandato do(s) membro(s) substituído(s).

Artigo 18 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação no qual haja prova inequívoca da manifestação de voto.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e serem acompanhadas de documentação relativa à ordem do dia.

Parágrafo 2º - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro do Conselho e assinadas pelos conselheiros presentes.

Parágrafo 3º - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Parágrafo 4º - As deliberações do Conselho de Administração serão sempre tomadas pelo voto favorável da maioria dos membros presentes à reunião.

Artigo 19 - Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou no presente Estatuto:

I. Exercer as funções normativas das atividades da Companhia, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembléia Geral ou da Diretoria;

II. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

III. Eleger e destituir os Diretores da Companhia;

IV. Atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores, observado o disposto neste Estatuto;

V. Deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6404/76;

VI. Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

VII. Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

VIII. Escolher e destituir os auditores independentes, necessariamente dentre as 4 (quatro) maiores empresas de auditoria independente (*Big Four*), i.e. PriceWaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e Ernst&Young, a empresa de auditoria independente da Companhia;

IX. Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;

X. Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembléia Geral;

XI. Aprovar os orçamentos anuais da Companhia e suas respectivas alterações;

XII. Manifestar previamente qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembléia Geral;

XIII. Autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

XIV. Deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

XV. Deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição;

XVI. Outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos programas aprovados em Assembléia Geral;

XVII. Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, bem como sobre a emissão de *commercial papers*;

XVIII. Autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, cujo valor seja superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de Reais);

XIX. Aprovar qualquer aquisição ou alienação de bens do ativo permanente, cujo valor seja superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de Reais), ressalvado o disposto no item XX abaixo;

XX. Autorizar a participação da Companhia como acionista ou quotista em outras sociedades, ou a associação da Companhia com outras sociedades para a formação de *joint ventures*;

XXI. Aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros, independentemente de valor e ressalvado o disposto no item XVIII acima;

XXII. Aprovar a obtenção de qualquer financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nome da Companhia, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R$8.000.000,00 (oito milhões de Reais);

XXIII. Definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado;

XXIV. Requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia;

XXV. Aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor seja igual ou superior a R$1.000.000,00 (um milhão de Reais) anuais envolvendo a Companhia e qualquer arte relacionada, direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como parte relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia;

XXVI. Ceder o uso, alienar, transferir ou licenciar qualquer tipo de propriedade intelectual que pertença à Companhia;

XXVII. Deliberar previamente sobre operações de cisão, fusão, incorporação, dissolução ou liquidação, ou qualquer outra operação de reorganização societária com efeitos semelhantes envolvendo qualquer das sociedades controladas da Companhia; e

XXVIII. Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações.

Parágrafo Único – O Conselho de Administração poderá estabelecer alçadas para a Diretoria praticar quaisquer dos atos referidos nos itens XVIII, XIX, XXII e XXV, observados limites de valor por ato ou série de atos.

Sub-Seção III

Da Diretoria

Artigo 20 - A Diretoria será composta de 3 (três) a 7 (sete) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais, se eleitos, um Diretor de Operações, um Diretor Comercial, um Diretor de Engenharia e um Diretor de Desenvolvimento. O cargo de Diretor de Relações com Investidores poderá ser exercido cumulativamente com o cargo de qualquer outro Diretor, conforme determinação do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Os Diretores serão eleitos para mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

Parágrafo 3º - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo o Conselho de Administração deverá ser imediatamente convocado para eleição de substituto.

Parágrafo 4º - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a trinta dias, exceto se autorizada pelo Conselho de Administração, determinará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no parágrafo 3º deste artigo.

Parágrafo 5º - Um Diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro Diretor.

Parágrafo 6º - A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer dois membros em conjunto, sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões da Diretoria, que realizar-se-ão na sede social, serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, dentre eles necessariamente o Diretor Presidente ou a maioria absoluta dos membros da Diretoria, sendo as respectivas deliberações tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvado que no caso de empate, será atribuído ao Diretor Presidente o voto qualificado para aprovar ou rejeitar a matéria em discussão. Serão lavradas no Livro competente atas com as correspondentes deliberações.

Artigo 21 - Compete aos Diretores administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;

II. Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

III. Submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual da Companhia;

IV. Apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas;

V. Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar útil ou necessário; e

VI. Representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 29.

Artigo 22 - Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções,

atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

II. Superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

III. Coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia;

IV. Anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e

V. Administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Artigo 23 - Compete ao Diretor Financeiro, além das funções, atribuições e poderes a ele concedidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. Propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia;

II. Administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e

III. Dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária.

Artigo 24 - Compete ao Diretor de Relações com Investidores prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, e manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas.

Artigo 25 - Compete ao Diretor de Operações, além das funções, atribuições e poderes a ele concedidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. Coordenar e fiscalizar as atividades operacionais ligadas à manufatura, qualidade e controle de produção, bem como o gerenciamento dos processos afetos à operação e manutenção;

II. Manter o Diretor Presidente e os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades operacionais da Companhia e o andamento de suas operações;

III. Definir diretrizes para a operação e manutenção dos processos operacionais da Companhia, supervisionando a execução dessas atividades; e

IV. Estabelecer proposta de estratégia tecnológica de longo prazo para o desenvolvimento industrial.

Artigo 26 - Compete ao Diretor Comercial, além das funções, atribuições e poderes a ele concedidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. Desenvolver políticas, planos e relacionados às necessidades dos clientes da Companhia e do mercado;

II. Supervisionar e contribuir para a atuação da área de vendas e relacionamento com o consumidor, inclusive no tocante à pós-venda; e

III. Propor e supervisionar a implementação da estratégia de vendas, incluindo material publicitário, política de preços, área geográfica de atuação, análise de mercado, atendimento à clientes e todos as demais atribuições necessárias no relacionamento com os clientes.

Artigo 27 - Compete ao Diretor de Engenharia, além das funções, atribuições e poderes a ele concedidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. Coordenar e fiscalizar as atividades operacionais ligadas à engenharia de produtos, bem como o gerenciamento de processos correlatos; e

II. Definir diretrizes de design, operação e montagem de produtos.

Artigo 28 - Compete ao Diretor de Desenvolvimento, além das funções, atribuições e poderes a ele concedidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração:

I. Coordenar e fiscalizar as atividades operacionais ligadas ao desenvolvimento tecnológico, bem como o gerenciamento de processos correlatos; e

II. Definir diretrizes de pesquisa e desenvolvimento de produtos.

Artigo 29 - A Companhia será representada da seguinte forma:

(a) por dois diretores em conjunto, sendo um deles necessariamente o Diretor Financeiro;

(b) por qualquer diretor ou procurador, para a prática de atos que envolvam exclusivamente a representação da Companhia em processos judiciais e/ou administrativos, inclusive para a outorga de procurações para fins de representação da Companhia em citados processos;

(c) pelo Diretor Financeiro, em conjunto com um procurador com poderes específicos; e

(d) por um ou mais procuradores com poderes específicos, nos termos do Parágrafo Único abaixo.

Parágrafo Único – As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia pelo Diretor Financeiro em conjunto com qualquer outro Diretor, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano. As procurações para fins de representação judicial ou para fins de representação perante repartições aduaneiras, Receita Federal, Secretarias Estaduais da Fazenda, Prefeituras, INSS, FGTS, Delegacias Regionais do Trabalho, Delegacias de Polícia, órgãos de proteção e defesa do consumidor, dentre outros órgãos públicos, excepcionalmente, poderão ser outorgadas por quaisquer dois Diretores, em conjunto. Apenas as procurações para fins de representação judicial serão outorgadas sem limitação do prazo de validade.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 30 - O Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições estabelecidas em lei, será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com as disposições legais.

Parágrafo 2º - A posse dos membros do Conselho Fiscal é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Os membros do Conselho Fiscal deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 31 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado da BOVESPA:

(a) balanço patrimonial;
(b) demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
(c) demonstração do resultado do exercício; e
(d) demonstração das origens e aplicações de recursos.

Parágrafo 2º - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na legislação aplicável.

Parágrafo 3º - O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
(b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 32 deste Estatuto e a legislação aplicável;
(c) constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nos termos da Lei nº 6.404/76.

Artigo 32 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

I. o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

II. o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembléia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76).

Parágrafo 2º - A Assembléia poderá atribuir aos administradores da Companhia ou de suas sociedades controladas uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo mínimo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores *ad referendum* da Assembléia Geral; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4º - Os dividendos não reclamados em três anos prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 5° - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO V

DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CONTROLE DIFUSO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 33 - Caso ocorra a alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Artigo 34 - A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:

I. nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou

II. em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 35 - Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle acionário, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

I. efetivar a oferta pública referida no Artigo 33 deste Estatuto Social; e

II. ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação de controle, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pelo IPCA.

Artigo 36 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, conforme o Artigo 41 desse Estatuto Social.

Artigo 37 - Caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem: (i) a saída da Companhia do Novo Mercado, de modo que suas ações deixem de ter registro no Novo Mercado, ou (ii) a reorganização societária da qual a Companhia resultante não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o acionista, ou grupo de acionistas, que detiver o poder de controle da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação, respeitados os requisitos constantes da Seção X do Regulamento de Listagem do Novo Mercado e os constantes do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e observada a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo 8º da Lei nº 6.404/76.

Artigo 38 - Na hipótese de haver Controle Difuso:

I. sempre que for aprovado, em Assembléia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a Companhia deverá efetivar a oferta pública de aquisição de

ações referida no artigo 36, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembléia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública;

II. sempre que for aprovada, em Assembléia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária conforme previsto no Artigo 37 (ii) deste Estatuto Social, a oferta pública de aquisição de ações referida no artigo 37 deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Para fins deste Estatuto Social, o termo "Controle Difuso" significa o exercício do poder de controle por acionista detentor de menos de 50% (cinqüenta por cento) do capital social da Companhia. Significa, ainda, o poder de controle quando exercido por grupo de acionistas detentor, em conjunto, de percentual superior a 50% (cinqüenta por cento) do capital social, em que cada acionista detenha individualmente menos de 50% (cinqüenta por cento) do capital social, e desde que estes acionistas não sejam signatários de acordo de votos e não estejam sob controle comum e nem atuem representando interesse comum.

Artigo 39 - Na hipótese de haver Controle Difuso e a BOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa do Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembléia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Caso a Assembléia Geral Extraordinária referida no *caput* deste Artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia.

Parágrafo 2º - O novo Conselho de Administração eleito na Assembléia Geral Extraordinária referida no *caput* e no Parágrafo 1º deste Artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela BOVESPA para esse fim, o que for menor.

Artigo 40 - Na hipótese de haver Controle Difuso e a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado da BOVESPA, então: (i) caso o descumprimento decorra de deliberação em Assembléia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento e (ii) caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração, a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas da Companhia. Caso seja deliberada, em assembléia geral, a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia, a oferta pública deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Artigo 41 - O laudo de avaliação de que tratam os artigos 36 e 37 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo de referida Lei.

Parágrafo 1º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos das ações em circulação presentes na Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Parágrafo 2º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 42 - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o comprador do poder de controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, a que alude o Regulamento do Novo Mercado. A Companhia tampouco registrará acordo de acionista que disponha sobre o exercício do poder de controle enquanto seus signatários não subscreverem o referido Termo de Anuência dos Controladores.

Artigo 43 – A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo V, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Artigo 44 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei n° 6.404/76.

CAPÍTULO VI

DA ARBITRAGEM

Artigo 45 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO VII

DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 46 - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembléia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 47 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.

Artigo 48 - As disposições contidas no Parágrafo 2º do Artigo 13, Parágrafo 2º do Artigo 16, Parágrafo 2º do Artigo 30 e Capítulo V deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início de distribuição pública, referente à oferta pública primária e secundária de ações de emissão da Companhia, objeto do pedido de registro, processo nº RJ/2007/01269, protocolado junto à CVM em 14 de fevereiro de 2007.

Artigo 49 – Não obstante o disposto no Artigo 16 acima, exclusivamente enquanto não se der a adesão da Companhia ao Novo Mercado da BOVESPA, o Conselho de Administração da Companhia poderá ser composto de 3 (três) a 7 (sete) membros.

Marcelo Faria de Lima
Presidente

Marcio da Rocha Camargo
Secretário

METALFRIO SOLUTIONS S.A.

CNPJ/MF Nº 04.821.041/0001-08
NIRE 35.300.339.436

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2007

Data, hora e local: 22 de março de 2007, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Abrahão Gonçalves Braga nº 412, km. 12,5 da Via Anchieta. **Convocação e presenças:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente, Sr. Marcelo Faria de Lima; Secretário, Sr. Erwin Theodor Herman Louise Russel. **Ordem do Dia: (i)** autorização para a realização de Oferta Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado e em regime de garantia firme de liquidação, sob a coordenação do Banco UBS Pactual S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. ("Coordenador" e em conjunto com o Coordenador Líder ("Coordenadores"), e ainda, com esforços de venda no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em conformidade com o disposto nas isenções de registro previstas na *Rule 144A* e na *Regulation S*, ambas do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América; **(ii)** autorização para o aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado, nos termos do seu Estatuto Social, mediante a emissão de novas Ações; **(iii)** emissão e alienação de 20.730.000 Ações, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, sendo 12.800.000 novas ações a serem emitidas pela Companhia, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social ("Oferta Pública Primária") e 7.930.000 Ações de titularidade do Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações ("Acionista Vendedor" e "Oferta Pública Secundária", respectivamente, e em conjunto com a Oferta Pública Primária, a "Oferta"), por meio de distribuição pública primária e secundária, em mercado de balcão não-organizado, a ser realizada no Brasil, conforme os procedimentos da Instrução CVM 400, e com esforços de venda no exterior, com base em isenções de registro previstas no *Securities Act* e regulamentos editados pela *Security and Exchange Commission* ("SEC"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de qualquer registro de distribuição e colocação das Ações no exterior, inclusive nos Estados Unidos da América. Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações junto à SEC ou qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto a CVM, no Brasil. A Oferta compreenderá a Oferta Pública Primária de, inicialmente 12.800.000 Ações representativas de novas Ações e a Oferta Pública Secundária de 7.930.000 Ações de titularidade do Acionista Vendedor, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, ambas a serem realizadas no Brasil, em conformidade com a Instrução CVM 400. A totalidade das

Ações será distribuída no Brasil pelas instituições participantes da Oferta, em regime de garantia firme de liquidação. Simultaneamente à distribuição pública das Ações no Brasil, serão realizados pelo UBS Securities LLC e pelo Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated ("Agentes de Colocação Internacional") esforços de venda das Ações a investidores qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos, por meio de oferta isenta dos requisitos de registro do *Securities Act*, e nos demais países (exceto nos Estados Unidos), com base no Regulamento S, ambas do *Securities Act*. Os referidos esforços de venda nos Estados Unidos visarão exclusivamente investidores institucionais qualificados, conforme definidos pela Regra 144A do *Securities Act* e que prestem aos Agentes de Colocação Internacional declaração formal de sua qualificação. Os investidores estrangeiros, junto aos quais serão conduzidos esforços de venda no exterior, deverão ser registrados na CVM, nos termos previstos na Instrução CVM nº 325 e na Resolução CMN nº 2.689. As Ações objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional serão obrigatoriamente subscritas, liquidadas e pagas junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 ("Lei do Mercado de Capitais"). Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida das Ações do lote suplementar, equivalentes a até 15% (quinze por cento) das Ações inicialmente ofertadas ("Lote Suplementar"), conforme a Opção de Ações do Lote Suplementar outorgada pela Companhia aos Coordenadores para a subscrição das Ações do Lote Suplementar, as quais serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta e, serão subscritas nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas. A Opção de Ações do Lote Suplementar poderá ser exercida, total ou parcialmente, pelo Coordenador Líder, após consulta ao Coordenador, no prazo de até 30 dias a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública primária e secundária de Ações da Companhia ("Anúncio de Início"). Sem prejuízo da Opção de Ações do Lote Suplementar, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá, a critério da Companhia, ser aumentada em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais"), conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º da Instrução CVM 400; **(iv)** o preço por Ação ("Preço por Ação") deverá ser fixado após (a) a efetivação dos pedidos de reserva; e (b) a finalização do procedimento de *bookbuilding*, a ser realizado pelos Coordenadores, conforme o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400; **(v)** a realização pelo Coordenador Líder, por intermédio da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, de operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na BOVESPA, durante um período de até 30 (trinta) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início. Para tal fim, será celebrado Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações de Emissão da Metalfrio Solutions S.A., a ser previamente aprovado pela CVM e pela Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA"); **(vi)** a confecção e impressão do Prospecto Preliminar e do *Preliminary Offering Memorandum* e a realização de *road show* relativo ao esforço de colocação das Ações, no Brasil e no exterior, de acordo com o calendário a ser definido pelos Coordenadores; **(vii)** a listagem das ações da Companhia no Novo Mercado da BOVESPA; **(viii)** a autorização para os membros da Diretoria tomarem todas as

providências e praticar todos os atos necessários à consecução do aumento de capital social da Companhia ora aprovado, dentro do seu limite de capital autorizado, bem como negociarem e assinarem, em nome e por conta da Companhia, todos os documentos e contratos necessários à realização da Oferta, incluindo o Contrato de Distribuição, o Contrato de Estabilização e o *Placement Facilitation Agreement*, além de tomarem todas as medidas necessárias para a consecução da Oferta; **(ix)** estabelecer que as Ações da Oferta deverão ser integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional; **(x)** estabelecer que as Ações objeto da Oferta farão jus ao recebimento de dividendos que forem declarados pela Companhia a partir da data de sua subscrição e a todos os demais benefícios que forem conferidos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de condições com as demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e do Estatuto Social da Companhia; e **(xi)** ratificar todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à realização da Oferta. **Deliberações tomadas por unanimidade**: Foram aprovadas as matérias discutidas nos itens **(i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (ix), (x)** e **(xi)** acima. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida, e por todos assinada. **Assinaturas:** **Mesa**: Presidente: Marcelo Faria de Lima; e Secretário: Erwin Theodor Herman Louise Russel. **Membros do Conselho de Administração**: Marcelo Faria de Lima, Erwin Theodor Herman Louise Russel, Luiz Otávio Coutinho Muniz, Ricardo Reisen de Pinho, Serkan Güleç (p.p. Marcelo Faria de Lima) e Marcio da Rocha Camargo.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 22 de março de 2007.

Mesa:

Marcelo Faria de Lima
Presidente

Erwin Theodor Herman Louise Russel
Secretário
p.p. **Marcelo Faria de Lima**

METALFRIO SOLUTIONS S.A.
CNPJ/MF n.º 04.821.041/0001-08
NIRE 35.300.339.436

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2007

1. **Local, hora e data:** Na sede social da Metalfrio Solutions S.A. ("Companhia"), situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Abrahão Gonçalves Braga nº 412, km. 12,5 da Via Anchieta, às 18:00 horas do dia 11 de abril de 2007.

2. **Presenças**: A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. **Mesa**: Presidente: Sr. Marcelo Faria de Lima. Secretário: Sr. Erwin Theodor Herman Louise Russel.

4. **Ordem do dia**: Deliberar sobre: (i) aprovação do aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, no âmbito da oferta pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações") realizada no Brasil e com esforços de venda no exterior; (ii) fixação do preço de emissão das Ações objeto do aumento de capital social e respectiva justificativa; (iii) exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição das novas ações; (iv) determinação da forma de subscrição e integralização das ações a serem emitidas; (v) determinação dos direitos das Ações; (vi) aprovação do Prospecto Definitivo utilizado na distribuição pública primária; e (vii) destinação dos recursos a serem auferidos pela Companhia em decorrência do aumento de capital.

5. **Deliberações tomadas por unanimidade**: Foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos:

(i) Foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$ 243.200.000,00 (duzentos e quarenta e três milhões, duzentos mil reais) o qual passará de R$ 37.698.750,00 (trinta e sete milhões, seiscentos e noventa e oito mil, setecentos e cinqüenta reais) para R$ 280.898.750,00 (duzentos e oitenta milhões, oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e cinqüenta reais), mediante a emissão de 12.800.000 (doze milhões e oitocentas mil) novas ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, que serão objeto de distribuição pública primária a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado e em regime de garantia firme de liquidação e, ainda, com esforços de venda no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados, conforme definido na *Rule* 144A editada pela *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act* de 1933 ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act* e, nos demais países, de acordo

com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com a *Regulation* S editada pela SEC ("Oferta");

(ii) Foi aprovado o preço por Ação de R$ 19,00 (dezenove reais). O preço de emissão foi calculado com base no critério de valor de mercado, após a realização de *road show* e a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*) realizado pelas instituições financeiras coordenadoras da Oferta, tendo sido consideradas as intenções dos investidores institucionais para a subscrição e aquisição das Ações da Oferta, em consonância com as disposições do §1º, III e §7º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, sendo este o critério mais apropriado para determinar o preço justo das Ações da Oferta;

(iii) Foi aprovada a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações da Oferta, em conformidade com o disposto no artigo 172 da Lei nº 6.404/76;

(iv) As Ações da Oferta deverão ser integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional;

(v) Foi aprovado que as Ações objeto da Oferta farão jus ao recebimento de dividendos que forem declarados pela Companhia a partir da data de sua subscrição e a todos os demais benefícios que forem conferidos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de condições com as demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e do Estatuto Social da Companhia;

(vi) Foi aprovado o inteiro teor do Prospecto Definitivo utilizado na Oferta; e

(vii)Foi aprovada a utilização dos recursos a serem obtidos mediante o aumento de capital pela Companhia para, principalmente, (a) potenciais aquisições; (b) dispêndios de capital; e (c) capital de giro.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pela totalidade dos presentes e pelo Presidente e Secretário da Mesa. São Paulo, 11 de abril de 2007. **Assinaturas**: Mesa: Presidente da Mesa: Marcelo Faria de Lima. Secretário: Erwin Theodor Herman Louise Russel. Membros do Conselho de Administração presentes: Marcelo Faria de Lima, Erwin Theodor Herman Louise Russel, Luiz Otávio Coutinho Muniz, Ricardo Reisen de Pinho, Serkan Güleç (p.p. Marcelo Faria de Lima) e Marcio da Rocha Camargo.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 11 de abril de 2007.

Erwin Theodor Herman Louise Russel
Secretário

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
999999	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04821041000108

4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL METALFRIO SOLUTIONS S.A
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR METALFRIO SOLUTIONS LTDA
6 - NIRE 35.300.339.436
7 - SITE www.metalfrio.com.br

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO	2 - BAIRRO OU DISTRITO
Av. Abrahão Gonçalves Braga,412	Vila Livieiro

3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF
04186-220	São Paulo	SP

6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
11	6333-9000	-	-	

11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX
11	6333-9195	-	-

15 - E-MAIL ri@metalfrio.com.br

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME Luiz Eduardo Moreira Caio
2 - CARGO Diretor Presidente e DRI

3 - ENDEREÇO COMPLETO	4 - BAIRRO OU DISTRITO
Av. Abrahão Gonçalves Braga, 412	Vila Livieiro

5 - CEP	6 - MUNICÍPIO	7 - UF
04186-220	São Paulo	SP

8 - DDD	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFONE	12 - TELEX
11	6333-9002	-	-	

13 - DDD	14 - FAX	15 - FAX	16 - FAX
11	6333-9196	-	-

17 - E-MAIL ri@metalfrio.com.br

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME Banco Itaú S.A
19 - CONTATO Sra. Rosana

20 - ENDEREÇO COMPLETO	21 - BAIRRO OU DISTRITO
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 - 9º Andar	Jabaquara

22 - CEP	23 - MUNICÍPIO	24 - UF
04344-902	São Paulo	SP

25 - DDD	26 - TELEFONE	27 - TELEFONE	28 - TELEFONE	29 - TELEX
11	5029-1919	-	-	

30 - DDD	31 - FAX	32 - FAX	33 - FAX
11	5029-1917	-	-

34 - E-MAIL rosana.souza@itau.com.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37- UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01				-	-
02				-	-
03				-	-
04				-	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Luiz Eduardo Moreira Caio				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Abrahão Gonçalves Braga,412			3 - BAIRRO OU DISTRITO Vila Livieiro	
4 - CEP 04186-220	5 - MUNICÍPIO São Paulo			6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 6333-9001	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 11	13 - FAX 6333-9195	14 - FAX -	15 - FAX -	
16 - E-MAIL ri@metalfrio.com.br				
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM	18 - CPF 033.505.328-96	18 - PASSAPORTE		

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL
01/01/2006	31/12/2006

3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO
01/01/2007	31/12/2007

5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	6 - CÓDIGO CVM
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	00385-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	**8 - CPF DO RESP. TÉCNICO**
Eduardo Jorge Costa Martins	066.557.558-08

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO

[ ] BVBAAL	[ ] BVMESB	[ ] BVPR	[ ] BVRJ	[ ] BVST
[ ] BVES	[ ] BVPP	[ ] BVRG	[X] BOVESPA	

2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO
Bolsa

3 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional

4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE
1070 - Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças

5 - ATIVIDADE PRINCIPAL	6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES
Fabricação e comercialização de geladeiras, congeladores e similares, de máquinas de vendas automáticas, componentes e peças.	NÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Nacional Holding

2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.

X	Ações		Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
	Debêntures Conversíveis em Ações		Notas Promissórias (NP)
	Ações Resgatáveis		BDR
	Partes Beneficiárias		Outros
	Debêntures Simples		DESCRIÇÃO
	Bônus de Subscrição		
	Certificado de Investimento Coletivo (CIC)		

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	Diário Oficial	SP
02	Folha de São Paulo	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
14/02/2007	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	Marcelo Faria de Lima	715.269.947-04	19/01/2007	1 ano	2	NÃO	20	Presidente do Conselho de Administração
02	Erwin Theodor Herman Louise Russel	213.738.288-11	19/01/2007	1 ano	2	NÃO	21	Vice Presidente Cons. de Administração
03	Luiz Otávio Coutinho Muniz	823.417.967-53	19/01/2007	1 ano	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
04	Ricardo Reisen de Pinho	855.027.907-20	19/01/2007	1 ano	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
05	Luiz Eduardo Moreira Caio	033.505.328-96	19/01/2007	3 anos	1		19	Diretor Presidente e DRI
07	Eduardo Bartoli de Noronha	201.886.998-13	19/01/2007	3 anos	1		19	Diretor de operações
08	Fabio Elieser Figueredo	134.523.458-90	19/01/2007	3 anos	1		19	Diretor Comercial
09	Antonio Abdallah Cury	522.975.518-00	19/01/2007	3 anos	1		19	Diretor de Engenharia
10	Vicente Antonio Justo	174.286.868-14	19/01/2007	3 anos	1		19	Diretor de Desenvolvimento
11	Steven Michael Pease	385.291.067-68	12/03/2007	3 anos	1		19	Diretor Financeiro
12	Serkan Guleç	111.111.111-11	28/02/2007	1 ano	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
13	Marcio da Rocha Camargo	101.537.718-10	15/03/2007	1 ano	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
AGE	20/03/2007	12	0	NÃO	NÃO

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)	15 - PERCENTUAL
NÃO	0	0,00	0	0,00	0	0,00

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001	Fundo Artesia Serie Azul de Inv. em Part	05.597.017-0001/91	Brasileira	SP
002	Vale do Rio Verde Consult e Part Ltda	04.422.992-0001/04	Brasileira	SP
003	Fairfax Participações S.A	08.563.326-0001/39	Brasileira	SP
004	Thema Participações Ltda	08.489.851-0001/51	Brasileira	SP
997	AÇÕES EM TESOURARIA			
998	OUTROS			
999	TOTAL			

1 - ITEM	6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
001	7.930.000	31,84	0	0,00	7.930.000	31,84			NÃO
002	5.711.355	22,93	0	0,00	5.711.355	22,93	21/01/2007		NÃO
003	3.807.570	15,29	0	0,00	3.807.570	15,29	21/01/2007		NÃO
004	4.949.880	19,87	0	0,00	4.949.880	19,87	21/01/2007		NÃO
997	0	0,00	0	0,00	0	0,00			
998	2.510.625	10,07	0	0,00	2.510.625	10,07			
999	24.909.430	100,00	0	0,00	24.909.430	100,00			

1 - ITEM	15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	19/01/2007	36.981	0	Conversão de Ltda para S.A	0	0,0000000000
02	07/02/2007	36.981	12.200	Subscrição Particular em Dinheiro	122	100,0000000000
03	28/02/2007	37.699	718	Subscrição em Bens ou Créditos	872	0,8233000000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA APROVAÇÃO	3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais)	4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais)	5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Mil)	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Mil)
01	08/02/2007			370	24.909

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
80.000	0	19/01/2007

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
01	ORDINÁRIAS		80.000.000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RD	29/07/2005	31/12/2005	11.210	3,2283000000	ORDINÁRIA		800	01/08/2005
02	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RD	30/11/2005	31/12/2005	11.210	3,4300000000	ORDINÁRIA		850	30/11/2005
03	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RD	31/05/2006	31/12/2006	16.989	4,0353000000	ORDINÁRIA		1.000	31/05/2006
04	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RD	30/11/2006	31/12/2006	16.989	5,6495000000	ORDINÁRIA		1.400	31/12/2006

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
01	ORDINÁRIA		100,00	NÃO		PLENO	0,00		

10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE
		0,00	0,00000			

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
20/03/2007	25,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
NÃO	0	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2006

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2005

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2004

4- ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	16.989	11.210	2.338
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)		
11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	13 - QTD. AÇÕES PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)

01	LIFE CYCLE ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA	07.302.398/0001-60	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,98	99,98
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2006	31/12/2006		55.800.061
		0			0
02	METALFRIO SOLUTIONS A.S	. . / -	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	100,00	100,00
SEGURADORA		07/07/2006	31/12/2006		10.000.000
		0			0
03	LÍDER METALFRIO SOLUTIONS SOGUTMA SANAYI	. . / -	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	75,00	75,00
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		05/06/2006	31/12/2006		1.424.998
		0			0
04	METALFRIO SOLUTIONS INC.	. . / -	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	100,00	100,00
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		11/12/2006	31/12/2006		1.000
		0			0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	Frezeers e refrigeradores Verticais (Bebidas, sorvetes, etc)	51,00
02	Freezers e refrigeradores Horizontais (Sorvetes, chest, etc)	36,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
01	Coompressores	NÃO	0	SIM	SIM
02	Compressores	NÃO	0	SIM	SIM
03	Aço	NÃO	0	SIM	SIM
04	Aço	NÃO	0	SIM	SIM
05	Vidro	NÃO	0	SIM	SIM
06	Produtos Químicos	NÃO	0	SIM	SIM
07	Produtos Quimicos	NÃO	0	SIM	SIM

7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR	9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
Empresa Brasileira de Compressores S.A	NÃO LIGADO	9,00
Tecumseh do Brasil Ltda	NÃO LIGADO	10,00
CSN Cia Siderurgica Nacional	NÃO LIGADO	11,00
Usinas Siderúrgica Minas Gerais	NÃO LIGADO	7,00
Schoot Glaverbel do Brasil Ltda	NÃO LIGADO	3,00
Bayer S.A.	NÃO LIGADO	3,00
Basf Poliuretanos Ltda	NÃO LIGADO	3,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

10.03 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

1- ITEM	2- ITEM	3 - NOME DO PRODUTO/ NOME DO CLIENTE	4 - % DE PARTICIPAÇÃO DO CLIENTE NA RECEITA LÍQUIDA
001		Freezers Verticais	
001	001	Cia Brasileira das Américas - Ambev	18,00
001	002	Spal Industria Brasileira de Bebidas S/A	5,00
001	003	Refrigerantes Minas Gerais	3,00
002		Frezeers e Refrigeradores Horizontais	
002	001	Martins Com. Serv Distribuição S.A	3,50
002	002	Casas Bahia Comercial Ltda	3,00
002	003	Globex Utilidades S.A.	2,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	METALFRIO SOLUTIONS S.A.	04.821.041/0001-08

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO								
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO	
14 - OBSERVAÇÃO										
01	Própria	Av. Principal S/N								
Três Lagoas	MS	120.000,000	5.000,000	1	SIM	NÃO	NÃO			
Filial de Mato Grosso do Sul										
02	Alugada	Av. Abrahão Gonçalves Braga								
São Paulo	SP	30.000,000	25.000,000	45	SIM	NÃO	SIM	01/01/2007	31/12/2007	
Sede da Filial da Companhia										

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstrações Financeiras da Metalfrio Solutions Ltda. (atual Metalfrio Solutions S.A.) e de suas controladas, controladora e consolidado, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e respectivo parecer dos auditores independentes e Relatório da Administração para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Metalfrio Solutions Ltda.

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006, de 2005 e de 2004 e Parecer dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Alexandre Dumas, 1981
04717-906 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Cotistas da
Metalfrio Solutions Ltda.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Metalfrio Solutions Ltda. ("Companhia") e de suas controladas, controladora e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metalfrio Solutions Ltda. e de suas controladas, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 haviam sido preparadas anteriormente, sobre as quais emitimos pareceres sem ressalvas, datados de 10 de fevereiro de 2006 e 9 de março de 2005, respectivamente. Adicionalmente, para atender ao processo de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a Administração decidiu alterar a redação de algumas notas explicativas originais e adicionalmente incluir as demonstrações dos fluxos de caixa com o objetivo de aperfeiçoar o nível de divulgação das demonstrações financeiras apresentadas, adequando-as aos requerimentos da CVM. A Companhia também decidiu reapresentar as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 para complementar as notas explicativas nº 9 e nº 20.

5. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, controladora e consolidado, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Metalfrio Solutions Ltda., controladora e consolidado, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações dos fluxos de caixa foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2007 (19 de março de 2007 em relação às notas explicativas nº 9 e nº 20 e 9 de abril de 2007 em relação à nota explicativa nº 25)

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Jorge Costa Martins
Contador
CRC nº 1 SP 180233/O-3

METALFRIO SOLUTIONS LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2006 Consolidado	2006 Controladora	2005	2004
CIRCULANTE					
Disponibilidades e aplicações financeiras	4	72.897	47.319	48.774	18.683
Contas a receber de clientes	5	78.306	56.768	34.421	27.809
Estoques	6	42.088	19.573	18.209	12.978
Impostos a recuperar	7	4.692	2.620	5.865	1.962
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	1.088	764	553	1.336
Partes relacionadas	16	-	-	969	-
Outras contas a receber		3.677	298	333	350
Total do ativo circulante		202.748	127.342	109.124	63.118
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Partes relacionadas	16	-	32.553	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	785	138	36	56
Impostos a recuperar	7	293	293	169	168
Investimentos em controladas	8	-	13.076	-	-
Imobilizado, líquido	9	37.650	27.667	21.103	10.367
Intangível	10	7.454	497	598	687
Diferido	11	5.091	3.379	2.236	530
Total do ativo não circulante		51.273	77.603	24.142	11.808
TOTAL DO ATIVO		254.021	204.945	133.266	74.926

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2006 Consolidado	2006 Controladora	2005	2004
CIRCULANTE					
Fornecedores		60.716	44.933	26.515	21.358
Empréstimos e financiamentos	13	31.905	31.353	13.339	2.631
Obrigações tributárias	14	10.724	10.018	3.677	2.400
Salários e encargos sociais a recolher		5.315	2.241	1.561	1.436
Provisões diversas	18	4.440	2.740	2.669	4.717
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	2.193	2.100	1.449	-
Partes relacionadas	16	1.497	2.083	-	72
Outras contas a pagar		6.418	1.287	1.338	762
Total do passivo circulante		123.208	96.755	50.548	33.376
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo:					
Empréstimos e financiamentos	13	61.850	44.273	29.551	11.269
Obrigações tributárias	14	1.470	1.470	5.247	5.370
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	2.745	2.745	3.450	-
Provisão	17	371	371	79	156
Partes relacionadas	16	-	-	1.398	-
Outras contas a pagar		4.045	-	-	-
Total do passivo não circulante		70.481	48.859	39.725	16.795
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS		1.001	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19				
Capital social		24.781	24.781	24.781	24.781
Reserva de capital		2.361	2.361	612	-
Reserva de reavaliação		6.698	6.698	8.066	-
Lucros (prejuízos) acumulados		25.491	25.491	9.534	(26)
Total do patrimônio líquido		59.331	59.331	42.993	24.755
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		254.021	204.945	133.266	74.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

METALFRIO SOLUTIONS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2006 Consolidado	2006 Controladora	2005	2004
RECEITA BRUTA					
Vendas de produtos e serviços no mercado nacional		383.924	378.023	234.788	182.646
Vendas no mercado externo		37.227	37.227	63.190	37.666
		421.151	415.250	297.978	220.312
DEDUÇÕES DE VENDAS					
Impostos incidentes sobre vendas		(119.838)	(119.713)	(74.285)	(56.946)
Devoluções e abatimentos		(5.456)	(5.456)	(8.694)	(7.193)
RECEITA LÍQUIDA DOS PRODUTOS VENDIDOS		295.857	290.081	214.999	156.173
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(244.907)	(240.124)	(180.363)	(123.639)
LUCRO BRUTO		50.950	49.957	34.636	32.534
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas		(24.948)	(25.299)	(22.685)	(20.435)
Despesas administrativas e gerais		(7.035)	(5.557)	(5.633)	(6.162)
Honorários - Administração	22	(946)	(910)	(858)	(819)
Resultado da equivalência patrimonial	8	-	1.388	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		134	(221)	(355)	(68)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		18.155	19.358	5.105	5.050
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		7.968	7.642	11.796	(2.274)
Despesas financeiras		(11.115)	(10.927)	(7.239)	(4.196)
Receitas financeiras		19.029	18.164	19.719	1.121
Variação cambial, líquida		54	405	(684)	801
LUCRO OPERACIONAL		26.123	27.000	16.901	2.776
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(2.159)	(2.159)	(824)	(110)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		23.964	24.841	16.077	2.666
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	12	(8.219)	(8.219)	(3.366)	(478)
Diferidos	12	1.241	367	(1.501)	150
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS		16.986	16.989	11.210	2.338
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS		3	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		16.989	16.989	11.210	2.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

METALFRIO SOLUTIONS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital Subvenção para investimentos	Reserva de reavaliação	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003		19.281	-	-	(2.364)	16.917
Aumento de capital conforme alteração contratual em 20 de dezembro de 2004-						
Com mútuo	19	5.500	-	-	-	5.500
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.338	2.338
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004		24.781	-	-	(26)	24.755
Subvenção para investimentos	19	-	612	-	-	612
Reavaliação de ativos próprios	9 e 19	-	-	12.221	-	12.221
Tributos sobre reserva de reavaliação	9 e 19	-	-	(4.155)	-	(4.155)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.210	11.210
Juros sobre o capital próprio	19	-	-	-	(1.650)	(1.650)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		24.781	612	8.066	9.534	42.993
Subvenção para investimentos	19	-	1.749	-	-	1.749
Realização da reserva de reavaliação	9 e 19	-	-	(2.073)	2.073	-
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	9 e 19	-	-	705	(705)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.989	16.989
Juros sobre o capital próprio	19	-	-	-	(2.400)	(2.400)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		24.781	2.361	6.698	25.491	59.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

METALFRIO SOLUTIONS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2006 Consolidado	2006 Controladora	2005	2004
ORIGENS DE RECURSOS					
Das operações:					
Lucro líquido do exercício		16.989	16.989	11.210	2.338
Itens que não afetam o capital circulante:					
Depreciação e amortização		5.006	4.595	3.055	2.248
Provisão	17	301	301	77	(570)
Imposto de renda e contribuição social diferidos de longo prazo	12	(1.454)	(807)	-	177
Amortização de ágio	8	2.820	2.820	-	-
Variações cambiais de empréstimos de longo prazo		(1.711)	(1.711)	(1.045)	(336)
Resultado da equivalência patrimonial	8	-	(1.388)		
Valor residual do ativo permanente baixado		439	439	308	229
Participação dos minoritários		(3)	-	-	-
Recursos originados das operações		22.387	21.238	13.605	4.086
De cotistas-					
Aumento de capital social com mútuo	19	-	-	-	5.500
Aumento de capital social por parte dos minoritários		1.004	-	-	-
De terceiros:					
Obrigações tributárias		217	217	390	5.379
Subvenção para investimentos	19	1.749	1.749	612	-
Captação de empréstimos e financiamentos		49.955	32.378	27.236	14.662
Total das origens		75.312	55.582	41.843	29.627
APLICAÇÕES DE RECURSOS					
Adições do imobilizado	9	25.413	10.677	1.585	3.320
Adições do intangível	10	6.957	-	-	
Adições do diferido	11	2.153	1.962	1.910	530
Adições de investimentos	8	-	14.509	-	-
Juros sobre o capital próprio	19	2.400	2.400	1.650	-
Redução do exigível a longo prazo		17.301	21.346	7.883	3.057
Empréstimo para partes relacionadas		-	32.553	-	-
Aumento (redução) do realizável a longo prazo		124	124	(19)	94
Total das aplicações		54.348	83.571	13.009	7.001
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		20.964	(27.989)	28.834	22.626
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO					
Ativo circulante:					
No fim do exercício		202.748	127.342	109.124	63.118
No início do exercício		109.124	109.124	63.118	50.205
		93.624	18.218	46.006	12.913
Passivo circulante:					
No fim do exercício		123.208	96.755	50.548	33.376
No início do exercício		50.548	50.548	33.376	43.089
		72.660	46.207	17.172	(9.713)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		20.964	(27.989)	28.834	22.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

METALFRIO SOLUTIONS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006, DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2006 Consolidado	2006 Controladora	2005	2004
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		16.989	16.989	11.210	2.338
Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido obtido das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		5.006	4.595	3.055	2.248
Provisão	17	301	301	77	(570)
Provisões diversas		1.771	71	(2.048)	2.515
Variações cambiais e juros de empréstimos no longo prazo		(1.711)	(1.711)	(1.045)	(336)
Valor residual do ativo permanente baixado		439	439	308	229
Amortização de ágio	8	2.820	2.820	-	-
Subvenção para investimento		1.749	1.749	612	-
Equivalência patrimonial	8	-	(1.388)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(1.241)	(367)	1.501	(150)
		26.123	23.498	13.670	6.274
(Aumento) redução do ativo-					
Circulante:					
Contas a receber de clientes		(35.237)	(22.347)	(6.612)	7.266
Estoques		(21.160)	(1.364)	(5.231)	(2.930)
Impostos a recuperar		1.173	3.245	(5.901)	(2.772)
Outras contas a receber		(2.669)	35	17	627
		(57.893)	(20.431)	(17.727)	2.191
Aumento (redução) dos passivos:					
Circulante:					
Fornecedores		22.963	18.418	5.157	870
Impostos e contribuições a recolher		7.047	6.341	1.061	567
Salários e encargos sociais a recolher		3.754	680	2.339	(505)
Juros e variações cambiais no curto prazo		(937)	(937)	(5.348)	(205)
Outras contas a pagar		(1.004)	(51)	576	968
Exigível a longo prazo:					
Obrigações tributárias		(3.777)	(3.777)	(476)	5.379
Outras contas a pagar		1.367	(1.398)	1.398	-
		29.413	19.276	4.707	7.074
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais		(2.357)	22.343	650	15.539
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Adições do ativo imobilizado	9	(17.827)	(10.677)	(1.585)	(3.320)
Adições do ativo intangível	10	(6.957)	-	-	-
Adições do ativo diferido	11	(2.153)	(1.962)	(1.910)	(530)
Valor pago na aquisição de empresas		(57)	-	-	-
Aquisições de investimentos	8	-	(14.509)	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(26.994)	(27.148)	(3.495)	(3.850)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captações de empréstimos no curto prazo		52.705	52.705	60.288	8.833
Pagamentos de principal no curto prazo		(49.579)	(49.579)	(52.113)	(18.012)
Captações de empréstimos no longo prazo		49.955	32.378	27.236	14.661
Aumento de capital social por parte dos minoritários		1.004	-	-	-
Empréstimos para partes relacionadas		1.497	(29.501)	(1.041)	(1.428)
Juros sobre o capital próprio	19	(2.400)	(2.400)	(1.650)	-
Outras		292	(253)	216	102
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		53.474	3.350	32.936	4.156
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		24.123	(1.455)	30.091	15.845
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo final	4	72.897	47.319	48.774	18.683
Saldo inicial	4	48.774	48.774	18.683	2.838
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		24.123	(1.455)	30.091	15.845
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA					
Pagamento de juros sobre empréstimos		3.593	3.593	1.375	974
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		7.291	7.291	3.069	1.374
INFORMAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA					
Aumento de capital com capitalização de mútuo	19		-	-	5.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em 3 de dezembro de 2002 e as suas atividades operacionais foram iniciadas em 1° de janeiro de 2003, tendo como objetivo a fabricação, a importação e a comercialização, no país e no exterior, de refrigeradores e freezers domésticos e comerciais.

Em março de 2005 a Companhia constituiu uma filial na cidade de Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul, e construiu uma fábrica visando ao aumento da capacidade produtiva para atendimento do mercado local, sendo concluída a primeira fase de construção no segundo semestre de 2006. As atividades dessa filial gozam do incentivo do Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda, a vigorar por 15 anos a partir de 2005. O incentivo está relacionado à redução do saldo devedor de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS apurado na forma disposta na Lei Complementar nº 93 do Estado do Mato Grosso do Sul.

Durante o exercício de 2006, a Companhia iniciou o processo de expansão internacional de suas atividades através de aquisição de ativos, empresas e constituição de sociedade na Dinamarca, Rússia, Turquia e nos Estados Unidos da América, conforme nota explicativa nº 8.

Após essas aquisições, a Companhia passa a contar a partir de 2006 com cinco plantas industriais, sendo duas localizadas no Brasil (São Paulo e Mato Grosso do Sul), uma na Dinamarca (Aalestrup), uma na Turquia (Manisa) e uma na Rússia (Kaliningrado), além de um centro de distribuição nos Estados Unidos da América (Texas).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 haviam sido preparadas anteriormente; entretanto, para atender ao processo de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a Administração decidiu alterar a redação de algumas notas explicativas originais e adicionalmente incluir as demonstrações dos fluxos de caixa com o objetivo de aperfeiçoar o nível de divulgação das demonstrações financeiras apresentadas, adequando-as aos requerimentos da CVM.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004 já haviam sido concluídas em 8 de fevereiro de 2007; entretanto, a Administração decidiu reapresentar essas demonstrações financeiras para complementar as notas explicativas nº 9 e nº 20.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM, levando em consideração as seguintes principais práticas.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

b) Reconhecimento das receitas

As receitas são reconhecidas no momento da transferência de propriedade dos produtos.

c) Aplicações financeiras

Representadas por aplicações financeiras com prazo de resgate inferior a 90 dias registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos balanços.

d) Provisão para devedores duvidosos

Constituída com base em análise de cada contas a receber e em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas na realização do contas a receber.

e) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, e deduzidos, quando aplicável de provisão para o valor de realização.

f) Investimentos

Representados por investimentos em empresas controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8.

g) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição em 2004 e ao custo reavaliado, a partir de dezembro de 2005, para máquinas e equipamentos e veículos e ao custo de aquisição para as demais contas, e acrescido de juros capitalizados durante o período de construção. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9.

A realização da reserva de reavaliação é creditada integralmente contra lucros (prejuízos) acumulados, no patrimônio liquido, em razão da realização dos ativos, por meio de depreciação e baixas.

h) Diferido

Refere-se a despesas pré-operacionais incorridas durante o período de construção das fábricas e a gastos pré-operacionais com estudo e desenvolvimento de novos projetos. A amortização está sendo efetuada em cinco anos a partir da data em que os benefícios começam a ser gerados.

i) Intangível

Refere-se a valor pago por carteira de clientes e marcas adquiridas de terceiros. A amortização, quando aplicável, será efetuada em cinco anos a partir da data em que os benefícios começarem a ser gerados.

j) Direitos e obrigações indexados

Atualizados pela variação cambial ou monetária e por encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até as datas dos balanços.

k) Provisão

Atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência com base na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, deduzida dos respectivos depósitos judiciais. A natureza das provisões para contingências está descrita na nota explicativa nº 17.

l) Juros sobre o capital próprio

Originalmente são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas.

Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, é utilizada a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos recebidos e pagos e não transitam pelo resultado. Conseqüentemente, nessas demonstrações financeiras, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, ou seja, os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados.

m) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para o imposto de renda e a contribuição social é calculada, respectivamente, com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no ativo e no passivo, decorrem de despesas e receitas, apropriadas ao resultado, entretanto, dedutíveis, somente após realizadas, e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos sobre a reserva de reavaliação são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis à realização do imobilizado.

n) Informações suplementares

Com o objetivo de permitir análises adicionais, a Companhia apresenta, como informações suplementares, as demonstrações dos fluxos de caixa, controladora e consolidado, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras da controladora e do consolidado, inferiores a 90 dias. Tal demonstrativo está dividido entre atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos.

o) Subvenção para investimentos

Registrada no momento do recolhimento do ICMS pela diferença entre o valor original do ICMS a recolher e o valor apurado após aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal, debitando a conta "ICMS a recolher" e a crédito da conta "Reserva de capital - subvenção para investimentos", no patrimônio líquido, conforme nota explicativa nº 19.

p) Provisão para garantias

O valor da provisão para garantias, necessária para fazer frente à obrigação assumida em relação aos equipamentos em garantia, é calculado com base na quantidade de freezers e refrigeradores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre esses equipamentos, que leva em consideração a freqüência histórica recente de atendimentos por equipamento e o custo médio por atendimento de assistência técnica, conforme nota explicativa nº 18.

q) Operações de "hedge"

A Companhia mantém instrumentos derivativos com o objetivo de proteger-se contra a exposição a riscos cambiais relacionados às suas exportações. Dessa forma, em atendimento às normas da CVM, as operações "não realizadas contabilmente" estão mensuradas pelo seu valor de mercado e divulgadas, em nota explicativa (ver nota explicativa nº 15.d.)), os seus efeitos em relação aos valores de mercado nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas relacionados às operações realizadas são registrados na conta "Vendas no mercado externo", no momento em que ocorre a venda efetiva.

Os valores nominais das operações de venda de dólar futuro "não realizadas contabilmente" não são registradas no balanço patrimonial e estão divulgadas na nota explicativa nº 15.a).

r) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos, a divulgação de contingências ativas e passivas, a provisão para devedores duvidosos, a provisão para perdas nos estoques, a vida útil dos ativos permanentes, a provisão para garantias, o registro das receitas e despesas dos exercícios e as projeções para determinação da realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

3. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas instruções normativas e deliberações da CVM, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, conforme a seguir:

	2006
	Participação - %
Direta:	
Líder Metalfrio Solutions Sogutma Sanayi ve Ticaret Anonim Sirket ("Líder Metalfrio - Turquia")	75,00
Metalfrio Solutions A.S. ("Metalfrio - Dinamarca")	100,00
Metalfrio Solutions Inc. ("Metalfrio - USA")	100,00
Life Cycle Assistência Técnica Ltda. ("Life Cycle")	99,98
Indireta-	
Hold Co. A.S. ("Hold Co.") (*)	97,83
OOO Caravell/Derby (**)	100,00
OOO Estate (**)	100,00
OOO Sales (**)	100,00

(*) Controlada pela Metalfrio - Dinamarca.

(**) Controladas pela Hold Co.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas. Nas empresas controladas pela Companhia foram destacadas as participações dos acionistas minoritários.

Os ativos, passivos e patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior foram convertidos para reais com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Por sua vez, as contas de resultado são convertidas e mantidas em reais às taxas médias de câmbio do período.

A diferença entre o resultado líquido apurado às taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras e aquele apurado às taxas médias de câmbio do período é registrada na conta "Outras receitas operacionais".

4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa de remuneração aplicada	2006 Consolidado	2006 Controladora	2005	2004
Caixa e bancos - conta movimento		21.074	8.396	5.052	313
Equivalentes de caixa: (*)					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	103% do CDI	43.052	38.923	43.026	18.370
Renda fixa - lira turca	19% a.a.	8.771	-	-	-
Debêntures - partes relacionadas	IGP-M + 12% a.a.	-	-	696	-
Total		72.897	47.319	48.774	18.683

(*) Trata-se da definição de equivalentes de caixa como investimentos líquidos a curtíssimo prazo sujeitos a:

a) Conversão imediata em caixa por valores conhecidos de caixa.

b) Estão tão próximos da data de vencimento que apresentam riscos insignificantes de mudança do valor em virtude de alterações nas taxas de juros.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2006 Consolidado	2006 Controladora	2005	2004
Nacionais	73.924	52.223	28.191	26.573
Estrangeiros	5.414	5.414	6.964	2.146
	79.338	57.637	35.155	28.719
Provisão para devedores duvidosos	(1.032)	(869)	(734)	(910)
Total	78.306	56.768	34.421	27.809

A composição do contas a receber no mercado nacional e estrangeiro por idade de vencimento é como segue:

	2006 Consolidado	2006 Controladora	2005	2004
A vencer:				
Até 30 dias	27.146	10.902	25.577	17.267
De 31 a 60 dias	45.204	45.204	4.850	9.024
Vencidos:				
Até 30 dias	3.057	363	3.725	1.443
De 31 a 60 dias	1.824	178	306	89
De 61 a 90 dias	925	116	77	70
De 91 a 120 dias	202	57	18	90
Acima de 120 dias	980	817	602	736
Total	79.338	57.637	35.155	28.719

6. ESTOQUES

	2006			
	Consolidado	Controladora	2005	2004
Produtos acabados	13.348	3.563	4.227	2.731
Produtos em elaboração	5.488	3.470	2.716	1.651
Matérias-primas e componentes	23.210	12.498	11.450	8.445
Materiais auxiliares e outros	802	802	141	92
Importações em andamento	-	-	139	59
Provisão para perdas nos estoques	(760)	(760)	(464)	-
Total	42.088	19.573	18.209	12.978

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2006			
	Consolidado	Controladora	2005	2004
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar	4.041	2.119	5.579	813
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI a recuperar	603	603	455	9
Antecipações de imposto de renda	-	-	-	589
Contribuição social a recuperar	150	-	-	-
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	191	191	-	719
Total	4.985	2.913	6.034	2.130
Circulante	4.692	2.620	5.865	1.962
Não circulante	293	293	169	168

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

As principais informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2006 são como segue:

	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Saldo do investimento
Líder Metalfrio - Turquia	2.871	2.871	-	75,00	254	2.153
Metalfrio - Dinamarca (*)	4.067	4.355	48	100,00	48	4.072
Metalfrio - USA	2.993	2.949	(45)	100,00	(56)	2.949
Life Cycle	5.581	3.903	1.142	99,98	1.142	3.902
Total de investimentos da controladora					1.388	13.076

(*) A Metalfrio Dinamarca possui 97,83% de participação na Hold Co. No cálculo da equivalência patrimonial, o resultado da Hold Co. é consolidado na Metalfrio - Dinamarca proporcionalmente à sua participação.

Líder Metalfrio - Turquia

Em 5 de junho de 2006, a Companhia constituiu uma empresa denominada Líder Metalfrio Solutions Sogutma Sanayi ve Ticaret Anonim Sirket em Manisa, na Turquia, que entrou em operação em janeiro de 2007 e será dedicada à produção e à comercialização de refrigeradores principalmente no mercado europeu.

Metalfrio - Dinamarca

Em 7 de julho de 2006, a Shefford S.A. (controlada da Serra do Acaraí Empreendimentos e Participações S.A. ("Serra do Acaraí")) constituiu uma empresa na Dinamarca denominada Metalfrio Solutions A.S., que em 14 de julho de 2006 adquiriu ativos pertencentes ao Grupo Caravell AS e Derby AS, incluindo: (a) os ativos e equipamentos de duas unidades industriais localizadas em Aalestrup e LØgstrup, na Dinamarca; (b) as marcas "Caravell" e "Derby"; e (c) participação de 80% no capital da Hold Co., "holding" com sede na Dinamarca que possui participação em três empresas em Kaliningrado, na Rússia, as quais industrializam e comercializam refrigeradores principalmente no mercado europeu. A aquisição dessa empresa gerou deságio de R$3.674, fundamentado na desvalorização do ativo imobilizado, que para fins de consolidação foi alocado nos respectivos ativos. Imediatamente após essas aquisições, foram transferidos os ativos, a valor contábil, da planta de LØgstrup, na Dinamarca, para a fábrica em Kaliningrado, na Rússia, com o objetivo de iniciar a produção de freezers verticais e horizontais naquele país, bem como os ativos, a valor contábil, da linha de produção de freezers verticais da planta de Aalestrup, na Dinamarca, para a unidade industrial em Manisa, na Turquia.

O acionista minoritário da Hold Co., Investment Fund for Central and Eastern Europe ("IO Fund"), assumiu em 22 de setembro de 2006, através de contrato assinado com a Metalfrio - Dinamarca, a obrigação de capitalizar em dinheiro a Hold Co. a fim de recompor sua participação em 10% do capital da investida, atualmente de 2,17%.

Em dezembro de 2006, a Shefford S.A. transferiu à Metalfrio a totalidade de sua participação na Metalfrio - Dinamarca, a valor contábil, a título de dação em pagamento para quitação de dívida da Shefford S.A. perante a Metalfrio.

Metalfrio - USA

Em 11 dezembro de 2006, a Companhia constituiu uma empresa nos Estados Unidos da América, localizada na cidade de Boerne, no Estado do Texas, cujas atividades concentram--se na distribuição de freezers e refrigeradores no mercado norte-americano, a qual, em 17 de dezembro de 2006, adquiriu ativos (equipamentos, estoques e intangíveis) no montante de R$4.100, da Coldmotion Inc., da Refrigerater Parties Services Inc. e da Caravell USA Inc.

Life Cycle

Em 22 de fevereiro de 2005, foi constituída a empresa Life Cycle, tendo como controladora a Serra do Acaraí, cuja atividade fim é a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de freezers e refrigeradores e a comercialização de peças, tanto para a Companhia como para terceiros. Em dezembro de 2006, a Companhia adquiriu o controle acionário da Life Cycle, passando a deter 99,98% de participação no seu capital social através da subscrição de capital de R$5.580. Essa subscrição gerou um ágio de R$2.820 (sem fundamento econômico), o qual foi amortizado integralmente pela Companhia dentro do exercício de 2006 como resultado não operacional.

9. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

		2006					
		Consolidado			Controladora		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	-	588	-	588	588	-	588
Edificações	5	5.380	(35)	5.345	5.249	(35)	5.214
Máquinas e equipamentos	11	53.853	(27.363)	26.490	46.255	(26.952)	19.303
Instalações	10	695	(393)	302	695	(393)	302
Benfeitorias	10	2.366	(1.642)	724	2.366	(1.642)	724
Móveis e utensílios	10	1.138	(148)	990	479	(148)	331
Veículos	20	1.222	(358)	864	1.222	(358)	864
		65.242	(29.939)	35.303	56.854	(29.528)	27.326
Imobilizado em andamento		2.347	-	2.347	341	-	341
Total		67.589	(29.939)	37.650	57.195	(29.528)	27.667

		2005			2004		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Máquinas e equipamentos	11	42.291	(23.598)	18.693	29.045	(21.273)	7.772
Instalações	10	690	(311)	379	659	(234)	425
Benfeitorias	10	2.208	(1.482)	726	2.052	(1.315)	737
Móveis e utensílios	10	297	(126)	171	238	(113)	125
Veículos	20	857	(229)	628	587	(150)	437
		46.343	(25.746)	20.597	32.581	(23.085)	9.496
Imobilizado em andamento		506	-	506	871	-	871
Total		46.849	(25.746)	21.103	33.452	(23.085)	10.367

Reavaliação do imobilizado - em novembro de 2005 foi realizada, com base no valor do custo corrente de reposição, por empresa especializada (Empresa Técnica de Avaliações e Pesquisas Valit S/C), reavaliação parcial espontânea de máquinas, equipamentos e veículos (da controladora), sendo esta aprovada na reunião de cotistas realizada em 19 de dezembro de 2005.

Os valores referentes à reavaliação mencionada, assim como os seus efeitos no resultado do exercício, são como segue:

			Movimentação		
	Laudo de avaliação	Valor residual do custo	Saldo da reavaliação em 2005	Efeito no resultado do exercício oriundo da depreciação dos bens reavaliados	Saldo da reavaliação em 2006
Máquinas e equipamentos	15.900	3.872	12.028	(2.035)	9.993
Veículos	649	456	193	(38)	155
	16.549	4.328	12.221	(2.073)	10.148
Efeitos tributários (*)			(4.155)	705	(3.450)
Reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários, registrada no patrimônio líquido			8.066	(1.368)	6.698

(*) Imposto de renda (25%) e contribuição social (9%).

O resultado da reavaliação foi incorporado ao ativo reavaliado em contrapartida da conta "Reserva de reavaliação", líquida dos efeitos tributários, no patrimônio líquido. A partir da transformação da Companhia em sociedade anônima, a realização da reserva de reavaliação será adicionada ao resultado líquido no fim de cada exercício para fins de apuração dos dividendos mínimos obrigatórios.

Não houve alienação e/ou baixa dos ativos reavaliados após a data da reavaliação.

10. INTANGÍVEL

		2006					
		Consolidado			Controladora		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Intangível - Metalfrio - USA	20	2.132	-	2.132	-	-	-
Marcas e patentes		4.910	-	4.910	85	-	85
Softwares	20	856	(444)	412	856	(444)	412
Total		7.898	(444)	7.454	941	(444)	497

		2005			2004		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Marcas e patentes		85	-	85	85	-	85
Softwares	20	801	(288)	513	746	(144)	602
Total		886	(288)	598	831	(144)	687

As marcas e patentes referem-se principalmente à aquisição pela Metalfrio - Dinamarca das marcas "Caravell" e "Derby" juntamente com os demais ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

O intangível da Metalfrio - USA, conforme descrito na nota explicativa nº 8, refere-se ao valor pago pela carteira de clientes adquirida da Coldmotion Inc. em 17 dezembro de 2006 e será amortizada em cinco anos.

11. DIFERIDO

	2006			
	Consolidado	Controladora	2005	2004
Desenvolvimento de projetos	935	935	529	190
Despesas pré-operacionais	4.315	2.593	1.736	340
Amortização acumulada	(159)	(149)	(29)	-
Total	5.091	3.379	2.236	530

Os valores diferidos, cujos benefícios começaram a ser usufruídos, estão sendo amortizados em cinco anos.

As despesas pré-operacionais referem-se a gastos incorridos no período de construção das fábricas de Mato Grosso do Sul e Manisa (Turquia).

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2006			
	Consolidado	Controladora	2005	2004
Ativo-				
Provisões dedutíveis somente após realizadas:				
Devedores duvidosos	106	106	69	78
Garantia	578	-	-	543
Comissões e bonificações de vendas	350	350	181	239
Bônus e gratificação	138	138	168	102
Contingências	138	138	36	56
Outras	170	170	135	374
Prejuízo fiscal e base negativa	393	-	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	1.873	902	589	1.392
Circulante	1.088	764	553	1.336
Não circulante	785	138	36	56
Passivo:				
Variação cambial diferida	(1.395)	(1.395)	(744)	-
Reavaliação de ativos	(3.450)	(3.450)	(4.155)	-
Outros	(93)	-	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo	(4.938)	(4.845)	(4.899)	-
Circulante	(2.193)	(2.100)	(1.449)	-
Não circulante	(2.745)	(2.745)	(3.450)	-

Em atendimento à Deliberação nº 273/98 e Instrução nº 371/02 da CVM, a Administração, com base em orçamento e plano de negócios aprovados pelos cotistas, estima que os créditos (débitos) fiscais sejam realizados durante os exercícios de 2007 a 2011, conforme demonstrado a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
2007	1.088	764	2.193	2.100
2008	462	138	705	705
2009	323	-	705	705
2010	-	-	705	705
2011	-	-	630	630
	1.873	902	4.938	4.845

b) A reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social, tendo como base suas taxas estatutárias e o crédito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	2006			
	Consolidado	Controladora	2005	2004
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	23.964	24.841	16.077	2.666
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
	(8.148)	(8.446)	(5.466)	(906)
(a) Diferenças permanentes:				
Juros sobre o capital próprio	816	816	561	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	472	-	-
Amortização de ágio na aquisição de empresas do Grupo	(959)	(959)	-	-
Realização de provisão constituída em 2003	-	-	-	578
Outros	342	265	38	-
(b) Constituição de impostos de renda diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa e diferenças temporárias referentes a exercícios anteriores (*)	971	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(6.978)	(7.852)	(4.867)	(328)
Corrente	(8.219)	(8.219)	(3.366)	(478)
Diferido	1.241	367	(1.501)	150

(*) Em dezembro de 2006 a controlada Life Cycle, através de projeções de resultados positivos preparadas pela Administração, com base em expectativa de geração de lucro tributável futuro, registrou, nos ativos circulante e não circulante, a crédito do resultado do exercício, os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e provisões dedutíveis somente realizadas posteriormente, gerados em exercícios anteriores.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Moeda	Encargos anuais médios	2006 Consolidado	2006 Controladora	2005	2004
Circulante:						
Contratos de pré-pagamento	Dólar	2,6% + (*) Libor semestral	6.530	6.530	1.850	-
Capital de giro	Dólar	6,7%	552	-	-	-
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC	Dólar	5,49%	6.582	6.582	7.722	1.234
Resolução nº 2.770	Dólar	6,9%	13.798	13.798	3.721	1.341
Nota de Crédito a Exportação - NCE	Dólar	7%	4.420	4.420	-	-
Leasing	Real	20%	23	23	46	56
Total do circulante			31.905	31.353	13.339	2.631
Não circulante:						
Contratos de pré-pagamento	Dólar	2,6% + Libor (*) semestral	27.396	27.396	16.189	11.148
Capital de giro	Dólar	6,7%	16.394	-	-	-
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	Real	4,5%	3.118	3.118	2.559	-
Cédula de Crédito Industrial - CCI	Real	9,78%	4.847	4.847	-	-
IO Fund	Coroa dinamarquesa	Cibor (**) + 3,5%	1.183	-	-	-
Nota de Crédito a Exportação - NCE	Dólar	7%	-	-	4.839	-
Resolução nº 2.770	Dólar	6,9%	8.912	8.912	5.941	-
Leasing	Real	20%	-	-	23	121
Total do não circulante			61.850	44.273	29.551	11.269

(*) London Interbank Offered Rate ("Libor")
(**) Copenhagen Interbank Offered Rate ("Cibor")

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2006 Consolidado	2006 Controladora	2005	2004
2006	-	-	-	2.781
2007	-	-	17.125	8.488
2008	30.444	22.431	8.863	-
2009	21.955	15.075	669	-
2010	3.070	978	335	-
2011	865	668	-	-
2012	3.982	3.785	2.559	-
2013	866	668	-	-
2014	668	668	-	-
Total	61.850	44.273	29.551	11.269

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias. A operação de longo prazo com a FINEP, no montante de R$3.118 (R$2.559 em 2005), com vencimento em 2012, e a Cédula de Crédito Industrial do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, no montante de R$4.847, com vencimentos a partir de 2008 até 2014, estão garantidas com alienação fiduciária por bens do ativo imobilizado cujo valor contábil é de R$3.189 e R$2.472, respectivamente.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2006			
	Consolidado	Controladora	2005	2004
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI a recolher	6.867	6.867	4.842	4.138
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a pagar	819	819	558	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.614	1.008	216	-
Parcelamento de impostos federais	2.508	2.508	3.171	3.516
Outros	386	286	137	116
Total	12.194	11.488	8.924	7.770
Circulante	10.724	10.018	3.677	2.400
Não circulante	1.470	1.470	5.247	5.370

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Exposição a riscos cambiais

Existem valores a receber e a pagar denominados em dólares norte-americanos e em coroa dinamarquesa, estando, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004, a Companhia possuía instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir riscos de exposição a moedas e taxas de juros. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais são:

- Contas a receber - conforme descrito na nota explicativa nº 5, a Companhia possui o saldo de R$5.322 (R$6.964 em 2005 e R$2.146 em 2004) denominados em dólares norte-americanos e R$92 denominados em euros. Durante o ano 2006, esses ativos geraram saldo devedor de variação cambial no montante de aproximadamente R$586 e saldo credor de R$270 em 2005 e de R$161 em 2004.

- Empréstimos e financiamentos - conforme descrito na nota explicativa nº 13, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivos no montante de R$84.584 (R$40.262 em 2005 e R$13.723 em 2004) denominados em dólares norte-americanos e R$1.183 denominados em coroa dinamarquesa. Esses passivos geraram saldo credor de variação cambial no montante de aproximadamente R$437 em 2006 e devedor de R$954 em 2005 e saldo credor de R$640 em 2004.

- Venda de dólar futuro - contratos a termo de dólar futuro com prazos inferiores a um ano, no montante de aproximadamente US$10 milhões (US$15 milhões em 2005), visando reduzir a exposição cambial das exportações. Em 31 de dezembro de 2006, os contratos vigentes não apresentaram saldos negativos (R$177 em 2005). Adicionalmente, como cerca de 9% das vendas em 2006 (21% em 2005 e 17% em 2004) foram realizadas substancialmente em dólares norte-americanos, a Administração acredita haver uma proteção natural para parte dos empréstimos em moeda estrangeira a partir de suas operações tradicionais de venda.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes substancialmente às variações dos Depósitos Interfinanceiros - DI nas aplicações financeiras contratadas em reais e dos juros sobre os empréstimos em moeda estrangeira expostos as variações das taxas libor e cibor.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e não existe um cliente que represente concentração de 10% ou mais do total do saldo a receber de clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual de seus clientes, para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, não requer recebimento antecipado nem garantias. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para devedores duvidosos.

d) Valor de mercado de instrumentos financeiros

O valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004 dos principais instrumentos estão demonstrados a seguir:

	2006				2005		2004	
	Consolidado		Controladora					
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Disponibilidades	21.074	21.074	8.396	8.396	5.052	5.052	313	313
Aplicações financeiras	51.823	51.823	38.923	38.923	43.722	43.722	18.370	18.370
Empréstimos e financiamentos	(93.755)	(93.755)	(75.626)	(75.626)	(42.890)	(42.890)	(13.900)	(13.900)
Venda de dólar futuro	-	1.458	-	1.458	(177)	4.371	-	-

Os valores de mercado informados em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004 não refletem mudanças subseqüentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e demais ativos e passivos circulantes.

  Os valores contábeis informados nos balanços patrimoniais aproximam-se dos valores de mercado em virtude do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

- Empréstimos e financiamentos

  O saldo dos empréstimos e financiamentos é atualizado monetariamente com base em juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor existente nas datas dos balanços está próximo ao valor de mercado.

- Operações de "hedge"

  As operações de "hedge" referem-se a instrumento de proteção cambial e aproximam-se dos valores de mercado em virtude do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Moeda	Encargos financeiros anuais	2006 Consolidado	2006 Controladora	2005	2004
Ativo						
Circulante:						
Aplicações financeiras-						
Neovia Telecomunicações S.A. (a)	Real	IGP-M + 12%	-	-	696	-
Partes relacionadas:						
Serra do Acaraí (b)	Real	100% do CDI	-	-	436	-
Life Cycle (b)	Real	100% do CDI	-	-	533	-
			-	-	969	-
Não circulante-						
Partes relacionadas:						
Líder Metalfrio - Turquia (c)	Dólar	-	-	1.047	-	-
Metalfrio - Dinamarca (d)	Dólar	Libor + 3%	-	31.506	-	-
			-	32.553	-	-
Passivo						
Circulante-						
Partes relacionadas:						
Serra do Acaraí (b)	Real	100% do CDI	20	20	-	72
Luiz Eduardo Moreira Caio (e)	Real	(e)	1.477	1.477	-	
Life Cycle (b)	Real	100% do CDI	-	586	-	-
			1.497	2.083	-	72
Não circulante:						
Empréstimos e financiamentos - IO Fund (h)	Coroa dinamarquesa	Cibor + 3,5%	1.183	-	-	-
Partes relacionadas-						
Luiz Eduardo Moreira Caio (e)	Real	(e)		-	1.398	-

	2006		2005	2004
	Consolidado	Controladora		
Resultado operacional:				
Serra do Acaraí (f)	225	225	241	
Life Cycle (g)	(2.100)	(2.450)	(2.800)	
Resultado financeiro-				
Juros:				
Serra do Acaraí (b)	926	926	334	(605)
Life Cycle (b)	-	98	8	-
Metalfrio - Dinamarca (d)	-	187	-	-
Shefford S.A. (b)	-	841	-	-
Neovia Telecomunicações S.A. (a)	(39)	(39)	(16)	
Luiz Eduardo Moreira Caio (e)	(374)	(374)	(602)	-
	513	1.639	(276)	(605)
Variação cambial:				
Metalfrio - Dinamarca (d)	-	351	-	-
Shefford S.A. (b)	-	203	-	-
	-	554	-	-

(a) Refere-se a aplicações financeiras em debêntures adquiridas da parte relacionada Neovia Telecomunicações S.A.

(b) Refere-se a transações de mútuo entre as partes.

(c) Refere-se a valores a receber decorrentes de gastos incorridos pela Companhia durante a fase pré-operacional da controlada sediada na Turquia.

(d) Refere-se a mútuos concedidos para aquisição de ativos.

(e) Refere-se a contrato de remuneração firmado com o Sr. Luiz Eduardo Moreira Caio relativo ao plano de retenção elaborado por ocasião da aquisição da Companhia. Os valores são atualizados pela variação anual do patrimônio líquido da Companhia.

(f) Refere-se à receita proveniente de contrato de prestação de serviços administrativos e financeiros para a controladora da Companhia, Serra do Acaraí.

(g) Refere-se a despesa proveniente de contrato de prestação de serviços de manutenção dos refrigeradores em garantia da Companhia.

(h) Refere-se a contrato de empréstimo. O IO Fund é uma instituição de fomento, com sede na Dinamarca, que detém 2,17% de participação na Hold Co.

17. PROVISÃO

Os cálculos do imposto de renda e da contribuição social, bem como suas respectivas declarações, e os demais tributos, contribuições e encargos sociais estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais e previdenciárias locais em períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou da entrega da declaração de rendimentos.

A Companhia e suas controladas são parte em processos tributários, cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências são estabelecidas pela Administração com base na avaliação dos assessores jurídicos externos para os casos de perdas prováveis e são mantidas por seus valores atualizados. A composição da provisão para contingências registrada é como segue:

	2004	2005	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	2006 Controladora e consolidado
Trabalhista	165	106	301	-	-	-	407
Depósitos judiciais	(9)	(27)	(9)	-	-	-	(36)
Total	156	79	292	-	-	-	371

O valor informado pelos assessores jurídicos externos como perdas possíveis e, portanto, não provisionadas nas demonstrações financeiras, relacionado a processos trabalhistas monta a R$1.900 em dezembro de 2006 (R$1.100 em 2005 e R$382 em 2004).

18. PROVISÕES DIVERSAS

	2006			
	Consolidado	Controladora	2005	2004
Comissões a pagar a representantes - mercado interno	758	758	678	704
Comissões a pagar a representantes - mercado externo	272	272	760	1.049
Garantia	1.700	-	-	1.527
Provisões com pessoal	1.096	1.096	854	792
Outras obrigações comerciais	614	614	377	645
Total	4.440	2.740	2.669	4.717

A partir de 2005, a prestação de serviços de garantia dos produtos vendidos pela Companhia e cobertos durante um período de um a dois anos passou a ser oferecida pela Life Cycle. A Companhia efetua pagamento mensal à Life Cycle pela execução desses serviços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

19. CAPITAL SOCIAL

O capital social em 31 de dezembro de 2006, de 2005 e de 2004 está representado por 247.810 quotas no valor nominal de R$100,00 cada uma, assim distribuídas:

	2006	%	2004 e 2005	%
Serra do Acaraí Empreendimentos e Participações S.A.	234.313	94,55	234.313	94,55
Cranendonck Investments C.V.	-	-	13.497	5,45
Luiz Eduardo Moreira Caio	13.129	5,30	-	-
Marcelo Faria de Lima	137	0,06	-	-
Marcio da Rocha Camargo	120	0,05	-	-
Erwin Theodor Herman Louise Russel	93	0,03	-	-
Maurice Ferdinand Bernard Marina Russel	18	0,01	-	-
Total	247.810	100,00	247.810	100,00

Aumento de capital - em 20 de dezembro de 2004, os cotistas deliberaram aumentar o capital social da Companhia no valor de R$5.500, integralizado através de mútuo pela controladora Serra do Acaraí.

Em 27 de dezembro de 2006, a Cranendonck Investments C.V. vendeu as suas quotas para Marcelo Faria de Lima, Erwin Theodor Herman Louise Russel, Maurice Ferdinand Bernard Marina Russel e Marcio da Rocha Camargo. Posteriormente, em 29 de dezembro de 2006, o Sr. Luiz Eduardo Moreira Caio adquiriu dos quotistas acima relacionados participação na Companhia.

Reserva de capital - subvenção para investimentos - em março de 2005, foi firmado com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul o acordo de nº 624/2005, que concede incentivos fiscais de ICMS para instalação da fábrica na cidade de Três Lagoas. Esse incentivo permite à Companhia reduzir 90% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente naquele Estado, na forma disposta na Lei Complementar nº 93. Durante o período de investimento na construção da fábrica, por tratar-se de incentivo destinado a futuros investimentos, os valores de ICMS incentivados são contabilizados a crédito de reserva específica no patrimônio líquido, em contrapartida da rubrica "ICMS a recolher". A Companhia tem o compromisso com o Estado do Mato Grosso do Sul de investir naquele Estado parte do incentivo obtido nas operações realizadas; por esse motivo, esses valores estão classificados no patrimônio líquido na conta "Reserva de capital - subvenção para investimentos".

Reserva de reavaliação - em 19 de dezembro de 2005, foi deliberada a contabilização da reavaliação de ativos da Companhia. Os tributos incidentes sobre a referida reserva estão contabilizados no exigível a longo prazo.

Juros sobre capital próprio - a Administração deliberou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$2.400 (R$1.650 em 2005), em conformidade com a Lei nº 9.249/95. O Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, no montante de R$360 (R$247 em 2005), foi recolhido pela Companhia.

Lucros acumulados - a destinação dos lucros acumulados será definida na reunião anual de quotistas da Companhia a ser realizada em 5 de janeiro de 2007.

20. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e os estoques, por valores considerados pela Administração suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da sua atividade e a opinião dos seus assessores de seguros.

		Controladora	
Itens	Tipo de cobertura	Vencimento	Importância segurada
Fábricas	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	31/12/07	56.000
Civil	Responsabilidade civil	31/12/07	7.200
Veículos	Incêndio, explosão, responsabilidade civil, colisão e roubo	30/09/07	1.000

		Consolidado	
Itens	Tipo de cobertura	Vencimento	Importância segurada
Fábricas	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	2007	87.536
Civil	Responsabilidade civil	2007	15.010
Veículos	Incêndio, explosão, responsabilidade civil, colisão e roubo	2007	1.200

21. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

O saldo do contas a receber de clientes, na controladora, encontra-se líquido do valor de R$2.600 (R$2.000 em 2005 e R$1.000 em 2004) referente a operações de "vendor" praticadas com clientes, através das quais os clientes obtêm financiamentos bancários para liquidação à vista de produtos da Companhia, e esta fornece aval para as respectivas instituições financeiras sobre os valores mencionados anteriormente.

Esses valores são considerados na análise para constituição da provisão para devedores duvidosos.

A Companhia atua como avalista na totalidade dos empréstimos captados pelas suas controladas no montante de R$18.800, equivalente a US$9 milhões, e também com os fornecedores da controlada Metalfrio - Dinamarca no montante de R$3.600, equivalente a US$1,7 milhão.

22. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Gastos com remuneração dos administradores durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, no resultado consolidado, somaram R$946 (R$858 em 2005 e R$819 em 2004).

23. COMPROMISSOS

A Companhia e suas controladas possuem imóveis alugados por períodos variáveis de tempo. A expectativa é a de que esses contratos continuem sendo renovados. Os gastos com aluguéis anuais são estimados conforme tabela a seguir. Adicionalmente, a Companhia não tem outros compromissos de compra a longo prazo com terceiros.

Durante o ano 2006, os gastos com esses contratos de aluguel foram de R$3.317.

Em 31 de dezembro de 2006, com base nos contratos de locação assinados, a obrigação futura estimada para os próximos cinco anos está indicada na tabela a seguir. Essa tabela não inclui eventuais renovações de referidos contratos, após o vencimento normal.

	Controladora e consolidado
2007	5.365
2008	5.689
2009	6.028
2010	6.391
2011	6.774

24. EVENTOS SUBSEQÜENTES

Em 5 de janeiro de 2007, os quotistas da Companhia aprovaram, por unanimidade, a distribuição de dividendos no valor de R$25.491, sendo tais dividendos pagos pela Companhia, a seu exclusivo critério, no prazo de nove meses a partir da data de sua declaração.

Em 19 de janeiro de 2007, a Companhia foi transformada em uma sociedade anônima, passando a ser denominada Metalfrio Solutions S.A. ("Metalfrio S.A.") conforme deliberação de seus sócios, por unanimidade, em Assembléia Geral Extraordinária.

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia quitou o contrato de retenção com o Sr. Caio, pagando-lhe o valor de R$1.477, conforme nota explicativa nº 16.(e).

Em 21 de janeiro de 2007 foi aprovada a cisão da Serra do Acaraí com objetivo de transferir a totalidade das ações por ela detida no capital social da Companhia para a Vale do Rio Verde Consultoria e Participações Ltda., Thema Participações Ltda., Fairfax Participações S.A. e Dereck Participações Ltda.

Em 7 de fevereiro de 2007, o Fundo Artésia Série Azul de Investimentos em Participações subscreveu 122.000 novas ações ordinárias da Companhia, pelo valor de R$12.200, a serem integralizadas em até 45 dias a partir dessa data.

Em 8 de fevereiro de 2007, foi aprovado, em Assembléia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações da Companhia, à razão de 1 para 65 ações.

Após as alterações mencionadas anteriormente, a participação acionária no capital social da Companhia passou a ser como segue:

	Ações	%
Fundo Artesia Série Azul de Inv em Participações	7.930.000	32,99
Vale do Rio Verde Consult e Part Ltda.	5.711.420	23,79
Thema Participação Ltda.	4.949.945	20,59
Fairfax Participações S.A.	3.807.570	15,84
Dereck Participações Ltda.	761.410	3,16
Luiz Eduardo Moreira Caio	853.385	3,55
Marcelo Faria de Lima	8.905	0,04
Marcio da Rocha Camargo	6.044	0,02
Erwin Theodor Herman Louise Russel	7.799	0,02
Maurice Ferdinand Bernard Marina Russel	1.170	0,00
Luiz Otavio CoutinhoMuniz	1	0,00
Ricardo Reisen de Pinho	1	0,00
Total	24.037.650	100,00

25. PROGRAMA DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Em 15 de março de 2007, o Conselho de Administração da Companhia estabeleceu o programa de outorga de opções de ações, através do documento Contrato de Opção, indicando os diretores, gerentes e demais colaboradores que receberão as opções e a quantidade total a ser distribuída. A opção poderá ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo de dois meses contados a partir do terceiro aniversário da celebração do Contrato de Opção. O número de opções de compra de ações até o presente momento foi de 856.200 ações, não podendo exceder 1.250.000 ações ordinárias.

O preço de exercício da opção é de R$1,90 para cada ação, corrigido monetariamente de acordo com a variação do IGP-M, a partir da data de celebração do Contrato de Opção e até a data de exercício da opção.

A prática contábil adotada pela Companhia com relação ao seu plano de opção de ações consiste na divulgação das informações requeridas pela CVM, enquanto não houver expressa obrigatoriedade de contabilização.

Caso a Administração da Companhia optasse por reconhecer contabilmente no resultado os efeitos das opções outorgadas, assumindo como premissas: (a) a utilização do método do valor intrínseco para contabilização dos efeitos do seu plano de opção, que consiste na contabilização da diferença entre: (i) o valor de mercado das ações, e (ii) o valor pago pelos beneficiários do plano no momento do exercício da suas opções; (b) R$26,00 como o valor estimado de mercado por ação da Companhia na data da celebração do Contrato de Opção; (c) R$1,90 por ação como sendo o preço do exercício das opções outorgadas na data da celebração do Contrato de Opção; e (d) que o período de carência de todas as opções outorgadas já tivesse se encerrado; o resultado da Companhia sofreria uma redução de R$20.634. Deve ser observado que o cálculo desse valor foi determinado com base nas premissas descritas e não necessariamente reflete o ajuste considerando-se o valor de mercado nessa data-base. Em razão de a Companhia ainda não ser uma companhia de capital aberto com ações negociadas em bolsa de valores, não foi praticável, nesta data, determinar o valor de mercado para fins de determinação desse valor.

Mensagem da Administração

O ano de 2006 foi positivo para a Metalfrio pois marcou o início das atividades internacionais da Companhia com a operação de fábricas na Dinamarca, Rússia e Turquia, e de um centro de distribuição nos Estados Unidos.

O ano de 2006 também foi positivo no mercado Brasileiro com o início da operação da fábrica de Três Lagoas e a consolidação de nossa liderança no mercado Brasileiro.

Ao final do ano de 2006 já estávamos operando a recém adquirida fábrica da dinamarquesa Caravell/Derby, e uma planta em Kaliningrado – Rússia, além de um centro de distribuição no Texas, Estados Unidos. No final de 2006 também já estávamos prontos para dar início à operação da fábrica da Turquia que se tornou operacional em Janeiro de 2007. No âmbito nacional iniciamos a operação de nossa nova fábrica em Três Lagoas – Mato Grosso do Sul em Outubro de 2006, meses antes do prazo estimado.

Nossas receitas líquidas, com a consolidação de um mês das vendas da Dinamarca e Rússia, cresceram 37,6% comparada com 2005, alcançando R$295,9 milhões, com aumento das vendas de *freezers* e refrigeradores verticais que passaram a representar 50,5% de nossas vendas.

O consistente crescimento das vendas no mercado doméstico tem contribuído para nossa destacável penetração no mercado de refrigeração comercial e participação de mercado de base instalada. Em janeiro de 2007 uma pesquisa da Oxygen Trade & Marketing, constatou 90,5% de penetração no mercado, contra 33,5% do concorrente mais próximo, e 38,4% de participação de mercado da base instalada.

O ano de 2006 também foi um ano de melhorias operacionais e ganho de escala, o que contribuiu para nosso ganho de margem de EBITDA Ajustado de 4,3 pontos percentuais, alcançando 8,4% de margem no ano, ou R$24,9 milhões.

Nosso lucro líquido foi de R$17,0 milhões, com margem de 5,7%, representando crescimento de 51,5% sobre 2005.

Tivemos retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROE – Return On Equity) de 33,2% em 2006, comparado com 33,1% em 2005, com aumento do lucro líquido de 51,5% acompanhado do aumento do Patrimônio Líquido de 38,0%, encerrando o ano de 2006 com R$59,3 milhões.

Nossa postura conservadora do ponto de vista de estrutura de capital foi mantida. Buscamos em 2006 manter uma posição de liquidez confortável, e para isso aproveitamos as captações de empréstimos atrelados a recebíveis de exportação para mantermos um caixa alto, que encerrou o ano com R$72,9 milhões de saldo, e dívida líquida de R$20,9 milhões. A relação dívida líquida sobre EBITDA Ajustado ficou em 0,8 no final de 2006.

Destaques do Período

- Receita bruta de R$421,2 milhões e receita líquida de R$295,9 milhões, crescimento de 41,3% e 37,6%, respectivamente, comparado a 2005.
- 75,0 mil unidades vendidas a mais do que em 2005, ou crescimento de 36,3%, com 281,7 mil equipamentos vendidos em 2006.
- Lucro bruto de R$51,0 milhões com margem bruta de 17,2%, ou melhora de 1,1 ponto percentual frente à margem bruta de 16,1% de 2005.
- EBITDA Ajustado de R$24,9 milhões, crescimento de 184,0% sobre 2005 e melhora de 4,3 p.p na margem de EBITDA Ajustado que chegou a 8,4% em 2006.
- Crescimento de 51,5% do lucro líquido, alcançando R$17,0 milhões em 2006, representando 33,2% de ROE.
- Aumento de R$16,5 milhões no imobilizado líquido com a aquisição dos ativos da Caravell/Derby, aquisição dos ativos do centro de distribuição dos Estados Unidos, além de investimentos nas plantas da Turquia e do Mato Grosso do Sul.
- Relação Dívida líquida / EBITDA Ajustado de 0,8x e relação Caixa e equivalentes sobre Dívida de curto prazo de 2,3 em 31 de dezembro de 2006.

PRINCIPAIS INDICADORES	2005	2006	Variação
Receita Bruta	298,0	421,2	41,3%
Receita Líquida	215,0	295,9	37,6%
Unidades Vendidas	206,7	281,7	36,3%
Lucro Bruto	34,6	51,0	47,1%
Margem Bruta	*16,1%*	*17,2%*	*1,1p.p.*
EBITDA	7,3	21,0	186,3%
Margem EBITDA	*3,4%*	*7,1%*	*3,7p.p.*
EBITDA Ajustado	8,8	24,9	184,0%
Margem EBITDA Ajustado	*4,1%*	*8,4%*	*4,3p.p.*
Lucro Líquido	11,2	17,0	51,5%
Margem Líquida	*5,2%*	*5,7%*	*0,5p.p.*
Capital Circulante Líquido	58,6	79,5	35,8%
Imobilizado	21,1	37,7	78,4%
Patrimônio Líquido	43,0	59,3	38,0%
Dívida Bruta	42,9	93,8	118,6%
Dívida de Curto Prazo	13,3	31,9	139,2%
Dívida de Longo Prazo	29,6	61,9	109,3%
Caixa e equivalentes	48,8	72,9	49,5%
Dívida Líquida	(5,9)	20,9	-454,5%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	(0,7x)	0,8x	-224,8%
Caixa e equivalentes / Divida de Curto Prazo	3,7x	2,3x	-37,5%
ROE	33,1%	33,2%	*0,1p.p.*

Desempenho Operacional

Receita Bruta

A receita bruta aumentou 41,3%, passando de R$298,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$421,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006. O aumento das vendas foi impulsionado, principalmente, pelo aumento das vendas no mercado nacional, tanto as vendas no mercado Brasileiro como as vendas domésticas das subsidiárias no exterior, que cresceu 63,5%, passando de R$234,8 milhões em 2005 para R$383,9 milhões em 2006. Enquanto as vendas de exportação, diminuíram 41,1%, de R$63,2 milhões em 2005 para R$37,2 milhões em 2006.

Receita Líquida e Unidades Vendidas

A receita líquida aumentou 37,6%, ou R$80,9 milhões, em relação a 2005, chegando a R$295,9 milhões em 2006, contra R$215,0 milhões em 2005.

A venda de *freezers* e refrigeradores horizontais aumentou 19,4%, ou 24,3 mil unidades, alcançando 149,8 mil unidades vendidas em 2006. Com a diminuição do preço líquido médio de venda, em função de *mix* de produtos vendidos, a receita líquida de horizontais cresceu 15,8% em comparação com 2005.

O principal *driver* do crescimento das vendas foi o aumento de 70,9% no volume de *freezers* e refrigeradores verticais vendidos, com 120,1 mil unidades, 49,8 mil a mais do que foi vendido em 2005. Com a manutenção dos preços líquidos médios em torno de R$1.245,3 por equipamento, as receitas com *freezers* e refrigeradores verticais aumentou 71,3% em 2006, passando a representar mais da metade de nossas receitas líquidas no ano.

O volume de venda de equipamentos das linhas especiais, como equipamentos de balcão, caves e verticais de duas portas, aumentou 8,0%, e, como conseqüência de um *mix* de vendas com equipamentos mais simples e mais baratos, a receita de especiais diminuiu 3,1% em comparação com 2005.

E a receita de outros, que inclui partes de reposição e serviços de manutenção, aumentou 45,5%, ou R$4,8 milhões, sendo de R$15,5 milhões em 2006.

COMPOSIÇÃO DAS VENDAS LÍQUIDAS	2005	2006	Var. %	Var. $
Receita Líquida (em milhões de reais)				
Horizontais	91,9	106,5	15,8%	+14,6
Verticais	87,3	149,5	71,3%	+62,2
Especiais	25,2	24,4	-3,1%	-0,8
Outros	10,6	15,5	45,5%	+4,8
Total	**215,0**	**295,9**	**37,6%**	**+80,9**
Unidades Vendidas (em milhares)				
Horizontais	125,5	149,8	19,4%	+24,3
Verticais	70,3	120,1	70,9%	+49,8
Especiais	11,0	11,9	8,0%	+0,9
Total	**206,7**	**281,7**	**36,3%**	**+75,0**
Preço Líquido Médio (em reais)				
Horizontais	732,4	710,9	-2,9%	-21,6
Verticais	1.242,1	1.245,3	0,3%	+3,2
Especiais	2.290,4	2.055,4	-10,3%	-235,0

Lucro Bruto e Custo do Produto Vendido

O lucro bruto aumentou 47,1%, passando de R$34,6 milhões em 2005 para R$51,0 milhões em 2006, e a margem sobre a receita líquida aumentou de 16,1% em 2005 para 17,2% em 2006, ganhando 1,1 ponto percentual de margem bruta. O ganho de margem bruta foi conseqüência, principalmente, do perfil dos produtos vendidos, que migrou para produtos de melhor margem.

Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas operacionais somaram R$32,8 milhões em 2006, diminuindo proporcionalmente à receita líquida, de 13,7% em 2005 para 11,1% em 2006.

As despesas de vendas aumentaram 10,0%, de R$22,7 milhões em 2005 para R$24,9 milhões em 2006. Entretanto, proporcionalmente às vendas líquidas, houve redução de 2,2 pontos percentuais, de 10,6% em 2005 para 8,4% em 2006. Os destaques da redução proporcional das despesas de vendas foram as despesas de comissão e frete. Mesmo com o aumento das vendas, as despesas de comissão que diminuíram em R$41,5 mil em função de maior volume de vendas diretas a clientes, sendo de R$4,8 milhões em 2006. As despesas de frete diminuíram em R$1,1 milhões, sendo de R$8,4 milhões em 2006, conseqüência de maior de volume de vendas FOB.

As despesas gerais e administrativas foram de R$7,0 milhões em 2006, contra R$5,6 milhões em 2005. O principal aumento foi em despesas de viagens e estadias que somaram R$1,1 milhão em 2006, contra R$0,4 milhão em 2005 em função do esforço de integração das operações no exterior. Em relação às vendas líquidas houve queda de 0,2 ponto percentual, de 2,6% em 2005 para 2,4% em 2006 devido ao ganho de escala da Companhia.

Além disso, também incorremos em R$0,9 milhão de Honorários da Diretoria e tivemos R$0,1 milhão de outras receitas operacionais.

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA

O EBITDA Ajustado foi de R$24,9 milhões em 2006. Aumento de 184,0% em relação a 2005. Já nossa margem de EBITDA Ajustado melhorou em 4,3 pontos percentuais, sendo de 8,4% em 2006.

A tabela a seguir demonstra a reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado:

EBITDA (em milhões de reais)	**2005**	**2006**	**Var. %**
Lucro (Prejuízo) Líquido	11,2	17,0	51,5%
Depreciação e Amortização	3,1	5,0	63,9%
Resultado Financeiro Líquido	(11,8)	(8,0)	-32,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	4,9	7,0	43,4%
EBITDA	**7,3**	**21,0**	**186,3%**
Resultado Não Operacional	0,8	2,2	162,0%
Ajustes de Benefícios Fiscais	0,6	1,7	185,8%
EBITDA Ajustado	**8,8**	**24,9**	**184,0%**
Margem EBITDA (%)	3,4%	7,1%	+3,7p.p.
Margem EBITDA Ajustado (%)	**4,1%**	**8,4%**	**+4,3p.p.**

Resultado Financeiro

Nosso resultado financeiro líquido de 2006 foi 32,5% menor que em 2005, passando de R$11,8 milhões em 2005 para R$8,0 milhões em 2006. O principal motivo da redução foi o aumento das despesas financeiras que foram de R$7,2 milhões em 2005 e R$11,1 milhões em 2006, devido ao aumento da dívida bruta que era de R$42,9 milhões em 31 de dezembro de 2005 e de R$93,8 milhões em 31 de dezembro de 2006.

Ao mesmo tempo, as receitas financeiras tiveram pequena alteração, caindo de R$19,7 milhões em 2005 para R$19,0 milhões em 2006, a pesar do aumento do saldo de caixa e aplicações financeiras que era de R$48,8 milhões em 31 de dezembro de 2005 e de R$72,9 milhões em 31 de dezembro de 2006.

Lucro Líquido

Dado o exposto acima, nosso lucro líquido aumentou 51,5%, passando de R$11,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 para R$17,0 milhões no mesmo exercício de 2006, com aumento de 0,5 ponto percentual na margem líquida, de 5,2% em 2005 para 5,7% em 2006.

Capital Circulante

O ativo circulante em 31 de dezembro de 2006 era de R$202,7 milhões, 85,8% maior do que os R$109,1 milhões de 31 de dezembro de 2005. Já o passivo circulante aumentou 143,7%, passando de R$50,5 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$123,2 milhões em 31 de dezembro de 2006. Dessa forma nosso capital circulante líquido aumentou de R$58,6 milhões no final de 2005 para R$79,5 milhões no final de 2006, aumento de 35,8%.

Parte do aumento tanto do ativo quanto do passivo circulantes foram devido ao aumento do saldo de dívida de curto prazo e também do saldo de caixa e aplicações financeiras. Excluindo ambos, nosso capital circulante aumentou de R$23,1 milhões no final de 2005 para R$38,5 milhões no final de 2006.

CAPITAL CIRCULANTE	2005	2006	Var. %
Ativo circulante:			
Caixa e equivalentes	48,8	72,9	49,5
Contas a receber de clientes	34,4	78,3	127,5
Estoque	18,2	42,1	131,1
Outros	7,7	9,5	22,5
A) Total	**109,1**	**202,7**	**85,8**
B) Ativo circulante (menos caixa)	**60,4**	**129,9**	**115,2**
Passivo circulante:			
Fornecedores	26,5	60,7	129,0
Dívida financeira de curto prazo	13,3	31,9	139,2
Outros	10,7	30,6	186,0
C) Total	**50,5**	**123,2**	**143,7**
D) Passivo circulante (menos dívida)	**37,2**	**91,3**	**145,4**
Capital Circulante Líquido (A-C)	58,6	79,5	35,8
Capital Circulante Líquido (s/ dívida líquida) (B-D)	23,1	38,5	66,6
Liquidez corrente	2,2x	1,6x	(0,5x)
Liquidez seca	1,8x	1,3x	(0,5x)

Contas a Receber de Clientes

Houve aumento das contas a receber, líquidas de PDD, da ordem de R$43,9 milhões ou 127,5%, aumentando de R$34,4 milhões no final de 2005 para R$78,3 milhões no final de 2006. O motivo do aumento do saldo de contas a receber foi o aumento do faturamento da companhia e o nível de contas a receber nas operações do exterior (Dinamarca, Rússia e Estados Unidos) adquiridas no final de 2006. As contas a receber das operações no exterior somavam, em 31 de dezembro de 2006, R$21,5 milhões, enquanto as contas a receber das vendas da controladora somavam R$56,8 milhões na mesma data.

Estoque

O saldo de estoque era de R$42,1 milhões ao final de 2006, aumento de R$23,9 milhões, ou 131,1%, em relação ao final de 2005. O aumento no nível de estoque foi conseqüência do volume de estoque de R$22,5 milhões acumulado nas operações do exterior (Dinamarca, Rússia e Estados Unidos) adquiridas no final de 2006. Já o nível de estoque da controladora aumentou apenas 7,5%, de R$18,2 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$19,6 milhões em 31 de dezembro de 2006, apesar do alto aumento das vendas da controladora que cresceram 39,4% em 2006.

Fornecedores

O saldo com fornecedores no final de 2006 era de R$60,7 milhões, aumento de R$34,2 milhões contra os R$26,5 milhões de 2005. Parte do aumento foi decorrente das operações no exterior (Dinamarca, Rússia e Estados Unidos), com saldo de R$15,8 milhões em 31 de dezembro de 2006. Já o saldo de fornecedores da controladora aumentou de R$26,5 milhões em 2005 para R$44,9 milhões no final de 2006 em função do aumento das vendas da Companhia.

Capitalização e Liquidez

Em 31 de dezembro de 2006 apresentávamos dívida líquida de R$20,9 milhões, sendo R$72,9 milhões de disponibilidades e aplicações financeiras, dívida de curto prazo de R$31,9 milhões e dívida de longo prazo de R$61,9 milhões. Terminamos o ano de 2006 com relação caixa e equivalentes sobre dívida de curto prazo de 2,3x, relação dívida líquida sobre EBITDA Ajustado de 0,8x e dívida líquida sobre PL de 35,2%.

Caixa e Aplicações Financeiras

Os recursos financeiros em caixa e aplicações financeiras aumentaram em R$24,1 milhões, ou 49,5%, passando de R$48,8 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R$72,9 milhões em 31 de dezembro de 2006, principalmente devido à geração interna de caixa e às captações realizadas em 2006.

Dívida Financeira

O saldo de dívida financeira no final de 2006 foi resultado, principalmente, do financiamento de exportações com (i) contratos de pré-pagamento, (ii) adiantamento de contrato de câmbio (ACC) e (iii) notas de crédito à exportação (NCE) tomados com bancos de primeira linha.

Em 2006 mantivemos nossa estratégia de tomar empréstimos atrelados aos recebíveis de exportação por constituírem empréstimos com baixo custo e podermos, assim, aplicar tais recursos em nossas atividades ou em aplicações financeiras que proporcionam maior retorno financeiro, além de mantermos uma posição de caixa confortável.

No exercício de 2006 aumentamos em R$50,9 milhões nossa dívida bruta, sendo o maior aumento no longo prazo, R$32,3 milhões.

Patrimônio Líquido

Em linha com nossa estratégia de fazer investimentos e crescer com lucratividade e uma sólida liquidez, não foram retirados dividendos no ano de 2006, somente foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R$2,4 milhões. Além disso, nos beneficiamos do incentivo fiscal de Três Lagoas que contribuiu com R$1,7 milhões para a reserva de investimento em nosso Patrimônio Líquido.

Assim, o PL aumentou 38,0%, passando de R$43,0 milhões no final de 2005 para R$59,3 milhões no final de 2006.

INDICADORES DE LIQUIDEZ	2005	2006	Var. %	Var. $
Caixa e equivalentes	48,8	72,9	49,5	+24,1
Dívida de Curto Prazo (CP)	13,3	31,9	139,2	+18,6
Dívida de Longo Prazo (LP)	29,6	61,9	109,3	+32,3
Dívida Bruta	42,9	93,8	118,6	+50,9
Dívida Líquida	(5,9)	20,9	(454,5)	+26,7
Patrimônio Líquido (PL)	43,0	59,3	38,0	+16,3
Caixa e equivalentes/ Dívida de CP	3,7x	2,3x	(1,4x)	
Dívida de CP / (CP + LP)	31,1%	34,0%	+2,9p.p.	
EBITDA Ajustado/ Dívida de CP	0,7x	0,8x	0,1x	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	(0,7x)	0,8x	1,5x	
Dívida Líquida / PL	n/a	35,2%	n/a	
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	n/a	26,0%	n/a	

Investimentos

ATIVO FIXO	2005	2006	Var. %	Var. $
Imobilizado	21,1	37,7	78,4	+16,5
Intangível	0,6	7,5	1.146,5	+6,9
Diferido	2,2	5,1	127,7	+2,9
Total	**23,9**	**50,2**	**109,7**	**+26,3**

Nosso Imobilizado líquido aumentou R$16,5 milhões em 2006 por conta da compra dos ativos da Caravell / Derby na Dinamarca e de sua subsidiária Russa, compra de ativos de produção e instalações na unidade da Turquia, ativos do centro de distribuição da Caravell USA e Coldmotion. Além dos investimentos em ativos e instalações da nossa unidade de produção de Três Lagoas que começou a operar em outubro de 2006. Dessa forma, nosso ativo imobilizado aumentou 78,4%, passando de R$21,1 milhões no final de 2005 para R$37,7 milhões no final de 2006.

Com a aquisição das marcas Caravell e Derby na Dinamarca e a aquisição de outros ativos intangíveis da Caravell USA, além de softwares operacionais e ERP, aumentamos nosso saldo de ativos intangíveis de R$0,6 milhão em 31 de dezembro de 2005 para R$7,5 milhões me 31 de dezembro de 2006.

O ativo diferido aumentou R$2,9 milhões em 2006, de R$2,2 milhões em 2005 para R$5,1 milhões em 2006. Os ativos diferidos foram constituídos em função de despesas pré-operacionais e desenvolvimento de projetos nas plantas industriais de Três Lagoas, que se tornou operacional em Outubro de 2006, e de Manisa, que se tornou operacional em Janeiro de 2007.

Perspectivas

Para 2006 acreditamos na ampliação de nossa liderança no mercado Brasileiro, e consolidação de nossa liderança no mercado latino americano aproveitando a ampliação de nossa capacidade de produção com a, recém inaugurada, unidade industrial de Mato Grosso do Sul.

No mercado europeu acreditamos na recuperação das vendas da Caravell, agora sob nosso controle, com a reestruturação da unidade industrial da Dinamarca e o início da produção em nossa unidade industrial da Turquia em janeiro de 2007.

Também acreditamos no desenvolvimento do mercado russo e do leste europeu que pretendemos atender de nossa unidade industrial de Kaliningrado, recém adquirida juntamente com os ativos da Caravell.

Ainda no mercado internacional, nos consideramos bem posicionados para atender o mercado Norte Americano com o recém estabelecido centro de distribuição no Texas, facilitando a venda dos produtos Caravell e Metalfrio em toda a América do Norte.

Do ponto de vista operacional, acreditamos na redução contínua dos custos de produção na medida em que ganhamos escala de produção e implementamos melhorias no desenvolvimento de fornecedores e no processo produtivo.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM no. 381, de 14 de janeiro de 2003, a Metalfrio informa que os serviços prestados, no exercício de 2006, pelos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, foram todos relacionados ao procedimento de auditoria externa.